



VOLUME 52

MARIA BEATRIZ NADER
ANA CAROLINA EIRAS COELHO SOARES
(ORGANIZADORAS)

História e gênero

Amores, emoções e fantasias



Esta obra foi selecionada para integrar a “Coleção Pesquisa Ufes”, a partir de Chamada Pública feita pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) aos programas de pós-graduação da universidade.

A seleção teve por base pareceres que consideraram critérios de inovação, relevância e impacto.

O financiamento da Coleção foi viabilizado por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de recursos do Tesouro Nacional.



**Universidade Federal
do Espírito Santo**



Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Paulo Sergio de Paula Vargas

Vice-reitor

Roney Pignaton da Silva

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Valdemar Lacerda Júnior

Chefe de Gabinete

Aureo Banhos dos Santos

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Ananias Francisco Dias Junior, Eliana Zandonade,
Eneida Maria Souza Mendonça, Fabrícia Benda
de Oliveira, Fátima Maria Silva, Gleice Pereira,
Graziela Baptista Vidaurre, José André Lourenço,
Marcelo Eduardo Vieira Segatto, Margarete Sacht
Góes, Rogério Borges de Oliveira, Rosana Suemi
Tokumaru, Sandra Soares Della Fonte

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

Seção de Design

Ana Elisa Poubel, Juliana Braga,
Samira Bolonha Gomes, Willi Piske Jr.

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Ana Paula de Souza Rubim,
Dominique Piazzarollo, Marcos de Alarcão,
Maria Augusta Postinghel



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.



Diretor da Graúna Digital

Thiago Moulin

Supervisão

Laura Bombonato

Seção de edição e revisão de textos

Carla Mello | Natália Mendes | José Ramos
Manuella Marquetti | Stephanie Lima

Seção de design

Carla Mello | Bruno Ferreira Nascimento

Projeto gráfico

Edufes

Diagramação e capa

Bruno Ferreira Nascimento

Revisão de texto

Carla Mello

Fotografia da capa por

agsandrew em

<https://istockphoto.com>.

Esta obra foi composta com
a família tipográfica Crimson Text.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

H673 História e gênero [recurso eletrônico] : amores, emoções e fantasias / Maria Beatriz Nader, Ana Carolina Eiras Coelho Soares (organizadoras). - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : EDUFES, 2023.
357 p. : il. ; 21 cm. - (Coleção Pesquisa Ufes ; 52)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-536-6

Modo de acesso: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

1. Amor. 2. Emoções. 3. Fantasia. 4. Violência contra as mulheres. I. Nader, Maria Beatriz. II. Soares, Ana Carolina Eiras Coelho. III. Série.

CDU: 396

Elaborado por Ana Paula de Souza Rubim – CRB-6 ES-000998/O

**MARIA BEATRIZ NADER
ANA CAROLINA EIRAS COELHO SOARES
(ORGANIZADORAS)**

História e gênero

Amores, emoções e fantasias

 **EDUFES**

Vitória, 2023

É uma edição especial que marca um triênio de alta produtividade e qualidade da produção e investigação acadêmica e científica do LEG.

Sumário

Prólogo	12
----------------------	----

Maria Beatriz Nader

Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Vozes de mulheres negras: sentimentos e vivências de mães solas no sertão do São Francisco (MG)	20
--	----

Aline Cardoso Lima

Cláudia Maia

Marisol: sentimentos que transbordam no olhar, na fala e nas suas cicatrizes... 24

Mari Estrela: “A negrinha metida” da gargalhada contagiante 41

Considerações finais 49

Fontes orais 50

Referências 50

Mulheres indígenas em movimento: refletindo sobre as emoções e as estratégias de enfrentamento às violências de gênero	55
---	----

Claudia Regina Nichnig

A agência das mulheres indígenas na produção de documentos e relatórios...62

Ecoar Vozes: compromisso ético da pesquisadora 65

Mulheres indígenas e a Lei Maria da Penha: reflexões sobre
corpos vulneráveis 70

Algumas considerações..... 74

Referências 74

Afetos e violências: negociações de amor e dor	76
---	----

Alex Silva Ferrari

O Ciclo da Violência de Gênero 80

Poder e afeto no ciclo da violência contra as mulheres.....	87
Afeto: desafios para o estudo da violência contra as mulheres.....	103
Referências	105

“Uma boa senhora de diplomata”: namoro, casamento e desquite nas correspondências de Clarice Lispector (1941-1964)..... 108

Kaoana Sopelsa

Introdução	109
“Pronta pra criar um motivo que me acorde”	114
“Eu concordo com tudo”.....	121
“A verdade é que a pessoa só faz o que quer”	130
Considerações finais	136
Referências	139

“Como uma serpente de fogo”: o amor e o erótico nas cartas de Anayde Beiriz e Heriberto Paiva 142

Alômia Abrantes

O pacto de sigilo: as cartas pessoais e o ‘con-fiar’	144
Amor como nome próprio: refúgio da fidelidade e da felicidade.....	150
A serpente do desejo: da sensorialidade e do erotismo	158
Considerações finais	168
Referências	170

Fantasia e realidades nas relações de gênero: uma discussão sobre emoções e sensibilidades vividas por mulheres a partir do livro *A vida invisível de Euridice Gusmão* (2016)..... 173

Kenia Gusmão Medeiros

Emoções, sentimentos resistências no cotidiano do casamento.....	175
Outro lado da opressão: as dores cotidianas das mulheres perdidas	196
Considerações finais	203

Referências	205
-------------------	-----

Gênero, política e utopia na literatura fantástica: a escrita de três autoras brasileiras, entre o final do século XIX e metade do século XX	207
---	------------

Danielle Silva Moreira dos Santos

As relações de gênero: entre os cânones historiográfico e literário	207
A política das emoções e os corpos políticos	212
Literatura, utopia e política.....	215
Emília de Freitas, Adalzira Bittencourt e Ada Curado: mulheres engendrando mundo (im)possíveis	218
Experiências e utopias políticas	226
Considerações finais: a imaginação, as emoções e as fantasias pedem passagem.....	229
Referências	232

Memórias, amores e fantasias: Simone de Beauvoir a contrapelo...	237
---	------------

Rodolfo Rodrigues de Souza

Introdução	237
Pirro e Cineias: “[...] as ações – e os relacionamentos – podem ser éticos?” ...	244
A idade da discrição: situação.....	252
A idade da discrição e o amor como ética	257
Referências	266

Forasteiras de dentro: feminismos, fantasias e (auto)exílios nos cinemas	270
---	------------

Sandra de Souza Machado

Introdução	270
Mulheres, cinemas e diásporas na Era Pós-Colonial.....	276
Alteridade na Estrangeirice	286

Mudanças nos papéis modelo	289
Estatísticas promissoras.....	294
Considerações finais	297
Referências	298

Emoções, prazeres e “Cinquenta tons de Cinza”: notas sobre as repercussões sociais da literatura ‘hot lit’ sobre as tecnologias de gênero sexuais produzidas no século XXI..... 301

Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Referências	321
-------------------	-----

Amor que mata: feminicídio e relações conjugais 324

Maria Beatriz Nader

Lana Lage da Gama Lima

Matei por amor	324
As delegacias especializadas como instrumento de defesa das mulheres ..	332
A Lei Maria da Penha contra a violência conjugal	337
Afinal, que amor é esse, que fere e mata?.....	342
Referências	345

Sobre autoras e autores..... 349

*Alex Silva Ferrari.....*349

*Aline Cardoso Lima*349

*Alômia Abrantes.....*350

*Ana Carolina Eiras Coelho Soares.....*350

*Cláudia Maia*350

*Claudia Regina Nichnig.....*351

*Danielle Silva Moreira dos Santos.....*351

*Kaoana Sopelsa*352

*Lana Lage da gama Lima.....*352

*Kenia Érica Gusmão Medeiros.....*352

<i>Maria Beatriz Nader</i>	352
<i>Rodolfo Rodrigues de Souza</i>	353
<i>Sandra de Souza Machado</i>	353
Instruções aos colaboradores	354

Prólogo

Maria Beatriz Nader
Ana Carolina Eiras Coelho Soares
(Organizadoras)

História e Gênero, coletânea de artigos que tratam de relações de gênero, teve seu início em 2019, data comemorativa dos dez anos do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência, da Universidade Federal do Espírito Santo (LEGPV-UFES). Desde então, suas edições têm se tornado uma referência nacional para os Estudos de Gênero, aguardadas com entusiasmo pelas historiadoras e historiadores que se debruçam pelos mais variados temas a partir das lentes analíticas da categoria das relações de gênero.

O ponto da investigação feminista – e para mim o seu contínuo apelo – sempre foi sua recusa em acomodar o *status quo*. O feminismo historicamente resistiu à consolidação de “mulheres” em categorias homogêneas, mesmo ao lançar apelos políticos em nome de “mulheres”. Embora essa tensão tenha perturbado

aqueles que buscavam a segurança de uma identidade fixa, também foi a fonte das intervenções políticas mais criativas do feminismo. Quando mais efetivo, o feminismo causa consternação ao apontar as contradições e inconsistências nas sociedades que afirmam proporcionar igualdade e justiça para todas as pessoas. Na verdade, é porque suas reivindicações surpreenderam as ortodoxias predominantes, porque recusaram ou reformularam “usos geralmente aceitos” que as feministas puderam chamar a atenção para sua causa. Conforme gênero se tornou uma palavra associada a certa ortodoxia feminista, bem como com o “uso ordinário”, é hora de refletir sobre seus limites, tempo para buscar reconceituar o problema do sexo e das diferenças sexuais que permitirão que investigações feministas revigorem sua pesquisa, continuando também a desempenhar seu papel tradicionalmente provocador e disruptivo¹.

Esta obra, uma edição especial que marca um triênio de alta produtividade e qualidade da produção e investigação academia e científica da LEGPV-UFES, intitulada História e gênero: amores, emoções e fantasias, portanto – seguindo a tradição feminista de surpreender as ortodoxias predominantes e desnaturalizar as normas injustas que, em última instância, corroboram para a manutenção das desigualdades políticas, econômicas e sociais – busca promover o debate transdisciplinar, instigante e transgressor dentro das perspectivas analíticas dos estudos de gênero e das narrativas da História, sobre as noções de “amores”, “emoções” e “fantasias”, conceitos pouco valorizados pelos cânones tradicionais da construção do fazer histórico e que, no entanto, compõe elementos basilares nas estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas nas vidas das pessoas do passado a partir das lógicas dos poderes/saberes e práticas individuais e coletivas.

1 Scott, J. Fantasias do milênio: o futuro do gênero no século XXI. **Caderno Gênero e Tecnologia**, v. 12, n. 39, p. 319-339. Curitiba: jan./jun. 2019, p. 333.

Nesse sentido, a presente coletânea, apresenta de que maneira se articulam representações e práticas que se misturam no cotidiano do viver, dentro das estruturas de poderes entre os gêneros, evidenciando os diversos modos encontrados pelas mulheres e homens para vivenciarem as múltiplas formas de experienciar e registrar seus sentimentos nas relações humanas, bem como as redes de poder, autorizações sociais, interdições morais, silenciamentos diversos e formas de resistências.

É preciso compreender os discursos das/sobre mulheres e homens a respeito de suas formas plurais e históricas de refletir, expressar e justificar suas ações a partir das emoções permitidas e interditas, amores (im)possíveis e fantasias que permeiam o imaginário social a respeito de determinadas condutas e modelos de “ser mulher” e “ser homem”, essencializados em uma lógica que escapa às racionalizações e encontra caminho na experiência humana pelas narrativas dos afetos. Logo, urge ampliarmos as dimensões formativas, muitas vezes relegadas aos “bastidores” ou “anexos” da chamada história tradicional, analisando as múltiplas trajetórias, narrativas e experiências que, através dos sentidos experienciados pelas mulheres e homens, constituem na produção de sentidos sobre poderes, hierarquias e noções como justiça e equidade. Em outras palavras, as emoções sempre constituíram os seres humanos, mas a maneira como esses sentimentos ganham contornos e significados próprios em uma época e/ou em um grupo humano dialogicamente determinam espaços de poder e naturalizações de controle sobre as pessoas. Por exemplo, frases como: “mulheres SÓ serão felizes se estiverem casadas” ou “a natureza do homem É mais agressiva” são partes infelizes das heranças históricas de nossa sociedade, crivadas de preconceitos, biologismos, racismos e muitos sofrimentos.

Olhando as emoções, as fantasias e os amores da experiência humana nossa pretensão, ao reunir onze artigos nesta coletânea especial de História e Gênero, é dar voz aos estudos que se originam de disciplinas tais como a História, a Psicologia e as Ciências Sociais, e

se avizinham interdisciplinarmente ao mesmo tempo em que compõem uma prática saudável da união de diferentes enfoques sobre os sentimentos.

Neste diapasão, considerando a trilogia amor, emoção e fantasia na perspectiva da interseccionalidade de gênero, raça e classe social em suas relações cotidianas, as historiadoras Aline Cardoso Lima e Cláudia Maia, no artigo *Vozes de mulheres negras: sentimentos e vivências de mães solas no sertão do São Francisco (MG)* analisam a história de vida de duas mulheres negras, mães solas, moradoras da cidade de São Francisco/MG, com idades de 32 e 49 anos. São mulheres oriundas de famílias numerosas da camada popular e vivenciaram relacionamentos amorosos conturbados, marcados pelo contexto de violência doméstica. As autoras buscam entender as relações de afeto, mas também as táticas de resistências acionadas por essas mulheres e como elas conseguiram encontrar um novo sentido para suas vidas.

Estratégias de resistência e enfrentamento às violências de gênero é o objetivo da análise que Cláudia Regina Nichnig faz no artigo *Mulheres indígenas em movimento: refletindo sobre as emoções e as estratégias de enfrentamento às violências de gênero*, a partir dos documentos finais produzidos pela Grande Assembleia de Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá, dos anos de 2019 e 2020, no Mato Grosso do Sul. As narrativas impactantes das mulheres indígenas sobre as violências sofridas em suas relações familiares e conjugais denotam como as relações familiares, sejam elas partilhadas nas aldeias ou nas cidades, também são para as mulheres indígenas marcadas por emoções e violências.

Apesar da violência contra as mulheres ser um problema social reconhecido, contando com uma série de políticas públicas e legislações que buscam prevenir, punir e erradicar essa prática do seio da sociedade brasileira, um dos pontos nodais desse fenômeno é a recorrência dos episódios de agressões e denúncias entre um mesmo casal. Pensando na problemática da reincidência de casos de violência em uma relação afetiva ou conjugal, Alex Silva Ferrari, no artigo

Afetos e violências: negociações de amor e dor se propõe analisar a articulação entre os estudos da violência contra as mulheres e a categoria do afeto, acrescentando à prática da violência a perspectiva do sentimento e a análise da afetividade presente nas relações violentas.

Se debruçando sobre fragmentos de cartas de Clarice Lispector presentes nas obras *Correspondências, minhas queridas* e *Todas as cartas*, nas quais a escritora mostra o relacionamento entre pessoas que partem de diferentes subjetividades, Kaoana Sopelsa, no artigo *Uma boa senhora de diplomata: namoro, casamento e desquite nas correspondências de Clarice Lispector (1941-1964)*, discute os reflexos das relações de gênero em uma sociedade conjugal cujo modelo se construiu socialmente com base na superioridade masculina. O desfecho relatado é um exemplo de resistência, de enfrentamento, a representar mulheres que, como Lispector, buscaram romper com as normas de seu tempo.

A partir de cartas trocadas entre Anayde Beiriz – professora e poeta que viveu na Paraíba, considerada uma precursora do feminismo no Brasil – e Eriberto Paiva – estudante de Medicina no Rio de Janeiro e que fora seu namorado –, Alômia Abrantes, no artigo *Como uma serpente de fogo: o amor e o erótico nas cartas de Anayde Beiriz e Heriberto Paiva*, inspirada nas contribuições dos estudos de gênero em intersecção com a história do amor e da sexualidade no ocidente, problematiza estratégias de poder e captura do outro através de uma escrita de si e analisa a construção dos códigos de intimidade do casal que, no jogo de alteridade, permite que a carta ocupe o lugar do corpo de cada um – território de sensações e fantasias.

Emoções e representações femininas presentes no romance ficcional que conta com uma orientação temporal marcada por elementos históricos da vida política, cultural e cotidiana de Eurídice Gusmão, são temas escolhidos por Kênia Gusmão Medeiros, no artigo intitulado *Fantasia e realidades nas relações de gênero: uma discussão sobre emoções e sensibilidades vividas por mulheres a partir do livro A vida invisível de Eurídice Gusmão (2016)* para contar o caminho percorrido pela protagonista que, desde a infância e também na vida adulta, busca

realizações, esbarrando em imposições e cobranças sociais, especialmente relacionadas aos papéis sociais de gênero. Também outras personagens femininas também são importantes na obra, e permitem o entendimento de aspectos da solidão, opressão e discriminação que atravessam feminilidades em nosso tecido social, marcado por discursividades e práticas que definem expectativas para os gêneros.

Refletir sobre a literatura que mistura sonhos, utopias, misticismo e ficção científica, que sinaliza o anseio das escritoras Emília de Freitas, Adalzira Bittencourt e Ada Curado por transformações sociais urgentes, é o objetivo de Danielle Silva Moreira dos Santos, no artigo *Gênero, política e utopia na literatura fantástica: a escrita de três autoras brasileiras, entre o final do século XIX e metade do século XX*. Essas mulheres mobilizaram sentimentos e sensações políticas em suas narrativas, o que torna os seus textos valiosas fontes para os estudos das relações de gênero e da cultura política. Suas obras se localizam em um momento da História brasileira, no qual as mulheres, na condição de “cidadãs incompletas”, precisaram encontrar meios de resistir e se fazer ouvir em diferentes regiões do Brasil.

A filósofa Simone de Beauvoir, célebre por obras como *O segundo sexo* e livros memorialísticos, é conhecida do público brasileiro até os dias de hoje como “esposa de Sartre”, algo que ela nunca chegou a ser. Uma das chaves de análise de sua obra proposta pela biógrafa Kate Kirkpatrick passa pelo atravessamento desse e outros amores de Beauvoir em seu pensar. Seus escritos trariam, além da inequívoca conexão com sua vida, uma constante reflexão sobre a categoria das relações afetivas e a possibilidade do amor. Seguindo esse rastro, Rodolfo Rodrigues de Souza, no artigo *Memórias, amores e fantasias: Simone de Beauvoir a contrapelo*, se propôs a analisar o entrelaçamento da literatura, da filosofia e das memórias da pensadora, estabelecendo uma leitura a contrapelo, ao modo benjaminiano, de dois de seus textos: *A idade da discricção* – primeira narrativa da coletânea de contos; *A mulher desiludida* e; *Pirro e Cineias* – ensaio sobre a moral existencialista.

Voltando-se para a problematização dos modelos distintos de cineastas “diaspóricas”, forasteiras de dentro, que suprem “apagões” das histórias e das estórias dominantes, ao preencher lacunas ou dar uma forma ao vazio deixado pelos silêncios e deslocamentos, e suas formas de resistência, Sandra de Souza Machado, no artigo *Forasteiras de dentro: feminismos, fantasias e (auto)exílios nos cinemas*, analisa o quanto atrizes, diretoras, produtoras e roteiristas do cinema e da TV se esforçam por usar o aparato cinematográfico e suas tecnologias, para evitar a estrutura teórica da dominação do olhar, ou do fitar masculino (*male gaze*) branco, no cinema clássico, e ainda hoje nas produções pós-coloniais.

Ana Carolina Eiras Coelho Soares toma as ideias de corpos, prazeres, liberação sexual e as tecnologias de gênero produtoras de erotização política para realizar sua análise da obra. A autora pretende avançar no debate em torno das repercussões sociais oriundas do sucesso do livro *Cinquenta tons de cinza*. A literatura *best seller* escrita por mulheres e voltada para as leitoras, denominada no século XXI como *hot lit*, é aqui compreendida como parte de um transbordamento de sentidos múltiplos e deslocamentos que extrapolam os signos inscritos e se coloca entre as fissuras das fantasias e desejos. Nas falas produzidas pela mídia o erótico e o romance se entrelaçam em uma produção de sensibilidades e subjetividades construídas através da lógica dessa literatura. Assim, são instituídas as falas e ações disciplinares, tecnologias de controle, violências e ideias de prazeres em pedagogias de sentimentos, construídos para algumas mulheres – e entendidas como a “norma” para todas – a respeito de seus sonhos amorosos e eróticos considerados socialmente desejáveis e corretos.

No último artigo desta coletânea, intitulado *Amor que mata: feminicídio e relações conjugais*, as pesquisadoras Lana Lage da Gama Lima e Maria Beatriz Nader apresentam uma reflexão sobre a questão da violência praticada em nome do amor. Elas discutem como a mídia propaga casos de assassinatos e graves agressões às mulheres, praticadas por homens com quem tinham relações amorosas e como o

Movimento Feminista se insurgiu, desde os anos de 1980, contra uma mentalidade enraizada na sociedade brasileira de que os homens matam por amor. Para complementar sua reflexão, as historiadoras estudam as políticas públicas de gênero que foram implementadas ao combate à violência de gênero.

Os onze artigos que compõem esta obra especial de *História e Gênero* demonstram não apenas a vivacidade da categoria gênero como ferramenta analítica para a história, mas também a imprescindível necessidade de suas relações interdisciplinares, apresentando a multiplicidades das formas e narrativas sobre o passado e o presente. Os objetos de análise dos capítulos possuem a qualidade de serem díspares em relação temporal e documental, o que apenas reforça e qualifica essa nova maneira de compreender e incorporar discussões aos Estudos de Gênero no século XXI. As similares encontram-se nas perspectivas analíticas que contribuem para o aprofundamento do debate e ampliação de novos caminhos no meio acadêmico sobre os efeitos das relações de gênero em todos os aspectos: sociais, políticos, econômicos e culturais.

As resistências às normatizações de gênero, à subversão singular dos afetos, às diversas maneiras de enfrentar as dores e as violências, apresentam as maneiras pelas quais foi possível construir redes de solidariedades, para além das formas de controle social do corpo e dos comportamentos, em uma luta constante e subjetiva pelo direito de múltiplas formas de viver, amar e sentir.

Vozes de mulheres negras: sentimentos e vivências de mães solas no sertão do São Francisco (MG)

Aline Cardoso Lima²

Cláudia Maia³

Sentimentos e emoções por muito tempo não foram percebidos como objeto passível de estudo. Mas, questionamos: como não inserir no debate acadêmico subjetividades que desvelam histórias de vida marcadas por diferentes culturas, costumes, hábitos, vivências, memórias afetivas e traumáticas? Por isso, acreditamos ser relevante conhecer outra forma de olhar a vida e de se comportar em sociedade. Afinal,

2 GPEG/Unimontes

3 GPEG/Unimontes

somos indivíduos carregados de emoções e ainda que, às vezes, tentemos não demonstrar nossos sentimentos publicamente ou compartilhar nossas particularidades, há sempre alguém disposto a oferecer ouvidos e olhares atentos para as vozes carregadas que muitas vezes desejam apenas serem ouvidas, sem que haja julgamentos durante a escuta.

Nesse trabalho, que resulta de uma escuta interessada, temos como objeto de estudo vivências e sentimentos que emergem da narrativa de história de vida de mulheres negras, mães solas, moradoras da cidade de São Francisco, no norte de Minas Gerais⁴. São Histórias atravessadas por emoções intensas, que se evidenciam em suas vozes, também carregadas de sentimentos. Tais sentimentos nos requerem atenção não apenas pela narrativa vinculada à fala, mas por outras formas de expressão, como, os olhares, o gesto de esfregar as mãos ao lembrar momentos vividos; a tensão, as pausas, os silêncios e, até mesmo, as lágrimas. Esse conjunto expressivo acionado nas narrativas nos permitiu entender um pouco sobre a experiência de uma mulher, negra, mãe solo, pobre e oriunda de uma família subalternizada no norte de Minas Gerais. Nesse sentido, buscamos abordar as relações afetivas dessas mulheres negras, propondo pensá-las em diferentes contextos, seja nas relações familiares, de amizade e de trabalho, ou nos relacionamentos amorosos, isto é, em relações que envolvem suas memórias afetivas em um processo que aponta a existência de uma (re)constituição de si.

A inserção das mulheres negras num campo de visibilidade histórica e da pesquisa acadêmica no Brasil se deve aos trabalhos pioneiros de intelectuais como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzáles, Sueli

4 A cidade de São Francisco está situada às margens do Rio São Francisco, no norte do Estado de Minas Gerais. Foi emancipada pela Lei nº 2.416, no dia cinco de novembro no ano de 1877. Possui uma população estimada em 56.163 habitantes, conforme os dados do último censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desses, 27.658 (51,4%) são homens e 26.170 (48,6%) são mulheres. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-francisco/panorama>.

Carneiro, Luiza Bairros, Jurema Werneck, entre outras, que enfatizaram a necessidade de falar das experiências e vivências dessas sujeitas, por exemplo, por meio do movimento negro⁵ e do feminismo negro, que criaram condições para a escuta de suas vozes.

Nesse sentido, a História Oral, em suas várias modalidades, constituiu uma ferramenta importante de escuta dessas vozes. Para a realização deste trabalho, utilizamos o método oferecido pela História Oral de vida, que nos possibilitou um contato direto com as experiências das sujeitas. Ao contrário do que frequentemente apresentam-se, esse não é um método simples em que é suficiente escolher o/a entrevistado/a ideal para atender aos propósitos de uma pesquisa. Numa entrevista de história oral de vida, é preciso considerar algumas particularidades: 1) que estamos lidando com sujeito(a)s dotado(a)s de sentimentos e emoções que serão movimentados durante o relato de suas experiências de vida; (2) é necessário possuir um roteiro pré-estruturado com questões, cuidadosamente elaboradas, a serem colocadas (ALBERTI, 2004); é fundamental ter comprometimento e responsabilidade com o que as colaboradas têm a nos dizer, principalmente, quando se trata, até então, de pessoas desconhecidas; é necessário desenvolver uma relação de confiança entre o(a) entrevistador(a) e as colaboradoras, para que essas se sintam confortáveis e confiantes para fazer relatos de sua intimidade.

Maria Isaura Pereira de Queiroz define a história de vida como:

5 O Movimento Negro brasileiro contemporâneo abarca todas as expressões políticas e culturais da população negra contra a discriminação racial. Esse movimento se inicia no Brasil, na década de 30, com a Frente Negra, e continua com as diversas formas de expressão político-cultural do negro nas quatro décadas seguintes. Na década de 70, o movimento negro ressurgiu de forma politicamente organizada no cenário nacional, sobretudo a partir da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), em São Paulo. Esse período é considerado como o marco da nova fase de resistência e mobilização negra na sociedade brasileira. Sobre o balanço do movimento negro contemporâneo brasileiro (Cf. PACHECO, 2008, p. 2).

[...] o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a existência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que nele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar (QUEIROZ, 1988, p. 20).

A História Oral de Vida permite à colaboradora relatar sua trajetória, desde a infância até à fase da vida em que ela se encontra no momento da entrevista. Além disso, é importante considerar o ambiente em que a colaborada está inserida, os aspectos sociais e culturais que a circundam. Logo, representa um exercício de rememorar situações já vivenciadas.

Tendo em vista o exposto, torna-se importante salientar, que ao ouvir as memórias de infância das mulheres negras colaboradoras dessa pesquisa foi possível perceber que muitos episódios vividos ou observados por elas, possivelmente tenham repercutido na fase adulta, especialmente porque nessa etapa da vida tiveram o primeiro contato com práticas racistas. Assim, quando não há orientações no ambiente familiar sobre questões étnico-raciais se torna mais doloroso lidar com situações de discriminação racial. Conforme observa Nilma Gomes (2002), crianças negras ou pardas começam a sentir na pele as práticas racistas e discriminatórias ainda muito cedo. Com isso, acredita-se que os estereótipos⁶ depreciativos, envolvendo a aparência refletem na autoestima e se estendem ao longo da vida.

6 [...] o estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação, que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais (BHABHA, 2013, p. 130).

As colaboradas dessa pesquisa são duas mães negras solas com idades de 32 e 49 anos, oriundas de famílias numerosas da camada popular da cidade de São Francisco (MG), que vivenciaram relacionamentos amorosos conturbados, marcados pelo contexto de violência doméstica. Elas foram selecionadas tendo em vista uma pesquisa mais ampla que investigou a solidão das mulheres negras, por isso, o único critério que utilizamos foi o de ser negra e “sozinha”; usamos a técnica da bola de neve, por isso, chegamos a até elas por indicação de outras mulheres⁷. Para preservar a identificação delas, optamos por utilizar nomes fictícios, por isso as chamaremos de Marisol e Mari Estrela. A escolha desses nomes se deu em homenagem a Marielle Franco, ativista negra e vereadora assassinada⁸.

MARISOL: SENTIMENTOS QUE TRANSBORDAM NO OLHAR, NA FALA E NAS SUAS CICATRIZES

Marisol, 32 anos, é a quarta filha de uma família de seis irmãos; frequentou a escola até a 4ª série do ensino fundamental; é mãe solo de quatro meninas. Embora seja uma mulher jovem, possui uma história de vida marcada por mágoas e momentos tensos que se iniciaram no ambiente familiar. Mas, ao narrar sobre seu pai e suas filhas, é perceptível no olhar e na maneira de se articular, certo encantamento e admiração mesmo tendo experimentado ao longo da vida situações que ao serem rememoradas lhe causam dor. Apesar de as feridas

7 Esta pesquisa recebeu apoio financeiro da CAPES, por meio de bolsa de mestrado, e da FAPEMIG para a coleta de dados, através do projeto DEG 00008-16.

8 A escolha desses nomes é uma homenagem à vereadora negra Marielle Franco, assassinada em 2018, no Rio de Janeiro. A ideia surgiu após a procura de possíveis nomes que poderiam fazer sentido para as minhas colaboradoras, pois não era nossa intenção nomeá-las de forma aleatória. Pensamos então na seguinte composição: Mari remete ao início do nome de Marielle, o complemento remete a um elemento ligado a natureza, desse modo temos: Marisol e Mari Estrela.

espalhadas pelo corpo, decorrentes da violência doméstica, já terem cicatrizado, no decorrer de sua fala, tornou-se evidente que as piores cicatrizes, aquelas do coração e da alma, encontravam-se abertas no momento da entrevista, que foi interrompida por um acesso de choro da colaboradora, que depois não quis mais seguir com a entrevista.

Nós pesquisadoras estamos sempre sujeitas a nos deparar com situações semelhantes a essa. Conforme interroga Marta Rovai (2013, p. 142): “até que ponto é preciso perguntar ao narrador sobre sua dor? Enquanto houver essas expressões únicas e tímidas, marcadas por lágrimas ou gaguejos, deve-se perceber que o limite está no respeito ao silêncio”. Mediante a reação de Marisol, entendemos que não nos cabia interrogá-la mais sobre suas vivências, o seu silêncio e lágrimas foram suficientes para transmitir a mensagem.

O contato inicial com Marisol foi estabelecido de forma despreziosa. O convite para participar da pesquisa surgiu da curiosidade em conhecer a história de uma mulher negra, de cabelo curto estilo “Joãozinho”⁹, sentada ao lado de duas crianças retintas, em um banco à frente de uma das pesquisadoras, durante uma missa dominical. Os cabelos curtos de Marisol destoavam do padrão de beleza feminina em que se valoriza cabelos longos, associado ao padrão de beleza europeu.

9 O estilo de corte “Joãozinho” ficou conhecido por esta conotação por ser associado ao corte masculino, inicialmente foi estigmatizado, pois a visão construída no imaginário social do feminino é da mulher com cabelos longos e de preferência lisos, sendo este o fetiche de alguns homens. É comum ouvirmos ainda o discurso machista de que “homens preferem cabelos longos”, mas na verdade quem tem que decidir qual corte é o mais adequado é a mulher, uma vez que não são obrigadas a fazer aquilo que acredita ser ideal ou apropriado, a partir de uma suposição do que é considerado a belo e feminino. É pertinente destacar que o corte “Joãozinho”, na atualidade, pode até ser visto como símbolo de independência e ousadia, mas quando se trata da mulher negra com esse tipo de corte, os estereótipos negativos a respeito do seu visual não são tão agradáveis, são duas medidas com pesos diferentes para as que têm a cor de pele branca e a negra.

Mas, quem realmente é Marisol? De que família nasceu? E como a sua relação com os seus familiares tornou-se um ponto crucial em sua vida? Sobre isso, ela relata:

Nós somos seis irmãs, com o menino, sete. [...] Mas o menino é irmão por parte de mãe, não por parte de pai. Eu com minhas irmãs temos uma relação muito boa, só não tenho um relacionamento muito bom com minha mãe. Devido quando eu era criança ela me batia muito, me xingava muito, aí teve problema com pai também, sabe? Aquilo eu já fiquei revoltada, esse irmão meu mais novo, pelo fato dele não ser filho do meu pai, já foi conturbando nossa relação e, outra coisa, ela fazia diferença de nós com ele porque ele é claro, ele não tem o mesmo tom de pele que nós, ele puxou o pai dele. Então teve uma diferença, um certo preconceito por parte dela, aquilo ali a gente acaba desgastando. É tanto que eu não converso com ele, nem com minha mãe, desde junho eu não converso com minha mãe. Agora, a relação com meu pai desde que ele morreu é boa, meu pai era uma pessoa muito boa sabe? Maravilhosa! (MARISOL, 2018).

É possível perceber na fala de Marisol como a ausência do amor materno e o tratamento recebido por parte do seu irmão de pele mais clara foi um divisor na relação com ele e com a mãe. No momento em que Marisol narrou sua relação com a mãe, pudemos perceber o porquê de algumas reações, como a mudança de semblante sempre que se referia à sua genitora. Isso acontecia, não apenas por rememorar as constantes surras e os xingamentos recebidos durante a infância, o que, conseqüentemente, refletiu na fase adulta, mas por um acúmulo de sentimentos, como raiva, angústia, revolta, carência. Somase a isso, a traição da sua mãe para com o seu pai.

Sobre esse último acontecimento que aparece em alguns momentos da sua narrativa, observamos que ela concebe o ideal de mulher como um indivíduo que, de modo algum, pode se envolver com

alguém quando casada. Nesse contexto, cabe a reflexão acerca da traição por parte da mulher, pois ela não é um ser pacífico e impassível de infidelidade. É comum a visão da mulher tida apenas como a vítima que foi traída, de modo que a conduta de ter relacionamentos extraconjugais por parte dela tem, frequentemente, uma conotação moral diferente em relação aos homens. Enquanto a infidelidade masculina tende a ser naturalizada pela sociedade, a mulher infiel tem sua reputação questionada e censurada. Vários motivos explicam a infidelidade feminina. Ao analisar as representações sobre a infidelidade conjugal feminina, Igor Randel (2009) destaca a vingança, isto é, as mulheres traem por se sentirem traídas por seus parceiros e por se sentirem rejeitadas; “para dar uma nova oxigenação ao casamento monótono”; por curiosidade e pelo “desejo de vivenciar situações com uma pessoa diferente de seu cônjuge, em decorrência da rejeição afetiva e/ou sexual” (RANDEL, 2009, p. 50).

No que se refere ao fato da mãe de Marisol tratar de forma privilegiada o único filho branco, a colaboradora ressalta que, apesar de sua genitora ser retinta assim como as demais irmãs e o seu pai, ela é preconceituosa. Marisol e as outras irmãs vivenciam o racismo no próprio ambiente familiar, ou seja, não foi preciso sair de casa para se deparar com o racismo, que está enraizado na sociedade. Ao ser questionada sobre a sua relação com o pai, Marisol argumenta:

Meu pai nunca desfez de nós, do jeito que ele fazia com um, fazia com todos. Minha mãe era o seguinte, se ela fosse fazer uma comida, a primeira comida que ela tirava era a dele [o irmão], os melhores pedaços ela colocava era na vasilha dele. Aí então o que ficava, pé e pescoço, ela deixava pra a gente, então aquilo para mim não era certo. Se ela fazia um biscoito escondia, mas era ele que comia tudo do melhor. Aquilo ali fazia revolta (MARISOL, 2018).

Ao apontar o tratamento do pai em relação aos filhos, a nossa colaboradora faz comparações diferentes das relacionadas ao

tratamento que a mãe empregava às filhas e ao único filho homem caçula e de pele clara. São detalhes que, aparentemente, podem parecer simples, mas ser criada e tratada de forma distinta devido à cor de sua pele permanece presente em sua memória afetiva. Ela destaca a destinação dos melhores pedaços do frango (peito, coxa e sobrecoxa) para o irmão. Observa-se por meio desses atos uma mensagem. Tradicionalmente, em determinadas famílias do interior norte-mineiro, os pedaços considerados mais nobres eram destinados aos mais velhos, geralmente ao pai, visto hierarquicamente como figura de autoridade e primazia. Esse costume se dava em razão da representação do pai como provedor do lar, aquele que sempre coloca alimento na mesa, de modo que havia uma concepção de que seria merecida essa diferenciação.

Nesse momento da narrativa, ao discorrer sobre esse episódio, sua fala é bem pontual em relação ao tratamento diferenciado dos pais consigo e com os irmãos. Em momento algum Marisol deixa enfatizar o quanto o pai foi essencial em sua vida. Por isso, ao lembrá-lo ela demonstra um saudosismo, sobretudo, porque carrega um ressentimento da mãe em relação à morte do seu pai:

Ela provou que não gostava dele porque o dia que ele morreu ela chegou da firma e nós todo lá, e o caixão na sala. Ela passou nem olhou para a cara dele. Aquele dia foi o dia que eu mais fiquei com raiva na minha vida. Até hoje eu tenho raiva, acho assim ela não gostava dele. O cara que trouxe ela da firma deu [dinheiro] pra comprar a vela pra acender, ela não teve coragem de comprar a vela pra o meu pai. Se as pessoas que conhecia [...] não tivesse ajudado não teria nada. Ela veio da firma mais com o interesse pra aposentar [...] ela pegou e aposentou e fez empréstimo de 5 mil, ninguém sabe o que ela fez com o dinheiro [...] porque lá dentro de casa não entrou nada, do jeito que pai deixou, ficou (MARISOL, 2018).

Pelo exposto, é importante comentar que como o pai de Marisol já se encontrava enfermo – ele era portador de doença de chagas, muito comum na região –, acreditamos, no primeiro momento, que a provedora da casa era sua mãe, que trabalhava em outra cidade na colheita de batatas. Antes, porém, é pertinente observarmos que embora a prática da colheita seja atribuída ao sexo feminino, nesse setor grande parte dos trabalhadores são homens, e mesmo sendo um trabalho visto como pesado para o sexo feminino, as mulheres enfrentam a distância da família e as diferenças de gênero, mostrando também que são capazes de desempenhar um serviço tipicamente masculino.

Como dito anteriormente, de acordo com Marisol, embora a mãe trabalhasse, ela não ajudava nas despesas domésticas, que ficavam sob a responsabilidade das filhas. Cumpre frisar que a pobreza atinge em maiores proporções uma determinada raça, sendo os negros aqueles que mais sofrem com as desigualdades. Os negros costumam ser as principais vítimas da má distribuição de renda em nosso país. Segundo Abdias Nascimento:

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancadas as oportunidades que lhe permitiram melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive (NASCIMENTO, 1978, p. 85).

Dito isso, é perceptível na última fala de Marisol, que a imagem de um dos dias mais tristes da sua vida ainda permanece presente na sua lembrança por dois motivos: a perda do pai, pois tinha

um carinho imenso por ele e o comportamento discriminatório da mãe. É compreensível que a colaboradora quisesse o apoio da mãe naquela ocasião. Ela rememora que o episódio lhe provocou um sentimento de revolta.

Os conflitos internos e externos entre Marisol e sua mãe se intensificaram, com o passar dos anos, conforme rememora a colaboradora. Sua solidão está para além dos seus relacionamentos amorosos, é sentida principalmente no contexto de situações que dizem respeito ao tratamento recebido pela sua genitora, isto é, ela relembra a ausência do afeto e carinho maternos.

Essa lacuna em relação à falta de afeto e amor começa, ainda, na infância e se estende à fase adulta na vida das mulheres negras; a solidão para muitas é recorrente. Quando falamos da solidão das mulheres negras, estamos pensando além dos seus relacionamentos amorosos, ela está presente nas relações familiares, de amizade, de trabalho, religiosas, entre outras. A mulher negra é preterida ao longo da sua existência, vista como sujeita subalterna e hipersexualizada, estando na última posição da pirâmide social. Segundo Claudete Souza (2008), elas enfrentam a solidão, independentemente do *status* social e escolaridade. Nesse aspecto, estudos têm demonstrado que mulheres negras são apontadas como as que menos se casam e, conseqüentemente, as que estão destinadas ou condenadas ao celibato definitivo.

Ana Claudia Lemos Pacheco (2013), em sua pesquisa sobre a afetividade e a solidão feminina negra em Salvador, atesta que embora Salvador seja composta por 80% de habitantes negros e mestiços, considerada a maior cidade fora do continente africano que reúne a maior população de descendentes de africanos do mundo, muitos homens negros ali residentes preferem parceiras não-negras, o que colabora para o possível celibato de mulheres negras heterossexuais. Para essa autora, a solidão das mulheres negras está relacionada a herança escravista, que imbuí esses corpos de estereótipos. A pesquisadora conclui que o racismo e o sexismo estão presentes na vida delas. Ela observa

que entre as colaboradoras da sua pesquisa, ativistas ou não, em algum momento de suas vivências afetivas elas foram preteridas, mas, entre as mulheres negras não ativistas, a solidão ganhou um significado que antes havia sido percebido, na associação que essas mulheres faziam entre a ausência de um parceiro a adjetivos, como “sozinha”, “solitária”, “sós”. Essas mulheres “ressignificaram a solidão, através de novas relações sociais e afetivas construídas no trabalho, na realização profissional, nas redes de amizade, na religião, no lazer, na família, na educação, na maternidade e na corporalidade” (PACHECO, 2013, p. 357).

A solidão afetiva também foi sentida por Marisol. Ela tornou-se uma mulher de poucos relacionamentos amorosos, uma vez que os relacionamentos vivenciados foram conturbados. Seu primeiro envolvimento amoroso ocorreu na infância, com um rapaz também negro, seis anos mais velho, na época com 17 anos. Ela lembra: “eu com 11 anos de idade já namorava com o pai da minha primeira menina. Aos 14 eu ganhei ela, fiquei um tempo com ele, mas (...) sofrimento, né? Ele não trabalhava e tal, acabei dando a menina pra vó por parte de pai” (MARISOL, 2018).

De acordo com a colaboradora, a falta de preparo e o desconhecimento de métodos contraceptivos fizeram com que ela engravidasse e tivesse duas filhas ainda muito jovem. Ela afirma que, na época da primeira gravidez, era imatura e inexperiente para cuidar da criança. Além disso, não tinha condições básicas para criar sua primogênita e abandonou os estudos durante a gravidez. Dado o contexto, decidiu deixar a filha para a avó paterna criar.

Em relação à gravidez na adolescência, segundo Duarte (2002), é importante a reflexão de que a questão é um dos grandes fatores ligado à evasão escolar. Há meninas que se sentem apreensivas para continuar os estudos por causa de diferentes razões: falta de compreensão dos próprios colegas diante da situação ou mesmo por sentirem vergonha de frequentar a escola, sobretudo, quando a barriga começa a crescer. Entretanto, algumas adolescentes, ainda que estejam em situações de gravidez precoce, conseguem conciliar os estudos e a

maternidade, o que não foi o caso de Marisol, que abandonou a escola no quarto ano. Um dos receios de Marisol em relação à escola era ser vítima de possíveis julgamentos por parte dos colegas de turma. O sentimento dela em relação a sua própria história de vida é de vergonha, uma vez que ser mãe jovem não é “aceitável” pela sociedade, é algo visto como um problema social¹⁰.

Garotas com experiências semelhantes às de Marisol sofrem com outras questões: as mudanças no corpo, o parto, os gastos em decorrência do nascimento do bebê, principalmente no caso das adolescentes que, em geral, pertencem às camadas sociais menos abastadas, em condições socioeconômicas desfavoráveis. Como afirma César e seus colaboradores:

As jovens mães enfrentam uma série de problemas em relação a uma gravidez precoce. A magnitude destes problemas é tanto maior quanto mais pobres e jovens. Isto porque, na maioria das vezes, a gravidez precoce acontece fora do casamento e a chegada de um filho pode antecipar uma união ou é absorvida como extensão das famílias e seus parentes. Além disso, estas adolescentes encontram maiores dificuldades em conciliar estudos com os cuidados com a criança, o que resulta em sua interrupção e acaba por retardar o ingresso no mercado de trabalho. Contam também com uma dificuldade adicional no que se refere ao despreparo emocional e de ordem prática para atender as demandas de um recém-nascido (CESAR, *et. al.*, 2000, p. 184).

10 Um dos questionamentos de Carla Denari Giuliani em sua tese de doutorado é perceber quanto a maternidade na adolescência se tornou um problema de cunho social, sendo que o Brasil, país de cultura fortemente patriarcal, atribuiu-se à mulher função social de reprodutora e criadora dos filhos. Assim, durante muitos anos, as meninas foram educadas para serem esposas e mães, o que, em geral, acontecia logo após a menarca. E, ainda até o início do século passado, a gravidez precoce era considerada um acontecimento habitual para os padrões socioculturais da época (GIULIANI, 2012, p. 508).

Tomando como ponto de partida a argumentação supracitada, infere-se que mães jovens e negras sofrem mais no que se refere à realidade pós-gravidez, ou seja, isso ocorre devido às múltiplas intersecções de raça, gênero e classe. É pertinente frisar que, provavelmente, o fato de elas terem engravidado com pouca idade decorra da falta de instrução em relação à prevenção. Por mais que já existam diferentes métodos contraceptivos, muitas meninas ainda não são orientadas sobre cuidados preventivos na relação sexual. A respeito disso, Marisol relata que:

O problema tá aí. Quando a gente tem filho muito nova talvez a gente não pensa (...) falta de explicação de mãe também, ela nunca soube explicar pra nós, a primeira vez que eu menstruei nem sabia o que era. Ela nunca foi de explicar nada disso, nunca foi de conversar sobre, assim essas coisas [sexo]. Aí o filho acaba se perdendo.

Questionamos a colaboradora sobre o apoio da família. Ela disse que recebeu apoio “até um certo ponto”, pois os pais permitiram que ela e o namorado vivessem um tempo na casa deles. Contudo, com o passar dos dias, sua mãe começou a afrontá-la por causa da gravidez, além de se mostrar insatisfeita com algumas questões: o gasto de água para lavar as roupas da criança, cuidar do bebê à noite e deixar a luz do quarto acesa. Tais circunstâncias, aparentemente, não passavam despercebidas pela mãe, que demonstrava reprovar a gravidez e, conseqüentemente, os cuidados inerentes à maternidade. Tudo isso se agravou pelo fato de companheiro de Marisol, desempregado à época, morar na mesma residência que os familiares da colaboradora. Além disso, ela ressalta que o difícil convívio com a irmã foi crucial para que ele fosse embora. Nesse cenário, sem moradia própria e condições de cuidar da criança, Marisol entregou a filha aos cuidados da avó paterna.

Embora a filha tenha sido criada pela avó paterna, Marisol sempre esteve presente em sua vida. Aos 19 anos de idade, ela chegou a requerer judicialmente a guarda da filha. No entanto, não obteve êxito porque ficou grávida, novamente, do mesmo parceiro, ou seja, não possuía as condições financeiras necessárias para cuidar de todas as crianças.

Em relação ao trabalho desempenhado por Marisol, como já foi mencionado, desde a infância ela trabalhou para ajudar os pais em casa. Contudo, o fato de tornar-se mãe criou empecilhos para que ela tivesse um emprego formal e alcançasse seus objetivos. Além disso, ela (Marisol) carrega consigo várias intersecções¹¹. Crenshaw (2002) salienta que a mulher negra se insere na sociedade sofrendo o peso de múltiplas opressões, por ser mulher, negra, pobre, mãe sozinha e com baixo nível de escolaridade. Marisol experimenta um conjunto de desvantagens sociais que a colocam em posição desigual em relação às mulheres brancas. Com os vários marcadores sociais que cruzam a sua vida, não adianta lutar apenas contra um tipo específico de discriminação interseccional, pois uma não sobrepõe à outra, mas estão imbricadas. Quando uma mulher negra é discriminada, não é possível avaliar se ela foi vítima apenas de racismo ou de discriminação de gênero.

Quando Marisol se encontrava empregada era difícil manter-se no emprego, pois estava vulnerável a vivenciar todo tipo de preconceito e práticas racistas, tais como: a exploração exacerbada

11 A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

da sua força de trabalho pelos patrões ou por colegas de trabalho que se sentiam superiores por serem brancos. Conforme informa Marisol:

Muito tempo trabalhando com dona [fulana]. Trabalhei pra ela muitos anos. Serviço meu nunca teve valor, pagava muito pouco. Só queria meu serviço, como eu precisava de dinheiro aí fiquei. Dinheiro pra mim mais as meninas [filhas]. Aí depois de um tempo eu fui morar em BH. A pior parte foi isso, a coisa mais ruim quando comecei a trabalhar no restaurante lá eu trabalhava mais uma menina que chamava [fulana] nós fazia o mesmo serviço mas ela tinha mais benefício que eu. Não sei porque às vezes nós discutia e ela me chamava de capetona. Pra mim o significado de capetona ela tinha. Um preconceito comigo um *bulling* aquilo me deixava muito estressada, nervosa. Aí nós ficamos, chegou um tempo que não aguentei saí de lá. (...) A maioria das pessoas colocaram o apelido em mim de neguinha não sei se era um significado bom ou ruim na parte da linguagem deles, mas eu já ouvi muitas coisas que a gente não gosta nem de lembrar (MARISOL, 2018).

A respeito do tratamento que Marisol recebeu, durante o desempenho de algumas funções, torna-se evidente o fato de que, em sua narrativa, há uma revolta e uma indignação pela falta de valorização da função exercida, sobretudo, por ter sido tratada com apelidos pejorativos, sendo submetida a todo tipo de situação humilhante. Conforme Almeida, as mulheres negras “são consideradas pouco capazes, já que existe todo um sistema econômico, político e jurídico que perpetua essa condição de subalternidade, mantendo-as com baixos salários, fora dos espaços de decisão, expostas a todo tipo de violência” (ALMEIDA, 2018, p. 52).

Inicialmente, Marisol não havia entendido os motivos pelos quais sua colega de trabalho recebia um tratamento “diferenciado”¹², que a beneficiava. Mas, logo percebeu o tratamento racista da colega para consigo e os adjetivos estereotipados utilizados para ofendê-la. Para Marisol, o fato de ser negra retinta e a colega ter pele clara era determinante para que os insultos dos patrões e a exploração do seu trabalho. Essa situação levou-a a abandonar o emprego e lhe causou estresse emocional.

Esses relatos nos levam a pensar quantas mulheres negras adoececem por serem tratadas de modo diferenciado, não apenas no trabalho, mas em diferentes setores, e o quanto a discriminação racial pode dilacerar alguém. Ser percebido como sujeito inferior causa dores e feridas às pessoas negras que são frequentemente revisitadas e abertas ao serem lembradas ou vividas novamente. Como afirma Juran-Dir Freire Costa, no prefácio: *Da cor ao corpo: a violência do racismo*,

O sujeito negro, diante da “ferida” que é a representação de sua imagem corporal, tenta, sobretudo, cicatrizar o que sangra. É a este trabalho de cerco à dor, de regeneração da lesão que o pensamento se dedica. [...] O tributo pago pelo negro à espoliação racista do seu direito à identidade é o de ter que conviver com um pensamento incapaz de formular enunciados de prazer sobre a identidade do sujeito. O racismo tende a banir da vida psíquica do negro todo prazer de pensar e todo pensamento de prazer (COSTA, 1982, p. 19).

12 A expressão “diferenciado” é aqui pensada a partir da posição de privilégio que geralmente se coloca o homem branco em comparação aos negros, mas de acordo com Ribeiro é necessário e preciso desconstruir o que é diferença. Muitas vezes, nos dizem que fomos discriminados, insultados, violentados porque somos diferentes. Esse é um mito que precisa acabar. Não sou discriminado porque sou diferente, eu me torno diferente através da discriminação. É no momento da discriminação que sou apontada como tal. Precisamos desconstruir o racismo e descolonizar o conhecimento. Às vezes, podem soar apenas como palavras, mas possuem uma construção teórica imensa (RIBEIRO, 2018, p. 111).

Conforme se observa, na tentativa de deslegitimar, de ridicularizar, silenciar ou mesmo ferir, são utilizados signos que representam a identidade do sujeito negro, frisando sua cor, seus traços físicos e seu cabelo crespo com menosprezo. Tudo isso contribui para que muitas mulheres negras cresçam acreditando que não são belas, negando sua etnia, se “embranquecendo”, por meio da tentativa de se adequar ao padrão de beleza, como os alisamentos capilares. Outras vão além, e para “minimizar” os traços chegam a colocar pregadores no nariz na tentativa desesperadora de afiná-lo ou em casos em que negros possuem condições financeiras satisfatórias, submetendo-se a procedimentos estéticos como a rinoplastia, uma prática que funciona como aniquilação do que é um traço da sua negritude. Sobre sua aparência estética, Marisol comenta:

Tem certa coisa que a gente gosta nem de lembrar. Às vezes assim (...). Você tem um cabelo duro. Único “elogio” que já levei na minha vida por conta da pele, só o dente. Aqui mesmo em São Francisco já sofri racismo de muita pessoa e eu sobrevivi.

Ainda que, em alguns momentos da entrevista, Marisol tenha demonstrado que se sente bem com a sua aparência, tornou-se evidente, tendo em vista o exposto, que a sua autoestima é um ponto que lhe causa insegurança.

Ouvir que é uma mulher bonita pode parecer algo simples, entretanto, para muitas mulheres negras é motivo de satisfação. Por outro lado, ouvir do outro que não se é suficientemente bela, como no caso de Marisol equivale ouvir que não se é digna de amar e de ser amada. Esse é um dos motivos pelos quais muitas mulheres negras não se sentem amadas. Como ressalta Bell Hooks (2010, p. 6) “o amor precisa estar presente na vida de todas as mulheres negras, em todas as nossas casas. É a falta de amor que tem criado tantas dificuldades em nossas vidas, na garantia da nossa sobrevivência”.

Marisol explicou que teve apenas dois relacionamentos amorosos duradouros, sendo eles homens negros. Com o primeiro companheiro teve três filhas, com o segundo teve uma filha. Ela estava grávida quando se envolveu com o seu segundo companheiro, que se responsabilizou pela paternidade da criança. No entanto, ela não imaginava que viveria com ele momentos complicados da sua vida, situações tensas e conturbadas, como a violência doméstica.

A lei 11.340/2006, conhecida como lei Maria da Penha, que qualificou a violência doméstica e familiar no Brasil, tipifica essa forma de violência em: violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (BRASIL, 2010). A violência contra as mulheres não necessariamente se inicia por meio da agressão física, pois, pode ter como ponto de partida qualquer uma das tipificações mencionadas na referida lei, que, por vezes acaba se tornando regular na relação cotidiana do casal. Marisol vivenciou a violência doméstica no limite, conforme narra:

Namoro é perfeito, era uma ótima pessoa, calma e tudo, mas assim a pessoa quando bebe se transforma, foi ruim marido, sofri na mão daquele homem [...] de apanhar, apanhei demais. Nessa parte separei mais dele por conta disso, também bebia álcool, ele me bateu demais. Judiou de mim doze anos. Cansei, um dia foi uma pedrada que ele me deu, a última foi a facada. Chegou um ponto que [...] olha as marcas de machadada na porta de tanto nós brigar. Foi violência demais, achei melhor nós separar, se eu vivesse mais com ele, um de nós ia acabar morrendo, eu sabia muito bem quem ia morrer e era eu, se ele teve coragem de me dar uma facada [...]. Um bom pai, mas péssimo marido (MARISOL, 2018).

Marisol justifica a violência do marido devido ao consumo de álcool, que transforma seu comportamento calmo em agressivo e violento. Essa justificativa acaba por amenizar a gravidade das atitudes

dele. Estudos têm evidenciado que a ingestão de álcool é um dos fatores que pode intensificar o comportamento agressivo dos homens contra as mulheres, sendo recorrente nos inúmeros relatos das vítimas de violência doméstica. Conforme adverte Ana Lúcia Martins (2012, p. 14), “considerar a relação entre álcool e violência implica refletir sobre um fenômeno complexo pela própria naturalização tanto do consumo de álcool como da violência”.

Marisol sofreu violência doméstica por anos sendo ferida por diferentes objetos, até perceber o risco de morte que corria e decidir romper com a relação. Nesse momento da sua narrativa, Marisol expressa certo incômodo e ao mesmo tempo tristeza no olhar e cabeça baixa enquanto seguia o relato desse momento conturbado da sua vida. A narrativa veio acompanhada da apresentação de cada cicatriz espalhada pelo seu corpo e das marcas de golpes de machado que ainda se encontravam sinalizados na porta. O machado foi utilizado para golpear a colaboradora, contudo, ela conseguiu se esquivar e fechar a porta antes de ser alvejada, o que não ocorreu com a facada, que foi o estopim para colocar um ponto final na relação. O medo de perder a vida e deixar as crianças sozinhas a encorajou, além disso, as filhas frequentemente presenciavam as discussões permeadas por agressões:

Elas choravam, uma vez foi a mais pior, chuva mais chuva eu morava no Santa Luzia. Ele foi mim batendo, batendo me deu choque, bateu minha boca assim na cabeceira da cama, sabe? Eu tenho trauma de choque! Meu rosto ficou inchadão, essas meninas chorando, minha irmã também e os meninos dela. Na hora que ele soltou eu peguei essas meninas sai no carrerão naquela chuvona. Fui parar lá na casa da prima dele. Ai no outro dia eu fui trabalhar, enrolei um pano assim no rosto pra o povo não me ver, peguei e fui trabalhar com esse rosto inchado. Cheguei lá os meninos onde eu trabalho falou assim: cabe uma Maria da Penha, eles me liberou, eu fui com minha irmã e as meninas também.

Disse que ia levar ele pra FEBEM mais não tinha vaga, aí não prendeu ele, tudo bem. Aí peguei separei dele fiquei um tempo separada. (...) Fiquei um tempo lá morando de aluguel, às vezes a gente volta por conta do filho, não pensa na gente. Eu sozinha lá numa cidade grande daquela com as meninas pequena, pagando aluguel, feira e água, no fim nós pegamos voltamos. Não adiantou a violência continuou a mesma coisa, nós tornamos a brigar fomos brigando, separamos aí voltamos. A última gota de água foi essa facada que ele me deu, peguei tudo vendi e fui embora, tem três ano que eu tô aqui. Tem duas vezes que ele veio atrás de mim querendo voltar, só que eu falei assim: eu não volto “cabou”, dá não, mais por conta das meninas, elas merece isso não. Eu nunca vi meu pai mais minha mãe brigando (MARISOL, 2018).

Apesar das filhas não terem sido fisicamente agredidas, por presenciarem momentos como os apresentados, certamente, foram psicologicamente afetadas, devido as suas crises de choros e desespero. Elas presenciaram todo o sofrimento da mãe e não podiam ajudá-la inclusive, porque independente do dia, da hora e do tempo tinham que sair às pressas de casa na tentativa de se protegerem e buscarem por ajuda nos lares de amigos ou de familiares. Ainda que a colaboradora enfatizasse que o seu parceiro não utilizou de conduta que ferisse a integridade corporal das filhas, causaram-lhes danos emocionais permanentes, pois a violência sofrida pela mãe afeta diretamente as crianças que presenciam as agressões; elas são afetadas e sofrem “da mesma maneira como se fosse a pessoa maltratada” (SAGIM, 2008, p. 92-93).

É interessante constatar no depoimento que mesmo tendo ainda afeto pelo seu agressor e ao reafirmar o papel que ele teve na sua vida por ter assumido a paternidade de sua filha, a colaboradora enxergava o fato dele registrar sua filha como um dos atributos positivos do ex-companheiro. É importante mencionar que não só para Marisol, como também para outras mulheres, não é fácil sair desse tipo de

relacionamento, uma vez que é muito comum que a sociedade perceba a mulher como pessoa responsável por situações como essas. Maia (2020a) identifica, ainda, entre os motivos que impedem as mulheres de romperem com relações violentas, a vergonha; o constrangimento de expor publicamente a violência sofrida; a falta de apoio da família; a preocupação com os filhos, especialmente, por privá-los da convivência com pai; questões religiosas ligadas, sobretudo, à ideologia do casamento indissolúvel e do perdão; o medo provocado pela chantagem emocional; a insegurança gerada pela ausência de respostas eficazes do poder público e a dependência econômica. Esse último motivo aparece também na narrativa de Marisol que explica ter reatado o relacionamento por causa das filhas, a fim de garantir a sobrevivência delas, pois não conseguia assumir sozinha todas as despesas da família.

Ao lembrar sobre a fase em que voltou a viver com seu companheiro, com um tom de voz pausado, Marisol enfatiza: “O momento mais triste da minha vida quando ele me furou, [silêncio] ia deixar minhas filhas só. Eu quero falar mais não.” Conforme Marta Rovai (2013), o silêncio, durante a narrativa, não deve ser visto como uma falta de palavras a serem ditas, mas como excesso, pois esse gesto da colaboradora é suficiente para compreender sua dor. Marisol é uma sobrevivente de tentativa de feminicídio e não se tornou mais uma nas estatísticas, no entanto, muitas mulheres, em sua maioria negras, não tiveram a mesma sorte (MAIA, 2020b). Do mesmo modo que Marisol conseguiu se livrar do seu companheiro, a nossa próxima colaboradora Mari Estrela também resistiu e conseguiu colocar um fim em todo tipo de violência sofrida.

MARI ESTRELA: “A NEGRINHA METIDA” DA GARGALHADA CONTAGIANTE

Apresentamos agora a nossa segunda colaboradora: Mari Estrela, uma mulher de gargalhada contagiante que suscita nas pessoas, ao seu

redor, sentimentos alegres. Mesmo com uma história de vida difícil, de tentativa de abuso, violência doméstica, abandono, preterimento e até ideia suicida, a narrativa de Mari Estrela revela uma força admirável, ao desejar mostrar para a sociedade que aquela menina que cresceu chamada de “metida”, por se posicionar, conseguiu superar os obstáculos que surgiram ao longo da sua vida. Principalmente, por ter nascido em uma família de pais inter-raciais que a prepararam muito bem para lidar com os possíveis preconceitos e racismo que poderia vir a sofrer em algum momento da sua vida.

Mari Estrela entrou nessa pesquisa por indicação de pessoas que a conheciam e sabiam dos nossos objetivos. Ao propor o convite para participar da pesquisa, a nossa colaboradora se mostrou bastante curiosa em saber o teor das possíveis perguntas a serem feitas. Sua apreensão maior era a de não conseguir responder, mostrando-se muito inquieta e articulando repetidas vezes, com as mãos, ainda que com o sorriso nos lábios. Conforme Verena Alberti (2004), esse contato inicial é fundamental, principalmente, quando se trata de indivíduos que até então não se tinha conhecimento das suas vivências singulares. Desse modo, ir ao encontro dessas mulheres negras sozinhas, levamos em considerações três aspectos apontados pela historiadora: apresentar de forma concisa qual era o nosso objetivo, mostrar franqueza na descrição e enfatizar a importância de relatos sobre sua vida para nossa pesquisa. Ressaltamos para ela que compartilhar suas histórias poderia servir de motivação para outras mulheres negras que vivenciaram situações semelhantes. Por último, demonstramos o zelo por suas narrativas, pois a entrevista não significava apenas um encontro para responder perguntas seguidas de outras, isto é, apontamos que a principal personagem da vida real era ela, e não nos cabia julgá-la.

Mas, afinal, quem é essa mulher negra sozinha, por traz de um sorriso contagiante? Mari Estrela nasceu em São Francisco, tinha 49 anos na época da entrevista; é a nona filha de doze irmãos, sendo a única mulher. Perdeu o pai ainda na infância, aos quatro anos, por

isso não tem quase nenhuma lembrança da figura paterna em sua vida. Sua memória a respeito do pai começou a ser construída pelas vivências da mãe e dos irmãos mais velhos que a criaram e compartilharam com a mãe a responsabilidade, ainda muito cedo, de dividir as tarefas de cuidar dos irmãos mais novos, algo comum em famílias pobres numerosas.

Ela possui o 2º grau completo, mas não concluiu seus estudos na idade considerada adequada, pois, assim como Marisol, engravidou na adolescência e se viu obrigada a abandonar os estudos. Mas, diferentemente daquela, ela retornou tardiamente e concluiu o ensino médio por meio do supletivo. No momento da entrevista, ela trabalhava como agente comunitária de saúde.

Em uma das falas de Mari Estrela, ela narra sobre o que significa para ela nascer em uma família inter-racial e sobre a preocupação de sua mãe com o fato de os filhos terem nascido negros. Ela não enxergava a cor deles como algo “ruim”, mas temia tal fato, considerando que seu companheiro vivenciara o racismo. A colaboradora ressalta um dos momentos tensos presenciados pela família, quando morava na zona rural:

Quando eles mudaram pra lá mais painho e com os meninos mais velhos era todo mundo novo ainda na época, eles sofreram muito. Painho era negro e já chegou com um tanto de filho e a vizinhança tinha fazendeiros e costumava maltratar ele muito, inclusive meus irmãos por eles ser negro e filho de painho na região. Até acostumaram com eles, não podia matar né? (MARI ESTRELA, 2018).

A maioria da população dessa região mesmo composta por pessoas negras em que, até então, a família da colaboradora residia, conhecido por “Vaqueta”, não tinha apreço pela família de Mari Estrela, que fora mal recebida no lugar. Os dois fatores que os levaram

a ser agredidos foram: primeiro, pelo fato de seu pai ser negro retinto, casado com uma mulher branca e pela numerosa quantidade de filhos.

Percebe-se, por meio do fato supracitado, como a característica de possuir a cor negra de pele clara é requisito para que algumas pessoas acreditem serem superiores a outros negros. Sentem que são melhores que os negros retintos, inclusive, realizando práticas de maus-tratos por meio de insultos e da prática de agressões verbais, como fizeram com a família da colaboradora. A mãe de Mari Estrela era branca e, por isso, não havia sido afetada, mas sentia muito pelo sofrimento que a família vivenciava. Eles suportaram tudo isso até que os agressores aceitassem a presença deles na região. Contudo, algo que nos deixa inquietas sobre essa situação é que muitos negros que ali viviam aceitavam esse tipo de atitude passivamente.

Ao interrogar Mari Estrela sobre a infância e a adolescência, ela relatou o seguinte:

Não sei nem se eu tiver adolescência. Essa é a verdade (risos). Não existiu aquela parte de ser criança, de brincar, ter uma boneca, vários brinquedos isso eu não tive. Meus brinquedos era boneca de milho na época com aqueles cabelão. E na fase minha de adolescência sinceramente eu não sei te descrever, porque assim que eu já conseguir responder por mim aí eu participava da equipe do culto da igreja na Granja Primavera é assim eu ia muito nos jogos, né? (MARI ESTRELA, 2018).

Por esse relato, percebe-se que embora a colaboradora tenha soltado sua gargalhada contagiante ao responder sobre a sua adolescência, no decorrer da entrevista, notamos que, muitas vezes, o sorriso dela surge como estratégia de “fuga” para desvencilhar-se desse tipo pergunta. Parece ser uma maneira encontrada por ela para encarar os desafios que encontra em seu caminho. Por isso, falamos que por traz da sua gargalhada há muitas histórias tristes e veladas. No entanto, o ato de relatar parece ter acalentado Mari Estrela, ou seja, o

fato de ela conseguir falar sobre o assunto fez bem a ela, apenas porque alguém estava escutando seus momentos de tristeza.

A colaboradora enfatiza que, em sua fase de infância, não tinha muitos brinquedos, o que evidencia a carência de recursos financeiros da família dela, pois, para ela, ter uma boneca com cabelos era sinônimo de bom poder aquisitivo. Às crianças de família pobres geralmente restava, apenas, as bonecas de espigas de milhos, que eram comumente cultivadas nas roças, para garantir o sustento familiar ou para vender e, até mesmo, alimentar a criação. Possuir uma boneca industrializada estava distante da família de Mari Estrela, assim como das demais famílias carentes localizadas no sertão do Norte de Minas. É fundamental não romantizar a atitude dos pais ou das próprias crianças ao buscarem se divertir com outros meios que poderiam representar determinado brinquedo.

Mari Estrela também começou a trabalhar muito cedo em outra cidade e enxergou a situação como uma oportunidade para adquirir suas próprias coisas. O sonho de uma menina que morava, em uma cidade pequena, de trabalhar na capital mineira foi realizado com o auxílio do irmão mais velho que já trabalhava naquele local e conseguiu um emprego para a irmã, na época com 17 anos. Porém, ela não imaginava o que poderia suceder:

Eu trabalhei em BH na casa de um pessoal muito bom, um casal de idoso mais um filho. Eu como neguinha do interior e o filho do casal resolveu querer ou melhor me pegar a força. Ele não queria namorar comigo. Cê acha que o filho dos meus patrões ia querer algo comigo a empregada, mocinha do interior, negrinha? Ele pensou que eu fosse uma bobinha. Mas nada disso aconteceu (MARI ESTRELA, 2018).

Observa-se diante dessa fala a tentativa de assédio sexual praticada pelo filho dos patrões. Para a colaboradora, ele não tinha nenhum interesse em estabelecer um relacionamento sério com ela.

Após essa atitude, ela ficou apreensiva e tinha receio de continuar no emprego e ser abusada sexualmente. De acordo com as informações da ONU Mulheres, a violência contra as meninas menores de 16 anos que trabalham como domésticas é recorrente (ONU, 2013). Elas são consideradas as maiores vítimas de assédio sexual. Além disso, quando ocorre o crime de estupro e as vítimas engravidam desses abusadores, normalmente, após o ocorrido, são demitidas ou até consideradas culpadas por algo que não fizeram por livre e espontânea vontade.

A vergonha e a culpa são frequentemente sentidas pelas vítimas. Inclusive, Mari Estrela preferiu não falar com os patrões sobre a situação vivenciada, mencionou apenas para o irmão, pois “ele queria saber o motivo deu querer sair, já que estava dando certo com o trabalho, eu contei pra ele que eu tinha medo, eu era virgem, com 17 anos. Por ter ouvido muitas histórias de filho de patrão abusar das empregadas e ficar por isso mesmo, eu saí fora” (MARI ESTRELA, 2018).

Além disso, nesse contexto, podemos observar situações que representam resquícios do período escravocrata, que ainda é perceptível em atitudes como as praticadas pelo filho do patrão, em querer forçar a empregada negra a ter relação sexual com ele. Como descreve Freyre (2003), situações como essas eram frequentes nas chamadas Casas Grandes, pois o filho do senhorzinho branco tinha acesso ao espaço doméstico e abusava das escravas e, geralmente, as negras eram usadas para a iniciação sexual deles.

Durante a entrevista, quando Mari Estrela é indagada sobre suas vivências na maternidade, percebe-se certa tensão na narrativa. Com um tom de ironia e com um sorriso sutil ela disse: “nossa, nem me fale sobre gravidez”. Sua reação justifica-se pelo fato de ter engravidado de seu namorado, aos 18 anos, na sua primeira relação sexual:

Quando tive meu primeiro filho... Nossa a casa caiu, parecia que eu era a primeira mulher na terra a se perder, a ter filho e a última também. Foram tanta discriminação por parte da vizinhança, não

foi por ser negra apenas, mas pelo fato de ser mãe solteira. Agora na casa do rapaz pra mim não falaram, mas eu ouvi uma conversa. O que uma negrinha queria com ele [namorado] branco (MARI ESTRELA, 2018).

Por meio da narrativa da colaboradora, é perceptível como estereótipos vinculados, sobretudo, ao gênero feminino fazem-se presentes no dia a dia, uma vez que ela recebeu críticas severas pela gravidez indesejada, enquanto seu parceiro não sofreu repreensões. Por isso é que as mulheres são vistas como culpadas de situações que envolvem relacionamentos, por ser mulher e, ainda mais, quando se trata de uma mulher negra. Nesse contexto, além de não ser aceita pela família, foi abandonada pelo namorado, assim tornou-se necessário que ela criasse a filha sozinha e assumisse toda a responsabilidade pela sua educação e sustento.

A ocorrência de situações como essa foi verificada em duas pesquisas sobre preterimento e relações afetivas no mercado matrimonial, desenvolvidas por Ana Cláudia Pacheco (2008) e Claudete Souza (2011), que tiveram como objeto a solidão da mulher negra. Elas constataram que as mulheres negras entrevistadas em suas pesquisas também não foram aceitas pelas famílias dos seus parceiros por possuírem etnia distinta da deles. As pesquisas apontaram, ainda, que essa desaprovação repercute e contribui para que elas permaneçam na solidão; preterimento que ocorre do mesmo modo no ambiente familiar.

Mari Estrela pode contar apenas com auxílio da mãe e dos irmãos. Só depois da filha já criada, sem pai, o antigo companheiro apareceu para registrar sua paternidade. Como enfatiza a colaboradora: “Na época fiquei sofrendo, e o pessoal me crucificando. Muito sofrimento e humilhação” (MARI ESTRELA, 2018).

Depois de 10 meses do nascimento da filha, Mari Estrela, conheceu seu segundo companheiro. Ele também era branco, divorciado e proveniente de outra cidade. Ela relata não ter sofrido discriminação da família dele. Eles tiveram dois filhos, mas, ainda assim, a relação

terminou. Ela não permaneceu no relacionamento por ter sido vítima de traição e violência doméstica. O antigo parceiro negava comida para sua filha mais velha, por ser fruto de outro relacionamento. Assim, após quatro anos juntos, Mari Estrela colocou um fim na relação abusiva. Contudo, posteriormente descobriu uma nova gravidez e, com isso, veio o desespero:

Quando eu fiquei grávida do terceiro em Pirapora fiquei revoltada com a situação. Eu estava sofrendo muito e não era mais pra mim engravidar. Só que aí meus irmãos falaram pra mim tomar cuidado, se eu engravidasse teria que viver o resto da vida com ele porque iria para 3 filhos. E não foi descuido, ele não me dava dinheiro e nem comprava o anticoncepcional, ele não me deixava trabalhar. Acabei engravidei aí eu queria abortar, não consegui e resolvi que quando a criança nascer iria dar. Mas ele [pai da criança] ficou sabendo e resolveu vim buscar o filho do meio, aí levou (MARI ESTRELA, 2018).

O desespero, a angústia e o medo fizeram-se presente mais uma vez na vida de Mari Estrela, que já não suportava mais viver nesse relacionamento abusivo. Sem ressaltar que os seus irmãos temiam uma possível gravidez e insistiam que se acontecesse, ela teria que viver naquela união conturbada, como se fosse obrigada a suportar até as agressões físicas. O aborto foi um dos meios encontrados no primeiro momento, mas a colaboradora não deixa claro se chegou ou não a realizar. Decidiu não falar sobre o assunto, e respeitamos a sua decisão.

As mulheres negras, de acordo com Lima (2020), normalmente, são as que mais engravidam e que menos se encontram em relacionamentos estáveis, o quesito raça faz toda diferença, principalmente para as mulheres pobres que tentam ilegalmente o aborto.

Tendo em vista o exposto, percebe-se o porquê Mari Estrela, apesar de não desejar a gravidez, engravidou do terceiro filho,

conseguiu se separar do parceiro e decidiu deixar o segundo filho de seis anos sobre a responsabilidade do pai. Notamos que a colaboradora carrega consigo muitas mágoas que insistem em sangrar devido às cobranças do filho, hoje adulto, por não ter sido criado pela mãe. Ela se sente culpada. Mesmo de longe, sempre tentou se fazer presente por meio de cartas e ligações que reafirmavam o seu amor. Como foi dito anteriormente, Mari Estrela ao dar boas gargalhadas, durante sua narrativa, demonstra que apesar dos sofrimentos que vivenciou, ela conseguiu prosseguir com seus planos, com sua vida, se reerguer e re(e)sistir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Experiências de vida foram compartilhadas aqui por meio de duas narrativas de mulheres negras sanfranciscanas cujas vozes são tão potentes que têm muito a nos dizer e a nos ensinar, cabendo a nós oferecer uma escuta sensível e sem julgamentos precipitados. A metodologia da história oral possibilita escrever sobre sujeitos carregados de sentimentos. Muitas vezes, ao falarem sobre suas histórias, realizam um desabafo; tais histórias são dignas de serem contadas e compartilhadas por meio da escrita.

Ao falar, neste trabalho, sobre as vivências, sobre o espaço de fala e sobre os sentimentos de mulheres negras foi possível identificar como Marisol e Mari Estrela apresentam semelhanças em suas falas, uma vez que, desde cedo, deixaram a infância em segundo plano para ajudar os pais em casa; nasceram em famílias numerosas e fazem parte dos casos de infâncias perdidas em que as crianças são obrigadas a ter maturidade precocemente. Ademais, suas histórias convergem para uma vivência de relacionamentos abusivos, violência doméstica, preterimento, abandono e gravidez indesejada.

Além disso, os estereótipos raciais, possuir cabelo crespo e traços negroides afetam a autoestima dessas mulheres, pois vivemos numa sociedade racista, sexista, classista e machista, e temos

que criar mecanismos que nos afastam dessas opressões, pois nos adoecem e ferem.

Dessa forma, suas histórias e memórias afetivas são carregadas de sentimentos, dores, dificuldades, mas também de momentos de alegrias, por terem superado tudo isso. Relatar suas experiências, nessa pesquisa, é motivo de muito orgulho não só para nós pesquisadoras, como também para as colaboradoras que se sentiram dignas de um registro histórico. Certamente, não foi possível registrar todas as suas histórias, mas o fundamental foi ter apresentado quem são essas personagens da vida real.

FONTES ORAIS

MARISOL. Entrevista concedida a Aline Cardoso Lima. São Francisco, 5 de Novembro de 2018. Com duração de 52 horas e 10 minutos.

MARI ESTRELA. Entrevista concedida a Aline Cardoso Lima. São Francisco, 4 de Maio de 2019. Com duração de 52 horas e 10 minutos.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BHABHA, H. K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. Disponível em: <http://www.tjmt.jus.br/INTRANET>.

ARQ/CMS/GrupoPaginas/18/984/Lei-maria-da-penha-11340.pdf

Acesso em: 26 mar. 2021, p. 14.

CÉSAR, C. C. *et al.* Efeito-idade ou efeito-pobreza? Mães adolescentes e mortalidade neonatal em Belo Horizonte. **Rev. Bras. Estud. Popular**, v. 17, n. 1-2, p. 177-96, 2000. http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol17_n1e2_2000/vol17_n1e2_2000_10artigo_177_196.pdf Acesso em: 14 mar. 2015.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista de Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188. Florianópolis: 2002.

COSTA, J. F. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. (texto inicialmente publicado como prefácio ao livro Tornar-se negro, de Neusa Souza).

DUARTE, A. **Gravidez na adolescência: ai, como eu sofri por te amar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2003.

GIULIANI, C. D. **Tramas e dramas da maternidade na adolescência: gênero, poder e cultura (Uberlândia: 2000-2010)**. Tese (doutorado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. 2012.

GOMES, N. L. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural**. set./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03>. Acesso em: 21 mar. 2018.

HOOKS, B. Vivendo de Amor. In: **Geledes**, 2010, s.p. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. pdf Acesso em: abr. 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-francisco/panorama>. Acesso em: 12 jun. 2012.

LIMA, N. D. **Entre silêncios, interdições e pessoalidades: uma análise racial das histórias sobre aborto no Sertão de Pernambuco**. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife: 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/39271/1/TESE%20Nathalia%20Diorgenes%20Ferreira%20Lima.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

MAIA, C. Histórias de vergonha, amor e dor: violência de gênero em narrativas de mulheres vítimas. **Relicário - Revista do MAS**, v. 7, n. 13, 2020a. Disponível em: <https://revistarelicario.museudeartesa-crauberlandia.com.br/index.php/relicario/article/view/152> Acesso em: 10 mai. 2021.

MAIA, C. Uma pandemia de longa duração: violência de gênero contra mulheres. **Mosaico - Revista de História**, v. 13, 2020b. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/8681> Acesso em: 10 mai. 2021.

MARTINS, A. L. **Investigando possíveis relações entre alcoolismo, sofrimento psíquico e violência intrafamiliar na perspectiva de mulheres atendidas pela Saúde da Família**. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Medicina de Botucatu, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98406/martins_al_me_botfm.

[pdf;jsessionid=6BAD1DE2E3943B2D53439E8D4A9727D8?sequence=1](https://www.un.org/pt-br/62941-onu-mulheres-pede-fim-da-violencia-contrameninas-trabalhadoras-domesticas). Acesso em: 14 mai. 2014.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ONU. Mulheres pede fim da violência contra as meninas trabalhadoras domésticas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. 2013. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/62941-onu-mulheres-pede-fim-da-violencia-contrameninas-trabalhadoras-domesticas> Acesso em: 10 jul. 2019.

PACHECO, A. C. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: ÉDUFBA, 2013.

PACHECO, A. C. **Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: [s. n.], 2008.

QUEIROZ, M. I. Relatos orais: do “indivisível” ao “divisível”. In: SIMSON, O. (org.). **Experimentos com histórias de vida**. São Paulo, Vértice, 1988.

RANDEL, I. M. **Representações imaginárias sociais da infidelidade conjugal feminina em Belém, PA**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belém, 2009. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp100279.pdf> Acesso em: 22 jan. 2021.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROVAL, M. G. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. **História Oral**, v. 16, n. 2, p. 129-148, jul./dez. 2013.

SAGIM, M. B. **Violência doméstica observada e vivenciada por crianças e adolescentes no ambiente familiar**. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia Ciência e Letras de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto: 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde09092008141033/publico/MIRIAN_BOTELHO_SAGIM Acesso: 14 mai. 2013.

SOUZA, C. A. **A Solidão da Mulher Negra**: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) PUC. São Paulo: 2008. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6853

SOUZA, C. A. **Virou Regra?** São Paulo: Scortecci, 2011.

*Mulheres indígenas
em movimento:
refletindo sobre as
emoções e as estratégias
de enfrentamento às
violências de gênero*

Claudia Regina Nichnig

Analisar estratégias de enfrentamento às violências de gênero a partir dos documentos finais produzidos pela Grande Assembleia de Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá, dos anos de 2019 e 2020, no Mato Grosso do Sul, é a proposta deste artigo. As narrativas impactantes das mulheres indígenas sobre as violências sofridas em suas relações familiares e conjugais, apresentadas durante as assembleias, apontam

que as relações familiares são igualmente para as mulheres indígenas marcadas por emoções e violências. As assembleias e os coletivos de mulheres indígenas são espaços em que as mesmas compartilham com os presentes seus amores, suas emoções e as violências que são acometidas. Mas também são espaços de agência e enfrentamento. São espaços que o verbo resistir e esperar é uma constante, já que buscam coletivamente uma vida sem violências. Se uma cultura de política legalista e a busca pela proteção do Estado são almejadas por essas mulheres, que estratégias atravessam as demandas das mulheres indígenas quando as legislações e o Estado não alcançam seus clamores? Quais são as estratégias e as problematizações propostas pelas mulheres indígenas em relação às violências de gênero e às formas de enfrentamento, percebendo essas violências, que ocorrem no âmbito doméstico e familiar, como uma forma de desnaturalizar a família como o lugar do acolhimento e da proteção? Essas questões serão abordadas neste artigo que trata das estratégias de enfrentamento às violências sofridas de forma coletiva, às quais afetam a corporalidade e o psicológico de meninas e mulheres indígenas.

A Grande Assembleia de Mulheres Guarani e Kaiowá acontece desde 2006 no Estado do Mato Grosso do Sul, de forma anual desde 2012¹³, organizada por lideranças femininas as quais convidam mulheres indígenas de diferentes *tekohas*¹⁴ para participar da assembleia, para que juntas compartilhem as denúncias e pensem estratégias de enfrentamento. O convite para participar da assembleia busca a discussão conjunta de pautas específicas das mulheres indígenas, principalmente para que homens/mulheres não indígenas e autoridades escutem aquelas que, em outros espaços, são silenciadas. A *Kuñangue Aty Guasu* trata-se de um importante espaço de fala

13 Participei como professora e pesquisadora do VII Kuñangue Aty Guasu, realizado entre os dias 16 e 20 de setembro de 2019, no tekohá Ivy Katu Potrerito atuando como facilitadora de uma das oficinas sobre violências.

14 Tekora.

para as mulheres indígenas, em que lideranças femininas se formam e são formadas. Mesmo que questões como a demarcação das terras indígenas e a proteção dos territórios sejam consideradas demandas importantes, percebo como a reflexão sobre resistência de mulheres indígenas em contextos de enfrentamento às violências, não somente no âmbito privado, mas também em ambientes públicos, evidenciam as mulheres e seus corpos como territórios violentados por homens (indígenas ou não) e também pelo próprio Estado.

Assim, trago como parâmetro para a análise neste artigo as denúncias realizadas por mulheres indígenas provenientes de diferentes *tekohas* reunidas em assembleia, que para as quais “não existe Lei Maria da Penha para as Mulheres Indígenas”, o que está expresso no documento “Relatório Final da VII Kuñangue Aty Guasu”. Se a lei traz em seu bojo que todas as mulheres devem ser protegidas pela legislação brasileira que visa a proteção das violências de gênero acometidas contra as mulheres, efetivamente quais mulheres são dignas de proteção do Estado?

Lívia Fonseca analisa as políticas brasileiras em relação às populações indígenas e evidencia que “pensar o Estado brasileiro na atualidade nos provoca a pensar de qual modo as colonialidades e o patriarcalismo ainda se encontram em suas estruturas” (FONSECA, 2016, p. 58), o que faz com que os movimentos indígenas através da agência dessas mulheres discutam como as legislações específicas para o enfrentamento das violências – como a Lei Maria da Penha – não atingem a realidade das mulheres indígenas, pois como já denunciou a pesquisa da autora, eis que a legislação “não tinha sido pensada em diálogo com as mulheres indígenas e como se lida com a realidade de diversidade cultural de compreensões dos papéis de gêneros no contexto de 305 (trezentos e cinco) povos indígenas que habitam o Brasil” (*Ib.*, p. 59).

Ao focar as discussões e demandas do movimento Kuñangue Aty Guasu a proposta é analisar a agência dessas mulheres quando as políticas são inexistentes ou insuficientes para atender as indígenas que sofrem violências em seus relacionamentos conjugais e afetivos.

A criação de uma legislação específica que tem essa abrangência plural traz como expectativa a proteção para todas as mulheres, o que nem sempre se traduz nas realidades enfrentadas pelas mulheres que vivem fora das cidades, em áreas indígenas que são distanciadas das cidades e do atendimento jurídico e policial. No caso das mulheres Guarani e Kaiowá, a existência de uma legislação protetiva e o fato da população indígena ter conhecimento de que essa pode ser aplicada visando a punição de homens infratores, faz com que a busca pela aplicabilidade da legislação protecionista para as mulheres vítimas de violências seja perseguida pelas lideranças indígenas, através de seus documentos e relatórios. A lei se transforma em um horizonte de expectativa, algo que pode ser alcançado e que possa ser uma forma de proteção e punição, bem como traz em seu bojo uma visível intenção pedagógica, de ensinar e propor comportamentos que devam servir de exemplo para homens autores de violência.

Assim, se as meninas e as mulheres indígenas adquirem uma “consciência jurídica de classe” e busquem o cumprimento da legislação para elas, as denúncias sobre as deficiências da sua aplicabilidade para mulheres que vivem fora da cidade – mais precisamente em reservas indígenas, áreas de retomada e territórios já regularizados –, os quais são na maioria distantes da presença do Estado, demonstram tanto as dificuldades para a realização das denúncias, como as dificuldades na sua aplicabilidade pelas autoridades policiais e judiciais. Como exemplo, as medidas protetivas que visam o afastamento dos homens autores de violências de suas ex-mulheres ou ex-companheiras e/ou seus filhos, muitas vezes não chegam a ser entregues, ou porque esses homens não são localizados ou porque essas intimações são entregues para os chamados “capitães” das aldeias, que fazem esse papel de relação entre os indígenas e o Estado, mas que muitas vezes interferem nas decisões judiciais.

“Uma cultura política legalista comum” em que os políticos brasileiros se sentiam “atraídos pela simbologia política a respeito das leis avançadas e progressistas, ainda que pouco se preocupassem com

a sua real implementação” (FRENCH, p. 387). Fazendo uma comparação com a legislação protecionista aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros(as), apromimo estas afirmações ao caso que abordo:

Indicando para a improcedência de certas explicações comparativas, John French aponta para uma abordagem que enxerga na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) o sopro de um paternalismo latino-americano: eco da herança colonial. Esse eco teria sido reelaborado na forma de paternalismo estatal, com o governo agindo como benfeitor, favorecendo uns de maneira arbitrária ou clientelista, ou respondendo a outros em função de pressões corporativas (em prejuízo do bem-estar da maioria) (NEGRO, 2004, p. 20).

O autor analisa essa proteção legal em relação aos trabalhadores como um “paternalismo latino-americano, um eco da herança colonial”. Mesmo que não se refira a mesma questão especificamente, estamos diante de relações de poder hierárquicas e desiguais, entre patrões x empregados e mulheres x homens, pois é de conhecimento que existem desigualdades nessas relações e que as legislações protecionistas visam desigualar essa desigualdade de fato. Mas se o Estado protecionista dá com uma mão e tira com a outra, no sentido que uma educação para a igualdade e para o respeito, o não entendimento que mulheres são propriedades, também foi considerado pelo Estado como correto quando tratavam de forma desigual as mulheres e especialmente aos indígenas, não os consideravam como sujeitos de direito, devendo, portanto, ser tutelados pelo Estado, o que somente foi modificado com a Constituição Federal de 1988.

Por outro lado, uma legislação protecionista em relação às mulheres vítimas de violência, acaba por punir homens infratores, fazendo com que o Estado punitivo transforme em “caso de polícia” as relações conjugais e familiares pautadas por violências. Dessa forma, as violências em que são autores, a denúncia e a punição pelo

Estado, afastam homens indígenas que estariam ao lado das mulheres em outras pautas, como a luta por território, transformando suas vidas em “caso de polícia”. Assim, as violências cometidas em âmbito doméstico e familiar não só aflige as mulheres, as crianças, mas também enfraquece o movimento indígena. Para French, “o caso de polícia expressava sua convicção de que a violência e a repressão do Estado, contra as lutas revolucionárias eram características de todos os governos brasileiros” (FRENCH, 2006, p. 405). Como perceber e encarar esse paradoxo, de uma legislação que ao proteger as mulheres e crianças, pune homens infratores, os transformando em caso de polícia, sendo que ao mesmo tempo enfraquece as reivindicações coletivas dos povos indígenas, por direitos as suas terras tradicionais, sua cultura e sua língua?

Na pesquisa realizada por Lívia Fonseca em que entrevistou lideranças indígenas brasileiras, essas “apontaram de forma bastante firme que as suas demandas estão vinculadas com as de seu próprio povo e que o “recorte” de gênero não pode ser feito de uma forma desconectada” (FONSECA, 2016, p. 59) Isso quer dizer que as questões específicas das mulheres se relacionam com as lutas dos povos indígenas e, portanto, as contradições e os embates se fazem presentes. Por esse motivo, a escolha metodológica da autora foi analisar as políticas gerais dos povos indígenas, pensando como as mulheres foram abrangidas nessas políticas, e em um segundo momento problematizar as políticas específicas para as mulheres indígenas.

Mas percebo que o enfrentamento às violências contra as mulheres e meninas, assim como as sofridas por mulheres não indígenas, ocorridas no contexto familiar e doméstico, enfraquecem e destroem as relações afetivas e conjugais, trazendo sérios e irreversíveis danos a todos e todas as/os envolvidos(as).

A agência e os modos de fazer política das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá, mesmo que a ocupação de cargos políticos seja almejada por mulheres indígenas, durante os encontros promovidos pelas mulheres Guarani e Kaiowá um modo de fazer política também

promove debates e busca através de estratégias diversas, além do alcance de direitos e proteção do Estado. Nessa discussão pretendo enfocar a busca das mulheres indígenas pela proteção de seus territórios e de seus corpos (como corpos territórios), alçando o conceito de cultura política. Para esse debate, aproximo a história da antropologia, que tem como intenção “encontrar valores humanos a partir da diversidade” (KUSCHNIR, 2005, p. 30). Assim, o “conceito de tempo da política para designar os períodos em que a população percebe a política e os políticos como parte da sua vida social” (*Ib.*, p. 8), para as populações indígenas anteriormente tuteladas pelo Estado, mas agora alijadas dos direitos concedidos e previstos na Constituição Federal de 1988, o tempo da política integra a história do tempo presente, pois essas populações propõem através de suas organizações e estratégias próprias, questões que lhe são caras, como os conflitos vivenciados para a proteção de seus territórios, corpos e subjetividades.

É na percepção das necessidades de seu povo e do abandono por parte do Estado (sobretudo nos últimos dois anos em que o Estado negligencia os direitos indígenas de forma contundente, de forma expressa até pelo próprio Presidente da República que autorizou uma desestruturação das políticas públicas indígenas de saúde, dentre outras), as mulheres assumem a frente e a função de lideranças, apontando suas próprias agendas e o respeito dos direitos como indígenas e como mulheres, considerando suas especificidades de etnia e gênero, sendo que aí as trajetórias individuais se relacionam com a prática coletiva, fazendo um enlace da “multiplicidade de percepções e valores associados à prática política” (*Ibid.*, p. 9). Portanto, as trajetórias dessas lideranças indígenas que organizam o *Kuñangue Aty Guasu*, relacionam dimensões políticas buscadas por essas mulheres e suas trajetórias individuais naquilo que a antropologia entende como “uma preocupação permanente em não isolar a política das demais dimensões da vida em sociedade, sendo que a própria noção de poder não está relacionada apenas às instituições explicitamente políticas” (*Ib.*, p. 14). O fazer coletivo e o fazer política dessas mulheres

está interligado com suas próprias trajetórias, é preciso se defrontar com “as concepções de poder e política que aprendeu como cidadão e estudante em sua própria sociedade?” (*Ib.*, p. 23). Ao estudar as trajetórias das lideranças indígenas das organizadoras da assembleia *Kuñangue Aty Guasu* e as propostas coletivas do grupo, percebo que as questões individuais, como uma carreira acadêmica ou a participação na política partidária, não se sobrepõem às decisões coletivas, propostas pelo coletivo indígena – aí somando os coletivos de mulheres e os mistos. Estar diante dessa diferente concepção e de um diverso modo de vida indígena, que prioriza a coletividade, em detrimento de questões individuais, e envolve diretamente o fazer política, implica em “lidar com múltiplas configurações históricas e espacialmente constituídas” (*Ib.*, p. 29), pois a cultura política na qual estão inseridas as mulheres indígenas busca atingir propostas e projetos da coletividade e da comunidade, em detrimento de questões individuais.

A AGÊNCIA DAS MULHERES INDÍGENAS NA PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

A *Kuñangue Aty Guasu* trata-se de um importante espaço de fala para as mulheres indígenas, em que lideranças femininas são formadas, sendo o relatório final um resumo das discussões, propostas e encaminhamento da assembleia. As organizadoras do encontro de 2019 ressaltam a participação de diferentes gerações de pessoas, que participam com “seriedade e reconhecimento da luta das Mulheres indígenas”¹⁵. As discussões sobre violências contra as mulheres foi um dos motes da assembleia, com a realização de oficinas e diferentes formas de enfrentamento propostas nos encaminhamentos finais.

Na oficina em que participei juntamente com a professora de antropologia da UFGD, Simone Becker, as participantes relataram

15 Documento final produzido pela Organização da VII *Kuñangue Aty Guasu* - Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani.

casos de violências e dificuldades enfrentadas, sendo que algumas mulheres indígenas afirmaram a dificuldade para o registro das violências e a imposição de sua cultura, no sentido de terem filhos e se manter casadas, o que resulta muitas vezes em experiências de violências em suas relações afetivo-conjugais. Também fizeram denúncias de conhecimento de violências obstétricas sofridas por elas mesmas ou por suas irmãs e familiares, bem como o tratamento pouco respeitoso recebido em alguns espaços públicos.

Mesmo que questões como a demarcação das terras indígenas e a proteção dos territórios sejam consideradas demandas importantes, percebo como a reflexão sobre resistência de mulheres indígenas em contextos de enfrentamento às violências, não somente no âmbito privado, mas também em ambientes públicos, evidenciam as mulheres e seus corpos como territórios violentados por homens (indígenas ou não) e também pelo próprio Estado.

Para analisar as principais agendas trazidas ao debate pelas mulheres indígenas provenientes de diferentes *tekohas* reunidas em assembleia, apresento alguns aspectos da produção e da circulação do documento “Relatório Final da VII Kuñanguê Aty Guasu”. O documento é datado 20 de setembro de 2019, último dia do evento, o que significa que foi redigido durante a realização da assembleia, no período em que estiveram reunidas no *Tekohá Yvy Katu Potrerito*, localizado no município de Japorã, Estado do Mato Grosso do Sul. Através do trabalho de relatoria realizado pelas lideranças da assembleia, concluo que o relatório foi redigido por muitas mãos, não trazendo a assinatura de apenas uma liderança, justamente por se tratar de uma organização horizontal. Entretanto, posso destacar a liderança exercida por *Kunã Aranduhá*, Jaqueline Gonçalves e a atuação e participação das *nhande sy*, responsáveis por ancorar as jovens lideranças na assembleia. A partir do documento final é possível perceber que a circulação das propostas, encaminhamentos e agendas, ocorre através do envio para diferentes autoridades presentes no cabeçalho, inclusive para o presidente da República, Jair Messias

Bolsonaro, e diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, principalmente dos Poderes Executivo e Judiciário. Mas a circulação e a divulgação do relatório acontecem de forma efetiva através das redes sociais e dos debates promovidos em diferentes espaços, propostos pelas próprias lideranças indígenas, pesquisadores/as, indigenistas, professores/as, bem como apoiadores/as da causa indígena. *Kunã Aranduhá* afirmou na assembleia realizada virtualmente em 2020, que apesar das lideranças do *Kuñangue* terem enviado a todas as autoridades listadas no documento, pouco ou quase nenhum retorno recebeu dos órgãos públicos para os quais o mesmo foi encaminhado, conforme declarou mesa de encerramento da VII assembleia, no dia 30 de novembro de 2020¹⁶.

O relatório final foi publicizado através de diferentes sites, dentre os quais destaco o site jornalístico www.apublica.org; o site do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) www.cimi.org.br; o site da organização não governamental Fian Brasil – Organização pelo Direito Humano à alimentação e à Nutrição adequada – <https://fian-brasil.org.br>; e o site da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) <https://apiboficial.org/>. Esse último, apesar de ter divulgado os relatórios finais das assembleias que aconteceram nos anos 2017 (V *Kuñangue*) e 2018 (VI *Kuñangue*), o relatório da assembleia de 2019 ainda não está disponibilizado, mas o documento foi encaminhado à mesma. Em relação ao órgão oficial do Governo Federal, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a autarquia disponibilizou informações sobre a assembleia de 2018, disponibilizando o relatório final e a participação dos representantes da autarquia lotados na

16 O ano de 2020 foi marcado pela pandemia de Corona vírus que assolou o Brasil e o mundo, afetando diretamente os povos indígenas. Diante da impossibilidade de deslocamento e a obrigação do distanciamento social, a assembleia foi realizada de forma online, utilizando a página do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/kunanguatyguasu> Acesso em: 7 dez. 2020.

região da Grande Dourados¹⁷, tendo declarado importância da *Kunague Aty Guasu* como espaço de diálogo. A partir do ano de 2019 e a eleição do Presidente Jair Bolsonaro, a gestão atual do órgão manteve um distanciamento com a comunidade indígena Guarani e Kaiowá.

Depois da apresentação e dos nomes e entidades para o qual o documento foi destinado em 2019, o documento faz uma descrição da realização da assembleia, a qual contou com a presença de “aproximadamente 600 pessoas, pessoas: *nhandesys*, *nhanderus*, crianças, *Jarys/parteiras*, *Nhamõi* e comunidade em geral” (*Ib.*, p. 2). Assim, o debate de mulheres indígenas e a presença de não indígenas foi capitaneada por lideranças femininas que redigiram esse relatório, o qual apresenta os principais temas debatidos na assembleia, realizado entre as páginas 2 a 8; seguido dos encaminhamentos finais do relatório, páginas 9 a 15. A proposta do trabalho em que analiso o discurso produzido pelas mulheres indígenas, preconiza um novo paradigma para a História que se percebe através do discurso, pois “toda a realidade é mediada pela linguagem e pelos textos, portanto toda a pesquisa histórica é dependente da reflexão sobre o discurso, uma definição que lhe dá Gerard Noiriel, que contestou esse movimento à supremacia da narrativa” (ROUSSO, 2016, p. 227). Portanto, irei refletir sobre o discurso escrito por mulheres indígenas, que carrega a força das denúncias de violências sofridas e as propostas dessas diante da ausência do Estado no enfrentamento das violências.

ECOAR VOZES: COMPROMISSO ÉTICO DA PESQUISADORA

Trazer o debate das mulheres indígenas na história do tempo presente é pensar uma pesquisa *com* as mulheres indígenas e não *sobre* elas, sendo que entendo a assembleia como um espaço de construção coletiva. A pesquisadora Daphne Patai propõe focar questões éticas da

17 Conforme: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4975-vi-kunague-aty-guasu-configura-espaco-de-dialogo-e-resistencia?start=1>

pesquisa feminista realizada com mulheres, na qual analisa principalmente as narrativas pessoais de mulheres trabalhadoras brasileiras. A autora alerta para as trocas entre pesquisadora e sujeitos de pesquisa, principalmente quando se trata de situações estruturalmente assimétricas, as quais podem ser consideradas como exploração ou forma de tirar proveito das interlocutoras ou colaboradoras, termo utilizado no texto. “Minha vida é meu ingrediente. Eu simplesmente não posso deixar você usá-lo” (PATAI, 2010, p. 82), é o que uma de suas colaboradoras afirma sobre a possibilidade da pesquisa fazer uso da narrativa dessas mulheres. A pesquisa de Daphne Patai me ajuda a pensar sobre o uso de fontes orais, em relação a sua produção, finalidade e forma.

O historiador Giovanni Levi reflete sobre a não neutralidade das fontes documentais e da realização da pesquisa: “Não acredito em um historiador neutral que não sabe nada e somente escuta os documentos. Deve escutar sabendo que deve renunciar a muito de si mesmo, de suas ideias e de suas informações” (LEVI, 2014, p. 10). Por esse motivo, além de discutir a não neutralidade dos documentos, Levi considera essas fontes como inimigas dos historiadores, por “sempre são falsos”, em que a parcialidade e a forma fragmentariam a narrativa de uma história, eis que “se temos montes de documentos sobre algo, temos só fragmentos – um monte de fragmentos. Os documentos sugerem que nós sabemos o que é necessário saber, mas mentem por sua parcialidade” (LEVI, 2014, p. 10). O relatório final procura trazer a força do debate presencial, do encontro, dos sentimentos trocados e afetos envolvidos, bem como o impacto da reunião presencial de mulheres indígenas que vivem distantes uma das outras, mas que encontram em suas parentas problemas parecidos e experiências compartilhadas. Muitas vezes, essas mulheres estão isoladas geograficamente em seus territórios e se reúnem em situações excepcionais como a assembleia, sendo que o discurso produzido e escrito por essas no relatório final pretende descrever as emoções vividas nesse encontro muito esperado e preparado detalhadamente pelas organizadoras.

A análise do documento não retira o protagonismo dessas quando expõem suas conclusões e necessidades de forma direta, através de

discursos orais, mas entendo que o documento é importante para refletir sobre duas importantes questões: as dificuldades e a superação dessas mulheres para rediretarem e se adaptarem a uma língua que não é a sua língua materna; a dificuldade de sintetizar e agrupar em quinze páginas inúmeras reivindicações específicas, bem como as emoções vividas durante esse encontro realizado de forma presencial em uma terra indígena. Quando a historiadora Daphne Patai fala da devolução que uma pesquisa realizada por pessoas ou grupos feministas deve ocorrer em relação às pessoas pesquisadas registra que “alguns grupos feministas no Brasil (bem como pesquisadores de outros contextos) têm argumentado que a pesquisa deve ser ‘devolvida’ (PATAI, 2010, p. 84), de alguma forma para as pessoas que tornaram possível a realização do trabalho de pesquisa. Patai “sugere uma série de escolhas que não pode ser as de costume dos acadêmicos” (*Ib.*, p. 84), como a entrega de um livro ou cópia da publicação. No caso das mulheres indígenas há uma necessidade visível da implicação pessoal da pesquisadora com o grupo, ou seja, não há que se aproximar de um grupo visivelmente vulnerável e excluído social, política e historicamente, e que atualmente é vítima de um genocídio orquestrado pelo Estado Brasileiro, sem se posicionar de forma evidente a assumir uma postura ética que envolve a devolução que deve implicar uma atuação e apoio junto às diferentes frentes dos movimentos. Daphne Patai sugere em sua pesquisa auxiliar uma “fundação apoiada por mulheres” (*Ib.*, p. 85). Assim, no caso da assembleia e do relatório analisado esse apoio pode se dar através da divulgação das pautas e agendas específicas das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá e do auxílio financeiro da forma que for possível, seja direta ou indiretamente, através da venda de produtos, artesanatos ou divulgação nos grupos pessoais, buscando apoio com diferentes formas de arrecadação de auxílios. A ausência e o descaso do Estado com essa população fazem com que eles próprios se organizem ou requeiram o apoio da sociedade civil para questões básicas relativas a serviços essenciais que deveriam ser fornecidos pelo Estado, como acesso à água, saúde, educação e alimentação. Entendendo que essa pode ser

uma espécie de atuação política em que a presença das mulheres, as quais falam de suas experiências e de que forma projetam e executam as propostas retiradas em assembleia. A escuta por parte das participantes, convidadas e autoridades presentes se faz importante porque esse é um espaço específico para que as mulheres indígenas sejam ouvidas e busquem alternativas em conjunto. Nesse espaço de escuta sensível de histórias se permite que afetos e emoções se entrelacem, aflorando sensibilidades e desejos de transformação que se dão coletivamente.

As mulheres indígenas afirmam em assembleia que elas são as protagonistas e nós somos apenas “escuta”. Ao analisar um dos documentos que é fruto de uma reivindicação coletiva de mulheres indígenas percebo que assim como “os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra” (BOSSI, 2003, p. 15) e nos fazem ser escuta. A tomada da palavra e a agência dessas mulheres é um processo que permite outras narrativas possíveis, pois a “história que se apoia unicamente em documento oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (*Ib.*, p. 15). Assim, um relatório produzido e pensando coletivamente, escrito através da força das emoções de um encontro, traz tanto a força de seus discursos como das imagens, produzidas a partir das experiências compartilhadas naquele espaço coletivo.

A realização de uma assembleia anual que “não é um espaço só de mulheres”, mas que é organizada por elas, faz menção à necessidade da escuta dos homens indígenas e das autoridades diante das questões levantadas pelas mulheres indígenas. Classifico como as principais temáticas discutidas na assembleia: a descrição das diferentes formas de violências sofridas por mulheres e crianças indígenas em território, as formas de enfrentamento e a ausência de políticas públicas, na reserva indígena de Dourados, nas diferentes áreas de retomada e na Reserva Indígena de Dourados - RID; a situação das mulheres que vivem especialmente na RID, que as participantes descrevem no documento final como uma forma de “confinamento”; temas como o

meio ambiente, saúde e adoecimento; com destaque à medicina tradicional e ao cuidado com gestantes, puérperas e crianças.

O relatório entende as violências contra as mulheres de uma forma bastante abrangente, incluindo “todos os pacotes de leis que ferem os nossos corpos, nos violam, nos assassinam e retiram o nosso direito à vida”, o que interpreto como uma forma de perceber a intervenção do Estado sobre os corpos das mulheres como uma forma de violência, o que é entendido como violência institucional e que estrutura a sociedade brasileira. O relatório também afirma a perspectiva multiplicadora das agendas e denúncias feitas na assembleia e descritas no relatório, que afirma que o espaço do encontro pretende estar “à disposição para ecoar as vozes das mulheres que queiram falar sobre a violência” (RELATÓRIO final, 2019, p. 7). Dessa forma, o relatório condensa e articula “as demandas das mulheres indígenas após essa escrita acima que é um pedido de socorro à VIDA das Mulheres Guarani e Kaiowá”¹⁸ (RELATÓRIO final, 2018, p. 8), evidenciando o caráter de ser um espaço e canal de denúncia, principalmente para as mulheres que vivem em regiões não regulamentadas, como as áreas de retomada, que estão distantes da cidade e do acesso às políticas de proteção diante das violências sofridas no contexto familiar e doméstico. Essas mulheres usam o espaço da assembleia para denunciar, pois “a violência nos fere cotidianamente, e avançam com mais forças” (RELATÓRIO final, 2019, p. 6), demonstrando que o ano de 2019¹⁹ configurou-se como um ambiente bastante hostil para os povos indígenas brasileiros, especialmente para às mulheres. Nesse

18 As palavras escritas em caixa alta foram assim destacadas no próprio relatório final analisado.

19 Com a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018 e sua posse em 2019, diferentes políticas para as mulheres foram extintas, inclusive a Secretaria de Política para as Mulheres, a qual realizava diferentes política de enfrentamento as violências contra as mulheres, inclusive com um recorte interseccional, destacando as mulheres indígenas.

espaço político, as indígenas denunciam que as violências aumentaram a partir de 2018 e que muitas das lideranças que apoiam outras mulheres também foram vítimas de violências e sofreram perseguições. Esses fatos foram denunciados tanto nos relatórios, como nas falas nas assembleias de 2019 e 2020. O fato das lideranças sofrerem violências por conta de suas atuações políticas trazem sentimento de revolta para muitas das mulheres, pois acreditam na importância e na necessidade da agência individual e coletiva dessas, sendo que as lideranças exercem um papel de suma importância.

MULHERES INDÍGENAS E A LEI MARIA DA PENHA: REFLEXÕES SOBRE CORPOS VULNERÁVEIS

Em relação à legislação específica de enfrentamento às violências contra as mulheres, a Lei Maria da Penha²⁰, articulando essa com o conceito de cultura política, a partir dos conceitos de Karina Kuschnir, percebendo as meninas/mulheres Guarani e Kaiowá e a reivindicação de implementação da Lei Maria da Penha no contexto indígena. Durante a *Kuñangue Aty Guasu* – que entendo como um espaço político importante para essas mulheres e para as políticas indígenas –, o debate sobre as relações desiguais de gênero e as agendas do enfrentamento às violências são pensadas a partir da agência das próprias mulheres indígenas. As legislações existentes, a atuação do Estado protecionista e a agência das mulheres indígenas através da realização de suas assembleias, podem ser pensadas como uma cultura política legalista que se entrelaça com o debate de gênero.

A ideia de uma cultura política com perspectiva de gênero está inserida no debate realizado sobre a aplicação da lei, que traz em seu bojo o cumprimento de uma igualdade formal entre homens e

20 Conhecida como Lei Maria da Penha, a Lei 11340/2006 visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 2 dez. 2020.

mulheres, mas que de fato ainda não ocorre em muitas relações afetivas e conjugais que são marcadas por desigualdades, mas principalmente por violências. Para corrigir e enfrentar essas situações de violências traz consequências para os agressores, que se inserem numa lógica punitivista, mas também a lei traz um cunho pedagógico, que propõe ensinar relações respeitadas e calçadas na igualdade entre os parceiros. Abordar as formas como as mulheres Guarani e Kaiowá percebem a aplicabilidade (ou não) da lei Maria da Penha em relação às suas próprias demandas, mas também que propõem uma agência e uma atuação direta, possibilitando formas de resistências individuais e coletivas. Mulheres em movimentos que se encontram e se articulam através da *Kuñangue Aty Guasu*.

Em relação ao relatório final da assembleia a demanda que “haja um parágrafo que atenda às nossas especificidades como mulheres indígenas” (RELATÓRIO final, 2019, p. 6), pode ser caracterizada como uma forma de denúncia de que a legislação específica, traduzida em inúmeras políticas públicas, não consegue alcançar as mulheres marcadas por sua etnia e por estarem localizadas em regiões periféricas. As especificidades em relação às mulheres indígenas se referem ao distanciamento geográfico, o que também é uma problemática debatida por mulheres em contexto rural, mas também traz explícita a ausência de políticas públicas e sociais em relação à população indígena brasileira, a completa ausência do Estado em relação ao enfrentamento das violências nos espaços das aldeias, reservas e áreas de retomada. A ausência do Estado se traduz em ausência de políticas públicas de segurança, mas também no não acesso a fornecimento de água, energia elétrica e sinal de telefone, que podem ser considerados serviços públicos essenciais, por envolverem a satisfação de necessidades básicas das pessoas, o que traduz a situação de extrema vulnerabilidade social em que vivem as populações indígenas brasileiras, situação acentuada em relação às mulheres e crianças. Por esses motivos, a articulação se mostra tão necessária, como finaliza o relatório “Em nossa aldeia não há sinal de telefone, inclusive para

comunicar o descumprimento de medidas protetivas, como iremos denunciar se as delegacias estão distantes e no caminho podemos ser mortas?” (RELATÓRIO final, 2019, p. 6).

A questão da imposição de uma língua colonial que se deu em todo o processo colonial e ainda persiste, demonstra que para as mulheres indígenas essa imposição ainda se traveste como uma forma de violência. Para o historiador Durval Albuquerque Júnior uma política de “fixação das línguas nacionais, de renovação cultural, a palavra escrita vai assumir um papel central na captura das palavras perigosas, palavras rebeladas, palavras heréticas, palavras imorais” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 230), permitindo a criação de um vocabulário possível em que as denúncias feitas através de uma língua colonial também marcam uma imposição, uma ferida que não cura, em que a língua indígena se torna “palavras estrangeiras e estranhas, das palavras não autorizadas e sem autoridades, das velhas palavras e das palavras sem valia, das palavras sem estética e sem a ética desejada” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 230). Estrangeiros, desconhecidos e considerados os “outros” em seu próprio território, transformados em estranhos, sendo eles/elas considerados os usurpadores daquilo que lhes é próprio (o território), o que faz com que desconheçamos a cultura e as línguas faladas pelas comunidades tradicionais, diante de uma uniformização imposta pelo poder colonial, como a língua.

Em relação às fontes iconográficas, utilizadas no documento, apenas a imagem da bandeira do Brasil manchada de sangue, com a frase de “Salve as águas, os rios, as florestas! Salvem as vidas!” (RELATÓRIO final, 2019, p. 4) não é uma fotografia da própria assembleia. A imagem busca representar a violência contra as mulheres como algo que é perpetrado contra a própria nação, que provoca ou se omite diante do genocídio de sua população tradicional. Nas demais imagens, a assembleia busca representar a participação de mulheres indígenas e sua diversidade geracional (RELATÓRIO final, 2019, p. 2-3, 5-6); uma jovem mãe indígena com um bebê dormindo no ombro e atrás uma senhora idosa (RELATÓRIO final, 2019, p. 7); crianças indígenas

durante a grande assembleia (RELATÓRIO final, 2019, p. 8). O uso de fontes iconográficas se mostra interessante para perceber como se deu certo acontecimento e mesmo quando temos uma descrição detalhada, a “autenticidade e inautenticidade em nada enfraqueceriam as ralas informações documentais que conseguimos extrair da imagem” (BEZERRA DE MENESES, 2002, p. 136). No caso de uma assembleia indígena, não acredito que sejam ralas as informações, pois é possível observar o público participante, o local e a estrutura da assembleia, mesmo que haja a “precariedade que a captação do instante agrava” (BEZERRA DE MENESES, 2002, p. 139), entendendo “a fotografia como código histórico-cultural no seio mesmo da vida social” (BEZERRA DE MENESES, 2002, p. 146). O que é possível perceber que “trabalhar historicamente com imagens obriga a percorrer o ciclo completo de sua produção, circulação, consumo e ação”, mas é possível perceber “pontos de condensação” (BEZERRA DE MENESES, 2002, p. 150). É preciso, portanto, cotejar com outras fontes ou analisá-las em conjunto para uma conclusão, entretanto percebo a análise dessas imagens muito importantes para a narrativa da história das mulheres indígenas, já que estamos diante de sujeitos antes considerados de um passado colonial, de populações inexistentes no presente.

A análise desses documentos e os relatos das mulheres indígenas que participam das assembleias e as lideranças, que organizam os encontros, atuam ativamente e coletivamente em diferentes espaços. A agência dessas mulheres no enfrentamento as violências acontecem de formas variadas já que continua, mesmo após as assembleias. A atuação das lideranças é ativa, antecede e precede à realização das assembleias, o que as torna referência para as demais mulheres indígenas. Ao atuarem em nome do coletivo de mulheres indígenas, as representavam em espaços públicos e políticos, mas atuam diretamente, intercedendo junto às mulheres indígenas acometidas por violências que apelam para as lideranças, mas também em outras situações. Assim, as lideranças se tornam referências dentre as mulheres de suas comunidades, atuando em diferentes frentes. Lidando com as emoções de

outras mulheres, são fortalezas, pois, também elas são, por vezes, acometidas por violências diante da sua atuação política.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A apresentação de questões trazidas pelas próprias mulheres indígenas coletivamente em suas assembleias me permite concluir que essas são agentes ativas e, portanto, imprescindíveis para refletirmos sobre política, relações de gênero e o tempo presente. São sujeitas de sua própria história e as fazem diariamente de forma coletiva e ativa. Ao analisar as estratégias de enfrentamento às violências de gênero a partir dos documentos finais produzidos pela Grande Assembleia de Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá, dos anos de 2019 e 2020, no Mato Grosso do Sul percebo que suas articulações são parte do presente e demonstram sua agência individual, mas, sobretudo coletiva. São exemplos de resistência diante das adversidades e mesmo diante das inúmeras violências e desrespeitos, o que nos faz sentir e perceber que suas dores nos corpos também são dores na alma, mas que a resistência e a persistência diária, sobretudo para a sobrevivência diante das inúmeras violências, as tornam exemplos de vida e de fortaleza para todas e todos nós brasileiros(as).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUER JR, D. M. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru, SP: Edusc, 2007.

AREND, S. M.; MACEDO, F. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rosso. **Tempo e Argumento**, v. 1, n. 1, p. 201-216, jan./jun. 2009.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

LEVI, G. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Tempo**, v. 20, p. 1-10, 2014.

BEZERRA DE MENESES, U. T. A fotografia como documento: Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. **Tempo**, n. 14, p. 131-151, 2002.

ROUSSO, H. **A última catástrofe**: a história, o presente e o contemporâneo. Coelho, F. Trad.) Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

PATAI, D. Problemas éticos de narrativas pessoais, ou quem vai ficar com o último pedaço do bolo? *In*: PATAI, D. **História Oral, Feminismo e Política**, p. 65-96. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

KUSCHNIR, K. Antropologia da política: uma perspectiva brasileira. **Centre for Brazilian Studies**, University of Oxford, v. 2064, p. 1-38, 2005. Disponível em: <http://www.Brazil.ox.ac.uk/workingpapers/Karina%20Kuschnir>

MOURA, D. S.; FRENCH, J. D. Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. *In*: Fontes, P. (trad.), **Revista de História** (2003), v. 2, n. 149, p. 263-266. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

NEGRO, A. L. Paternalismo, populismo e história social. **Caderno AEL**. Campinas: Unicamp, v. 11, n. 20-21, p. 11-38, 2004.

FRENCH, J. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos. *In*: LARA, S. H.; MENDONÇA, J. N. **Direitos e Justiça no Brasil**: Ensaios de História Social, p. 379-416. Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

Afetos e violências: negociações de amor e dor

Alex Silva Ferrari²¹

“Perdoei porque o amo”, essas foram as palavras de Micheli Schlosser, 25 anos, sobre o ex-namorado que disparou sete tiros contra ela no ano de 2019 (SCHLOSSER, 2020). Durante o julgamento dele, no ano de 2020, a imagem da vítima beijando o réu, as declarações de que eles faziam planos de viver juntos e de que ele já havia pago pelos seus erros chocaram e deixaram parte da sociedade brasileira indignada com as reações de Micheli. O ponto central dessa história é um cenário que se repete em diversos lares brasileiros e é essencial para reconhecer e compreender as complexidades do fenômeno da violência contra as mulheres. Essa modalidade de violência de gênero traz em seu bojo uma nova camada que se insere e se confunde nas estruturas sociais, na influência cultural e nas relações de poder, a camada do afeto.

21 Universidade Federal do Espírito Santo

Quando falamos da reincidência dos casos de violência contra as mulheres, com foco nos casos de violência doméstica e afetiva/conjugal, para além das polémicas observáveis na opinião pública, são diversos os fatores apontados para explicar os motivos que levam à manutenção da relação violenta. Na linha do materialismo histórico, a dependência económica é um dos principais fatores apontados para a manutenção dessas relações. Uma vez que historicamente o papel social relegado às mulheres foi o de cuidadora do lar e da família e, quando elas desenvolvem alguma atividade remunerada, a renda por elas obtida é encarada como complementar a do homem, a dependência económica feminina é uma percepção historicamente construída nas relações de género. Salientamos que esse quadro, na realidade, não passa de um modelo socialmente construído e que não necessariamente corresponde a realidade, mas que também influenciou as análises históricas das relações de género em diversas frentes. Besse (1999), por exemplo, demonstrou que no Brasil do século XIX o trabalho remunerado era uma realidade para as mulheres pobres, que desenvolviam atividades relacionadas ao cuidado doméstico de outras famílias, assim como o comércio de rua. Entretanto, a autora utiliza esse exemplo, alinhado à prática do concubinato, muito comum à época devido aos altos custos do rito matrimonial religioso como fator que levava à fluidez das relações conjugais. Para ela, mulheres insatisfeitas com a relação, seja afetivamente, financeiramente ou por casos de violência, tinham a possibilidade de dar um fim na relação, pois não estavam presas pelo laço matrimonial religioso ou pela dependência económica, uma vez que tinham sua própria renda.

Contudo, utilizar apenas essa linha explicativa no estudo da violência nas relações de género explicita um quadro de incompletude e simplificação de um fenómeno de alta complexidade, que não pode ser reduzido a um aspecto. Não devemos ignorar as relações económicas e como elas incidem sobre as relações de género e sobre as dinâmicas da prática da violência dos homens contra as mulheres, mas reconhecer que essa é uma dentre as várias problemáticas

envolvidas nessa questão. O caso de Micheli, ocorrido ano de 2019 na cidade de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, desafia hipótese de dependência econômica para a manutenção do relacionamento, aqui tomada de exemplo, uma vez que ela e Lisandro Rafael Posselt, 28 anos, tinham apenas uma relação afetiva, não moravam juntos e um não dependia do outro economicamente. De acordo com a vítima, os disparos teriam sido motivados por uma briga entre o casal, durante a qual ela teria ameaçado denunciá-lo por agressão e, após a ameaça, ele teria se retirado do local e voltado armado e efetuado os disparos (ISTOÉ, 2020). Após a prisão de Lisandro, o casal se reaproximou e ela teria perdoado ele, tendo considerado que ele já tinha sido punido pelo que tinha feito, e por isso o defendeu durante a audiência do Tribunal do Júri no ano de 2020 (SCHLOSSER, 2020). O autor dos disparos foi condenado a 7 anos de prisão por tentativa de feminicídio e porte ilegal de armas, pena que está sendo cumprida em regime semiaberto, fato que teria sido comemorado por Micheli no dia do julgamento, no qual ela testemunhou a favor do réu (ISTOÉ, 2020).

Se a dependência econômica era inexistente, nesse caso, qual seria a explicação para o comportamento de Micheli, quais seriam as razões que a levariam a perdoar e buscar a manutenção desse curto relacionamento? Em matéria publicada pela revista Carta Capital (2020), a psicóloga Laís Nicolodi levantou a hipótese de que Micheli sofreria da Síndrome de Estocolmo, explicando que nesses casos a violência psicológica do agressor é tão intensa, que leva ao quadro de desenvolvimento de conexão e sentimentos profundos entre a vítima e ele. A matéria divulgada pela revista ainda assevera de que ao assumir publicamente e judicialmente a responsabilidade sobre os fatos, Micheli estaria reproduzindo o padrão conservador de responsabilização da vítima nos casos de violência contra as mulheres. Diante dessa possível explicação, propomos aqui uma provocação um tanto quanto polêmica. E se, de fato, Micheli amasse o agressor, e se o perdão, expressado por ela à época, era de fato um símbolo da afetividade dela por aquele que, após uma discussão, tentou tirar a vida dela?

A princípio, tal provocação pode levar ao espanto e, de forma completamente justificável, à indignação, contudo, utilizamos aqui o caso extremo de Micheli para chamar atenção para uma dinâmica das relações de gênero marcadas pela violência que tem suscitado, nos últimos anos, uma mudança na perspectiva a agência feminina nos casos de violência. Obviamente que por essa agência não estamos falando de culpabilização, mas sim das ações diante do agressor, principalmente após o crime, na relação estabelecida entre esse casal. Elegemos o caso de Micheli como vitrine para essa provocação, pois se trata de um extremo, um exemplo que chama a atenção e sob o qual a cobertura midiática foi intensa e muito se falou e especulou sobre a atitude dessa mulher, mas sempre sob uma perspectiva de vitimização, uma agente passiva sobre a qual o poder é exercido antes, durante e depois do caso de violência. A partir dos preceitos de Grossi (1998), propomos neste trabalho uma nova perspectiva para a análise da violência nas relações afetivas e conjugais, um olhar que eleva a complexidade dessas relações ao levar em conta a ação do afeto e como ele atua nas dinâmicas de poder que esses relacionamentos violentos desenvolvem. Propomos abandonar o preceito quase universal que a mulher em situação de violência deve sempre ser encarada a partir da posição de vítima, mas perceber a subversão e o uso de poderes que, baseados no afeto, mantém o laço afetivo e conjugal mesmo com a constante presença da violência.

Nas diversas especulações sobre o episódio envolvendo Micheli e Lisandro, essa perspectiva não foi apresentada ao público, tão pouco este trabalho se encarregará de fazê-lo, uma vez que nos faltam fontes para empreender essa missão, fazendo desse caso apenas uma ferramenta de especulação provocativa que traz essa discussão à tona. Logo, para explorar essa temática utilizamos como fonte os Boletins de Ocorrência (BOs) da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher da cidade de Vitória (DEAM/Vitória) no estado do Espírito Santo. Esses registros fazem parte do banco de dados produzido pelo Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da Universidade

Federal do Espírito Santo (LEG-UFES), que conta com 2.255 casos registrados entre os anos de 2002 e 2010. Também laçamos mão de um processo penal público da Primeira Vara Criminal Privativa do Júri da Comarca de Vitória, que trata de uma tentativa de feminicídio, e que integra a pesquisa de doutorado intitulada “O patriarcado vai a júri, veredito: inocente! – violência e feminicídio na cidade de Vitória/ES (2002-2015)”. As análises aqui desenvolvidas partem do uso de conceitos como o gênero, patriarcado, o ciclo da violência de gênero e o afeto.

O CICLO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A segunda metade do século XX foi marcada pelo fortalecimento do movimento feminista e pelo destaque dado a novas pautas levantadas pela militância feminista nas ruas, com protestos e na luta direta pelo reconhecimento dos direitos e liberdades das mulheres, e também nas universidades, pesquisando e produzindo a base ideológica de um dos maiores e mais revolucionário movimento do século XX. No Brasil, a partir do final da década de 1970 os movimentos feministas foram responsáveis por explicitar um problema social que se escondia nas práticas e dinâmicas da família enquanto uma instituição, a violência contra as mulheres. A vitimização de mulheres tem como loco privilegiado o ambiente doméstico, fazendo com que a casa e a família representem um perigo para a integridade física e psíquica das mulheres. Logo, as relações familiares e afetivas se entrelaçam com a produção de relações violentas, sendo essas encobertas pelas primeiras, ou seja, as garantias da liberdade e da privacidade promovidas pela família, elipsam os conflitos e violências gestadas no interior dessa instituição. O desafio dos primeiros movimentos feministas que encaram a luta pelo fim dessa problemática era, então, provar que “o privado também é político” e que privacidade da família não deveria estar imune à interferência pública para a resolução de conflitos. Acima do direito da instituição família, estavam os

direitos humanos das mulheres vítimas de violência gestada e reproduzida no espaço do lar.

A segunda metade do século XX uma série de casos famosos de assassinato de mulheres tomaram as páginas dos jornais e impulsionaram a luta dos movimentos feministas, e a repercussão desses casos oscilava entre a legitimação da violência praticada pelos homens contra as mulheres, e os que rechaçavam tal prática alegando que tal quadro era incompatível com as regras do convívio social do período. O caso mais marcante e que abre a luta feminista pelo fim da violência contra as mulheres foi o assassinato da socialite Ângela Diniz por Doca Street, seu companheiro à época, que causou revolta de alguns setores da sociedade brasileira, principalmente depois do abrandamento da pena do assassino, baseada na justificativa de “legítima defesa da honra”. A articulação dos movimentos feministas resultou em um novo julgamento e na condenação do assassino de Ângela, mas essa foi só uma das diversas conquistas que o movimento feminista alcançou desde então.

Dando força à luta feminista pelo fim da violência contra as mulheres, nesse mesmo período a própria violência se tornou um objeto de estudo no campo universitário, e o que antes, segundo Arendt (1970), era visto como um sinônimo de poder, agora tomava parte nos estudos acadêmicos que buscavam desnaturalizar essa prática. De acordo com a filósofa, anteriormente ao grande trauma gerado pelos conflitos da Primeira e Segunda Guerra Mundial, a violência era vista como o exercício do poder em si, sendo uma ferramenta até na política de Estado internacional. Contudo, a partir dos anos de 1950 diversos intelectuais se debruçaram sobre a questão do poder e aos poucos identificaram o exercício da violência como exatamente o oposto do exercício do poder, passando, então, a ser encarada como uma ferramenta para a busca da retomada desse exercício e reestabelecimento da dominação. Ou seja, quando não existe mais o controle sob o sujeito, e todas as demais formas de exercício do poder falham, a violência é a última forma de reestabelecimento da

dinâmica de dominação outrora exercida. Arendt (1970) ainda assevera que a efetividade do uso da violência só é verificável quando ela está acompanhada da aceitação e da legitimação popular, isso quer dizer que o uso da violência pela violência não é constitutivo de uma relação de poder, mas quando o uso se dá de forma reconhecida no seio de uma determinada sociedade, essa prática se alinha às estratégias de poder e pode ser utilizada para restaurar a dominação de uma parte sobre a outra.

É nesse ponto que os estudos da violência e os estudos feministas se encontram na luta pelo fim da violência contra as mulheres, afinal, esse fenômeno muito comum na sociedade brasileira não ocorre de forma isolada sem um contexto social que explique sua permanência em nossa sociedade. E para a compreensão dessa problemática é necessário que visitemos o conceito de gênero, que, segundo Scott (1995) é um elemento constitutivo das relações entre os sexos, construído a partir das representações simbólicas e normativas, expressas por doutrinas políticas, educacionais e científicas que, até então, se baseavam na oposição binária entre masculino e feminino. Ou seja, gênero é tudo aquilo que diz respeito ao comportamento de homens e mulheres em um determinado tempo e sociedade, é a construção social de uma identidade masculina e uma identidade feminina, que normatiza e dá sentido às relações sociais. Dentro dessa perspectiva, descortinam-se as estruturas e influências sociais que moldam o comportamento e as ações de homens e mulheres e, a partir desse binarismo, se acordo com Scott (1995), se organizam as estruturas de poder, promovendo a falseabilidade de características biológicas que justificariam o lugar social e a função de cada indivíduo a partir do sexo biológico do qual ele é dotado. Assim, gênero, como uma categoria de análise histórica, versa sobre a desconstrução da hierarquia social que privilegia o masculino em detrimento do feminino, atacando a legitimação social da dominação dos homens sobre as mulheres, conversando diretamente com a questão da violência contra as mulheres.

Os estudos sobre a violência contra as mulheres, que utilizam o gênero como categoria de análise são fundamentais na exploração e desconstrução de estruturas sociais que tem como base a hierarquia social que legitima a dominação e o uso da violência dos homens contra as mulheres. E o ataque à influência cultural para a manutenção dessa dinâmica também perpassa pelo conceito de patriarcado, que versa exatamente sobre a cultura e as construções sociais que sistematizam essas relações e o uso da violência. Contudo, esse conceito passa por algumas polêmicas e discordâncias que merecem ser abordadas a fim de clarificar a importância da sua articulação com o gênero para o estudo do fenômeno da violência contra as mulheres.

Já no século XIX, Engels (2002) teorizou acerca da dominação do homem sobre a mulher como processo adjunto do estabelecimento da propriedade privada e da descoberta da participação do homem no processo reprodutivo desde a pré-história. Para o autor, o acúmulo de propriedade gerou a necessidade de controle da sexualidade feminina, via monogamia, como forma de dominação. O objetivo era assegurar a patrilinearidade da família, não permitindo que os bens de um homem fossem transferidos para a posse do filho de outro homem. A conceituação de Engels (2002), contudo, se restringiu a uma análise materialista do patriarcado, focando-se no aspecto econômico e familiar, o que limitou o uso de suas teorias. Uma vez que o estudo do patriarcado na contemporaneidade envolve muito mais uma análise da estrutura social e política, a restrição a conceitos econômicos e ao universo familiar não é suficiente para o entendimento da sua presença na organização social. Weber (2006) também teorizou acerca do patriarcado e, ao contrário de Engels, o entende como um modelo típico-ideal para a explicação de fenômenos reais. O sociólogo identificava o patriarcado como sistema político e econômico baseado na dominação tradicional e concentrado na esfera familiar, sendo aplicável apenas a modelos de organização social mais simples e anteriores à formação de um Estado. O discurso weberiano sobre o patriarcado tem levado a rejeição do termo em pesquisas sobre as

relações de gênero, sob a alegação de que não seria suficiente para explicar as relações de dominação masculina.

Em tempos mais atuais, Scott (1995) ao destacar a aplicação inicial do termo por pesquisadoras feministas que o utilizavam como viés explicativo das desigualdades sexuais, afirma que muitas delas eram feministas radicais, e defendiam que a dominação patriarcal se embasava na “necessidade masculina de dominar a mulher” (SCOTT, 1995, p. 75), utilizando-se do sistema de reprodução para tanto. Scott destaca dois problemas quanto a esse modelo explicativo. O primeiro é que essa aproximação pouco avança no sentido de mostrar como as desigualdades de gênero estruturam todas as outras formas de desigualdades, assim como não contempla a influência das relações de gênero em outros domínios que, superficialmente, não aparentam ter qualquer ligação com as estruturas de poder estabelecidas nas relações de gênero. Já o segundo diz respeito às buscas das diferenças fundamentais pelo fator biológico, focando novamente como base de argumentação a reprodução, que tem caráter universal e imutável, o que desconsidera os fatores de construção social e cultural, fundamentais nas relações de gênero.

Do outro lado desse debate, Saffioti (1992) alega que o uso do patriarcado pelas primeiras pesquisadoras feministas não remete à visão weberiana do termo, pois elas não acreditavam ser possível fundamentar o patriarcado apenas na esfera familiar, como propunha Weber (2006), nem desconsideravam as mudanças sociais e culturais no curso da história. A autora define patriarcado como sendo um processo de dominação e exploração da mulher pelo homem, no qual a legitimação da hierarquia estabelecida entre os sexos encontra sua base em diferenças biológicas e sexuais. Acredita ainda que ele perpassa vários âmbitos da estrutura social, estando presente tanto na esfera privada como na pública, além de estar também inserido no inconsciente individual e coletivo de homens e mulheres. Ela acredita que a heterogeneidade de aplicações do patriarcado enquanto sistema de dominação, que transcende as esferas da vida e organização

social, é o que torna o seu uso frutífero. A autora complementa ainda sua defesa ao uso do termo afirmando que a aplicação do conceito não significa a desconsideração da análise de gênero nas pesquisas, sendo indicado o uso das duas categorias, não ocorrendo clivagem de uma em relação à outra.

Assim articulando as categorias de gênero e patriarcado, temos que a violência contra as mulheres se configura em uma violência de gênero, legitimada pela influência patriarcal na sociedade na qual ela ocorre. É uma violência de gênero, pois ela é cometida contra as mulheres, por serem mulheres, as motivações e justificações das ações dos perpetradores se constroem a partir do gênero das suas vítimas. O patriarcado é a base sobre a qual as ações desses indivíduos contra as mulheres são legitimadas dentro da organização social, logo, aceitando os preceitos de Arendt (1970), de que a violência é uma forma de retomada do domínio do seu perpetrador sobre a vítima, a violência de gênero contra as mulheres é um sintoma de uma sociedade impregnada da influência patriarcal, organizada a partir de uma hierarquia que legitima o poder dos homens sobre as mulheres. Com a abertura do escopo de fontes históricas a partir da historiografia do século XX, alinhado com os estudos históricos feministas, essa influência foi descortinada, podendo ser identificada desde o período colonial, até os dias atuais. Autoras e autores como, por exemplo, Samara (1993), Besse (1990), Lima (2006), Nader (1992), Azzi (1987) e Vainfas (2011), demonstram como a ação do patriarcado foi fundamental na construção e desenvolvimento da estrutura social brasileira, não deixando também de demonstrar as formas de resistências e subversões utilizadas pelas mulheres nesse contexto social.

São exatamente essas resistências e subversões das dinâmicas de poder das mulheres dentro da dinâmica patriarcal que nos interessam neste trabalho. Mesmo que desde a segunda metade do século XX os movimentos feministas tenham avançado na luta pelo fim da violência contra as mulheres, conquistando desde políticas públicas e legislações para esse fim como, por exemplo, a criação das DEAMs e

da Lei 11.340 de agosto de 2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, essa prática ainda se configura como um grave problema social brasileiro. Mas, de acordo com Lima e Nader (2012), o que pode ser observado nas últimas décadas é uma profunda transformação ainda em curso nesse contexto social, uma transformação que nos coloca em um ponto transitório da história, no qual esse tipo de violência vem aos poucos deixando o campo da legitimação e adentrando a condenação por grande parte da sociedade. É nessa dinâmica que fica mais evidente o que Soares (1999) intitula de “ciclo da violência contra as mulheres”

De acordo com Soares (1999), os episódios de violência contra as mulheres não ocorrem de forma isolada, mas obedecem a um ciclo de tensões que se repetem durante todo o curso da relação. Para a autora, a relação de violência começa com a construção da tensão entre o casal, uma primeira fase na qual, durante desentendimentos corriqueiros o homem ataca a mulher por meio de ameaças e outros tipos de violências psicológicas. Após esses episódios, quando ainda inexistem ataques físicos, a segunda fase desse ciclo é marcada pelo aumento da tensão que se transforma em agressões físicas. Por último, após o uso da violência física, na terceira fase o agressor assume uma posição de remorso, advinda da insegurança de perder a companheira, e muda o trato na relação afetiva, período conhecido como “lua de mel”, contudo, o menor sinal de desentendimento faz com que todo o ciclo se reinicie. Explorando esse contexto, Grossi (1998) identifica que o remorso e o afeto demonstrado pelo homem com relação à sua vítima após os episódios de violência não é um processo natural, um caminho que indique um arrependimento espontâneo, mas sim uma dinâmica de poder entre vítima e agressor que, por articular o afeto e as percepções sociais da violência contra as mulheres. Nesse cenário a agressão, o arrependimento, o perdão e o reinício do ciclo da violência se articulam em uma nova dinâmica que alimentam a manutenção da violência contra as mulheres na sociedade brasileira. Com base nessa relação que este trabalho propõe a

análise dos BOs de ocorrência da DEAM/Vitória e dos processos penais da Primeira Vara Criminal da Comarca de Vitória, identificando como essas dinâmicas se incluem e dão maior complexidade ao estudo da violência contra as mulheres, assim como podem ser utilizadas enquanto um viés para o entendimento da manutenção dessa prática na atualidade, mesmo com as diversas transformações observadas nas últimas décadas.

PODER E AFETO NO CICLO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Voltemos ao ciclo da violência proposto por Soares (1999), quando a autora afirma que a terceira fase dessa dinâmica é caracterizada pela culpa e pelo remorso, seguida pelo período da “lua de mel”, em que o casal retoma no cotidiano uma convivência harmoniosa e o episódio de violência se dá como resolvido. Há essa altura das dinâmicas do relacionamento afetivo/conjugal que Grossi (1998) propõe um olhar que extrapola as condições sócio estruturais e tem como foco as dinâmicas de poder do relacionamento entre homens e mulheres, ou seja, a manutenção de um relacionamento violento não está fundamentada apenas na dependência econômica, social ou familiar, ou mesmo pode ser justificada apenas a partir de uma relação baseada na dominação pura e simples do homem sobre a mulher. Quando voltamos a nossa atenção para as microrrelações de poder no relacionamento afetivo/conjugal, segundo a autora, a prática da violência adquire outro sentido, sendo ela uma ferramenta de um jogo de poder estabelecido entre o casal, uma dinâmica na qual o polo do poder se intercala entre a parte masculina e a parte feminina. A princípio, tal sugestão soa absurda, podendo levar ao equívoco de se classificar a violência contra as mulheres como um aparato legítimo e intrínseco das relações afetivo-conjugais, como se essa dinâmica fosse a única base a motivação tanto para a violência como para manutenção da relação entre homens e mulheres. Contudo, o que

propomos é identificar como esse cenário é, na verdade, resultado da influência do patriarcado no modelo de relacionamento. Ao considerarmos essa dinâmica que entrelaça a violência e o afeto, proposta por Grossi (1998), identificamos nela um jogo de poder no qual as relações estão influenciadas um padrão geral do binômio dominador/dominada, mas em que os polos de poder se alternam para contribuir na manutenção da relação.

O momento de vitimização da mulher com origem na agressividade do homem, na prática, também simboliza a transição do poder do dele para ela. A culpa e o remorso fazem com que o dominador fique em uma posição vulnerável diante do sujeito feminino que ele agrediu, e esse padrão pode ser facilmente encontrado no ato da denúncia do agressor à autoridade policial. No banco de dados dos BOs da DEAM/Vitória, entre as 12.255 denúncias registradas entre os anos de 2002 e 2010, entram-se casos em que a busca pelo auxílio do poder público acontece como forma de mediar essa dinâmica aqui explorada, como demonstra a Tabela 1.

TABELA 1 – Medidas requeridas nas denúncias da DEAM/Vitória (2002-2010)²²

Medida Requerida²³	Ocorrências	Porcentagem
Registro do fato	6.065	49,5%
Representação	3.381	27,6%
Exames de lesões corporais/sexuais	1.302	10,6%
Entrevista social	1.277	10,4%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM/Vitória

22 Para a confecção da tabela utilizou-se a menção da medida, uma vez que o boletim de ocorrência pode ter uma ou mais medidas solicitadas. No caso das menções ao registro do fato, excluiu-se 150 registros que traziam em conjunto à representação, anulando assim o sentido de apenas o registro do fato, e esses registros foram contabilizados no campo Representação. Já para o campo Exames de lesões corporais/sexuais constam apenas os boletins que tinham como medida solicitada apenas os exames de lesões corporais ou de natureza sexual, excluindo-se os registros em que o exame de lesões fosse acompanhando da representação do crime ou a entrevista social, que foram paulatinamente acrescentados nos devidos campos (Representação ou Entrevista Social). O campo Representação conta com todos os boletins em que o crime foi representado, seja acompanhado da menção de registro do fato ou se aplicação de exame de lesões corporais/sexuais, que passaram a integrar apenas esse campo.

23 O campo “medidas” dos BOs, citados nessa tabela, dizem respeito ao andamento da denúncia feita junto a autoridade policial. O “Registro do fato” diz respeito aos processos que se encerram na denúncia, ou seja, após a confecção do boletim a vítima não requisitou qualquer outra ação do sistema policial ou jurídico. Já a “Representação” diz respeito à continuidade da denúncia, que se converterá em um inquérito policial que será apresentado à justiça. Os “Exames de lesões corporais/sexuais” informam que a denunciante foi encaminhada ao Departamento Médico Legal para a excussão de exames que provam a violência sofrida (física ou sexual), mas nos casos aqui citados não há menção de qualquer outra medida. Por último, a “Entrevista social” é uma medida de caráter conciliatório, na qual vítima e agressor comparecem à delegacia para uma “conversa” com a autoridade policial e provável conciliação entre as partes.

Nas denúncias registradas no banco de dados do LEG-UFES, os boletins de ocorrência que foram representados (3.381 ou 27,6% dos casos), e que de fato se tornaram inquéritos policiais e foram apresentados depois à justiça, configuram minoria diante dos demais números. Destaca-se ainda que em parte do período levantado junto à DEAM/Vitória, entre os anos de 2002 e 2006, momento da história que precede a promulgação da Lei 11.340, também conhecida como Maria da Penha, era possível que, em audiência, a vítima e denunciante retirasse a queixa, dando fim ao processo de investigação e, se necessário, ao processo criminal que poderia ter sido instaurado contra o denunciado. Outro fator interessante são os registros em que a única medida tomada pela autoridade policial foi o encaminhamento das mulheres para os exames que comprovariam as agressões físicas ou sexuais sofridas, e, nesses casos, não constam que nenhuma outra ação foi tomada, fazendo com que esses 10,6% de denúncias sejam somados aos casos de registro do fato, ou seja, existem apenas com a finalidade de registrar a violência, não sendo requerida qualquer outra ação do poder público. Assim, quando somamos os números de boletins que apenas registram o fato e aqueles que apenas solicitaram um exame de lesões corporais/sexuais, temos a soma de 60,1% dos registros da DEAM/Vitória entre os anos de 2002 e 2010. Esses boletins podem ter uma pluralidade de objetivos que vão desde a sua utilização no sistema judiciário, por exemplo, em processos litigiosos de divórcio, ou mesmo a negociação privada entre vítima e agressor no processo de ciclo da violência, sendo a chave para a inversão de poderes dentro desse binômio. A exploração dos casos em que a medida tomada foi a “Entrevista Social” é que nos dá um parecer mais claro sobre esse cenário.

Nesses casos é possível observar que o uso da autoridade policial tem como objetivo a conciliação entre os envolvidos, uma espécie conversa quase informal, na qual o agressor é repreendido e deve entender o que fez de errado para com a sua vítima ou, no senso comum, a mulher agredida leva o seu companheiro, marido,

namorado, etc., para “tomar um esporro da delegada”²⁴. Segundo Grossi (1998), os mecanismos de combate à violência contra as mulheres conquistados no Brasil desde a década de 1980 permitiram essa nova dinâmica nas relações afetivo-conjugais, pois foram responsáveis por construir um estigma sobre a agressão à mulher com quem se nutre uma relação afetiva/conjugal. Cenário que corrobora com os apontamentos de Lima e Nader (2012), demonstrando essa fase de transição entre legitimação e a condenação social dessa prática. Algo que já podia ser visto nos apontamentos de Grossi (1998), que partem do princípio que a violência é parte da estrutura presente nas relações afetivo-conjugais da nossa sociedade, que em alguns casos pode ser traduzida nesse jogo de poder entre a força física e os novos padrões socioculturais que negociam relações de poder. Assim, ao tratarmos de casos de violência contra as mulheres nas relações afetivo-conjugais, a manutenção desse relacionamento e da suposta submissão feminina à agressividade masculina não devem deixar de lado a categoria do afeto, uma vez que essa representa a força de ignição da negociação dos vetores de poder na relação. Ou seja, a relação afetiva sustenta o jogo de poder que Grossi (1998) representa sob a expressão “rimando amor com dor”, uma dinâmica na qual a afetividade se alinha a violência tornando as relações de poder fluidas e sustentando uma relação que vai do polo do sentimento para o da violência e vice-versa.

Vemos que nas denúncias registradas na DEAM/Vitória o expressivo número de boletins registrados, mas que não geraram quaisquer medidas judiciais, ou seja, não resultaram em ações concretas do poder público para punir os autores de violência, é um indicativo da manutenção da prática de negociação desses casos sob a égide da instituição familiar e de caráter privado. Mesmo com o uso

24 Acrescenta-se que após a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, paulatinamente essa medida desapareceu dos boletins da DEAM/Vitória e, possivelmente, passaram a engrossar a fileira dos casos e “registro do fato”.

do poder público por meio da denúncia, essa interferência é limitada e muito mais utilitarista, ou seja, ao invés de buscar o poder público como forma de intervenção e resolução, a mulher em situação de violência utiliza-se da denúncia como uma ferramenta para inverter os polos de poder das dinâmicas do relacionamento, sendo o registro o instrumento chave dessa negociação. O objetivo não é o fim da violência por meio do fim da relação, mas sim a manutenção da relação com o fim da violência, pois muitas dessas mulheres não veem a violência como uma característica intrínseca de seus companheiros, maridos, noivos ou namorados. As agressões sejam elas físicas, morais ou psicológicas, são vistas como um desvio da normalidade, episódios isolados que podem ser corrigidos, e a correção perpassa a exposição da violência, seja para outros membros da família ou para o poder público. E tal correção é necessária para manter o relacionamento que, apesar de violento traz, na visão da vítima, outros pontos positivos que justificam a manutenção da relação. A fim de exemplificar essa dinâmica, laçamos mãos de alguns exemplos encontrados nos BOs da DEAM/Vitória.

No BO nº 1149/04, uma mulher, parda, com 23 anos de idade, que trabalhava como desfiadora de siri e morava no bairro Ilha das Caieiras, denunciou por agressão o seu companheiro, um homem pardo, pescador e que tinha a mesma idade que ela. O casal tinha uma filha de cinco anos, ao descrever as agressões a vítima relatou que “o problema é que o autor sai para beber nos fins de semana e quando volta a agride, mas ele é um bom pai e bom marido” (DEAM/Vitória, 2004). Esse BO integra do quadro daqueles que tiveram por objetivo apenas o registro do fato, a denúncia sem qualquer medida adicional a ser tomada, e é possível perceber, no discurso registrado no documento, que a vítima percebe os episódios de violência como uma consequência da ingestão de bebida alcóolica por parte do seu companheiro, uma visão que vai ao encontro das percepções do senso comum acerca da violência contra as mulheres. O uso de drogas lícitas e ilícitas é comumente apontado como fator de motivação da

violência contra as mulheres e, constam nos BOs como uma das principais motivações para os casos de violência, como pode ser observado na Tabela 2.

TABELA 2 - Motivação para a violência contra as mulheres registradas nas denúncias da DEAM/Vitória (2002-2010)²⁵

Motivações Registradas	Total de citações	%
Álcool	1384	11,29
Ciúme	2188	17,85
Desemprego	52	0,42
Drogas	565	4,61
Familiar	1783	14,54
Financeira	913	7,45
Outros	4101	33,46
Em Branco	1841	15,02

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM/Vitória

Confirmando tal assertiva, Minayo e Deslandes (1998) observam que, embora o consumo do álcool, e também de drogas ilícitas, esteja significativamente ligado a várias formas de violência, ainda não existe consenso sobre a explicação desse fenômeno. E que, apesar do consumo pelos homens apresentar aumento do fator de risco para a ocorrência de violência doméstica, o mesmo não se observa no grupo de amostra feminino. Sendo assim, para as autoras, a relação entre o consumo dessas substâncias e a violência depende de vários outros fatores que vão além da ação da substância em si, tendo que ser considerado o contexto social em que seu uso está inserido, que pode levar a comportamentos violentos. Assim, reafirmamos o entendimento

25 Para a confecção da tabela foram contabilizadas as menções às motivações registradas nos BOs da DEAM/Vitória, uma vez que cada boletim pode ter uma ou mais motivações registradas.

de que o consumo de álcool e drogas pode ser encarado como detonadores do ato de violência e não como uma motivação *per si*.

Outros casos registrados na DEAM/Vitória, e que tem relatos mais completos podem nos auxiliarem no descolamento do uso de substâncias que alteram o estado mental do indivíduo e a motivação para a violência contra as mulheres. É o caso do BO nº 0457/09, registrado no dia 17 de março de 2009, no qual uma mulher parda, 39 anos de idade, residente do bairro Resistência e que exercia a profissão de manicure, denunciou o marido, também pardo e com a mesma idade, por ameaça. De acordo com a vítima, o agressor estava desempregado, e ela conviveu por 20 anos com ele, e

[...] que deste relacionamento tem 1 filho de 18 anos; [...] que já foi agredida várias vezes pelo autor, assim como ameaçada também; que já registrou um BO anteriormente, mas não quis prosseguir com o processo; **que o motivo dos desentendimentos é bebida e drogas**; que **quando o autor faz uso de drogas fica muito agressivo**, e por esse motivo as brigas são constantes; que no dia de hoje por volta de 2 horas da madrugada o autor pegou uma faca e **começou a furar o colchão querendo dinheiro para comprar drogas**, em seguida a noticiante ligou para o 190 e o autor fugiu de bicicleta, logo depois voltou e foi dormir; **que o autor ameaça a noticiante e o filho de morte praticamente todos os dias**; **que o autor ameaçou a noticiante que se houver a separação, o mesmo irá colocar fogo na casa** (DEAM/Vitória, 2009, grifos nosso).

A própria narrativa da vítima demonstra que, na visão dela, a agressividade do esposo é motivada pelo uso de álcool e de *crack*, uma vez que os episódios de violência só ocorriam quando ele fazia uso das substâncias. Contudo, alguns cenários podem ser destacados para ajudar a identificar outros fatores não expostos pela denunciante e que auxiliam no entendimento dos reais motivadores da violência detonada pelo uso de drogas. O cenário que mais chama a atenção

nessa denúncia é o desemprego do autor da violência, que necessita ser contextualizado no âmbito das relações de gênero, pois afeta em grande medida as dinâmicas da vida social dos homens.

A dicotomia socialmente construída nas relações entre homens e mulheres nas sociedades influenciadas pela ideologia patriarcal encerram o papel social do primeiro, dentro da instituição familiar, a partir do desenvolvimento da função de provedor. Se, de acordo com Badinter (2003), as sociedades capitalistas industriais separaram a unidade doméstica da unidade de produção, levando o trabalho para o ambiente das fábricas, tal configuração isolou os homens do convívio familiar fazendo do trabalho a sua principal função social, mas também o constituindo como ponto central da sua construção identitária. O mundo masculino se traduz no mundo do trabalho, o emprego possibilita a obtenção da condição de provedor que, de forma geral, garante a ele os privilégios da identidade masculina patriarcal. Ter um emprego, sucesso financeiro, e ser capaz de sustentar a família é o último passo no rito de passagem entre a infância e a adolescência para a vida adulta no mundo contemporâneo.

Nesse processo, o mundo do trabalho toma para si a subjetividade masculina, remodelando o convívio social do homem e a percepção que ele tem do mundo. O antropólogo português Miguel Vale de Almeida (1996), observando a relação entre os homens e o trabalho, desenvolveu o conceito de homossociabilidades, que descreve a *performance* masculina no mundo exterior ao do trabalho. De acordo com ele, as atividades externas e sociais, embora não sejam levadas a cabo nos limites do exercício da profissão, estão ainda, em certa medida, relacionadas ao homem. A homossociabilidade é observada nas reuniões sociais, sejam em bares, cafés ou outros eventos sociais, nas quais o sujeito se integra ao seu grupo de iguais, compartilhando experiências e relatos da vida familiar, sexual e da atividade profissional. Esse espaço, visto como um momento de lazer e descontração, funciona também como área de vigilância e controle da masculinidade que o grupo exerce sobre o indivíduo, é nesse momento que o

homem, mais uma vez, deve provar que possui os atributos necessários para a obtenção da masculinidade, garantindo assim os privilégios sociais que a influência do patriarcado concede a ele.

O desemprego, então, representa a negação de todo esse cenário. Não estar inserido no mercado de trabalho marginaliza o indivíduo masculino em diversas esferas sociais, seja familiar, na qual ele não tem mais a função de provedor, ou nas oportunidades de participar das homosociabilidades. O homem desempregado sofre constantemente com o fantasma da castração do falo, da perda de poder e o perigo de subjugação, seja no seu grupo social, espaço em que ele não é mais um “igual”, ou na família. Nessa última, não estar mais na condição de provedor também pode significar estar sujeitado a uma mulher, pois ela passa a sustentar a casa, instância na qual a castração do falo se torna ainda mais problemática e a busca por dominação pode resultar no uso da violência²⁶. No registro da DEAM/Vitória nº 0457/09, o crime contra a denunciante traz um homem desempregado que oferecia violenta ameaça à sua esposa exigindo que ela fornecesse a ele os meios financeiros para a compra de drogas, com o intuito de sustentar o seu vício, já que ele estava desempregado e não possuía meio para tanto. Nesse contexto, acredita-se que a prática da violência parte das contradições socioculturais que o desemprego e a construção de uma identidade patriarcal inserem na subjetividade do agressor, que se relacionam com o uso das substâncias psicoativas, logo, não foi motivada pelas últimas. Destacamos que a relação entre o desemprego e o uso de drogas também obedece a uma lógica cíclica, em que um pode ser resultado do outro. Ou seja, o uso das substâncias pode levar ao desemprego, assim como estar longe do mercado de trabalho pode ser um gatilho para a utilização das substâncias que alteram o estado mental com a finalidade de se constituir como um mecanismo psíquico para lidar com esse problema.

26 Sobre a relação entre o desemprego masculino e a violência contra as mulheres (FERRARI, 2016).

Ainda sobre o BO 0457/09, a própria vítima informa que essa não é a primeira denúncia que faz contra o marido, mas que ela não deu prosseguimento ao processo, ou seja, apenas registrou o fato sem demais providências do poder público. Diferente do primeiro exemplo, não se tem, na posição dessa vítima, qualquer traço de afeto em relação ao seu agressor, que busque justificar uma boa conduta ou mesmo uma justificativa para a agressão. Infelizmente a coleta para a confecção final do banco de dados do LEG-UFES não permitia a identificação das vítimas, impossibilitando o cruzamento de dados para tomar conhecimento e análise da primeira denúncia feita por ela. Logo, não sabemos se o relato foi nesse primeiro BO contava com tal estratégia, mas o ponto de virada do registro 0457/09 é exatamente a representação e o pedido de medida protetiva, que demonstram a demanda por ação do Estado e judicialização da questão. Nesse ponto, podemos conjecturar que o afeto não é mais uma questão para a manutenção da relação violenta, levando ao rompimento de laços e, conseqüentemente, da relação de violência estabelecida com o agressor. A quebra desse padrão, contudo, não garante à mulher a proteção e segurança, uma vez que ela representaria o desafio final da dominação masculina, ao que a cultura patriarcal responde com a forma de controle e dominação final, materializada na eliminação do corpo que não mais quer ser dominado, ou no feminicídio.

O termo feminicídio se popularizou no Brasil após a promulgação da lei 13.104 do dia 9 de março de 2015, a qual tornou hediondo o crime de assassinato de mulheres, já que essa passou a ser uma qualificadora do art. 121 do Código Penal Brasileiro (CPB). Mas o conceito de feminicídio é muito mais antigo, sendo teorizado na década de 1990 na obra de Russell e Radford (1992), e diz respeito ao assassinato de mulheres, motivados pelo gênero, ou seja, mulheres que foram mortas por serem mulheres. De acordo com Russell e Caputi (1992) o feminicídio seria o fim de uma cadeia sistemática de discriminações e violência que se abatem sobre o corpo feminino e que resultam no seu assassinato. E se o exercício da violência representa

a tentativa de retomada de poder, a violência letal contra as mulheres é a forma encontrada para dominar o corpo que não mais responde à violência, corpo esse que o homem não é mais capaz de dominar. O feminicídio é, então, a última dominação, a confirmação de posse e do direito a vida e a morte da mulher, concedida ao homem pela cultura patriarcal.

Ao quebrar o ciclo da violência e rejeitar os jogos de poder e afeto que esse quadro propõe a mulher nega ao homem que o poder retorne a ele, que a fase da “lua de mel” reestabeleça os padrões da relação e a dominação continue. Ao rejeitar o afeto com relação ao agressor, a mulher não necessariamente está livre da relação de violência, podendo até colocar a sua vida em risco. Foi o caso de Rosa, mulher vítima de uma tentativa de assassinato por parte do seu marido, Anderson, de qual trata o processo penal 07/2010²⁷, registrado na Primeira Vara Criminal da Comarca de Vitória. Rosa era auxiliar de estoque, tinha 36 anos e era moradora do bairro Maruípe. Anderson, homem pardo, 35 anos, desempregado e também era morador do bairro Maruípe. De acordo com os depoimentos prestados em juízo por Rosa, o longo casamento com réu foi sempre marcado pela violência, e nos últimos oito anos da relação esse quadro ficou ainda mais intenso devido à adição do uso de drogas como cocaína e crack. A vítima da tentativa de assassinato garante que a violência de Anderson não dependia do uso de substâncias químicas, e era uma constante.

Mas é essa relação que Anderson utiliza para mitigar a responsabilidade dos atos dele contra a esposa. De acordo com o depoimento do réu durante as audiências de instrução do processo, ele teria passado a noite que antecedeu o crime acordado e fazendo uso de crack. No dia seguinte ele invadiu local de trabalho da vítima e tentou assassiná-la com golpes de chave de fenda, e ele não teria responsabilidade

27 Para tratarmos dos processos penais dos casos de assassinato resguardando a identidade dos envolvidos, os números e os nomes que constam nos documentos foram alterados.

sobre os seus atos. Entretanto, outras testemunhas, em depoimento ao longo do processo, demonstram um cenário diferente, elas afirmaram que ele chegou ao local com a intenção de tirar a vida da esposa. Uma colega de trabalho, por exemplo, afirmou que ao chegar ao local e ser informado que Rosa estava no estoque, que era de acesso exclusivo de funcionários, ele invadiu o local perguntando à vítima “não disse que eu te pegava?”. Já o depoimento de Rosa monta o quadro anterior ao crime que quebra a relação estrita entre o uso de drogas e os atos de Anderson, relatando como se dava a relação entre eles.

De acordo com a Vítima, ela suportou anos de violências de Anderson, e tempos depois ficou sabendo que ele estaria usando drogas, fato que a motivou a dar fim ao relacionamento. Mas, o fim da relação entre eles era temporário, pois quando ele saía de casa ficava em situação de desemprego, passava a morar na rua e ela, comovida com essa situação permitia que ele voltasse para casa e a relação se iniciava novamente. Esse depoimento de Rosa demonstra como o afeto é um fator preponderante para a manutenção da relação violenta. O sentimento de pena fazia com que ela, mesmo tendo sido agredida anteriormente, se compadece de seu algoz e reatasse a relação, mesmo que isso implicasse em um novo ciclo de violências. Inclusive, algumas dessas reconciliações aconteciam após ela denunciar a violência e obter medidas protetivas contra ele. Porém, ao observar as condições de abandono que ele estava após a separação, ela o aceitava de volta, o que reiniciava o ciclo da violência entre o casal. O fim desse ciclo só aconteceu após a tentativa de assassinato, em que mais uma vez eles estavam separados e Anderson pediu para que um dos filhos do casal dissesse à mãe que ela “fosse sempre para o trabalho com a mesma roupa [...] posto que do contrário ele iria lhe acertar uma ‘desgraça’”²⁸. A vítima disse ainda que nas semanas que precederam o crime ele teria chegado em casa e tentado esganá-la, só

28 Depoimento prestado por Rosa durante o Tribunal do Júri do processo 07/2010, p. 235.

interrompendo o ato, pois ela fingiu desmaiar. Uma das testemunhas que trabalhava com Rosa narrou outro fato, que a vítima o teria confidenciado que Anderson teria trancado ela e os filhos em um quarto ameaçando-os com uma faca.

Antes da pronúncia de Anderson para ser julgado no Tribunal do Júri, sua defesa tentou mudar os rumos do processo, afirmando que o seu cliente não poderia responder por tentativa de homicídio, uma vez que não estava de posse das suas faculdades mentais e que a agressão ocorreu “em razão do seu vício, e em consequência dos efeitos do crack e do álcool, e somando-se ainda a atitude de sua esposa, o acusado se descontrolou e acabou por revidar as agressões sofridas”²⁹. Destaca-se que na versão de Anderson, a vítima teria se negado a conversar com ele, fato contestado por Rosa e por todas as testemunhas que afirmaram que ele invadiu o local e já iniciou as agressões, estando extremamente descontrolado e demonstrado ódio em relação à esposa.

Durante o depoimento de Rosa ela foi perguntada pelo juiz as razões para ela ter se casado com Anderson, uma vez que ela afirmou que ele já era violento na época em que eles namoravam. Em sua resposta a vítima revela “que se casou praticamente obrigada por seu pai, pois estava grávida”³⁰, fica clara a representação patriarcal nas relações familiares, na qual a mancha à honra da família, causada por uma gravidez indesejada durante a fase de namoro, que representa a perda da virgindade, é resolvida pelo casamento, mesmo que esse represente uma relação de dominação e subjugação por meio da violência. Mas se pela via paterna o patriarcado aprisionou Rosa a um casamento marcado pela violência, por outro a visão que responsabiliza e pune a mulher pelas ações do homem se fez presente

29 Alegações finais da defesa de Anderson na fase de instrução do processo 07/2010, p. 148.

30 Depoimento prestado por Rosa durante o Tribunal do Júri do processo 07/2010, p. 232.

no processo que julgava a tentativa de assassiná-la, é o que fica claro quando se volta a atenção ao desfecho do Tribunal do Júri.

O júri composto por cinco homens e duas mulheres, após a recusa de Anderson de ter sido interrogado e os relatos de que ele teria ameaçado Rosa antes da audiência, que levou ela a pedir para ser ouvida sem a presença dele, condenou o acusado pelo crime de homicídio simples na forma tentada. Importa destacar que o Ministério Público pediu para que as qualificadoras fossem retiradas do processo, ao passo que, surpreendentemente, a defesa também discursou pedindo a condenação de Anderson, duas atitudes que, no registro escrito do processo, não encontram fundamentação alguma. Talvez a instabilidade de Anderson fosse a razão pela qual a sua defesa tomou tal atitude, pois durante a audiência de instrução, quando foi questionado se quando ele saísse da cadeia, ele voltaria a viver com Rosa, ele afirmou “que no plano de Deus, sim”³¹, tendo ele, fora da audiência, ameaçado a esposa por causa da denúncia e do processo, assim como fez com outras testemunhas durante o inquérito.

Mesmo diante desse quando, na sentença do processo, o magistrado presidente não deixa de responsabilizar Rosa pelas ações de seu marido. Afirmando que

[...] a despeito de injustificável a conduta perpetrada, **a vítima incentivou no acusado**, na medida em que **desenvolveu uma relação patológica com ele**, com afastamentos e reconciliações conjugais, inclusive, após instaurada uma ação penal em face dele, com a aplicação de medidas protetivas, o que **certamente alimentou a crença na permanência e/ou perspectiva, por parte dele, do relacionamento e, por consequência, o lamentável ato homicida**³².

31 Depoimento prestado por Anderson durante instrução do processo 07/2010, p. 121.

32 Sentença do Tribunal do Júri do processo 07/2010, p. 243. Grifos nossos.

Há nesse trecho da sentença duas situações extremamente problemáticas da parte do magistrado, quais sejam, a não observação do afeto nas relações conjugais e a responsabilização da vítima pelos atos de seu algoz. No primeiro caso, a interpretação da natureza da relação entre Rosa e Anderson negligencia e demonstra o desconhecimento do ciclo da violência presente nos relacionamentos entre homens e mulheres marcados pela violência, além de ignorar a própria motivação da vítima em aceitar novamente Anderson em seu lar.

Se anteriormente este trabalho já estabeleceu as dinâmicas de poder baseadas no afeto que explicam a continuidade de relacionamentos violentos, esse caso parece desafiar até mesmo essa compreensão, pois não parece haver da parte de Rosa uma negociação, ou mesmo uma inversão da vetorização do poder que possibilite a manutenção do relacionamento. Anderson não é coagido ao arrependimento pela pressão social sobre os casos de violência que geram interdições e arrependimentos, é o afeto de Rosa, ao vê-lo em situação de rua, desempregado e com fome, o acolhe novamente no seio do seu lar, ao passo que ele então demonstrava arrependimento e promessas de mudança. Essas eram descumpridas assim que ele novamente retornava à posição dominante do lar, exercendo o seu poder por meio da violência contra Rosa e os filhos do casal.

Por fim, o magistrado ignorou todas essas nuances que envolvem a relação do casal, generalizando a condenação aos relacionamentos em que a violência se encontra presente. Tal reprovação é resultado da mudança do pensamento patriarcal, que não mais corrobora com a violência, e não mais a vê como uma prerrogativa do homem sobre a mulher. Contudo, vê-se que a influência do patriarcado não foi completamente anulada nesse processo, visto que mais uma vez as ações do homem são justificadas pelo comportamento feminino. Na sentença do juiz a responsabilidade de dar fim à relação era de Rosa, responsabilizando o afeto que ela sentia pela condição humana de Anderson como uma relação patológica, sendo essa a base para que ele atentasse contra a vida dela. Mesmo com Anderson

condenado, Rosa passou a fazer parte da sentença, sendo repreendida por sentimentos que, dentro da perspectiva patriarcal, seriam “naturais” às mulheres, que em qualquer outra circunstância poderiam ser interpretados de forma positiva, mas que nesse caso é visto como a origem da punição do sujeito alvo de seus sentimentos. A análise desse caso demonstra que dentro de uma sociedade ainda fortemente influenciada pelo patriarcado, nenhuma ação feminina passará impune, incólume ao julgamento e à condenação, não importando as intenções que nela estão contidas.

AFETO: DESAFIOS PARA O ESTUDO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Ao longo deste trabalho nos propomos a olhar para os casos de violência contra as mulheres a partir de uma nova ótica, um novo panorama que pode auxiliar no entendimento da manutenção dessa prática. Esse esforço se justifica diante de um questionamento pertinente: mesmo diante de tantas políticas públicas, campanhas de conscientização, legislações, redes de atendimento, empoderamento e ressignificação do lugar social da mulher, o que explica os elevados números da violência contra as mulheres? O caso de Micheli e Lisandro, que abre nossas análises, demonstra que, dentre aqueles que têm como inaceitável a permanência desse problema social, a reincidência perpassa apenas pela dominação e o poder unilateral que o agressor incide sobre a sua vítima. E seria esse poder exercido sobre a mulher que levaria ao desenvolvimento da dependência emocional e a impossibilidade de ação contra o agressor.

A provocação que nos ocupamos de desenvolver ao longo deste trabalho tem como objetivo questionar essa passividade e subordinação total da mulher, mesmo em situação de violência. Entendemos que mesmo que marcadas pela violência, tais relações convivem de forma paralela com o afeto, pois esse seria, teoricamente, a motivação para que dois indivíduos passem a se relacionar. Entendemos

também que é verdade o slogan feminista da década de 1970, “quem ama não mata”, rejeitando que exista, na violência, qualquer traço de afeto, mas da mesma forma que esse sentimento não define a prática da violência, essa não é o único definidor de uma relação em que ela está presente. Aceitamos as premissas de Grossi (1998) que é o afeto da relação que leva à negociação e às dinâmicas de poder que possibilitam a continuidade do ciclo da violência. Assim, o poder da mulher não é inexistente, mesmo que, nesses casos, ele não seja capaz de dar fim à situação de vítima de violência, sendo na verdade um constitutivo para a sua continuidade.

A perspectiva do afeto nas relações marcadas pela violência não tem como objetivo simplificar a análise desses casos, pelo contrário, ela traz mais complexidade e possibilidade de entendimento. Ao acrescentarmos esse ponto de vista nos estudos dos casos de violência contra as mulheres, não podemos nos furtar de alertar para a possibilidade de interpretações incorretas, e até mal intencionadas, que podem propagar a ideia de que a mulher vítima de violência “gosta de apanhar”, ou mesmo que isso normalize a violência nas relações afetivo-conjugais. Pelo contrário, reconhecer a existência do afeto é retirar o estigma que ronda o sujeito sobre o qual se abate essa violência, é compreender que inexistente a vergonha de admitir a existência da violência nas relações afetivas, fato que impede muitas mulheres de buscarem a ajuda do poder público para enfrentar esse quadro. Afinal, tornar público que aquele a quem se ama é também o seu algoz trata de um quadro de extrema complexidade e de difícil resolução.

Contudo, essa perspectiva contribui de forma inequívoca no avanço do debate acerca dessa problemática. Ela se soma a outras explicações que versam sobre a influência do patriarcado, a dependência econômica e os demais fatores já identificados que justificam a manutenção da violência contra as mulheres. Entender o papel do afeto nessas relações também impede que a condenação desses crimes também recaia sobre as vítimas, como foi o caso de Rosa, durante o julgamento do homem que tentou tirar a vida dela. Uma sociedade

que entende como inaceitável a violência contra as mulheres e que condena aqueles que a praticam, não pode, na mesma esteira, condenar a mulher vítima de violência sem compreender o papel do afeto nessas relações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. V. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. **Anuário Antropológico**, p. 161-190. Rio de Janeiro: 1996.

ARENDT, H. **On violence**. New York: Harcourt, 1970.

AZZI, R. Famílias e valores no pensamento brasileiro: um enfoque histórico (1870-1950). *In*: RIBEIRO, I. **Sociedade Brasileira Contemporânea: Famílias e Valores**, p. 85-120. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

BADINTER, E. **XY**: sobre a identidade masculina. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BESSE, S. K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: EDUSP, 1999.

CAPUTI, J.; RUSSELL, D. Femicide: sexist terrorism against women. *In*: RADFORD, J.; RUSSELL, D. **Femicide**: the politics of women killing, p. 11-21. New York: Twayne Publisher, 1992.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FERRARI, A. S. **Patriarcado e violência**: desemprego masculino e reviravolta feminina nos papéis sociais de gênero. Vitória/ES

(2002-2010). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2016.

GALVANI, G. Como explicar beijo de vítima em ex-namorado que tentou matá-la com 5 tiros? **Carta Capital** [online], 30 jan. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/como-explicar-beijo-de-vitima-em-ex-namorado-que-tentou-mata-la-com-5-tiros/> Acesso em: 20 jul. 2021.

GROSSI, M. P. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. *In*: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (orgs.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**, p. 293-313. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

LIMA, L. L. Penitentes e solicitantes: gênero etnia e poder no Brasil colonial. *In*: SILVA, V.; NADER, M. B.; FRANCO, S. P. (orgs.). **História, Mulher e Poder**. Vitória: Edufes-PPGHIS, 2006.

LIMA, L. L.; NADER, M. B. Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social. *In*: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. **A Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MINAYO C. S.; DESLANDES, S. F. Complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14, n. 1, p. 35-42. Rio de Janeiro: 1998.

NADER, M. B. Da família patriarcal à família nuclear burguesa: uma perspectiva histórica e social. **Dimensões: Revista de História da UFES**, v. 3, p. 55-67. Vitória: 1992.

RADFORD, J.; RUSSELL, D. **Femicide: the politics of women killing**. New York: Twayne Publisher, 1992.

RS: Vítima beija réu antes de ele ser condenado por tentar matá-la. **Istoé** [online], 29 jan. 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/rs-vitima-beija-reu-antes-dele-ser-condenado-por-tentar-mata-la/> Acesso em: 20 jul. 2021.

SAFFIOTI, H. I. Rearticulando gênero e classe social. *In*: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

SAMARA, E. M. **A família brasileira**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SOARES, B. M. **Mulheres invisíveis**: violência conjugal e novas políticas de segurança. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1999.

SCHLOSSER, M. “Vamos tentar nos acertar”, diz mulher que levou cinco tiros do namorado [Entrevista]. **Jornal de Brasília** [online], 30 jan. 2020. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/nahora/vamos-tentar-nos-acertar-diz-mulher-que-levou-cinco-tiros-do-namorado/> Acesso em: 20 jul. 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99. Porto Alegre: jul./dez. 1995.

VAINFAS, R. **Trópicos do pecado**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil [e-pub]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. v. 1. Brasília: EDIUNB, 2006.

“Uma boa senhora de diplomata”: namoro, casamento e desquite nas correspondências de Clarice Lispector (1941-1964)

*Kaoana Sopelsa*³³

*Diplomata é um homem que pode ganhar numa discussão com sua mulher sem que ela perceba que saiu perdendo (Clarice Lispector)*³⁴.

33 Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

34 Da compilação organizada por Aparecida Maria Nunes, *Só para mulheres* (LISPECTOR, 2008).

INTRODUÇÃO

Clarice Lispector (a quem me refiro no corpo do texto pelo primeiro nome ou nome próprio) namorou, casou, separou e desquitou de Maury Gurgel Valente (1921-1994). Durante os anos 1942-1959 trocou cartas com ele, com as irmãs mais velhas Tania Kaufmann (que se tornou mãe após se casar com um homem judeu) e Elisa (que nunca se casou), e com Lúcio Cardoso, com quem trabalhou no início de sua carreira na imprensa. É importante salientar que, apesar do que pode sugerir o título, não há qualquer intenção de reduzir a existência de Clarice à sua vida amorosa, mas sim estabelecer relações históricas com essa experiência, narrada diretamente pelas pessoas que a viveram.

Neste capítulo, pensado para compor o terceiro número da *Coletânea História e Gênero*, intitulado “História e Relações de Gênero: amores, emoções e fantasias”, utilizo como fonte fragmentos das correspondências supracitadas, presentes nas obras *Correspondências* (LISPECTOR, 2002) *Minhas queridas* (LISPECTOR, 2007) e *Todas as cartas* (LISPECTOR, 2020) para descobrir se é possível, com os relatos intimistas trocados entre uma jovem com seu futuro cônjuge, entre antigos colegas de trabalho e entre irmãs, observar os reflexos das relações de gênero em uma sociedade conjugal cujo modelo se construiu socialmente com base na superioridade masculina.

O trabalho com as cartas, escritas “na primeira pessoa, na qual o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta” (MALATIAN, 2015) – mesmo que cobre uma análise que considere como não é uma escrita totalmente espontânea, como há, mesmo que em diferentes graus, julgamento social entre as pessoas que se correspondem – traz a possibilidade de acessar o que Margareth Rago define, a partir de Foucault, como “a escrita de si [que] se destaca como uma prática de constituição da subjetividade e de trabalho sobre si, e nesse sentido, pode ser analisada como linha de fuga diante do poder e como meio de abertura para

o outro” (RAGO, 2011). Como o poder está envolvido nas relações de gênero, pelas quais se pode distinguir, por exemplo, os modelos e lugares binários e opostos de homem e mulher, e como essa construção interfere nas ações, significados e interpretações das pessoas em determinadas épocas e contextos (PINSKY, 2014), parto da definição de Judith Revel (2005) sobre o *poder*, de acordo com a perspectiva do filósofo francês Foucault. Em suas palavras:

[...] se é verdade que não há *poder* que não seja exercido por uns sobre os outros – “os uns” e “os outros” não estando nunca fixados num papel, mas sucessiva, e até simultaneamente, inserido em cada um dos pólos da relação –, então uma genealogia do poder é indissociável de uma história da *subjetividade*; se o poder não existe senão em ato, então é a questão do “como” que ele [Foucault] retorna para analisar suas modalidades de exercício, isto é, tanto a emergência histórica de seus modos de aplicação quanto aos instrumentos que ele se dá, os campos que ele intervém, a rede que ele desenha e os efeitos que ele implica numa época dada. Em nenhum caso, trata-se, por consequência, de descrever um princípio de poder primeiro e fundamental, mas um agenciamento no qual se cruzam as práticas, os saberes e as instituições, e no qual o tipo de objetivo perseguido *não se reduz somente à dominação*, pois não pertence a ninguém e varia ele mesmo na história (REVEL, 2005, p. 67, grifo meu).

O poder existe, e ora é exercido por uns, ora por outros. Por isso, utilizam-se *relações* de poder (e de gênero), apesar de haver desigualdades garantidas por lei nas sociedades. Se o poder não ocorre de forma unilateral e autocrática devido ao cruzamento de práticas em seu exercício, e se ele está envolvido pelas “condições históricas de emergência complexas e que implicam efeitos múltiplos”, é preciso, de antemão, situar histórica e temporalmente as pessoas envolvidas e os sustentáculos que legitimam e naturalizam o modelo a ser seguido (seja de homem e mulher, seja de sociedade conjugal ou de amor romântico) e

afetam as *relações* experienciadas. Um exemplo disso está no processo de subjetivação pelo qual Clarice, por exemplo, se relaciona consigo e com a própria existência, e pela observação da interferência dessa subjetividade em sua forma de ver e encarar o mundo. Pela definição de Revel (2005), o que Foucault chamou de *processo de subjetivação* é um meio de demonstrar como a subjetividade interfere nessas relações, o que enriquece e aclara a análise histórica de correspondências.

Segundo Michelle Perrot (2012), as “[...] mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas” e as cartas são a oportunidade de observá-las por si mesmas, posto que “Por trás dessa fachada de algo banal, observa-se, na *escolha* e no *tom*, uma vontade de *emancipação* das mulheres pela *educação* e mesmo pelo *saber* e pelo *trabalho*” (grifo meu). Como expliquei em minha tese, intitulada “*O melhor está nas entrelinhas*”: a relação entre a subjetividade de Clarice Lispector e sua produção como profissional de imprensa no Brasil (1941-1977), a educação formal (tanto quanto a formação universitária em Direito) foi fundamental para expandir as possibilidades de trabalho remunerado e de sustento para Clarice. Tanto ela como as irmãs mais velhas foram funcionárias públicas. O trabalho na imprensa foi indispensável para Clarice enquanto escritora, mas também indispensável para seu sustento na juventude e na separação.

Assim, parto do pressuposto de que Clarice e Maury, pelos diferentes marcadores sociais e experiências, encaram a sociedade conjugal também sob olhares diferentes. Ao selecionar as fontes, busquei por informações referentes ao relacionamento entre eles a fim de observar interferências e reflexos das relações de gênero do Brasil do século XX nesses relatos, já que penso haver nas cartas um exemplo de como um relacionamento amoroso ocorria nos moldes patriarcais em que foi vivenciado.

Acredito haver influência do Código Civil de 1916, por exemplo, nas relações de gênero, por atuar em prol da manutenção e da legitimação da autoridade masculina, e por controlar o desquite, como pode-se observar nos seguintes artigos:

Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de exercê-los:

II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):

VII. Exercer profissão (art. 233, nº IV).

Art. 315. A sociedade conjugal termina:

III. Pelo desquite, amigável ou judicial.

Art. 317. A ação de desquite só se pode fundar em algum dos seguintes motivos:

I. Adultério.

II. Tentativa de morte.

III. Sevícia, ou injúria grave.

IV. Abandono voluntário do lar conjugal, durante dois anos contínuos.

(BRASIL, Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, 1916).

A marcação do homem como chefe, com direito de decisão sobre a vida da esposa, explicita o limite legal sobre a autonomia feminina. O desquite representa, nesse contexto, algo indesejado que pode abalar as normas estruturais, um exemplo a ser evitado. Ainda assim, precisa ser normatizado.

Clarice (e Maury) conhecia essas leis. Clarice conhecia também, como mulher e profissional escrevendo seções femininas, a ideia do chamado *amor romântico* – tão presente nestas seções –, aquele que “tudo conquista”, capaz de “derrubar todos os obstáculos, todos os raciocínios e todos os vínculos”, eterno, e que vê no amado “[...] a única fonte de interesse do outro, e que um terá todas as suas necessidades satisfeitas pelo outro” (LINS, 2012), um amor que resultava na busca pela alma gêmea, ou seja, por uma projeção idealizada de relacionamento capaz de distorcer a realidade.

Maury trabalhou como diplomata durante a Era Vargas (1930-1945) – uma autocracia tradicionalista, religiosa, que via em Vargas

a imagem da autoridade do pai –, ao período da redemocratização brasileira entre o Estado Novo e a Ditadura Militar – onde ocorreu o crescimento da participação feminina em escolas técnicas, universidades e no trabalho remunerado, para acompanhar a proposta desenvolvimentista de JK – Juscelino Kubitschek (1955-1960)³⁵.

No período, houve resistência de pessoas conservadoras e tradicionalistas, contrárias aos avanços femininos, sob a justificativa de posicionarem-se em prol da manutenção da família. Isso significa que, pela manutenção dessa estrutura patriarcal burguesa que resistia aos avanços e conquistas femininas, os conservadores se empenharam em afirmar a incompatibilidade feminina com essas ocupações. Como? Culpabilizando as mulheres por se afastarem do que consideravam ser sua natureza, ou seja, do lar e das tarefas (Clarice as chamava de trabalhos quando escrevia sobre nas seções femininas de jornais e revistas) a ele relacionadas. Tudo sem considerar subjetividades como a de Clarice, e ao mesmo tempo representar subjetividades como as de Maury, que se tornou diplomata no Itamaraty em 1940, um ano antes do início do relacionamento dos dois.

Ainda que a profissão de Maury (diplomata) os levasse para outros lugares, como Belém, Lisboa, Roma, Nápoles, Florença, Berna (onde em 10 de setembro de 1948 nasceu o filho Pedro – nome escolhido para homenagear seu pai), Paris, Torquay e Washington (onde nasceu o filho Paulo, em 10 de fevereiro de 1953), e que tenham se ausenta do país durante quase todo o Período Democrático brasileiro (1945-1964), considerando os breves retornos, é a estrutura brasileira (onde Clarice permaneceu publicando, com ajuda de amigos e das correspondências; o país para qual Maury trabalhava) a maior influência e modelo de sociedade conjugal, seja cultural ou governamentalmente. É pelas leis brasileiras que se casam, se separam e desquitam.

Em resumo, ao observar as cartas selecionadas, pergunto-me se há ligação entre as subjetividades de Maury e de Clarice e

35 Refiro-me apenas à temporalidade relacionada as fontes.

as respectivas formas de projetar, de exercer a sociedade conjugal; observo no que ela descreve como *uma boa senhora de diplomata* uma possível relação com o contrato de casamento (PATEMAN, 1993), o que me instiga a refletir sobre seus relatos como uma experiência de casamento pelas linhas de uma mulher, uma forma de acessar suas vivências sem interferências outras; observo se existem reflexos da construção legal brasileira no modelo de relacionamento conjugal desejado por Maury e em seu comportamento enquanto pai e marido. Deixo a sugestão para que a leitura seja encarada como uma conversa entre amigas(os), regada de muita intimidade.

“PRONTA PRA CRIAR UM MOTIVO QUE ME ACORDE”

Na década de 1940 (período em que Clarice conheceu, no Curso de Direito na Universidade do Brasil (UFRJ), o também discente Maury Gurgel Valente, com quem estabeleceu sociedade conjugal em 1943), namorar significava preparar-se para o noivado e para o casamento. As revistas femininas do período aconselhavam as jovens a agradar o pretendente, a adaptar-se às necessidades daquele que seria o futuro marido, o que garantia a hierarquização binária, ao priorizar os gostos, planos e decisões dele, como explica Regina Navarro Lins (2012), para homens e mulheres, a idealização ou a vivência desse amor não era igualitária:

O amor que as mulheres vivem é totalmente voltado para o casamento, a maternidade e as convenções sociais. Não lhes é permitido qualquer deslize passionais fora das regras da ordem. O sentimento amoroso precisa apoiar-se em valores seguros, vinculados à “harmonia” de uma união conjugal e à estabilidade familiar. Por isso, deve ser domesticado. Para a mulher, as responsabilidades de esposa e mãe devem ser as mais importantes da vida, e estar acima de qualquer outro desejo. Com o homem é diferente. Ele encontra uma válvula de escape nas suas atribuições

de chefe da família utilizando-se das chamadas “liberdades” masculinas (LINS, 2012, s.p.).

Isso significa que as mulheres eram incentivadas a voltar seus olhares e sua energia para o casamento e a maternidade, relevando ou mesmo ignorando a ausência e infidelidade do marido. Esperava-se que as jovens se adaptassem a uma vida adulta voltada para a família e para o espaço privado ou doméstico e, se trabalhassem enquanto solteiras, que rompessem com o vínculo empregatício após o estabelecimento da sociedade conjugal – principalmente, se a família não necessitasse de seus rendimentos para manter-se. Elas deveriam ser “boas moças”, ou seja, aptas para se tornarem futuras donas de casa e mães, enquanto o jovem deveria ser um “bom partido”, trabalhador, responsável e respeitador, futuro provedor da família, a quem caberia à autoridade. Na prática, nem sempre foi assim.

O namoro de Clarice e Maury representa a união de uma (i) migrante judia-russo-ucraniana – órfã de pai e mãe, que não contou com a interferência parental na escolha do futuro cônjuge e que, por seu desejo e origem humilde, trabalhava na imprensa em circulação no Brasil – com um diplomata católico, que pertencia a uma família abastada. As diferentes perspectivas de relacionamento cultivadas por cada um podem ser observadas pelas correspondências que ambos trocaram durante os dias 2 a 12 de janeiro de 1942, período em que Clarice passou as férias na Fazenda Vila Rica, em Avelar (RJ). Das 8 cartas, incluídas por Teresa Monteiro na compilação *Correspondências* (LISPECTOR, 2002), quatro foram escritas por Maury e quatro por Clarice (sendo que duas estão incompletas), e a primeira delas é uma resposta dela para ele.

O tom descontraído e carinhoso das primeiras cartas, em uma escrita pouco formal onde Clarice referia-se a Maury como *bem, meu bem, benzinho, ratinho* e *ratinho curioso* não perdeu. Clarice, enquanto jornalista e escritora, punha em sua escrita reflexões literárias, ainda que se propusesse a relatar seu cotidiano. Maury incomodava-se com

isso, enquanto enfatizava seu trabalho no Ministério e clamava pela presença e consolo de Clarice.

Enquanto ele tinha a necessidade em chamá-la de sua namorada, e de marcar seu lugar como namorado, em 6 de janeiro Clarice lhe escreveu:

Mandarei imprimir cartões especiais, com cestinhos de flores e arranjos rosados, *anunciando que sou sua namorada*. De acordo? Ou você prefere outro gênero de decoração? Escreva-me, que de qualquer modo isso pode definir você.

Sua carta veio justamente depois de uma noite de quase insônia, de sonhos malucos e de *Huxley* [...].

Arranjei uma pequena cascata, algumas montanhas verdes, ótimos vizinhos inexpressivos. Restava-me entoar hinos à paz e repousar. Mas ando de um lado para outro, dentro de mim, as mãos abandonadas, *pronta pra inventar uma tragédia russa, pronta pra criar um motivo que me acorde...* Horrível. *Estou tão vaga, tinha vontade de fazer um embrulho de mim, com papel de seda, lacinho de fita, e mandá-lo pra você. Aceita?* (LISPECTOR, 2002, p. 20, grifo meu).

Despreocupada com algo banal como o pedido de Maury, Clarice fez graça da situação, mas manteve o ar romântico com a sugestão de mandar-se em um embrulho para ele. Antes disso, exprimiu sua inquietação e desejo por inventar uma tragédia russa – ou seja, uma obra literária. A breve menção a Huxley (provavelmente Aldous Huxley, escritor amplamente reconhecido por seus romances, no período) indica um padrão da autora, que (in)diretamente mencionava leituras, percepções e analogias nos textos que escrevia. Todavia, isso foi suficiente para incomodar Maury, que, ao respondê-la, demonstrou insatisfação e necessidade em demarcar sua posição masculina:

Estou chegando no *Ministério*. Meu primeiro olhar foi para a mesinha do relógio – é onde se põem as cartas, numa *casa patriarcal*.

Como *castigo* para minha precipitação, você veio logo ironizando meu pieguismo. É isso mesmo, você anda lendo Huxley. Leia o fim do “Contraponto”, também, “*of suchs is the kingdow of heaven*”. Não sei por que, liguei duas frases da sua carta – aquela do “desejo de ser mais humano”, com a do “talvez um pouco mais tarde”, relacionada com o problema do lugar para o teu ratinho curioso. Gostaria de saber o sentido do “afinal” que você usou na frase: “Ratinho curioso, *afinal* tuas mãos nas minhas não deixam de ser uma boa dose de humanidade, não é?” A mim, ele dá uma ideia horrível de concessão.

Ontem, por exemplo, eu estava de um humor cachorro e *lhe escrevi uma carta infecta*. Vou mandar essa aqui Expressa, para chegar antes da outra.

Eu topo integralmente a ideia de receber você num embrulhinho, com laço de fita e tudo. Manda, meu bem, que *eu ponho debaixo do travesseiro*. Assim, só pensarei coisas boas.

Você sabe por que fiz aquele pedido na primeira carta?

Era pra poder escrever nas outras, do lado de fora:

Remetente – O namorado.

Hoje, tive em mãos, no Ministério, o requerimento de um sujeito que declarava: *Estado civil – Noivo.*

Não é divertido?

Gostaria dar [*sic*] um abraço num camarada de tanta personalidade (LISPECTOR, 2002, p. 21-22, grifo meu).

Maury, incomodado com a reação de Clarice em relação ao seu pedido, novamente arguiu para marcar sua posição na vida dela como namorado, ao elogiar um sujeito que se declarou como noivo. Ao considerar pô-la debaixo do travesseiro, deixou a sugestão de um esconderijo, mesmo que abonado por uma boa intenção: justificativa como essa, ou como o humor cachorro que o fez escrever uma carta infecta, foram utilizadas por ele para se desviar da responsabilidade pelo que escreveu.

O anseio pelo reconhecimento que esperava de Clarice o fez demarcar seu lugar no Ministério, e ensiná-la sobre o funcionamento de uma “casa patriarcal” – seria esse o modelo que ele gostaria que ela seguisse? A menção a Huxley, por sua vez, despertou a rivalidade masculina em Maury – o que se aclara nas últimas correspondências –, e pela recusa da inferioridade intelectual, tanto quanto pela insegurança ao se sentir *castigado por sua pieguice*, analisou e exigiu explicações sobre a escrita de Clarice, e indicou-lhe leituras.

Há apenas o final da carta na qual Clarice respondeu Maury, com reflexões sobre a vida, a ruindade do mundo e as contribuições dos seres humanos. As próximas cartas aprofundam essa disparidade entre os namorados. Ele, que escrevera sobre seu trabalho, mas que não queria que Clarice escrevesse sobre o dela. Ela, escritora que refletia sobre as dores do mundo, e que não se identificava com a abnegação em prol da vida de um homem.

Na carta de 9 de janeiro, Maury referiu-se a Clarice como “Marquesa de Maricá”, sugestão irônica de que ela seria a versão feminina do escritor Marquês de Maricá – que escreveu a obra de filosofia moral intitulada *Máximas, pensamentos e reflexos*, uma espécie de compilação de suas produções datadas do início do século XIX, publicadas pelo jornal carioca *O Patriota* –, como “Deusa Clarice” – a quem suplicou clemência sobre a *condenação eterna* a ser dada por ela, e como “Fessora” – com autoridade de assinalar suas expressões infantis.

Maury analisou desde o início a carta que lera como uma necessidade de mostrar como compreendera as referências para então ironizar a intelectualidade que nela continha, numa sugestão de que a forma com que Clarice escrevera servia para os jornais, e não para ele. Seguindo o tom melodramático, escreveu: “Não me jogues, a mim tão pequenino e infantil, nessa rua de monumentos colossais, onde o Edifício da *Noite* é pixote, que se chama VIDA” (LISPECTOR, 2002) – edifício onde ela trabalhava. Utilizou como justificativa de seu posicionamento a falta de confiança da namorada, e retomou uma das

primeiras cartas (o que foi escrito por Clarice está entre aspas) para sugerir que ela se abstinhasse de seu conhecimento intelectual:

Eu gostaria que você confiasse um pouquinho mais em mim. É isso que eu chamo de jogo unilateral. Não pense que eu ando atrás só de “belas coisas simples”. Eu quero qualquer coisa, desconexa, contraditória, insegura, não têm importância, *desde que seja sua*. As definições redondas e grandiloquentes, as coisas categóricas e acabadas não me satisfazem, porque eu não sou assim (LISPECTOR, 2002, p. 21, grifo meu).

A carta foi finalizada com trechos em inglês de Morgan (provavelmente Edward Morgan Forster, romancista britânico que publicou suas obras desde o início do século XX), onde afirma que a incapacidade de se render é a covardia final – o que soa como enaltecimento ou incentivo relacionado à submissão. Chama de coragem o ato de se submeter, e endereça para Clarice. Maury aceitava de bom grado o que fosse desconexo, contraditório, inseguro que viesse de Clarice, mas não definições e coisas categóricas, como se apenas uma parte dela lhe interessasse.

Somente o início da carta em resposta foi compilada. Nela, Clarice demonstrou seu incômodo pelas considerações de Maury sobre sua escrita ser algo “feito”, e sobre como se referiu a ela como quem se faz *enorme e inteligente*. afirmou que, por ser *egoísta*, o *jogo unilateral* continuaria existindo, e defendeu-se da cobrança feita por Maury a partir de Morgan ao escrever “Não sei se foram certas circunstâncias de vida que me deixaram assim, sem jeito para me confessar” (LISPECTOR, 2002). Essa breve linha extrapola o contexto do relacionamento já que revela a necessidade de Clarice de resguardar-se, algo que pode ser atribuído as suas origens. O tom carinhoso e a aparente singularidade com que tinha escrito seu desejo de enviar a si mesma para ele em um embrulho fora rompido na frase “Pode crer: aquela ideia de me mandar num embrulho para *alguém*, ocorre-me de vez

em quando como o ideal, tão cansada fico às vezes de estar sempre em pé, segurando eu mesma as minhas rédeas” (LISPECTOR, 2002, grifo meu), para então dar continuidade à arguição em defesa própria, que retoma sua falta de jeito para se confessar, ou seja, para se revelar – na carta que carece de fim.

A última carta é de Maury, a responder Clarice. Preocupado com a frieza dela, Maury rogou-lhe perdão, mas não tomou para si a responsabilidade sobre o que escreveu. Justificou-se por não lembrar “de ter exigido coisa alguma” (LISPECTOR, 2002), por reagir contra o intelectualismo, por não gostar de escrever, por transferir para os outros os próprios defeitos e agir com azedume, em alguns fragmentos como este: “Você então tem culpa da minha estupidez? Nem eu tenho, infelizmente” (LISPECTOR, 2002).

Em várias colocações infelizes, de intenção apaziguadora, afirmou, por exemplo, que ela “seria uma verdadeira aberração” (LISPECTOR, 2002) se não sofresse “influência do seu meio”, que não esperava que Clarice fosse seu “remédio”, seu “consolo”, ou uma espécie de “médica” ou “mãe”, pois lembrava-se de “ter dito que me contentava com o ‘estender a mão e ficar *calada*’ e isso significa muito” (LISPECTOR, 2002, grifo meu). Inseguro, apelou para o ciúme, sob a égide da exaltação da relação com Clarice: “Não existe no nosso caso um pingo de afetação. *Com outras* eu sempre afetei, representava. Dizia coisas que não pensava, atitudes pouco minhas, até um ponto em que elas se enjoavam de mim e eu delas (esse plural está Donjuanesco)” (LISPECTOR, 2002, grifo meu), o que representa sua necessidade em demarcar, mais uma vez, sua masculinidade.

Não contente, perguntou-a se haviam outras “objeções contra mim, além das que me vieram datilografadas” (LISPECTOR, 2002), se podia “chamar-te ainda minha namorada?”, e despejou o sofrimento que as cartas lhe causaram, pois ficou *jururu* e *murchou* como um balão de borracha. Por fim, citou em inglês uma canção de Morgan, pela qual transferiu para Clarice a responsabilidade de esquecer a estupidez do que ele havia dito, pois não havia como desdizer.

A recusa de Clarice de eleger o casamento como prioridade, de elogiar e enaltecer o namorado, de calar-se no momento oportuno para estimulá-lo, de seguir suas opiniões e desejos, frustraram as expectativas de Maury, que, enquanto homem com direito de (des) aprovar a mulher, esperava tornar-se o centro da relação. Ainda assim, permaneceram juntos. Haveria para Clarice um pretendente melhor, considerando a desigualdade e o modelo de casamento legitimado pelo discurso hegemônico? Não. O relacionamento, olhado de fora, sugeria uma união de sucesso.

“EU CONCORDO COM TUDO”

No mesmo ano em que se oficializou sua cidadania brasileira (1943), Clarice se casou com Maury. O trabalho de embaixador, diplomata e cônsul exercido por ele reviveu dificuldades e adaptações da condição migratória de Clarice. O casal percorreu durante cerca de 15 anos as cidades de Belém, Lisboa, Roma, Nápoles, Florença, Berna (onde em 10 de setembro de 1948 nasceu o filho Pedro – nome escolhido para homenagear seu pai), Paris, Torquay e Washington (onde nasceu o filho Paulo, em 10 de fevereiro de 1953), ausentando-se do país durante quase todo o Período Democrático brasileiro (1945-1964), considerando os breves retornos.

Contrastando com a modesta infância e mocidade de Clarice, o matrimônio lhe proporcionou condições econômicas melhores, mas não lhe rendeu muitas alegrias. O ideal de *boa esposa* reforçado pela condição de *senhora de diplomata* somou viagens, mudanças de endereço, assim como o comportamento diplomático, em que a mulher aparece como extensão masculina, servindo-lhe, pondo em prática e sendo suporte para os planos do marido, um modelo que se assemelha a definição de Carole Pateman:

[...] o contrato de casamento é, também, um tipo de contrato de trabalho. Tornar-se esposa implica tornar-se dona-de-casa; ou

seja, a esposa é alguém que trabalha para seu marido no lar conjugal, onde o marido é “o senhor civil de uma família [e] obtém o direito sobre sua mulher” (1993, p. 175-176).

[...] limpar, fazer compras, cozinhar, lavar louça, lavar roupas e passar. Ela ainda cuida de seus filhos, frequentemente dos pais idosos e de outros parentes, e às vezes é incorporada, em maior ou menor grau, como um assistente não remunerado ao trabalho de seu marido. [...] Uma esposa, por exemplo, contribui como assistente de pesquisa (para acadêmicos), faz-se de anfitriã (para os clientes de homens de negócios), atende a telefonemas e controla os livros (para alguns negociantes) (PATEMAN, 1993, p. 190).

No caso de Clarice, sua assistência não remunerada direcionou-se para o papel de anfitriã e acompanhante, a fim de passar a imagem de um modelo familiar tradicional. Após o casamento (1943-1959), Clarice permaneceu publicando com seu nome de solteira e sua Carteira Profissional, em que constava o estado civil de casada, não foi registrada como Clarice Gurgel Valente, diferentemente do que previa o Código Civil de 1916:

A continuidade da tutela dos homens sobre as mulheres fica exemplificada quando se verifica a longevidade do Código Civil de 1916, que vigorou até o ano de 1943. O Código legalizava o trabalho das mulheres desde que elas obtivessem a permissão do cônjuge para exercer qualquer ofício fora de casa. Ao mesmo tempo, prescrevia que as casadas tomassem o sobrenome do marido, além de somente poder aceitar herança, ou abrir conta bancária, com sua autorização (DE CAMPOS, 2009, p. 119-120).

O caso de seu registro fica ainda mais curioso quando se observa a permanência da tutela dos homens sobre as mulheres e a prescrição de que as mulheres tomassem o sobrenome do marido quando instituída a sociedade conjugal. A carência de fontes exigiria um trabalho

de pesquisa aprofundado na questão para a compreensão do ocorrido, que não será aqui realizado.

As migrações não tardaram a ocorrer, e Clarice se sentiu afastada de sua rede de relações e, como escreveu a Tania em 1944, “[...] estou sempre perguntando na portaria se não tem carta. Prometi a mim mesma deixar o homem em paz” (LISPECTOR, 2007). De acordo com Nádia Batella Gotlib (2013), durante uma das viagens a Londres (1950), Clarice foi internada devido a um aborto indesejado, e quem a apoiou foi João Cabral de Melo Neto. Duas reflexões são possíveis, frente às informações reunidas pela autora: a primeira, sobre a interferência das viagens na gravidez interrompida; a segunda, sobre a ausência de Maury e a necessidade de auxílio do amigo já mencionado. A experiência do aborto sugere, em caso afirmativo das suposições aqui realizadas, agravamento de mágoas e problemas conjugais.

Neste fragmento da carta enviada por Clarice de Argel (Argélia) para ambas as irmãs que viviam em solo brasileiro:

Aqui conheci várias pessoas simpáticas. Muitas esnobíssimas, de feito duro e impiedoso, embora sem jamais fazer maldades. Eu acho graça em ouvi-las falar de nobrezas e aristocracias e de me ver sentada no meio delas, com o ar + gentil e delicado que eu posso achar. Nunca ouvi tanta bobagem séria e irremediável como nesse mês de viagem. Gente cheia de certezas e de julgamentos, de vida vazia e entupida de prazeres sociais e delicadezas. [...] No meio de tudo, encontram-se, porém, pessoas verdadeiramente interessantes e simpáticas (LISPECTOR, 2002, p. 51).

Clarice não se identificava com as *bobagens, certezas, julgamentos*, em resumo, com a *vida vazia* da maioria das pessoas com quem cruzava. Ainda assim, sentava-se entre elas e empenhava-se em ser gentil. Em carta para Elisa:

Os embaixadores me respeitam... As pessoas me acham “interessante”... *Eu concordo com tudo, também, nunca discordo do que se diz, tenho muito tato e conquisto as pessoas necessárias. Como você vê, sou uma boa senhora de diplomata. Como as pessoas sabem vagamente que eu sou “uma escritora”, meu Deus, com certeza permitiriam que eu comesse com os pés e enxugasse a boca com os cabelos. Estou brincando, se eu fizesse o milésimo disso seria expulsa da sociedade ou então tolerada com aborrecimento* (LISPECTOR, 2007, p. 94, grifo meu).

Seu empenho cobrava-lhe a supressão de suas opiniões, e, mesmo que ela se destacasse por ser “uma escritora”, não estava livre dessas exigências, ou seja, o casamento que poderia ser considerado bem-sucedido trouxe consigo sua anulação em prol da aceitação social. Com o tempo, o preço dessa anulação transpareceu, como mostra a carta enviada para Tania:

Não ligue a mim, não se preocupe. Vou escrever dagora [sic] em diante cartas + alegres. [...] Tudo que eu tenho é a nostalgia de quem vive uma vida errada, de um temperamento excessivamente sensível, de talvez *uma vocação errada ou forçada*, etc. [...] Meus problemas são os de uma pessoa com alma doente e não podem ser compreendidos por pessoas, graças a Deus, sãs.

O cachorro pegou uma doença, fui com ele ao veterinário [...]. E lá estava eu chorando, passei um dia nervosa e triste com a ideia de que se teria que matá-lo, eu que gosto tanto dele. Maury, como sempre, reage normalmente e não sentiria muito.

Quanto a escrever a amigos do Brasil, querida, eles não me respondem... É ridículo, não é? Não escrevo mais. Mas não tem importância (LISPECTOR, 2002, p. 75-76, grifo meu).

Afinal, o que seria viver uma vida *errada e forçada*? A construção social que estereotipou como “natureza feminina” a vocação para

abdicação de si mesma em prol do marido e da família a provocar-lhe a nostalgia, a saudade de ser ela mesma, de exercer funções e ser reconhecida por elas, assim como criar relações a partir do que havia em comum entre ela e outras pessoas. Essas dificuldades, quando somadas, explicam a autodenominação de *pessoa com alma doente*, em que a supressão de si mesma em nome da profissão de Maury lhe exauria as forças e lhe anulava.

O incômodo de Clarice acerca da indiferença de Maury em relação ao cão – algo aparentemente corriqueiro dentro do relacionamento – justifica-se pela aproximação dela com a natureza e com os animais. Melhor do que culpar Maury pelo comportamento é compreender como sentimentos ou sentimentalismos foram considerados *coisas de mulher*, algo a ser evitado pelos homens, e que os distanciava ainda mais das mulheres com quem conviviam.

Nesta carta endereçada para ambas as irmãs, Clarice relatou detalhes de seu pesar:

As últimas cartas que eu escrevi se não me engano são *irritadas* e sem graça. Vocês precisam sinceramente me perdoar. Eu tenho tido um *exaurimento cerebral* enorme. Passo épocas irritada, *deprimida*. Minha memória é uma coisa que nem existe: de uma sala para outra eu esqueço com naturalidade as coisas [na sequência, cita vários remédios e pede para que as irmãs os enviem]. Tenho receio de ficar permanentemente *fatigada*. *Eu procuro fazer o que se deve fazer, e ser como se deve ser, e me adaptar ao ambiente em que vivo* – tudo isso eu consigo, mas com o *prejuízo* do meu equilíbrio íntimo, eu o *sinto* (LISPECTOR, 2002, p. 97-98, grifo meu).

Autodefinições como *irritada*, *deprimida* e *fatigada* revelam o prejuízo sentido por Clarice ao dedicar-se às responsabilidades de senhora de diplomata. Mudanças constantes e estadias breves advindas de uma condição migratória na qual a mulher fora considerada parte da bagagem masculina (DE OLIVEIRA, 2019) resultaram no

convívio com pessoas com quem pouco tinha em comum, na distância tanto da rede de relações constituída no Brasil quanto do país eleito como seu local de pertencimento.

Nas cartas trocadas com Lúcio Cardoso, com quem Clarice trabalhou na Agência Nacional³⁶ – ela travou conversas sobre o assunto, apresentadas a seguir neste compilado de citações referentes aos anos de 1944 e 1945:

[Belém] Estou aqui meio perdida. Faço quase nada. Comecei a procurar *trabalhar* e começo de novo a me torturar, até que resolvo não fazer programas; então a liberdade resulta em nada e eu faço de novo programas e me revolto contra eles. Tenho lido o que me cai nas mãos. Caiu-me plenamente nas mãos *Madame Bovary*, que eu reli. Aproveitei a cena da morte para chorar todas as dores que eu tive e as que eu não tive (LISPECTOR, 2002, p. 36, grifo meu).

Não tendo aqui a Agência Nacional e *A Noite*, estou numa liberdade deliciosa, há anos não sentia isso. Às vezes mesmo passo uns dois dias sem fazer nada, sem mesmo ler, e com a impressão de que escrevi muito, de que li, de que trabalhei. Tenho *trabalhado* pouco. Às vezes com uma facilidade que me desespera. Mas acho que com um pouco de paciência eu me *amansarei*, nem sei [...] como eu tenho aprendido a ser paciente, *como é ruim ser paciente* (LISPECTOR, 2002, p. 41, grifo meu).

[Itália] O que importa é trabalhar, como você tantas vezes me disse. E é isso que eu não tenho feito. [...] *Gostaria de tal, de tal forma poder trabalhar sem parar* (LISPECTOR, 2002, p. 63, grifo meu).

36 Órgão diretamente relacionado com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP, 1939), utilizado pelo governo ditatorial varguista como instrutor, fiscalizador e punidor a controlar, censurar e até impedir a existência dos veículos de informação – medidas tomadas a fim de construir uma imagem positiva de Vargas por meio do silenciamento da oposição.

Estou tentando escrever qualquer coisa que me parece tão difícil para mim mesma que eu me contenho para não me desesperar. É alguma coisa que nunca será gostada por ninguém, mas não posso fazer nada (LISPECTOR, 2002, p. 66).

Lúcio, enquanto alguém com quem Clarice trabalhou, representava para ela uma espécie de vínculo com o antigo trabalho. As correspondências revelam sua angústia em razão da distância da Agência Nacional e do jornal *A Noite*, como se aclara na carta enviada de Belém. Nostálgica e desanimada com as mudanças em sua vida, viu-se cada vez mais distante de realizar o plano revelado para o amigo, em 1941: “Sabe Lúcio, toda a efervescência que eu causei só veio me dar uma vontade enorme de provar a mim e aos outros que eu sou + do que uma mulher” (LISPECTOR, 2002). Quanto mais se *tornava senhora de diplomata*, mais se afastava de sua subjetividade.

Escreveu-lhe também em 1945 sobre essa condição, exemplificada em referência à revista feminina *Jornal das Moças*, escrita para o público feminino burguês:

Estou simbólica como no *Jornal das Moças*³⁷, o que afinal dá no certo porque sou moça. [...] Minha dificuldade é que eu só tenho defeitos, de modo que tirando os defeitos quase que resta *Jornal das Moças* (LISPECTOR, 2002, p. 70).

De acordo com Nukácia M. Araújo de Almeida, o *Jornal das Moças* (1914-1965):

[...] enquadra-se perfeitamente no estereótipo [sic] da revista feminina e assim se ocupa de *assuntos mundanos, domésticos e frívolos*, sugerindo o *ethos* da mulher moderna de classes mais

37 Ver mais em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem03pdf/sm03ss14_06.pdf. Acesso em: 1 mar. 2020.

abastadas: a mulher que se preocupa com o lar, com a vida em sociedade, mas que não estende suas preocupações além dos cuidados com a casa, os filhos e o marido e com algumas festas religiosas ou pagãs, como o mês de Maria ou com o Carnaval, por exemplo (DE ALMEIDA, 2007, s.p., grifo meu).

A relação estabelecida por Clarice com a revista explicita como o estereótipo da mulher moderna de classes mais abastadas a demarcava naquele momento, e como os deslocamentos que compunham sua subjetividade e tanto a representavam figuravam como *defeitos*. Sem eles, sem o trabalho, a escrita e a produção, restavam-lhe, portanto, a frivolidade, a preocupação com o lar e com a vida em sociedade. Assim como o *Jornal das Moças*, outras páginas e colunas femininas presentes na imprensa voltada para as mulheres legitimavam a estrutura binária e patriarcal do país.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o exercício diplomático a colocou em contato, quando em Roma, com o governo fascista italiano – diretamente aliado ao governo nazifascista, ou antisemita alemão. Pouco escreveu sobre fim do conflito para as irmãs: “veio tão lentamente esse fim, o povo está tão cansado (sem falar que a Itália foi de algum modo vencida) que ninguém se emocionou demais” (LISPECTOR, 2002, p. 73). É preciso considerar a precaução e possibilidade de quebra de sigilo das correspondências por conta do conflito, assim como a identificação do ditador brasileiro com os governos supracitados, como reflexo de uma espécie de silêncio derivado do antisemitismo, do peso do genocídio, dos campos de concentração onde os judeus foram encarcerados e mortos. A convivência com figuras governamentais aliadas ao nazifascismo pode ter despertado nela um sentimento aproximado ao temor extremo, a ponto de suprimir ainda mais sua origem, em busca da autopreservação.

Reflexões sobre a continuidade dessa supressão reaparecem em carta endereçada à irmã Tania:

Até cortar os próprios defeitos pode ser perigoso – nunca se sabe qual é o defeito que sustenta nosso edifício inteiro. Nem sei como lhe explicar, querida irmã, minha alma. Mas o que eu queria dizer é que a gente é muito preciosa, e que é somente até certo ponto que a gente pode *desistir de si própria e se dar aos outros e às circunstâncias.* Depois que uma pessoa *perder o respeito por si mesma e o respeito de suas próprias necessidades* – depois disso fica-se um pouco um *trapo.* [...] Querida, *quase quatro anos me transformaram muito.* Do momento em que me *resignei,* perdi toda a *vivacidade* e todo o *interesse* pelas coisas. [...] Mariazinha, mulher do Milton, um dia desses encheu-se de coragem, como ela disse, e me perguntou: *você era muito diferente, não era?* Ela disse que me achava *ardente e vibrante,* e que quando me encontrou agora se disse: ou esta *calma excessiva* é uma atitude ou então ela mudou tanto que parece quase irreconhecível. Uma outra pessoa disse que eu me movo com uma *lassidão* de uma mulher de cinquenta anos. [...] *respeite a você mais do que aos outros, respeite suas exigências, respeite mesmo o que é ruim em você – respeite, sobretudo o que você imagina que é ruim em você – pelo amor de Deus, não queira fazer de você uma pessoa perfeita – não copie uma pessoa ideal, copie você mesma – é esse o único meio de viver.* [...] Tenha coragem de se transformar, minha querida, de fazer o que você deseja (LISPECTOR, 2002, p. 165-167, grifo meu).

A Clarice antes *ardente e vibrante* passou a apresentar uma *calma excessiva* que a transformou em um *trapo* (uma expressão de desvalorização de si mesma, analogia relacionada à proximidade com o chão e com a sujeira), após desrespeitar a si mesma e suas próprias necessidades. Descontente, clamou para que a irmã não agisse da mesma forma. Todavia, como indicou ela, a carta fora escrita quatro anos após o casamento, que se arrastou por mais de uma década depois disso.

“A VERDADE É QUE A PESSOA SÓ FAZ O QUE QUER”

O processo de separação de Clarice e Maury estendeu-se de 1959 a 1964 até ser formalizado. Em duas cartas para as irmãs, ambas enviadas no mês de abril de 1959, Clarice escreveu sobre seus planos de retorno, em junho, ao Rio de Janeiro, e sobre alguns problemas conjugais que enfrentara no casamento. Na primeira, considerada por Clarice como um bilhete de caráter urgente, ela solicita às irmãs que avisem Eliane e Mozart (cunhados de Clarice) para manter sigilo sobre seu retorno com os filhos, pois Maury (M.) poderia ser transferido com antecedência, e isso não seria bom:

Se o decreto sair a partir de junho, M. terá dois meses para se transferir (dois meses de ordenado em dólares que me ajuda com as crianças na instalação no Rio). Mas, se o decreto dele sair agora, ele terá prazo de partida até junho apenas – e serão dois ordenados a menos (LISPECTOR, 2020, p. 720).

No decorrer da correspondência, lamenta: “Eu, infelizmente, não tenho dinheiro para levar as lembranças que eu queria. [...] Não vou levar nada para amiga nenhuma – pois é até ridículo na minha situação” (LISPECTOR, 2020), evidenciando sua preocupação e ciência sobre mudanças financeiras. Na segunda carta, conta para as irmãs sobre a *grande tensão* que vivia com Maury:

Também não creio que fizesse bem a ele ou a mim a grande tensão em que vivíamos. Maury, por exemplo, se roía com ciúmes imaginários, e mal aguentava o peso da responsabilidade de eu viver com ele (vivia me vigiando tanto, não por ciúme, mas por qualquer outro motivo, que as festas obrigatórias que íamos eram uma tortura para ele, e eu perdia o mínimo de espontaneidade que se possa ter nessas ocasiões). Com crianças, nunca sobrecreguei Maury, porque a situação sempre foi de tal ordem que eu é

quem vivia os enormes problemas, no sentido de tentar resolvê-los – mas isso não impedia Maury de sentir sempre as crianças como um peso. Com isso quero dizer, que viver conosco (comigo e com as crianças) causava tensão nele, mesmo estando longe de ideal. Essa tensão que a responsabilidade, como pai e marido lhe causava, a ponto de ele claramente fugir a essa responsabilidade (sempre que havia um problema de família, ele me sugeria ir para o Brasil por uns seis meses) – como eu ia dizendo, essa tensão teria sensivelmente diminuído se ele tivesse querido ir quatro anos atrás ao psiquiatra, e ver se descobria por que ele preferia sempre e sempre, fugir em vez de encarar, de conversar. Ele só foi ao psiquiatra quando falei mais a sério na separação. Mas, infelizmente, resolveu, há uns três meses parar o tratamento. A verdade é que a pessoa só faz o que quer, mesmo quando o que quer vem contrariar seus próprios interesses mais profundos. Nem filhos a gente pode – senão até um limite bem restrito – convencer. Se Deus quiser – e não só rezo por isso, como creio nisso – Maury tomará cuidado consigo próprio, e viverá muitos e muitos anos, pelo menos a duração média de uma vida (LISPECTOR, 2020, p. 725-726).

Nos pedidos que Clarice fizera a Maury para tratar-se com um psiquiatra, há tentativas de abrandar o comportamento do marido ciumento, que a vigiava e era negligente com relação à família, um meio de aliviar a tensão que havia entre eles até mesmo em público, durante compromissos referentes à diplomacia. Clarice parecia desdobrar-se para se adequar às necessidades de Maury, limitando sua espontaneidade e assumindo a sobrecarga, o peso que o incomodava. Todavia, a separação não foi bem recebida por ele. Segundo Clarice,

Um dia de manhã Maury me telefonou e me disse que achava que eu devia saber o que tinha feito a ele: que ele estava sofrendo do coração e podia morrer de um momento para o outro; que se

eu quisesse podia considerar isso como *chantagem* da parte dele. Até eu conseguir falar com o médico, meus sentimentos eram os mais dolorosos: preocupação com a saúde dele, perplexidade, etc., mas tomando cuidado para não aceitar sem mais nem menos essa enorme carga de culpa, antes de averiguar. Quando consegui falar com o médico [...]. Perguntei a causa: ele disse que a história clínica da família de Maury explica isso. Perguntei sobre morrer de um momento para o outro. O médico riu, e disse que Maury não estava neste caso [...]. Conteí então que estávamos separados (ele não sabia) e que Maury atribuíra seu estado à separação. O médico riu, e disse que uma coisa não tinha a ver com a outra, e sim a história clínica da família (avô materno, o pai, etc.) (LISPECTOR, 2020, p. 722-723).

Clarice parecia reconhecer o comportamento astuto de Maury, pois, como relata, informou-se com o médico que o tratara para confirmar ou não a tragicidade das informações trazidas. Há uma espécie de negação dele em aceitar a separação, por exemplo, ao não a mencionar ao médico, mesmo quando culpabiliza Clarice por sua condição. Ela, que afirmara não carregar a culpa que lhe fora imputada, ainda assim preocupava-se com Maury, mesmo de que forma diferente de quando estavam juntos:

Sensação de culpa não tenho nenhuma. Milhares de pessoas se divorciam, sem essa consequência. Provavelmente, se soubéssemos disso há uns dois anos (e não um ano depois da separação), eu ficaria ainda mais confusa sobre o que deveria fazer, e provavelmente teria tomado como papel meu viver com Maury, e não só isso, poupá-lo das menores coisas. Aliás, sempre poupei, mas por outros motivos: sou pessoa reservada que não fala das próprias dores e detesta sobrecarregar os outros; e, fisicamente, sou inquieta e ativa, e não tenho sequer paciência de esperar que alguém me ajude a carregar um peso, a pegar malas, a arrastar

um móvel, às vezes Maury ficava aborrecido de ver que eu tinha feito um grande esforço físico sem esperar que ele voltasse do trabalho (LISPECTOR, 2020, p. 724-725).

Apesar da ausência do divórcio no Brasil, Clarice utiliza essa palavra para exemplificar como já não cultivava como antes a estratégica prática de poupar Maury das menores coisas, como costumava fazer, e como faria se soubesse da saúde do cônjuge antes da separação, algo que poderia até mesmo tê-la feito permanecer no casamento. Ela, que já tinha enfrentado o mundo antes, agora o faria com um filho em cada braço.

Para melhor compreensão sobre a questão do divórcio:

A constituição de 1934 expressou a retomada do poder da Igreja Católica, e os constituintes da Liga Eleitoral Católica (LEC) exigiram o compromisso na recusa ao divórcio, sendo incluído artigo tornando o *casamento indissolúvel*, dispositivo mantido nas Constituições brasileiras de 1937, 1946, 1957 e 1969.

No início da década de 1950, práticas sociais modificaram-se, mas permanecia a cobrança da família-modelo centrada no pátrio poder. Entretanto, o divórcio era tema recorrente no parlamento. [...] Nos debates e argumentos, a Igreja Católica mantinha o dogma da indissolubilidade do matrimônio, e o divórcio como destruidor da família.

[...]

Todavia, para as mulheres, persistia a cobrança das normas de comportamento e interdições mais rígidas, e quando *desquitadas*, e depois divorciadas, sobre elas recaíam expressões depreciativas como *separada, desquitada, mãe solteira, deflorada, desonrada, 'amiga', prostituta, fácil, decaída, concubina, amante, teúda, manteúda, sirigaita, palavras dirigidas inclusive no interior dos tribunais*. Na prática, até 1977, quem casava no civil, permanecia com um vínculo jurídico para o resto da vida; caso a convivência fosse insuportável havia o desquite, que interrompia com os deveres conjugais

e terminava com a sociedade conjugal: os bens eram partilhados, separavam-se os corpos, mas nenhum dos dois tinha proteção jurídica noutra união (DE FÁVERI, 2017, p. 179-181).

A influência religiosa na legislação brasileira dificultava a dissolução da sociedade conjugal e estabelecia cobranças rígidas sobre o comportamento das mulheres. Enfrentar a separação significava ainda para as mulheres ter suas atitudes analisadas e julgadas pelos tribunais de maneira pejorativa. Quando se interrompia a sociedade conjugal, a desonra as acompanhava, como demonstram as expressões destacadas acima.

Segundo Gotlib (2013), na biografia *Clarice: uma vida que se conta*, o retorno dela com os filhos Pedro e Paulo para o Rio de Janeiro, em 1959, foi solitário, pois, além de perder amigos, ela decidiu se afastar de pessoas ligadas ao ex-marido. Por prezar a educação dos filhos, considerando o quadro de esquizofrenia de Pedro, Clarice recorreu ao trabalho jornalístico para complementar a renda familiar, insuficiente quando somadas as vendas de seus livros e a pensão enviada pelo pai de seus filhos.

Gotlib (2013) analisou uma carta de Maury endereçada a Clarice em meados de 1959, onde ele fala de reconciliação e utiliza majoritariamente o relacionamento de Joana com Otávio, do livro *Perto do Coração Selvagem* (a primeira obra publicada da autora, em 1943), para compará-los a si e a Clarice. O tom narcisista e vitimista permanece, unida a apelação sobre sentir saudades dela e dos filhos, e sobre a fatalidade de se tornar ausente a ponto de ser apenas o financiador da vida e dos estudos da prole (se observa como único financiador).

Apesar de Maury afirmar que a intenção da carta não é fazer acusações, essa tática de culpabilização, semelhante à retratada por Clarice em relação aos problemas de saúde, não se finda sem que Maury deixe nas entrelinhas a ideia de que Clarice já havia, assim como sua personagem Joana, traçado um caminho onde se casava com Otávio para ter um filho e depois abandoná-lo. Com muitas contradições, o tom dramático da escrita se mantém para assumir uma culpa a qual

ele se desviava no restante dos argumentos. Era o mesmo Maury de sempre, e desta vez, parecia mesmo que ele se via como “muso” das narrativas clariceanas, a exemplo da obra supracitada.

Mesmo separada, Clarice retomou sua profissão e escreveu seções femininas, que em tese deveriam legitimar, naturalizar a estrutura patriarcal binária e burguesa. Foi esse mesmo espaço que forneceu grande parte dos rendimentos de Clarice enquanto mulher separada. O exemplo, no texto clariceano abaixo, com reflexões sobre o amor – não tão românticas –, publicado pelo jornal *Correio da Manhã*, em 1960:

Quando fazemos tudo para que nos amem... E não conseguimos, resta-nos um último recurso, não fazer mais nada.

Por isso digo, quando não obtivermos o amor, o afeto ou a ternura que havíamos solicitado... Melhor será desistirmos e procurar mais adiante os sentimentos que nos negaram.

Não façamos esforços inúteis, pois o amor nasce ou não espontaneamente, mas nunca por força de imposição.

Às vezes é inútil esforçar-se demais... Nada se consegue; ou outras vezes, nada damos e o amor se rende a nossos pés.

Os sentimentos são sempre uma surpresa. Nunca foram uma caridade mendigada, uma compaixão ou um favor concedido.

Quase sempre amamos a quem nos ama mal, e desprezamos quem melhor nos quer.

Assim, repito, quando tivermos feito de tudo para conseguir um amor, e falhado, resta-nos um só caminho... O de nada mais fazer (LISPECTOR, 2006, p. 92).

Selecionei esse texto por ter sido publicado no período da separação. Imagino duas leituras possíveis: um conselho para deixar quem não quer em paz (uma questão que pode ser pensada pelo consentimento), ou o direito de desistir de algo que não acrescenta, algo que exige mais do que oferece, algo desequilibrado. Se fosse um conselho para si mesma, seria mais um consolo, um acolhimento, a permissão

para desistir. Se o conselho fosse escrito para ele, poderia ser um pedido para ter sua vontade respeitada.

Ainda que Clarice tenha assinado como Helen Palmer a coluna “Correio Feminino – Feira de Utilidades”, onde o texto foi publicado, ela trouxe nessa e em outras seções femininas em que trabalhou informações úteis para as mulheres, algumas relacionadas ao desquite, à leitura, outras incentivando o desenvolvimento de aptidões, a formação universitária; inseriu dicas para mulheres que fossem em entrevistas de emprego, abordou um público diferente do previsto pelo jornal ao falar do trabalho feminino remunerado, das trabalhadoras; escreveu de forma desconstruída sobre o amor, apontando aspectos reais em relacionamentos entre homem e mulher; e, ao mesmo tempo, cumpriu com obrigações contratuais, como incentivar o uso de produtos de higiene e beleza para promover o consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tempos modernos trouxeram a emancipação da mulher em quase todos os campos. Eis um grande bem.

(Clarice Lispector)³⁸.

Existem várias formas de se observar Clarice. O importante é sempre considerar, antes de qualquer recorte, sua subjetividade. Nisso, as cartas tem grande utilidade, apresentam um bom caminho. Para observar os lugares que Clarice ocupava enquanto sujeita histórica é preciso situá-la, relacionar seu lugar de mulher (i)migrante judia-russo-ucraniana naturalizada brasileira com a estrutura patriarcal, binária, burguesa e branca em que viveu – e com quem viveu: é preciso relacionar também o lugar de Maury nessa estrutura. Nessa relação de poder e de gênero, ambos os envolvidos possuem formação acadêmica, contatos e uma profissão.

38 Da obra **Correio Feminino** (LISPECTOR, 2006).

Caminhei pela imprensa e pela legislação brasileira pela conexão que há com Clarice – e mesmo com Maury. Quando se observa, lado a lado, como a legislação brasileira era desfavorável para as mulheres quando estabelecida a sociedade conjugal, a insistência no enaltecimento do amor romântico faz sentido – é como se essa naturalização desse futuro como algo intrinsecamente feminino fosse forte o suficiente para acobertar as desigualdades provenientes de uma união construída nesse modelo.

Há nas cartas dos enamorados dois posicionamentos distintos: o de Maury, a exemplo do modelo tradicional burguês de família, onde o homem é o provedor e a autoridade, o centro da relação, há na frustração de Maury o desejo de reproduzir o amor romântico, enquanto há Clarice, a jovem discente de direito, empregada na imprensa em circulação no Brasil por desejo e por necessidade econômica, que em contraponto, se recusa a eleger o casamento como prioridade em sua vida, a enaltecer e estimular o namorado e futuro marido. Filhos de um tempo onde o amor era considerado capaz de “derrubar todos os obstáculos” (LINS, 2012), o anseio de Maury por uma senhora tal qual a do *Jornal das Moças*, parafraseando Clarice, e o dela pela continuidade na escrita, no trabalho (como compartilhou com Lúcio Cardoso) não seriam obstáculos suficientes para separá-los.

Clarice não parou de escrever e de publicar. Todavia, nas cartas escritas para as irmãs havia desabafos sobre a própria anulação, sobre sentir-se deslocada, sobre cumprir com seu papel e ser *uma boa senhora de diplomata*, apesar dos reflexos disso em sua saúde. Clarice faz pensar sobre o que o amor romântico e a autoridade do marido significavam, na prática, na vida de uma mulher. Ela, que se sentia um trapo, anulada, silenciada, apagada, e que era casada com *um homem que pode ganhar numa discussão com sua mulher sem que ela perceba que saiu perdendo*, como sugere a definição contida na epígrafe inicial.

Nas cartas finais endereçadas às irmãs Elisa e Tania, o desabafo de Clarice é escrito como alguém que clama por acolhimento, tem um tom mais revelador, a contar sobre as dificuldades que tinha até

mesmo para seguir o modelo de boa senhora de diplomata, considerando como Maury se comportava nos eventos sociais em que iam. A máxima de que “a mulher faz o homem” carregava de culpa os ombros de mulheres casadas até mesmo quando recebiam comportamentos abusivos, quando se sentiam – feito Clarice – como um peso na vida dos maridos. No caso dela, identificava esse peso na “tensão que a responsabilidade como pai e marido lhe causava, a ponto de ele claramente fugir a essa responsabilidade (sempre que havia um problema de família, ele me sugeria ir para o Brasil por uns seis meses)” (LISPECTOR, 2020). Seu relato explicita como a sobrecarga materna é um reflexo da negligência paterna, que se ancora em discursos que naturalizam a maternidade como algo intrinsecamente feminino. Esses relatos fazem pensar a quem serve os atuais discursos ultraconservadores que vem ganhando espaço nas redes sociais e em discursos religiosos (em geral) de base cristã e ocidental.

Desigualdades costumam ser consequências de autocracias, do estabelecimento de hierarquias, e os conflitos, por sua vez, demonstram a presença das relações de poder e de gênero, como não há sujeição completa e definitiva, como há resistências e enfrentamento. Os desabafos de Clarice quebram padrões estereotipados que insistem em permanecer, como o amor romântico e o casamento indissolúvel, algo que volta a ser importante de ser discutido, considerando o momento reacionário e de genocídio feminino que nos encontramos. O importante não é considerar a decisão de Clarice pelo estabelecimento da sociedade conjugal como uma forma (in)consciente de submissão, como se não houvessem expectativas e projeções destoantes do famigerado amor romântico, mas pensar em propostas de estudo que considerem seu enfrentamento em relação à indissolubidade do casamento, ao julgamento social e às responsabilidades relacionadas à criação e ao sustento de dois filhos, enquanto única responsável por eles em solo brasileiro e enquanto mulher trabalhadora/assalariada.

Sua história me faz pensar em suposições impossíveis de serem respondidas, como “O que Clarice teria feito se tivesse abandonado a

escrita, teria seguido com a separação e o divórcio?”, ou “se não fosse formada em Direito, teria acesso às informações necessárias para conhecer suas opções?”, em outras possíveis, a nível de curiosidade, como “o que justifica os 5 anos de espera para a oficialização da dissolução da sociedade conjugal? Era um espaço de tempo comum, na época?” ou ainda descobrir se existem, nas correspondências trocadas no período da separação, relatos sobre o processo.

Depois que assisti ao vídeo “Estamos preparados para viver um relacionamento aberto?”³⁹, de Jout Jout, onde ela fala sobre pessoas precursoras que “desbravaram o mato”, sobre a importância do conhecimento que adquiriram com suas experiências e da representação, da visibilidade que seus exemplos trazem, pensei na separação e no desquite vivenciado por Clarice, uma pessoa que “desbravou o mato”. Não parei de pensar na importância do exemplo de Clarice no período em que separou e desquitou. Compreender o que a motivou a “desbravar o mato”, em um momento onde (parafraseando Jout Jout) o nível de consciência comportava (ao menos para as mulheres brancas) um relacionamento por vida segue interessando.

Mesmo separada, Clarice escreveu para seções femininas de jornais e revistas que comumente naturalizavam a subalternidade das mulheres. Mulheres desquitadas existiram no Brasil da segunda metade do século XX, e Clarice foi uma dessas “desbravadoras de mato”.

REFERÊNCIAS

DE FÁVERI, M. Divórcio. In: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (orgs.). **Dicionário crítico de gênero**, p. 177-181. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

39 Estamos preparados para viver um relacionamento aberto? Jout Jout de Saia. **Saia Justa**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3w21m-ZwW40g> Acesso em: 7 jul. 2021.

DE ALMEIDA, N. M. Revistas femininas e educação da mulher: o Jornal das Moças. **Associação de Leitura do Brasil** (2007). Anais 16. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem03pdf/sm03ss14_06.pdf. Acesso em: 23 nov. 2020.

DE CAMPOS, R. D. **Mulheres e crianças na imprensa paulista:** educação e história (1920-1940). São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

DE OLIVEIRA, E. D. Mulheres migrantes. *In*: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**, p. 545-549. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

GOTLIB, N. B. **Clarice:** uma vida que se conta. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

LINS, R. N. **O livro do amor**. v. 2. Rio de Janeiro: BestSeller, 2012.

LINSPECTOR, C. **Correio Feminino**. NUNES, A. M. (org.). Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

LINSPECTOR, C. **Correspondências**. MONTEIRO, T. (org.). Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

LINSPECTOR, C. **Minhas Queridas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

LINSPECTOR, C. **Todas as cartas**. MONTEIRO, T. (Prefácio e notas bibliográficas); VASQUEZ, P. K. (posfácio); VAZ, L. (pesquisa textual e transcrição cartas) Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

MALATIAN, T. Narrador, registro e arquivo. *In*: PINSKY, C. B.; DE LUCA, T. R. (orgs.). **O historiador e Suas Fontes**, p. 195-221. São Paulo: Contexto, 2015.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, C. B. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

RAGO, M. A aventura de contar-se: Foucault e a escrita de si de Ivone Gebara. *In*: SOUZA, L. A.; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES; B. R. (orgs.). **Michel Foucault: Sexualidade, Corpo e Direito**, p. 1-18. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

“Como uma serpente de fogo”: o amor e o erótico nas cartas de Anayde Beiriz e Heriberto Paiva

Alômia Abrantes⁴⁰

Esta é uma leitura da história de um romance epistolar. De uma história de amor que poderia ser bem comum no início do século XX, uma época de flertes, de trocas de bilhetes, cartas ou de retratos como forma de cortejar e aproximar-se do outro. Poderia ser comum, dissemos, mas não o é de fato, pois essa possibilidade se desfaz logo ao sabermos que se trata da correspondência de Anayde Beiriz_ poeta, professora, considerada uma feminista de seu tempo_ que viveu na Parahyba do Norte e que se dedicou a compor um diário das cartas de

40 Universidade Estadual da Paraíba

seu romance com Heriberto Paiva, vivido entre 1924 e 1926, sendo esse um jovem estudante que deixara o estado para cursar Medicina no Rio de Janeiro.

É preciso de pronto dizer que esse relacionamento não começou por carta e que do seu início preciso sabemos pouco. Na própria correspondência ficamos sabendo que se conheceram em dezembro de 1923, e que não demorou para que o papel das cartas tomasse o lugar dos corpos, separados por uma distância espacial considerável, alargada pelo preconceito de classe e raça da família dele em relação a ela. Anayde Beiriz se reconhecia mestiça pelo lado paterno, Heriberto Paiva era louro, de olhos azuis, na forma como ela mesma descreve. Embora frequentasse os salões e outros espaços de trânsito da elite paraibana, ela pertencia à classe trabalhadora, estudava e almejava um lugar como professora concursada. Heriberto, cujo pai já falecido fora um comerciante rico da região, tinha seus estudos custeados no Rio de Janeiro sob a supervisão da madrastra, que pelo que consta nas cartas, desde o início reprovara com veemência a aproximação entre os jovens, julgando Anayde não ser a moça apropriada a se relacionar com seu enteado (ARANHA, 2005; JOFFILY, 1983).

Contrariando a recusa familiar que já se apontara de início, as cartas de amor entre Anayde e Heriberto restauram o contato perdido por um certo tempo, com a ida dele para a capital do país, e transformam-se em elos que os mantém ligados um ao outro numa constante, permitindo, ao ir e vir das missivas, observar a dinâmica de uma relação apaixonada, que traça com o tempo e com a escrita a trama de uma intimidade, deixando a ver muito da tessitura histórica das sensibilidades de sua época, bem como dos elementos morais e sociais que regulavam os sentimentos, a sexualidade e, nesse jogo, os lugares de gênero.

É, pois, através da leitura desse diário de cartas, da análise de suas marcas discursivas, que nos propusemos a perscrutar aqui essa intimidade em seu processo de construção, problematizando nesse enredo a composição de uma escrita de si dos envolvidos, notadamente de

Anayde Beiriz, no que se refere aos dispositivos amorosos e sexuais que se inscreviam na pele das mulheres de sua época, definindo o lugar do amor, da felicidade, do erótico, e que decerto permanecem tilintando em ressonâncias que constituem sentidos e valores no tempo presente.

O PACTO DE SIGILO: AS CARTAS PESSOAIS E O ‘CON-FIAR’

Anayde Beiriz, nascida em 1905, faleceu com apenas 25 anos, envolvida na trama trágica do que se considerou estopim para a chamada revolução de 1930 no Brasil. Ela namorava à época de sua morte, o advogado João Dantas, preso pelo assassinato do então presidente do estado da Paraíba, João Pessoa. A rivalidade política entre Dantas e Pessoa era notória, o primeiro representando os ideais do Partido Conservador, o segundo como nome expressivo do Partido Republicano; porém, as narrativas que predominaram enfatizam que o motivo que levou Dantas a assassinar Pessoa foi de cunho passional, moral, uma vez que tivera sua casa invadida supostamente a mando do rival político, tendo sido sua correspondência e documentos pessoais publicizados, entre os quais registram-se escritos de poemas, cartas e fotografias íntimas junto à namorada, Anayde Beiriz⁴¹.

Se há muitas controvérsias apontadas e coisas decerto mal explicadas em torno dessa história_ inclusive a morte de Dantas dada como suicídio na cadeia em que se encontrava preso em Recife (PE), e a da própria Anayde, a qual se reputa ter ingerido veneno no convento em que se refugiara na capital pernambucana, esse trágico “final”

41 Há uma vasta historiografia como também obras de memorialistas sobre os eventos relacionados ao assassinato de João Pessoa, às mortes de João Dantas, de Anayde Beiriz e o contexto de embates ideológicos e de construção de mitos que então se relaciona na Paraíba aos eventos de 1930. Para citar algumas obras que problematizam essa própria produção lembramos de SILVA (2008), BEZERRA (2016).

consolidou a imagem dela associada ao amor, à paixão arrebatadora, que muito influenciou na construção de uma memória que, para os mais conservadores, a associaram à libertinagem, e para os mais progressistas, à mulher ousada, moderna e precursora de ideias feministas (JOFFLY, 1983; SILVA, 2008).

Embora a composição dessa imagem conflitante de Anayde Beiriz seja importante para a condução do nosso olhar nesta discussão e por isso a necessidade de situá-la, esses eventos não são aqui alvo da nossa investigação⁴². Reportamos, como colocado de início, nosso olhar para um momento anterior, em que encontramos Anayde envolta na paixão pelo jovem Heriberto Paiva, tecendo com esse uma história de intimidade, que nos permite uma aproximação maior das marcas de sua personalidade e, principalmente, do que então se configurava como um repertório do sensível, de expressão do amor e do desejo pelo outro.

É preciso, entretanto, destacar que tanto na história de amor com Dantas, quanto com Paiva, o registro de uma escrita pessoal faz-se presente. Aliás, a história de Anayde Beiriz é uma história muito marcada pelo ato de escrever, pela energia que ela na aurora de seus vinte anos de idade dedicava a escrita de contos, poemas e cartas⁴³. Essas últimas, em particular as escritas para Heriberto, oferecem-nos, inclusive, muitos elementos para compreender a sua relação com o cultivo dessa prática que, junto com a leitura ocupavam

42 Dedicamo-nos a esta perspectiva em particular na tese de doutoramento *Paraíba Mulher Macho: tessituras de gênero, (des)afios da história* (2008), onde também são analisados aspectos da correspondência aqui tratada.

43 Nas próprias cartas encontramos referências feitas por ela da produção de textos que enviava como colaboradora a periódicos de diversos estados, a exemplo das revistas *Era Nova* (PB), *Pilhéria* (PE), *Belém Nova* (PA), e do *Jornal do Recife* (PE). Possivelmente havia muito mais escrito e não publicado, mas que pelas diversas formas de apagamento de sua memória não chegaram até nós. Parte do que foi publicado é reproduzido e analisado por Ricardo Japiassu (2009) e Ana Maria Coutinho Sales (2005).

seu tempo, formavam sua sensibilidade, sabendo ser ela uma exceção entre as mulheres de seu tempo e lugar, em um contexto em que poucas tinham acesso à educação formal no Brasil e menos ainda ousavam sonhar a escrita como um ofício, desejando inscrever-se no mundo das escritoras e literatas.

Como documentação central para nossa leitura, importante referir que as cartas enquanto prática e enquanto fonte tem suas peculiaridades. Haroche-Bouzinac (2016, p. 11), no seu *Escritas Epistolares*, referenciando Giles Constable, coloca a necessidade de uma caracterização mínima das cartas, composta pela destinação (indicação do destinatário) e subscrição explícitas (aposição ou menção de assinatura) como o suficiente “para distinguir a carta de outros tipos de discurso”. E que “no campo da definição epistolar, a intenção de enviar (ou sua simbolização) vale na realidade tanto quanto sua realização efetiva”, no que considera:

Assim, a carta, forma bastante diferenciada dentro de seus próprios limites caracteriza-se pela instabilidade de suas formas e flexibilidade de seu uso. É a combinação desses fatores histórica e socialmente variáveis e de fatores invariantes (destinação, subscrição) que determina o modo de funcionamento do gênero epistolar (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 12).

No caso da correspondência aqui abarcada encontramos bem definidas a caracterização do gênero epistolar que, inclusive, remonta ao sentido originário do termo medieval *epistolarium*, designando um livro de cartas, posto que não apenas pelo conjunto dessas, mas porque em um ato de preservação da memória desse romance vivido quase que exclusivamente através das cartas trocadas com Heriberto, após o final conflituoso da relação, Anayde as organiza na forma de um ‘livro-diário’, com o cuidado de colocá-las em uma ordem de recebimento pelos destinatários, costurando assim o lugar de cada cena no enredo do que ela nomeia de “Cartas de meu grande amor”,

anunciando serem as “dolorosas reminiscências do sonho desfeito de minha mocidade...” (ARANHA, 2005, p. 44). Ainda que esse pareça ser um artefato tão sigiloso quanto era o pacto firmado entre ambos sobre se corresponderem, deixa margem para suspeitarmos se ela pressupunha ali olhares futuros, olhares de outros destinatários como nós, leitores(as) indiscretos(as) de outros espaço-tempos, a quem foi dada a oportunidade de ver através da publicação do livro esse seu caderno íntimo de correspondências.

O diário de cartas foi publicado na íntegra em 2005, pelo médico e escritor Marcus Aranha, a quem a família Beiriz confiou a correspondência e que o fez como homenagem no centenário de nascimento de Anayde. No livro que se intitula *Anayde Beiriz: Panthera dos olhos dormentes*, junto com artigos, crônicas e poemas a ela dedicados e fotografias, constam 59 cartas, nas quais em algumas registram-se a existência de anexos, como postais, poemas, retratos, e fios de cabelos como “mimos” para aplacar a ausência física.

A primeira das cartas que traz o diário é assinada por Heriberto, porém essa faz referência a uma carta anterior emitida por Anayde, não adicionada ao diário, em que relatava infâmias proferidas pela madrastra dele contra ela e pelas quais, em resposta, ele pede perdão, e propõe ali continuarem a se amarem por correspondência, pedindo sigilo absoluto. Contudo, datada a 20 de agosto de 1924, ela traz um *post-carta* de 3 de junho de 1925, e percebe-se, também pela resposta de Anayde a essa, quando enfim a recebe, que houve o intervalo de um ano entre a intenção de Heriberto de lhe enviar a carta e a efetiva emissão da proposta do pacto sigiloso na continuidade da relação. É então, com a resposta dela na seqüência, em que se dizia surpresa depois do silêncio, mas ainda o amando como outrora, que selam o reatar da correspondência, que passa a partir de então a ocorrer com regularidade, até a última carta de Heriberto, datada de 01 de setembro de 1926.

Situada as condições em que o fluxo do romance epistolar melhor se define, chama-nos atenção o pacto de sigilo que é instituído para a

correspondência como sinônimo mesmo de uma relação que deveria ser vivida daquele modo, no absoluto segredo e à distância, até a possibilidade de um encontro presencial em um tempo futuro que passa a ser sonhado por ambos, mas não efetivamente previsto. Com isso, remetemos de pronto a esse caráter de pacto de intimidade, que caracteriza esse tipo de correspondência pessoal e que tem seu lugar histórico de uso e significado.

Como lembra Ângela de Castro Gomes (2004), a escrita de cartas pessoais experimentou sua expansão junto ao processo de privatização da sociedade ocidental, com a construção de novos códigos que permitiram o estabelecimento do que seria uma ‘intimização’ da sociedade. Os usos desses códigos vieram possibilitar assim uma espontaneidade na expressão de sentimentos como a amizade e o amor, passando a ter na escrita de cartas sua forma mais emblemática, com a particularidade de serem dirigidas a outrem, a um destinatário, implicando um jogo interativo entre quem escreve e quem lê.

Nesse esteio, compreendemos então o que envolve o pacto epistolar, que no caso das cartas pessoais, como prática relacional, instaura um espaço de sociabilidade privilegiado, como nos explica a autora, que pode estreitar vínculos entre indivíduos e grupos, bem como o rompimento destes:

Isso ocorre em sentido duplo, tanto porque se confia ao “outro” uma série de informações e sentimentos íntimos, quanto porque cabe a quem lê, e não a quem escreve (o autor/editor), a decisão de preservar o registro. A ideia de pacto epistolar segue essa lógica, pois envolve receber, ler, responder e guardar cartas (GOMES, 2004, p. 19).

A confiança alcança, por seu turno, ainda mais forte expressão quando é pactuado mais que a discrição, o segredo, não somente sobre o teor do que se escreve ao outro, mas da própria existência da correspondência, o que se provará ao longo da história epistolar de Anayde

e Heriberto algo difícil de ser mantido, posto que há a necessidade do uso público dos serviços dos correios e olhares alheios, interessados e vigilantes, sobre o jovem casal. À discricção comum às cartas pessoais, acrescenta-se então um desejo de preservação da interferência de terceiros, o que intensifica ainda mais o significado de intimização, de concepção de vida privada:

Hoje, mais que nunca, precisamos ser fortes. A lucta não nos deve abater, mas devemos evitar que ella se torne necessária. Basta que nos estimemos arrebatados neste affecto que não finda; mas, vivendo só para nós, a vida desse amor suave que nos encanta e nos tortura. É mister não expô-lo, para felicidade de nós ambos, aos olhos da turba indifferente e má. Sei que me amas, sabes que eu te amo: é o quanto nos basta (BEIRIZ, 12 de julho de 1925, p. 51)⁴⁴.

Assim, o ‘con-fiar’, cuja tessitura é tramada com as linhas da escrita, possibilita fiar com o outro um território possível para a vivência de um amor à distância, e bastar-se na comunicação apenas entre eles, o que infere que o desejo dos correspondentes de manter segredo “vai muito além de estabelecer, através da carta, um território privado; significa, dentro desse espaço, constituir um vínculo que, longe dos olhares, só diz respeito ao remetente e seu destinatário” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 74).

Esse vínculo tão pessoal, num território que parece construído à parte e protegido de outras relações, decerto mobiliza a um desejo

44 Para referenciar as citações diretas das cartas usaremos data completa visto que são várias pertencentes ao mesmo ano. Para facilitar a leitura, compreenda-se a partir daqui que o diário de cartas se encontra publicado em ARANHA (2005). Esclarecemos que não se trata de citação ou transcrição das cartas por esse autor, mas de publicação na íntegra. A paginação das cartas refere-se, pois, à sua localização no livro referenciado.

de cada vez mais ‘revelar-se’, no sentido de dar-se a ver para o outro, que mosaica a prática de uma escrita de si. Brigitte Diaz (2016), dialogando com as ideias de Michel Foucault sobre a narrativa epistolar de si mesmo, estende-as às perspectivas apresentadas por outros tipos de correspondência, que acreditamos bem representar o caso das cartas de Anayde e Heriberto:

Do outro a quem ele se dirige, o epistológrafo espera um reconhecimento e uma legitimação de suas escolhas de identidade. A exploração de si que está em jogo na carta não se limita, portanto, como escreve Foucault, ao único “deciframento de si por si”, cujo destinatário seria apenas o espectador acidental – o que é mais ou menos o princípio da autobiografia. A carta é “uma abertura que se dá ao outro sobre si mesmo”. Em outras palavras não é um simples reflexo de si que se ofereceria para captar o olhar fascinado daquele que se convocou para isso, mas é o processo de escrita pelo qual o sujeito se produz, tomando ciência da presença e do peso de outro na constituição de sua identidade (DIAZ, 2016, p. 151).

Assim, as cartas dos namorados possibilitam-nos observar a escrita de si de cada envolvido, que se forja na intersecção complexa e dinâmica de uma relação de alteridade, marcada pelo jogo amoroso, sensual, e em suas tramas, especialmente, pelos jogos de poder que regulam historicamente os lugares de gênero.

AMOR COMO NOME PRÓPRIO: REFÚGIO DA FIDELIDADE E DA FELICIDADE

Ao tratar aqui de amor, necessário dizer que o compreendemos, como coloca Neves (2007, p. 612), “no quadro das suas significações históricas e culturais, sabendo nós que aquilo que é percebido como uma manifestação de intimidade ou de amor pode variar em função do

espaço e do tempo onde tal fenómeno está situado”. Ao tomar então o amor como um conceito multidimensional, consideramos que para, além disso, ele é “também um produto social e discursivo”.

Amor é uma palavra comum nas várias cartas trocadas entre Heriberto Paiva e Anayde Beiriz. Em algumas, substituem seus nomes, personifica o ente, grafado em maiúsculo. Está presente desde a primeira carta registrada no diário, como um sentimento já consolidado, que havia de forma platônica permanecido sendo cultivado por ambos, mesmo ao longo do ano silencioso em que a correspondência foi rompida. Ficamos a perguntar como surgira esse sentimento e é a terceira carta de Heriberto que nos dá as pistas: “São aqueles dias felizes que passei junto a ti, fitando os teus lindos olhos sonhadores, contemplando o teu collo puro e santo, ouvindo as doces palavras de amor que somente os teus lábios sabiam proferir, que eu agora relembro” (PAIVA, 3 jul. 1925, p. 53).

Ao longo da correspondência os indícios são de um começo de namoro de poucos encontros, porém já suficientes para, ao reatar da correspondência, alimentar juras de um futuro juntos, unidos pelos laços matrimoniais. Não demora e na sequência de cartas, Heriberto já pede que Anayde assine as cartas usando o sobrenome dele ou mesmo despede-se com um “beija-te saudoso o teu futuro esposo” (*Idem*). Ela, embora não ocorra de atender ao pedido do sobrenome, de pronto também recorre ao sonho da vida de casados, referindo-se, por exemplo, à “calma dulçurosa e simples de uma casinha somente nossa”, ou ainda “que ainda hei de esperar-te todos os dias à porta da nossa casinha, para dar-te o beijo de boas-vindas. Voltarás fatigado, do serviço médico, mas encontrarás sempre o meu collo para repou-sares a cabeça” (BEIRIZ, 18 ago. 1925, p. 64).

Poderá à nossa sensibilidade contemporânea tudo isso parecer óbvio ao que se esperava de um romance nas primeiras décadas do século XX. Contudo, isso se problematiza quando lembramos que se vivia então, de modo gradativo, uma ruptura com o ideal até então predominante do casamento arranjado, conveniente às

questões patrimoniais das famílias. Dominique Simonnet (2003, p. 128), em *A mais bela história do amor*, argumenta que foi no alvorecer deste século que se começou a delinear uma revolução dos costumes, que precisou amadurecer até os anos 1960, “marcados ainda por cima por duas guerras mundiais, para fazer explodir a nova liberdade do amor”. Ao que lembra na sequência Anne-Marie Sohn (*apud* SIMONNET, 2003, p. 128) que “a primeira grande mutação foi o fim do casamento arranjado, que se efetivou por volta de 1920, primeiro nos meios populares”. Ela então destaca que foram as mulheres as primeiras a se engajarem nessa via, apropriando-se do poder de dizer “não”, ao que acrescenta:

O bê-á-bá da felicidade não era viver com alguém escolhido por nós e com quem nos entendêssemos bem? Essa ideia inovadora percorreu as classes sociais, até os burgueses: todos afirmavam que, de agora em diante, as relações matrimoniais deviam ser, antes de mais nada, baseadas em um sentimento recíproco. O amor se tornava o alicerce do casal. O casamento de conveniência parecia então vergonhoso (SOHN *apud* SIMONNET, 2003, p. 129).

A autora refere-se então ao ambiente europeu, mais propriamente a Paris das primeiras décadas do século XX. Sabemos a atração e influência dessa cultura sobre o modo de vida das camadas médias urbanas brasileiras na Primeira República, mas não podemos desprezar o quanto mais lento se deu esse processo em nosso país, em particular quando nos reportamos ao Nordeste, de fortes bases oligárquicas, com herança patriarcal e patrimonialista tão pulsantes naquele contexto. Vemos, pois, nos anseios do jovem casal de gozar a liberdade da escolha amorosa, contrariando os interesses especialmente da família de Heriberto, a representação do conflito que então naquele contexto despontava. Dar-se a sonhar conjuntamente com a felicidade de um casamento baseado em uma escolha livre e amorosa não

era o de praxe e poderia então, como se observa ao longo do desenrolar da relação, transformar-se em um grande desafio.

Mas, antes de desenovelar mais o que viria a ser o maior conflito para essa escolha livre de amar, exploremos um pouco na visão dos enamorados o que significava a expressão deste amor que então passara a não ser mais um luxo ou um acaso, como lembra Simonnet (2003), mas um sentimento cultivado, do qual as pessoas se orgulhavam. As cartas de amor, especialmente, compõem um gênero que neste momento eclode com maior popularidade, e a escrita que a ela se dedica compõe justo essa privilegiada prática de cultivo, lançando mão comumente de um estilo rebuscado, ardoroso, que nas muitas repetições da declaração e juras de fidelidade, traça as estratégias principais de conquista do outro.

Fidelidade é, pois, um elemento crucial que atravessa a composição da idealização do amor que ali se expressa. Desde o início da correspondência, ambos se referem ao medo de não serem mais o alvo do afeto e do desejo do outro e reiteradamente apelam à sinceridade dos sentimentos e intenções, no que se alegram com as respostas que reafirmam seus lugares como únicos e exclusivos na vida um do outro.

Anayde, meu doce amor, que dia feliz para mim será o da nossa união! Que de desejos eu tenho para beijar sofredamente o teu lindo rosto!...Quão feliz serei, quando ouvir dos teus lábios, juntinhos aos meus, uma frase de amor, de ternura imperecível e um juramento de fidelidade!... (PAIVA, 7 jul. 1925, p. 56).

São nas cartas de Heriberto em que a fidelidade mais se apresenta como desejo ansioso, que sela um amor que pode descansar em segurança e, por conseguinte, nas quais os questionamentos sobre tal mais se colocam. Na mesma carta em que o responde após um ano de rompida a correspondência, por exemplo, Anayde conta que entre as coisas que usou como subterfugio para a saudade e o tédio que a devoravam foi aceitar o convite que lhe fora feito pelos “Os Novos”,

grupo de jovens intelectuais, para o qual ela fora a única moça convidada a integrar, que promovia “serões litteros dansantes”: “acceitei, buscando afogar no turbilhão dessas festas a minha intensa amargura” (BEIRIZ, 13 jun. 1925, p. 47). Não demora para que Heriberto pontue: “Amor: tenho apenas um receio. É que com os teus serões littero dançantes, que te aproximam do meio social tu me esqueças; e, o affecto que me dedicas seja revertido em prol de outrem” (PAIVA, 27 jun. 1925, p. 49). Ao que Anayde o tranquiliza:

Hery: deves por de parte esse teu receio, em se tratando dos serões littero-dançantes. Freqüento-os desde alguns mezes, e até aqui, nelles nada encontrei que me podesse fazer esquecer-te. Aprendi a dansar, somente porque a gente deve saber um pouco de tudo. Quanto à sociedade, eu aborreço-a; nada vejo que me possa prender a ella. A vida que eu almejo é bem diferente dessa existência inútil e vasia que poderia encontrar ao lado desses ridículos **meio-homens** que são os nossos almofadinhas. Sonho uma vida tranqüila, sem preocupações e sem tristezas, ao teu lado, numa casinha pequena, cheia de flores, longe dos olhares invejosos dos hyprocritas e dos maus. Então eu acreditaria que a Felicidade existia para mim (BEIRIZ, 12 jul. 1925, p. 51, grifo dela).

Entrevemos, com essa passagem, a existência dos espaços de sociabilidade que na Parahyba do Norte abria aos jovens urbanos, letrados, a oportunidade de encontros, flertes, condizentes com uma maior abertura nessa prática de exercício social que a época moderna anunciava. A dança se colocava como a possibilidade prazenteira e estética do exercício da sociabilidade e da sensualidade. Fica patente que Anayde não se furtava a esses encontros, porém os adjectiva para o amado como algo inútil, vazio, que mesmo para uma jovem professora e literata, parece pálido diante do sonho romântico da vida conjugal, que em sua fantasia protege o casal num cenário tranqüilo e bucólico. Além do que, chama atenção que assim como os mais

conservadores de sua época, ela também vê a muito dos rapazes que frequentam esses espaços como “almofadinhas”, classificando-os como meio-homens que, em contraposição, reafirma um lugar de integridade masculina e virilidade para seu Hery, como gostava de chamá-lo.

Porém, para Heriberto essas palavras não se fazem suficientes. Ele parece estar sempre à espreita de marcas suspeitas nas cartas de Anayde, ou mesmo de um intervalo um pouco maior na frequência com que ela o escreve, que instaurem dúvidas sobre o amor correspondido, para fazer contestações justificadas na insegurança que sente por estar distante e na saudade torturante que o acomete. Insegurança decerto também insuflada pelas frequentes insinuações da madrasta dele que se opunha declaradamente ao namoro dos dois, criando para Anayde uma imagem desviante, que colocava em dúvidas a sua moral. Entre as críticas e acusações que Heriberto ou a própria Anayde ouvem dizer, constam a de ser Anayde dada ao uso da cartomancia, ou ainda de não estar à altura da família de Heriberto, por “pertencer à raça dos cativos”, entre outras coisas que ambos preferem não nomear para não causar maior dissabor e discórdia, mas que, sem dúvidas, plantavam especialmente nele a semente da dúvida. Em uma das cartas, ele contesta por ela ter dito que aproveitaria um momento de ócio para escrevê-lo e inscreve com veemência o que espera que seja o amor e a atenção para com ele:

Então, para me escreveres é necessário que aproveites alguns momentos de ociosidade? Amor, em que te ocupas? Porventura vives mais ocupada, ao ponto de não poderes me escrever? Eu se eu te disser o quanto tenho sofrido com a malfadada reforma do ensino? O quando tenho estudado? Não acreditarás? Serão, sem dúvida, os “Novos” que te querem separar de mim? [...] Mas, Anayde querida, o amor está em primeiro plano, muito acima do dever. Esqueça um pouco os “Novos” e escreve-me com mais brevidade (PAIVA, 30 jul. 1925, p. 58).

Observamos assim os indícios do ciúme impregnarem a relação do casal, desde o seu início, o que reverbera adiante na causa final de seu rompimento. Porém, muito antes desse desenlace, Anayde busca aquiescer os ânimos do namorado e para provar a ele a importância que ocupa em sua vida, responde-lhe que deixou “Os Novos”: “Tens-me, pois, meu Amor, novamente tua, bem tua, pensando somente em ti, vivendo somente para ti... Estás satisfeito?” (BEIRIZ, 10 ago. 1925, p. 60). Momentaneamente ele parece sim satisfeito, anima-se, e oferece a ela na carta em sequência o sonho da vida em comum:

Imagina, Amor, a ventura que eu idealizo para nós: eu, médico, possuidor de um título nobre e galhardo, mitigando as dores cruciantes da humanidade [...]. Tu, a esposa ideal, amante do teu lar, fiel ao teu companheiro, para o qual sempre terás um beijo, uma carícia e, ainda, a mãe carinhosa; porque, como já te disse uma vez, pretendo, ou melhor, pretendemos, desejamos possuir dois filhinhos, Ruth e Fernando, que hão de ser o nosso encanto, os fructos de todo nosso affecto.

Não é verdade, não afirmas também o que te digo? Porventura, Amor, existe ainda maior felicidade? Para mim o segredo da sciencia e o amor ao lar sacrossanto; para ti, a doçura da vida e a educação dos nossos filhinhos (PAIVA, 31 jul. 1925, p. 62).

Vemos então ser enunciada a definição dos lugares de gênero, enquanto papéis designados pela distinção sexual, que nessa perspectiva pouco se deslocava do que tradicionalmente se idealizava para homens e mulheres no século XIX. Para ele, a vida pública, a profissão, a ciência e provisão do lar; para ela, o ambiente doméstico, os cuidados com os filhos e o marido. Heriberto não parecia atentar ao que de fato lhe informava Anayde quando disse precisar aproveitar o momento de ócio: estava por demais ocupada com a escrita de poemas, contos, de compromissos com jornais e revistas para os quais deveria enviar seus textos para publicação, ou mesmo em outros

momentos em que relata estar se preparando para prestar concurso a uma vaga no magistério. Embora trate com ela em um ou outro momento sobre sua prática de escrita, essas são informações que tendem a sumir nas cartas dela à medida que o fluxo da correspondência avança, diferente das crescentes referências aos estudos e futuro profissional dele.

Nessa complexa dança dos lugares de gênero que se encena na escrita do casal, também para Anayde a vida conjugal se apresenta como o reduto próprio daquilo que com letra maiúscula chamam “Felicidade”. No caso, o sentido da felicidade como um estado de plena realização do indivíduo é condicionado ao amor romântico, com seus arroubos de ânsia e mesmo tortura na ausência da musa, porém, diferente daquele que predominava até a pouco no século XIX, é um amor correspondido, que se vive no cotidiano, que se permite à ordenação do que pede às mudanças da vida moderna: o casal que cria e cuida para si um ambiente privado, familiar, de afeição mútua, com papéis definidos mediante as distinções sexuais e que não dispensa a ideia do desejo pelo outro.

Desse modo, vemos como persiste, apesar dos deslocamentos observados na história do amor, a lógica social do gendramento permanecer. Para as mulheres o investimento nesse projeto poderia ter esse custo: o do apagamento do seu talento; no caso de Anayde, o empalidecer daquilo que lhe parece tão eloquente quanto o amor que declara ao seu Hery: sua escrita. Ao se projetar nos sonhos da felicidade conjugal ela própria nunca menciona o exercício de seu ofício, seja como professora ou escritora. Seu tempo e energia aparecem dedicados exclusivamente à construção do lar amoroso, ora na atenção do marido, ora dos filhinhos que pretendem ter. Essas marcas nos falam bem do que Tânia Navarro Swain (2006, p. 10), ao discutir a genealogia do dispositivo amoroso nos diferentes discursos que instituem a imagem da “verdadeira mulher”, aponta como as qualidades e deveres incansavelmente repetidos: “doce, amável, devotada, incapaz, fútil, irracional, todas iguais!” e, sobretudo, amorosa. Amorosa

de seu marido, de seus filhos, de sua família, além de todo o limite, de toda expressão de si”.

Contudo, as cartas também oferecem a essa construção marcada pelo dispositivo amoroso um campo de maior deslocamento frente aos valores e ideais que mais se preconizavam à época para os lugares de gênero. É justamente o lar “sacrossanto”, que também se idealiza sobre a benção divina, que se torna território livre para a vivência do desejo, da sexualidade.

A SERPENTE DO DESEJO: DA SENSORIALIDADE E DO EROTISMO

Voltemos um pouco ao lugar que a carta, como espaço de inscrição de si, ocupa na materialidade do corpo ausente, que distante, não pode ser tocado, aproximado de si como pede o desejo. As cartas de amor, eivadas de tática de sedução e captura do outro, precisam esforçar-se, em um romance à distância, para criar um simulacro da presença sensorial do ausente, oferecendo experiências que ocupem os sentidos ávidos dos apaixonados. Daí ser comum a descrição minuciosa e muitas vezes repetida de emoções, de sensações, bem como da atmosfera que a isso propicia, como a de uma noite enluzada ou chuvosa, uma praia deserta, um quarto solitário onde se escreve e se sonha com o leito nupcial.

As cartas de Anayde e Heriberto são também ricas nesses artifícios. E, agregam-se a elas elementos que corroboram para tal. Os retratos, os fios de cabelos de um e outro, funcionam como rastros dessas presenças que produzem no destinatário um arroubo de entusiasmo, como que renovando os ânimos para o aguardado encontro que se perde na ânsia de futuro:

Querida: beijei tanto o teu retrato, ou melhor, machuquei-o tanto, que às vezes dizia para mim: “não o apertes tanto senão ela sufoca”. Tentei alisar os teus cabelos. Em vão estava longe da

realidade; consolei-me em beijá-lo sofregamente, enternecidamente, apaixonadamente... [...] E assim, afastado dos teus carinhos e da tua magnífica presença, eu tenho para consolar-me as tuas cartas e os teus retratos que às vezes recorro com ansiedade, para minorar a minha solidão e a minha desdita (PAIVA, 24 mar. 1926, p. 120).

Meu Hery: ao abrir tua carta, tive a feliz surpresa de encontrar uma mecha dos teus cabelos.

Chegaram-me frias, mas aqueci-os com os meus beijos; nessa noite eles dormiram comigo sob o travesseiro. Oh! Meu Amor! Como gosto dos teus cabelos, como acho delicioso afagá-los sentindo sobre os meus dedos a maciez dos fios dourados. Se eu pudesse acariciá-los, beijá-los, mordê-los sobre a tua cabeça, como me sentiria feliz! (BEIRIZ, 18 mai. 1926, p. 134).

A fantasia do outro é, pois, mobilizada diante desses “mimos” que também compõem a correspondência. Aquela materialidade, dada pela carta, pelo retrato, ou mesmo pela “reliquia” que presentifica o outro, intensifica os sentidos apaixonados e cria a ilusão do encontro dos corpos. Mas a escrita precisa então dar conta ao outro das sensações por ele provocada, descrever a reação dos sentidos, para que a troca aconteça, e possa ter continuidade.

Observamos então o quanto os sentidos são chamados pela escrita a manifestar-se no jogo da conquista, na expressão da sensualidade. Lembramos, com Vigarello (2016, p. 53), que “com a modernidade a atenção às sensações corporais intensificou-se, seu universo alargou-se, sua diversidade afirmou-se”; porém, outro princípio passa a se consolidar, aquele que interioriza para o “lugar da alma”, e faz dessa, espectadora e mestra do mundo, tornando-a observadora dos órgãos “exteriores”. Todas as sensações que a escrita dos enamorados descreve refletem, pois, esse lugar que não é somente a da funcionalidade dos sentidos – das sensações fabricadas do tato à visão, dos cheiros imaginados do outro, do sabor dos beijos, da sonoridade

da voz –, mas da significação deles nesse exercício de interioridade, de algo que aprofunda-se em seus íntimos, que promove nos sujeitos uma espécie de escuta e compreensão de si, ao passo que elabora com mais complexidade aquela intimidade com o outro.

Nestas inscrições do sensível, a escrita das cartas vai tomando o lugar dos corpos dos enamorados. Com a motivação da intimidade, que o percurso da correspondência foi tornando possível, amparada pelo pacto da confidencialidade, Anayde resolve tirar alguns véus e acrescentar outras sensações àquelas da casinha bucólica e da rotineira vida de bem casados. Ao recordar um dos poucos encontros presenciais com o seu Hery, diz:

[...] Quando as tuas mãos premiam as minhas mãos, numa carícia apaixonada e unida, sentia vibrar em mim, forte o desejo de enlaçar-se nos braços, unindo a minha bocca à tua bocca. E muitas vezes ouvi dos teus lábios um leve queixume, porque não me mostrava meiga e ardente como tu; parecia-te naquele tempo, uma creatura sem nervos, fria, insensível, não é verdade, meu amor? Fiz o possível pra não trahir-me, para que não conhecesses tal qual eu era: ardente, apaixonada, vibrante... Temi muitas vezes que os meus olhos te revelassem o que eu queria que tu desconhecesses e só agora, (e isto porque estás longe e não me podes ver tão cedo), eu tenho animo de revelar-me aos teus olhos, tal qual sou. Não me creias uma mulher romântica, piedosa, dessas que amam pacífica e sinceramente, mas sem intensidade e sem ardor, essas mulheres que sabem ser mães, mas que não sabem ser amantes. Talvez preferisses que eu fosse desse número e se eu não o quizesse poderia parecer-te sempre assim, mas eu não desejo enganar-te. Se chegar algum dia a ser tua, encontrarás em mim, a esposa, a mãe, a amiga, a irmã e, mais que tudo isso, encontrarás a amante, a mulher. Sei que não é bonito isso que te estou a dizer, mas a confiança que tenho em ti leva-me a falar-te deste modo (BEIRIZ, 29 set. 1925, p. 72).

Certamente que a distância dos corpos físicos facilita a liberação da Anayde sensual, intensa. De um lado, é possível perceber a atenção dela a um recurso de sedução, para que não pareça a ele que é uma mulher fria, “sem nervos”; por outro, fica indiciada a preocupação com o que poderia ser a reação dele, se a reprovaria, não considerando “bonitas” aquelas expressões, mas as entrega mesmo assim, lançando-se na afirmação de si como uma mulher que não pretende, ao lado do homem que ama, assumir apenas as funções rotineiramente atribuídas às esposas, embora essas sejam também valorizadas. Mais especificamente, apresentando-se como uma mulher desejante, que enaltece dentro da relação seu papel como amante, o que nos fala da resistência que ainda se fazia socialmente a misturar esses lugares:

Eu almejo fazer da nossa vida de casados, um sonho sem despertar, uma perene lua de mel. Tenho ouvido alguém dizer que isto é uma cousa irrealizável; que, na vida, tudo enfastia, tudo passa... Mas, eu quero realizar o milagre com que sempre sonhei: ter uma criatura para quem eu seja, só eu a imagem adorada, a mulher desejada, a própria Felicidade... [...] E creio que unicamente de mim depende transformar o sonho em realidade, pois penso, sinceramente que, neste caso, cumpre à mulher conduzir o homem consoante à sua vontade” (BEIRIZ, 21 jul. 1926, p. 157).

Vemos que continua a mover-se a ânsia pela fidelidade, desta vez mais explicitamente posta sobre a vida sexual, visto que não era incomum, ao contrário, a prática corrente de que o lugar da realização sexual era fora do casamento, entretanto tolerável somente para os homens, para os quais historicamente se reputava o não controle do desejo, do instinto, que não se conformaria com a monotonia dada como certa em uma vida de casados. Isso nos remete – como discutem os estudos de gênero que se reportam a tal contexto – aos efeitos da operação do discurso médico sobre o controle dos corpos no início do século XX, destacando a sexualidade como objeto de

conhecimento e território privilegiado de uma ação política que se pretendia transformadora.

Através de textos e manuais de medicina daquele contexto, Matos (2003, p. 117) observa algumas das estratégias utilizadas pelos “novos sacerdotes” que “sacralizavam o matrimônio como regulador de energias e como meio de evitar os perigos da vida moderna”, restringindo assim o prazer sexual tanto masculino como feminino. Nesses, as mulheres seguem sendo abordadas como “mero receptáculo da vivência erótica e sexual masculina”:

Sem a prática sexual aprendida com a prostituição não adquire o homem suficiente conhecimento da psychologia feminina, o que será um perigo quando se casar... O appetite sexual é em geral mais intenso no homem e por isso cabe ao homem a parte activa do coito... o papel da mulher é em geral, meramente passivo, a mulher é na regra commum menos sensual, nella o instinto de geração está mais conservado que no homem...na mulher domina, sobre o instinto sexual, o instinto maternal... Dahi Egas Moniz afirmar que “o homem é essencialmente sexual e a mulher essencialmente mãe” (LEME *apud* MATOS, 2003, p. 117).

De certa maneira, em contraposição a esses ditames, Anayde traz para dentro do casamento a imagem da ‘esposa-amante’, e passa a falar, não sem receios, da sua expectativa de uma vida afetiva e sexual intensa, cuja condução e sucesso, acredita, depende das mulheres. Para isso, tece uma espécie de manual de conduta para essas, que decerto reverbera uma pedagogia dos corpos femininos:

Que a esposa saiba ser para o esposo uma artística e deliciosa amante, uma amiga desinteressada e indispensável, uma conselheira risonha e serena, com o mesmo rigoroso asseio, os mesmos attractivos de quando noiva e não acredito que esse homem possa desprezar ou aborrecer essa mulher, salvo se nunca a tiver

amado, ou se for um tarado, um doente moral (BEIRIZ, 21 jul. 1926, p. 158).

O investimento da “captura” do outro vai sendo transferido, assim, para o território da sexualidade, onde ela pretende fazer-se sempre sedutora e merecedora das atenções do marido, e através desse espaço e para além dele, segue em fluxo, portanto, a dinâmica do dispositivo amoroso.

Para ter a licença de ser mais ousado com a amada, Heriberto, por seu turno, usa como recurso a descrição de sonhos, em que a toma para si, ambientados no interior da casa que pretende ter com ela após casados:

Tu, com o collo arfando, de olhos ennuveados, ébria de amor, acompanhas-me nestes gestos cobrindo-me de beijos e apertando-me mais de encontro à ti. Então, a minha mão, obedecendo à minha vontade, arrebenta os botões do teu “*pegnoir*” e deixa a descoberto duas formosas pomas, duras, quentes e perfumadas, de biquinhos nacarados que os meus beijos sedentos investem numa fúria irrefreitada de beijos. Todo o teu ser convulsa num paroxysmo infinito e a tua vizinha exclama, num mixto de amor e de queixa: — Hery, assim não, eu estou tão nua! E estas palavras augmentam em mim a sede voraz de querer-te, de possuir-te. As minhas mãos vão descendo ainda mais a tua roupa, livram os teus braços das mangas e desnudam o teu mimoso busto moreno. Eu, extático, contemplo num momento a magnificência do teu corpo sybarita e num gesto ousado e bestial rolo contigo sobre o leito... E, os meus lábios vão beber nas tuas faces as duas lágrimas resplandcentes que brotaram dos teus olhos. [...] Perdoa-me, Amor, se magoei o teu pudor (PAIVA, s/d, p. 152).

Marcada por um clima erótico, o escrevente reconhece sua audácia tanto nas imagens que cria, quanto na prática de registrá-las e

compartilhá-las com a namorada. Reconhece que pode ferir o pudor dessa, aquele mesmo que ele deseja ver na postura dela durante o encontro sexual – ela o acompanha, mas as iniciativas são dele. Como se deixa ver, o pudor e o recato que se sobrepõem ao desejo dela parecem produzir sobre ele um efeito maior de sedução e excitação.

Como num clímax crescente, Anayde corresponde com sua escrita. Demarca o seu pudor e receio, mas não deixa de também liberar as suas sensações físicas. Descrevendo a noite fria em que estava, contrasta-a com a sua alma que sente calor, motivada pelas sensações intensas emanadas da escrita do seu “Hery”:

O sangue corre nas minhas veias com ardências satânicas; o desejo se enrosca no meu corpo como uma serpente de fogo... E tudo isso porque li a tua carta! E que carta louca, meu Amor! Foi-me impossível lê-la sem corar; um rubor de pejo subiu-me às faces e instintivamente levei a mão ao decote do meu vestido como para defendê-lo de ser aberto por ti. Afigurou-me, não estar lendo uma carta tua e sim ter-te junto a mim. Crê, meu Hery, que experimentei a sensação de ter os seus cinco dedos a apertar-me a carne numa carícia violentamente sensual. O leve contacto da roupa irritou-me a pelle, deu-me a impressão de ser o contacto da sua mão nervosa e febril que me percorresse o collo num afago voluptuoso. [...] Se nas minhas cartas eu tenho usado de uma linguagem demasiadamente franca, (não quero dizer livre), é porque, quando te escrevo, deixo o pensamento seguir os impulsos da minha natureza sensual e vibrátil; é porque sei que o amor sincero é confiante e perdoa essas loucuras do coração e dos sentidos (BEIRIZ, 27 jul. 1926, p. 154).

Como em uma “dança dos véus”, de mostrar-se e esconder-se, ela segue se colocando num conflito entre o desejo e o pudor, mas prudentemente investindo nesse último, “entra” na fantasia do outro, procura corresponder ao desejo dele, porém usando táticas de fazer

o desejo enrubescer, pois percebe que há ali uma transgressão, um avanço em relação às normas vigentes para o comportamento que se espera das moças. Normas instaladas nas metáforas do seu desejo: ardências satânicas, serpente de fogo... Signos que premem a ideia religiosa de pecado. Segue assim se justificando na ideia de uma “natureza”, de uma essência sensual e vibrátil, que inscrita no terreno do natural, torna-se inevitável loucura do coração e dos sentidos, por isso, passíveis de serem perdoadas. Também possíveis porque imaginadas no leito nupcial, após as bênçãos matrimoniais, como um recurso discursivo que autoriza os apaixonados, ao tempo em que existe justo para lembrar que ainda não são casados e que, portanto, se fazem transgressores.

A consciência da transgressão, possibilitada pela condição de segredo que cerca a intimidade, faz o erótico emergir no fluxo das cartas. Bataille (2020, p. 278), no seu clássico livro sobre o erotismo, ao avizinhar essa emoção a da santidade, pela sua intensidade extrema, afirma que “por razões que não são apenas convencionais, o erotismo é definido pelo segredo”. Definindo-a como possivelmente a mais intensa das emoções, o autor coloca que o erotismo transgride os interditos que limitam a sexualidade humana, e que o desejo desse não é outro senão justamente o de triunfar sobre o interdito.

Nesse jogo, o erotismo impregna muitas das cartas, mas poucas de maneira mais intensa, com uma descrição tão detalhada dos sentidos externos, da corporeidade. Metáforas são chamadas a substituírem uma nomeação mais explícita do corpo, dando o interdito à nudez, entretanto, autorizando a expressão dos sentidos:

Eu, solitária e triste, me concentro em mim mesma e deixo meu pensamento voar pelo azul, em busca do teu. Tenho sob os meus pés, a almofada macia e branca das areias e ante aos meus olhos a imensidade desse monstro verde, cujo guaiar faz lembrar a velha lenda das mulheres de cabelos doirados e olhos cor de alga, que atraíam o navegante com a doçura do seu cantar [...]

[...] Ah! Meu Hery! Como deve ser uma volúpia estranha, o ser a gente arrebatada, possuída pelo mar! Que sensualidade louca e terrível não revela ele no agitar revoltado das suas águas! Que deliciosos não devem ser os beijos desse monstro fascinante! Como eu quizera senti-los, mas, sobretudo, como eu quizera muito mais sentir os teus, meu Amor! [...] Quizera ter-te comigo, aqui, lábio contra lábio, corpo contra corpo, num longo abraço amoroso; tu me apertarias com o mesmo ardor com que o mar apertava outrora o corpo ondulante das sereias, e eu não soltaria um brado de dor nem de revolta, porque eu queria sofrer por ti, muito, muito, meu Amor [...] (BEIRIZ, 3 jan. 1926, p. 89).

Importante ressaltar as marcas na linguagem de Anayde que aproximam frequentemente o amor e, especialmente, o erótico, às sensações de dor, de tortura e, em seu ápice, de morte. Mais uma vez remetemos à compreensão posta por Georges Bataille (2020) quanto à relação tão intrínseca entre erotismo e morte, como processos nos quais os sujeitos perdem sua individualidade. Araújo nos oferece uma compreensão sobre tal correlação proposta pelo filósofo:

O que está em jogo durante o erotismo é a dissolução das estruturas fechadas de ser tendo como finalidade atingir o âmago do ser, como afirma Bataille: “Toda a operação do erotismo tem por fim atingir o ser no mais íntimo, no ponto em que o coração desfalece.” Ou seja, podemos dizer que quanto mais se chega ao ápice do erotismo, mais próximo se está da morte (ARAÚJO, 2019, p. 5).

Em uma das cartas mais longas que escreve, Anayde reflete sobre o destino de uma protagonista de um romance literário intitulado *A filha do diretor do Circo*, que a faz lembrar de si mesma, e que acaba em desventura amorosa e trágico fim. Fala do livro a Heriberto e do medo de terem o mesmo final que Nora e Curt, protagonistas do romance. Um pouco adiante na carta, revela que ganhara dos amigos

que escreviam nos jornais um pseudônimo, “panthera dos olhos dormentes”. E explica:

Porque dizem que nos meus contos eu sempre ponho uma mancha de sangue e porque gosto de tudo que é vermelho...

Creem eles que sou trágica, que gosto desse amor que queima, dessa paixão que devora, dessa febre amorosa que mata...

É certo que antigamente eu pensava que se viesse a amar alguém seria desse modo. Sympathizava em extremo com essas mulheres que matavam aqueles a quem tinham amado, que faziam morrer os amantes nos braços misturando a delícia de amar a agonia de morrer...

[...] E agora eu compreendo que esse amor não é o verdadeiro [...]

E não é assim o meu amor para contigo; é alguma coisa mais casta, de mais doce, é aquele amor que Julio Dantas qualificou “de amor coração, de amor delicadeza, de amor sentimento”: e este é ao meu ver o verdadeiro. Às vezes é certo que sinto que se eu fosse tua, se me visses nos teus braços, despertaria em meu ser a ânsia immoderada dos beijos que mordem, dos abraços que torturam, das carícias que ferem, toda essa sede violenta do amor sensual, característica das naturezas ardentes como a minha (BEIRIZ, 7 mar. 1926, p. 116).

A expressão do erotismo, como do próprio amor, na escrita de Anayde encontra-se muito marcada pela inscrição da morte; ainda quando essa representa este estado de êxtase que tira a razão, que coloca o sujeito em contato com uma “sede violenta”, e assim transgride normativas, experimenta uma espécie de morte. Investir-se deste modo é arriscado para ela naquele contexto e talvez mesmo o seja para as mulheres ainda em tempos atuais; ela parece saber bem disso e busca moderar a sua força sensual, aplacando-a com cores mais róseas o vermelho intenso. Mas algo reluta, o desejo certamente, e imersa na fantasia de estar nos braços do amante a ardência se sobressai, enrolando-a como serpente.

Essas marcas da escrita de Anayde Beiriz, quer nas cartas ou em outros textos seus, ironicamente parecem ter escrito a narrativa de sua breve e intensa existência. No caso do romance com Heriberto Paiva, como já enunciado e pressentido por ela muitas vezes, o ciúme, a suspeita sobre ela não ser a noiva fiel, dedicada, prevalecerão. As dúvidas dele não desaparecem ante as juras de amor e as imagens apaixonadas que tecem em suas cartas, nem mesmo diante de tantas marcas que a inscrevem no território da normatização feminina. O que vem culminar com a declaração de um amigo dele de que haveria dançado com ela num certo baile. Heriberto acredita então que ela o tenha enganado, sente “os dentes rangerem de ódio e de desespero” (PAIVA, s/d, p. 164) e escreve para ela acusando-a de mentirosa, de ter roubado a mocidade dele, feito assim a sua infelicidade. Ela, ofendida e magoada, lhe escreve pela “derradeira vez”, procurando mostrar-lhe o quanto fora injusto. Para ela a quebra de confiança dá a medida do amor fugaz de Heriberto. Os sonhos de um lar feliz, dos lindos filhinhos se desfazem. Ironicamente, denuncia experiências que ela virá a ter num futuro próximo, enredada numa outra história amorosa:

Se eu pudesse esquecer!...Esquecer! Ainda mesmo à custa da minha própria existência... Ah! Se eu fosse mais corajosa tudo teria acabado, mas eu sou covarde; tenho medo do que vem depois da morte... Se Deus me ouvisse já me teria roubado a razão. Ser louca... Não pensar, não sofrer, não ter de mostrar-me alegre quando a alma e o coração estão a sangrar... Eu quizera enlouquecer... [...] talvez algum dia você ouvirá falar em mim; seja qual for o caminho que eu seguir, você fique certo de que é em busca do esquecimento: seja o do vício, seja o da morte [...] (BEIRIZ, 28 ago. 1926, p. 167).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer a leitura de um romance epistolar implica a compreensão de que esse trata de uma prática complexa, que ao falar do lugar individual de

cada um que escreve, que se apresenta como muito íntimo e particular, mobiliza os sentidos numa rede de alteridade(s); logo, operacionaliza signos da sensibilidade de um espaço-tempo, nos convidando a um campo marcado pelos mais variados afetos e formas de poder, especialmente no âmbito das relações de gênero.

No caso das cartas de Anayde Beiriz e Heriberto Paiva vemos uma escrita que vai a seu curso tornar-se muito afetada pelo desejo crescente da proximidade, do contato físico, e que encontrará no pacto de segredo a possibilidade de expressar-se de maneira mais sensual e erótica. Junto ao pacto do sigilo e até por esse mesmo, eles seguem tecendo uma intimidade em que buscam “revelar-se” ao outro, porém, não podemos esquecer que essa é uma tessitura demarcada pelas estratégias de conquista e sedução, reguladas pelos dispositivos de controle social e, em particular, pelo dispositivo do amor romântico que, de modo mais intenso, historicamente atinge as mulheres, o que não se fez diferente com Anayde Beiriz.

Em que pese a imagem de uma feminista em seu tempo, um exemplo de mulher ativa, apropriada de seu corpo e paixões, exercendo através do ensino e da literatura uma atividade pública ainda tão restrita às mulheres de seu contexto, Anayde acaba nas suas cartas por inscrever-se como uma mulher do seu próprio tempo, atravessada por ele e pelos códigos da sua historicidade, com conflitos, dúvidas e sonhos bem próprios às jovens de sua época. Tanto que designa em várias cartas a responsabilidade feminina na manutenção do sonho de casamento ideal, sendo esse perfilado pelos signos do amor romântico e como “contrato” indispensável na organização de uma sociedade que preza a monogamia, a maternidade, a higiene, o controle sobre as práticas sexuais.

Para ambos, Anayde e Heriberto, a fidelidade é usada como marca também de uma sanidade física e moral; tortura os homens de modo peculiar, ciosos da preservação de sua imagem viril e desejosos de um domínio exclusivo sobre o corpo e a mente da amada; porém fica patente que incorre em cobranças e penas mais duras sobre as

mulheres. Em muitos aspectos, a linguagem dos dois se aproximam na configuração do ideal do amor romântico, que torna-se central para a realização do ser, para o alcance da felicidade; naquele momento torna-se um amor de escolha, um afeto possível de ser vivido no casamento e nesse, sendo agregado também o direito ao exercício de um amor sensual, erótico, que se manifesta através de descrições minuciosas das sensações e das emoções que a materialidade das cartas e seus anexos produzem nos sentidos apaixonados.

O erotismo emerge amparado na tessitura da intimidade, por sua vez favorecida pelo pacto sigiloso da correspondência. As descrições entregam corpos desejosos e é nesse território que a expressão de uma personalidade intensa e marcante de Anayde se inscreve mais surpreendentemente, deixando transparecer o desejo de constituir-se como uma ‘esposa-amante’, negando-se ao modelo da mulher piedosa, romântica, que saberia ser mãe, mas não amante. Na sua expressão erótica é possível indiciar sua potência transgressiva, que fora bem capturada pelos colegas que a liam, chamando-a “panthera de olhos dormentes”, que converge com uma força que ela própria caracteriza como instintiva em seu modo de amar, mas com essa marca em seu rosto que também expressava a melancolia, a angústia que muitas vezes a faziam recorrer à morte como destino literário e possibilidade de saída diante da infelicidade amorosa.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. **Anayde Beiriz**: panthera dos olhos dormentes. João Pessoa: Manufatura, 2005.

ARAÚJO, P. A. Em busca da continuidade perdida: erotismo e morte em Georges Bataille. **Intuitio**, v. 13, n. 1, e34275. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1983-4012.2020.1.34275> Acesso em: 30 jun. 2021.

BATAILLE, G. **O erotismo**. SCHEIBE, F. (trad.). 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BEZERRA, D. V. **1930, a Paraíba e o inconsciente político da revolução**: a narrativa com ato socialmente simbólico. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016.

DIAZ, B. **O gênero epistolar ou o pensamento nômade**: formas e funções da correspondência de alguns autores do século XIX. HERVOT, B.; FERREIRA, S. (trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

GOMES, A. C. (org.) **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HAROUCHE-BOUZINAC, G. **Escritas Epistolares**. FERREIRA, L. F. (trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

JAPIASSU, R. Trocando ideias: em visita à Anayde Beiriz, peregrina da liberdade. **Caderno Espaço Feminino**, v. 2, n. 01, jan./jun. 2009. Disponível em: Ciência & Trópico (fundaj.gov.br) Acesso em: 5 jul. 2021.

JOFFILY, J. **Anayde**: paixão e morte na revolução de 30. Rio de Janeiro: Record, 1983.

MATOS, M. I. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (1890-1930). In: MATOS, M. I.; SOIHET, R. (org.). **O Corpo Feminino em Debate**. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

NEVES, A. S. As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do amor confluyente ou o retorno do mito do amor

romântico? **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 3, dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300006>
Acesso em: 8 jul. 2021.

SALES, Ana Maria Coutinho de. **Tecendo fios de liberdade**: Escritoras e professoras da Paraíba do começo do século XX. 2005. Tese (Doutorado em Teoria Literária). Programa de Pós Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, A. A. **Paraíba mulher macho**: tessituras de gênero, (desa)fios da história. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2008.

SIMONNET, D. *et al.* **A mais bela história de amor**: do primeiro casamento na pré-história à revolução sexual do século XXI. JANOWITZER, R. (trad.). Rio de Janeiro: Difel, 2003.

SWAIN, T. N. **Entre a vida e a morte, o sexo**. Disponível em: <http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/taniaentreavidaeamorte.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2021.

VIGARELLO, G. **O sentimento de si**: história da percepção do corpo. MORÁS, F. (trad.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

*Fantasia e realidades nas
relações de gênero: uma
discussão sobre emoções
e sensibilidades vividas
por mulheres a partir do
livro A vida invisível de
Eurídice Gusmão (2016)*

Kenia Gusmão Medeiros⁴⁵

Os Estudos de Gênero constituem um campo dentro do qual são mobilizados saberes e perspectivas teóricas diversas. A contribuição

45 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)

de várias áreas integra o viés interdisciplinar dessa especialidade de pesquisa. A dimensão de gênero atravessa toda a experiência humana no tempo e se manifesta em modos de expressão, discursos, práticas e performances vividos no dia a dia, por isso, por meio das epistemologias de gênero, podem ser realizadas interpretações históricas e sociais sobre essas manifestações. Este texto é dedicado à percepção de questões de gênero no livro “A vida invisível de Eurídice Gusmão” (2016) da escritora Martha Batalha e das vinculações das mesmas com contextos históricos passados. A obra tem personagens que vivem histórias de vida comuns, mas nem por isso insignificantes, o livro demonstra como discursos ficcionais também podem discutir as relações de gênero historicamente construídas e tornarem-se fontes para a promoção de pesquisas, ensino e debates públicos.

O livro, que também ganhou versão cinematográfica em 2019, é uma ficção temporalmente orientada pela História em suas dimensões política, social e cultural. A personagem principal é Eurídice, que desde a infância busca realizações, esbarrando em imposições e cobranças sociais, especialmente relacionadas aos papéis sociais de gênero. Guida, irmã de Eurídice, também é uma personagem importante que tem sua história marcada pela relação desigual entre os gêneros, o abandono e a estigmatização social da mulher. A trajetória de Guida permite reflexões sobre as possibilidades e dificuldades vividas por mulheres que não viviam sob abrigo social de um casamento.

Assim, essa metaficção historiográfica, nos leva à constatação de que as narrativas têm inspiração em histórias comuns com as quais já nos deparamos. Diferentes estruturas de pensamento e comportamento relacionadas aos gêneros afligem as mulheres narradas, como por exemplo, casamento; ou ausência do mesmo; na inadequação aos padrões de beleza ou nas intersecções entre os eixos de gênero, raça e classe.

Obras como “A vida invisível de Eurídice Gusmão” possibilitam a formação de debates, de diálogos públicos sobre temas importantes para a sociedade e, portanto, modificam, alargam e desconstroem

representações. Na escrita da História, podemos analisar obras como essa, localizando os temas tratados na vida social de determinado contexto e demonstrando processos históricos que podem ser relacionados às representações tratadas na ficção. Discutiremos adiante, prioritariamente as emoções vividas por Eurídice, protagonista da história, mas também por outras personagens que nessa ficção passam por situações que podem ser entendidas como fenômenos sociais típicos de um tempo.

Destaco ainda que recontextualizando os sentidos de Nora (1993), as personagens do livro constituem *lugares de memória*, pois despertam nossas lembranças sobre afetos e conflitos com nossas avós, mães, tias, conhecidas ou sobre nós mesmas. Desse modo, as muitas personagens femininas do livro carregam possibilidades de reconhecimento. O conjunto de personagens femininas permite que o leitor contemple aspectos da solidão, opressão e discriminação que atravessam feminilidades em um tecido social, marcado por discursividades e práticas que definiam expectativas para os gêneros. Em resumo, este texto discute emoções, fantasias e decepções de mulheres a partir da ficção, considerando que as sensibilidades representadas na obra encontraram correspondência nas realidades históricas e sociais nas quais estão temporalmente inseridas. No jogo que todo autor constrói em suas escritas para seus leitores participarem criando sentidos possíveis pelas teias da recepção, desejo que este texto evoque emoções guardadas sobre as personagens de suas próprias vidas.

EMOÇÕES, SENTIMENTOS RESISTÊNCIAS NO COTIDIANO DO CASAMENTO

A narrativa do livro tem como cenário o Rio de Janeiro, a periodização se estende por fatos entre as primeiras décadas do século XX e meados dos anos 60. As irmãs Eurídice e Guida, foram criadas numa família da classe trabalhadora brasileira, vivente de um tempo de massificação da sociedade e ampliação de cidadania, especialmente no

que se refere a direitos sociais. A família tinha valores tradicionais, patriarcais e também relacionados ao ideal trabalhista incentivado durante a Era Vargas. As trajetórias das personagens são contextualizadas por acontecimentos históricos até meados dos anos 60.

Eurídice nos leva a pensar sobre as fantasias, decepções e o tédio no casamento tradicional. Filha obediente se casa e torna-se o que foi ensinada a ser, uma boa esposa e uma mãe cuidadosa. Ela segue o roteiro culturalmente imposto para tantas gerações de mulheres, que foram levadas a crer que o casamento tradicional e heteronormativo, seguido pela maternidade, combinavam a fórmula perfeita para a felicidade e a respeitabilidade feminina. Numa espécie de desejo imposto e alimentado por toda sorte de estratégias de convencimento cultural, o casamento era entendido como ponto de chegada para moças de família e ponto de partida para as futuras mulheres honestas. As definições do que seria uma boa esposa num tempo que Pinsky (2016) denomina como a era dos modelos rígidos, eram compostas por muitas atribuições, sendo a principal delas, a submissão. Mulheres eram orientadas a aceitar que depois de casadas era tarefa feminina manter a felicidade e a harmonia do lar aceitando as diferenças entre homens e mulheres.

Muito antes disso, entretanto, a personagem já demonstrava interesse por realizações fora do roteiro previsto pela lógica familiar, da qual grande parte da sociedade brasileira partilhava. Segundo a compreensão educacional que circulava pela cultura histórica, a educação de mulheres tinha pretensões reduzidas. Na escola Eurídice descobriu interesse pela flauta. Numa referência ao projeto de educação musical nas escolas de Heitor Villa Lobos, implementado em 1931, através da criação da Superintendência de Educação Musical e Artística, o livro fala de uma visita do compositor Heitor Villa-Lobos à escola. O artista viu a menina tocar e a convidou para estudar no conservatório.

Por meio do decreto Federal 19.890, de 18 de abril de 1931, o canto orfeônico passou a ser disciplina obrigatória nos currículos

escolares. O próprio Villa Lobos criou o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. A inclusão da musicalidade na educação tinha como objetivos oferecer aos estudantes perspectivas nacionalistas, morais e cívicas (Cf. Amato, 2007). Na visão do compositor, a música deveria promover no ensino a conciliação entre diferentes classes sociais. No romance, a visita de Villa Lobos deixou Eurídice entusiasmada e ela argumentou insistentemente com os pais em busca da permissão para seguir com a flauta no conservatório.

Seus pedidos foram em vão, pois para os pais, a flauta jamais seria um fim (Batalha, 2016, p. 61). A flauta era apenas um meio de aumentar as rendas da filha para que fizesse um bom casamento. Para os pais de Eurídice, a flauta poderia ser mais uma habilidade cultural bem-vista para o gênero feminino, não o centro de um projeto de vida. O real objetivo da instrução feminina seria a formação de mulheres aptas a viverem as feminilidades reconhecidas e desejadas naquele tempo.

O presidente Vargas, em um decreto assinado em abril de 1941, insistia em que a educação feminina deveria formar mulheres “*afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes na administração da casa*” (PRIORE, 2014, p. 66).

Décadas após o período em que a obra localiza a proibição dos pais, o *Jornal das Moças* orientava sobre os cuidados a serem observados pela mulher culta. Essa deveria entender que sua cultura não poderia diferenciá-la socialmente ou desviá-la de suas verdadeiras funções. A vida amorosa deveria ser objeto priorizado e o marido protegido de demonstrações de saberes que pudessem constrangê-lo. As mulheres deveriam diminuir-se para caberem na forma do casamento no qual o homem deveria estar em posição de superioridade econômica, social e cultural.

O maior cuidado que deve ter a mulher culta é não humilhar com sua sapiência o homem que tomou por esposo. [...] A vida amorosa da mulher culta não deve diferir em nada da outra que não possui tantos conhecimentos (Jornal das Moças, 5 ago. 1954).

Esse não é um discurso totalmente distante de nós. Apesar de atualmente vivermos a predominância de outro imaginário no que se relaciona com a educação das mulheres, ainda circulam questionamentos sobre a função delas na construção da sociedade, buscando fazê-las sentir os supostos chamados naturais de dedicada ao projeto familiar em sua apresentação patriarcal. Em setembro de 2019 começou a circular na internet um vídeo do pastor Edir Macedo defendendo a educação de mulheres como um fator de desagregação da família e da felicidade conjugal. Seguem transcritos alguns trechos das palavras ditas por ele:

Quando elas foram para fora, disse que elas fariam apenas o ensino médio e que elas não fariam faculdade. A minha esposa me apoiou, mas os parentes achavam absurdo. Por que não vai fazer faculdade? Porque se você se formar numa determinada profissão, você vai servir a si mesmo, vai trabalhar para si. Mas eu não quero isso, vocês vieram para servir a Deus. Não sou contra você se formar, estudar, não. Mas no caso delas, eu não as criei para servirem a si mesmas, eu as criei para servirem ao senhor. [...] “O que se ensina hoje é: Minha filha nunca vai ficar sujeita a um homem. Então tá. Vai ficar sujeita à infelicidade. Porque não existe família, não existe casamento, porque não existe felicidade a mulher cabeça e o homem corpo. É fracasso. Tanto é que, deve ter mulher aqui que sabe o que está falando, tem mulheres inteligentíssimas que não conseguem encontrar o cabeça. Verdade, sim ou não?” (Correio Braziliense, 24 set. 2019).

Assim, as representações de gênero estiveram e estão relacionadas à instrução formal, nos currículos, nos corpos que dela fazem parte, nos materiais utilizados e nos objetivos que as famílias e a sociedade atribuíram no passado e atribuem no presente para as aprendizagens. Fez parte da própria organização do sistema escolar moderno, a disciplinarização e o controle dos corpos a partir de imposições de compreensões acerca dos papéis de gênero que os estudantes e as estudantes deveriam desempenhar dentro das instituições e em suas vidas futuras. As conquistas educacionais para as mulheres são recentes quando pensadas na temporalidade histórica, por exemplo, foi perceptível uma redução na diferença entre os índices de analfabetismo em favor das mulheres somente a partir dos censos de 1960; já a equivalência dos currículos entre cursos secundários frequentados por homens e mulheres, foi realizada pela LDB de 1971 (ROSEMBERG, 2016).

Meninas que frequentaram esses sistemas de ensino, assim como na história do encantamento de Eurídice pela flauta, tiveram suas possibilidades, expectativas e sonhos enquadrados no que seria socialmente desejável para as mulheres. Nas escolas e universidades de hoje, os currículos formais já não permitem discriminações de gênero, mesmo assim algumas práticas e representações presentes nas culturas institucionais carregam para esses espaços, concepções rígidas de comportamento baseadas em um sistema de gênero que se apega na correspondência ao biológico. Essas permanências de visões conservadoras podem causar sentimentos de exclusão e solidão em pessoas que questionam esses padrões; não se adequam ao sistema binário ou vivem sexualidades dissidentes.

Além do que aprender, o que sonhar e o que temer também foi definido para as mulheres. Suas fantasias, sonhos e imaginação deveriam voltar-se para um bom casamento e uma casa com filhos. Mais do que mobilizar sonhos, esses ideais mobilizavam práticas e preparações emocionais e materiais. Meninas e moças aprendiam que era responsabilidade delas zelar pela própria conduta, a fim de conseguirem um bom casamento, pois a sociedade seria vigilante e

impiedosa. Ao longo de anos, meninas e moças criavam expectativas envoltas em uma imaginação romântica cultivada por leituras de revistas femininas e pela preparação de enxovais a serem usados no futuro. Entre pontos de bordados e encomendas de toalhas e forros para um lar bem cuidado, era preciso ainda, tecer cuidadosamente a reputação, que era então considerada um bem precioso, juntamente a isso, imaginava-se a feliz vida de uma *rainha do lar*.

A moça de família manteve-se como modelo e seus limites eram bem conhecidos, embora atitudes condenáveis variassem desde cidades grandes até pequenas, em diferentes grupos e camadas sociais (PRIORE, 2014, p. 69).

Muitas mulheres jovens eram submetidas à pressão de serem belas, com reputação impecável, prendadas e instruídas, não além da medida certa para conseguir um bom marido. Uma jovem mal falada ou perdida poderia significar impacto social, tristeza e vergonha para toda a família. As liberdades concedidas aos namorados e noivos e o tempo dos relacionamentos eram alguns dos fatores a serem observados na costura dessa reputação que deveria chegar intacta ao casamento, dia de celebração desse percurso familiar por trilhas honrosas. É evidente que toda essa importância socialmente atribuída ao casamento, contribuiu para a formação do imaginário de gerações de mulheres no que se refere à sexualidade, honradez e moralidade.

Como a honra do “pai de família” em boa parte ainda dependia da reputação das filhas, os namoros das meninas continuavam cercados por regras impostas de cima. [...] A duração de um namoro não pode ser longa a ponto de denotar a falta de intenções sérias (vontade de se casar). Por sua vez, um noivado que demora a desembocar em matrimônio leva a crer que a moça tenha feito algo moralmente condenável, levando o pretendente a perder o respeito por ela (PINSKY, 2016, p. 482).

As consequências da não adesão a esse pacto social recaíam de modos diferentes entre mulheres e homens. Ao homem o sucesso na vida pública, no mundo do trabalho e mesmo e mesmo o apego à liberdade, poderiam ajudar a justificar a permanência da solteirice. Para as mulheres, o casamento era mesmo o auge. Como dito, preparadas desde a infância pelas famílias, igrejas, revistas e até mesmo escolas, para esse momento, o casamento era encarado como a maior realização feminina. Comumente definido com *o dia mais feliz da vida de uma mulher*, os preparativos para esse momento duravam anos, a depender evidentemente, da classe social.

Em oposição ao sucesso matrimonial, havia a figura da solteirona, destino pavoroso que amedrontava muitas moças. A solteirona causava sentimentos de pena, produção de piadas e consistia em exemplaridade de fracasso para que outras moças tivessem cuidado e investissem em comportamentos e cuidados que garantissem um marido.

Segundo a mentalidade da época, acaba “solteirona” a mulher que perdeu as oportunidades de casamento em razão de ter “passado da idade”, não ser mais virgem, ter má reputação ou relacionar-se com um homem inadequado. Muitas vezes ela é vista como um peso para a família (pois não arranjou marido para sustentá-la). Nesse caso, trabalhar é uma das saídas “honrosas” (PINSKY, 2014, p. 112).

Além da solteirona, fizeram parte do imaginário social do Brasil durante grande parte do século passado e circulam atualmente ressignificados, os termos como desquitada; separada; largada; amásia; amante; mãe solteira. São classificações de mulheres a partir de sua relação ou não relação com um homem. Se a solteirona poderia despertar a de alguns compaixão, o temor de semelhante infortúnio ou o risível para outros, as outras poderiam provocar olhares e discursos de desconfiança e reprovação. Os caminhos para que uma mulher chegasse a essas condições eram muitos, de toda forma, o estigma

estaria posto. Algumas mulheres poderiam inclusive combinar mais de uma dessas *categorias* em suas trajetórias.

Eurídice não viveu esse infortúnio, ela se casou. Passou a fazer parte do grupo de sucesso, o das mulheres que se casavam, tornavam-se donas de casa e mães, abrindo mão de realizações individuais que não cabiam nas definições sociais da “boa esposa”. Seu marido, um funcionário do Banco do Brasil desempenhava o papel de homem provedor. Eurídice dedicava a maior parte do seu tempo ao cuidado com a casa, e a atenção ao marido e aos filhos. Algumas emoções marcam o seu comportamento durante sua vida após o casamento, as principais são o tédio, a desmotivação e a angústia diante no cotidiano da vida privada dedicada ao trabalho doméstico.

Tentou se dedicar mais aos filhos, mas essa era uma dedicação, digamos, estrábica. Com um olho ela vestia Afonso e Cecília para a escola, e com o outro se perguntava: *Será que a vida é só isso?* Com um olho ela ajudava as crianças com o dever, e com o outro se perguntava: *E quando eles não precisarem mais de mim?* Com um olho contava histórias, e com o outro se perguntava: *Existe vida além dos uniformes escolares, da memorização da tabuada e de todas as histórias da carochinha?* (BATALHA, 2016, p. 36).

Muitas mulheres devem ter feito a si perguntas como essas ao viverem a realidade do casamento e da maternidade em moldes tradicionais, em dias posteriores àqueles dos pontos de bordados e sonhos com o amor romântico. Essa ideia de casamento como realização do destino comum de todas as moças de família, tão difundida na primeira metade do século XX e enfraquecida, mas não ausente, nas décadas seguintes, levou muitas mulheres a viverem vidas dedicadas ao casamento, sem que vislumbrassem no horizonte social, caminhos a serem percorridos para um futuro emancipado. Por isso é importante que se compreenda as emoções e resistências dessas sujeitas na família, uma instituição que também se transforma com a História.

Nesse sentido, mais do que qualquer outra situação, as relações no casamento e na família reproduzem as atitudes, os comportamentos, de acordo com os valores das vidas envolvidas, valores esses construídos socialmente na inter-relação de cada um com seu ambiente sociocultural (MACEDO; KUBLIKOWSKI, 2010, p. 35).

A fantasia construída do casamento como ideal de felicidade e realização das mulheres, alinhavada em discursos educacionais, familiares, religiosos e políticos não se efetiva na realidade de todas. O investimento emocional nesse sonho fazia com que as expectativas fossem extremamente altas, entretanto, a outra parte envolvida nos casamentos heteronormativos tradicionais, os homens, não entram na relação com a mesma bagagem de sentimentos e obrigações. Direitos de decisão, obrigação de fidelidade, poder sobre os filhos, colocavam em textos legais ou na vida prática, homens e mulheres em posições assimétricas na relação conjugal. Mesmo que as mulheres já estivessem preparadas para a vivência da subordinação plena e feliz, no cotidiano, emoções como ciúmes; sentimento de estar sendo injustiçada; sensação de desvalorização, dentre outras, poderiam abalar a harmonia desenhada pelos contornos dos modelos rígidos das relações de gênero.

Diante disso, a personagem cria (re)existências no dia a dia. Ela cria projetos, coisas que se dedica a fazer, novidades que cria para si, como quem produz emoções para escapar do tédio. Ela cumpre suas funções como esposa, dona de casa e mãe, mas busca realizações individuais que possam ser conciliadas com as tarefas que já são atribuídas a ela pela definição tradicional dos papéis de gênero.

Eurídice enfrentava o cotidiano do casamento e da maternidade. A vida doméstica tinha uma organização rígida definida em função das dimensões de gênero. Eurídice tinha o domínio da casa em seus aspectos domésticos, de organização do dia a dia. Antenor, o marido, como bom provedor, tinha pouca familiaridade com o lar,

no qual passava menos tempo, e onde deveria ter suas vontades contempladas e ordens seguidas pela esposa e filhos. Cada qual, Eurídice e Antenor, buscavam cumprir seus papéis dentro da organização familiar, os papéis que lhes foram ensinados numa distribuição de tarefas e expectativas de comportamentos que discursos tradicionais tendem a naturalizar.

A primeira tentativa de Eurídice para vencer a monotonia foi cozinhar. Copiava e colava receitas. Comprava ingredientes e cozinhava para esperar o marido e filhos chegarem de suas tarefas fora de casa. Aprendia e criava receitas anotadas em um caderno, daqueles tão comuns nas cozinhas de tempos passados. Depois de certo tempo, organizou um banquete para contar ao marido sobre suas intenções:

“Olha aqui, Antenor”, ela disse aproximando o caderno do marido. “Anotei aqui todas as minhas receitas. Você acha que posso publicar?” Antenor encontrou ali uma desculpa para deixar o prato de lado. Deu um arrote discreto e folheou o caderno de notas. Eurídice esperou imóvel, ouvindo o farfalhar das folhas. Até o marido gargalhar. “Deixe de besteiras, mulher. Quem compraria um livro feito por uma dona de casa?” Aquela gargalhada entrou por um ouvido de Eurídice e nunca mais saiu pelo outro [...] O final daquela noite não foi diferente do final de qualquer outra. Mãe e filha retiraram os pratos da mesa, enquanto Antenor e Afonso foram para a sala ouvir a Rádio Nacional (BATALHA, 2016, p. 32).

Os saberes, talentos da esposa na culinária, para Antenor não passavam de obrigações femininas e qualquer ambição relacionada seria cômico. Destaca-se ainda no trecho supracitado, o fim da noite com as tarefas domésticas sendo realizadas por Eurídice e a filha, enquanto Antenor e o filho seguem para um momento de descontração com o rádio. Mesmo na infância, a divisão do trabalho pelo gênero já está posta, a organização familiar do dia a dia, dedicava

às meninas um treinamento prolongado para o dia que se tornassem esposas. Repetidamente essas performances de gênero ligadas ao trabalho, ocorriam no cotidiano de famílias, pois como argumenta Perrot, *o trabalho doméstico resiste às evoluções igualitárias* (PERROT, 2016, p. 115).

O trabalho feminino não remunerado e muitas vezes não valorizado fez e faz parte do cotidiano de mulheres que dentre outras atividades, lavaram; passaram; cozinham e costuraram para suas famílias. Na estruturação simbólica e discursiva que constitui valor ao macho provedor, esse trabalho por vezes definido como *leve*, é necessário à manutenção do lar e das pessoas que nele habitam. Tem sido desempenhado com desigualdades justificadas por noções de gênero conservadoras. Mesmo com direitos legais adquiridos por meio de casamentos e atualmente uniões afetivas, muitas foram e ainda são na prática, financeiramente dependentes. Na ficção, o sentimento de desvalorização social experimentado por gerações de mulheres é demonstrado: Ela sempre achou que não valia muito. Ninguém vale muito quando diz ao moço do censo que no campo da profissão ele deve escrever as palavras “Do lar” (BATALLA, 2016, p. 11).

A baixa autoestima é evidenciada na situação em que Eurídice imagina ou relembra um contato com alguém de fora de seu âmbito doméstico. Em sua elaboração mental o *moço do censo* a interpela com o questionamento sobre a profissão e então é desvelado seu descontentamento com o valor socialmente atribuído à sua ocupação com os trabalhos domésticos.

A costura foi o segundo projeto de Eurídice. Financeiramente dependente, precisou de alguns dias para convencer Antenor a comprar a máquina. A estratégia foi usar o que Batalha (2016) define como uma antiga técnica de guerrilha feminina: o combate por repetição. Falar, pedir, insistir, vencer pelo cansaço. Eurídice venceu. Comprou uma máquina *Singer* e aprendeu modelagens, cortes e costuras.

Muitas publicações destinadas ao público feminino traziam seções de bordados e de corte e costura, com ideias para modelagem

e o passo a passo para se produzir roupas para si e para a família. O *Jornal das Moças*, por exemplo, era uma das publicações que trazia esses suplementos, além de anúncios de cursos de corte e costura, tricô e bordado. A propaganda transcrita abaixo vendia um curso relembrando as condições para o trabalho feminino:

Aprenda em sua própria casa, nas horas livres, sem deixar suas ocupações habituais. Em pouco tempo será uma excelente modista, perfeitamente preparada para fazer qualquer trabalho, mesmo de alta costura (*Jornal das Moças*, 17 mai. 1951).

A *Singer*, marca da máquina comprada por Eurídice, foi fundada nos Estados Unidos no ano de 185, foi a primeira marca no segmento de máquinas de costuras que realizou uma produção de máquinas em série e incentivou desde o início seu uso doméstico (TAVARES, 2011, p. 18). A aquisição de máquinas de costura de uso que poderia ser privado contribuiu para a confecção e conserto de roupas em casa promovendo o desenvolvimento de habilidades e certa independência para reprodução e criação de peças. Dessa forma, além de costurar para suas famílias, muitas mulheres puderam ter uma fonte de renda sem precisar deixar o ambiente doméstico e os cuidados com a família que historicamente foram considerados atribuições femininas. Nos anúncios de cursos eram enfatizados que os mesmos eram rápidos, simples e que fariam o aprendizado garantiria que a aluna conseguisse fazer roupas que parecessem caras.

Aprenda a valorizar os recursos de sua singer... valorizando seus vestidos

Sua Singer faz bordados maravilhosos, sem qualquer acessório. A senhora poderá aprender a fazê-los com perfeição em um mês apenas, no curso Singer. Verá depois, como os mais simples vestidos de uso casual... As roupas de seus filhos... Ganharam mais encanto e parecerão modelos de alto preço. Matricule-se agora, e

aprenda a bordar rápida e facilmente... com os lindos e modernos pontos de sua Singer (Jornal das Moças, 19 jun. 1952).

A marca investiu em estratégias de publicidade que intencionavam incentivar um sentido de modernidade adquirido pelas mulheres que produziam suas próprias peças. Ser ou parecer moderno constituía um valor social importante e bastante utilizado em vários discursos nas décadas de 40, 50 e 60, claro também poderia ser mobilizado de maneira irônica para críticas a comportamentos diversos. A vaidade de ser considerada mulher bem vestida e mãe zelosa com a aparência das crianças também fundamenta a argumentação. Ainda aparece no anúncio, uma tentativa de provocar a leitora para que a mesma se compare à modelo que aparece desenhada, representando a mulher moderna, que gasta pouco e ainda assim mantém-se elegante.

Ela é moderna! Faz os próprios vestidos! Sim. É moderna e elegante, mas despende muito pouco com as próprias roupas, porque é ela mesma quem as cose. E, enquanto a senhora compra um vestido com quase idêntica importância, ela consegue mais do que um. Por que não a imita aprendendo corte e costura? É fácil e prático. A senhora e seus filhos andarão muito mais bem vestidos. Além do que, a arte de cortar, cozer e bordar é um magnífico apoio para os tempos de crise e vida cara. Qualquer pessoa pode facilmente aprender pelo método Singer nos modernos e bem equipados Centros Singer de Bordado, Corte e Costura (Jornal das Moças, 3 jul. 1946).

Eurídice conseguiu tantas clientes que precisou contratar ajudantes, mas o marido não estava ciente do seu projeto. Batalha (2016) explica que não foi difícil para Eurídice esconder seu novo negócio, a rotina do marido era previsível e em grande parte do dia fora de casa, ele compreendia os limites que não deveria ultrapassar no âmbito doméstico, para que assim se mantivesse o equilíbrio dos papéis de

marido e esposa. A possibilidade de Eurídice esconder um negócio que funcionava em casa e já contava com ajudantes contratados, pode ser explicada, pelos arranjos culturais nos quais a presença masculina no ambiente doméstico era restrita em relação a horários e funções.

A intimidade de Antenor com a casa era quase inexistente. Não sabia o que tinha na geladeira, nos gabinetes da cozinha e muito menos na pia. Não se preocupava com o conteúdo do aparador e só de vez em quando olhava a estante como sendo um pouco sua, por causa dos volumes de Monteiro Lobato que lia para as crianças. O resto era resto, e o resto era domínio de Eurídice. Ele estava ali para botar dinheiro em casa e para sujar os pratos e desfazer a cama, e não saber como as roupas tinham sido lavadas e como a comida tinha sido feita (BATALHA, 2016, p. 52).

Uma espécie de alienação masculina sobre assuntos cotidianos do lar era naturalizada e até bem vista. Reforçava-se por ela, a delimitação de espaços e a divisão do trabalho definidos para cada sexo. A ideia de harmonia familiar e felicidade conjugal dependia da adesão a esses padrões. Sobre isso, a Revista *O Cruzeiro* orientava:

[...] seu marido está no direito dele quando clama falta de ordem dentro de casa; se não tem jeito para seus serviços domésticos procure adquiri-lo. A mulher que relaxa a ordem dentro de casa dá prova não somente de estar menosprezando o conforto do marido, mas até demonstrando a falta de consideração por ele (*Apud* PINSKY, 2016, p. 222).

O casal, os filhos e filhas e até a vizinhança, sabiam das regras pelas quais os maridos deveriam se manter longe de casa em certos horários e também não ultrapassar certos territórios domésticos, como ensinava o *Jornal das Moças* pela sua pedagogia conjugal “O marido perfeito [...] não deve entrar na cozinha nem que o guisado

lhe atraia o olfato” (Jornal das Moças, 24 mai. 1945). A cozinha era um território feminino, a não ser em suspensões específicas do cotidiano.

Quando o marido soube do negócio de costuras que acontecia todos os dias na sala de casa, se sentiu ofendido e sentenciou com sua autoridade e argumentos baseados em determinações de gênero, o fim do novo projeto. Eurídice havia cruzado um limite importante no que se refere aos contornos das masculinidades vividas no período, subverteu os papéis, avançou em territórios que pela organização patriarcal pertenciam ao seu marido. “Foi achar que ele era homem de menos, porque a mulher trabalhava demais” (BATALHA, 2016, p. 52).

Eurídice deveria cuidar da casa e dos filhos e o marido trabalhar, ganhar o dinheiro e manter o sustento da família, afinal, ele era o provedor. Ela exerceu seu papel de submissão e abandonou as costuras na máquina Singer. O fim da era das costuras causou um grande custo emocional para Eurídice, que novamente teve que olhar para a própria insatisfação com o cotidiano sem projetos, mas com a rotina compartilhada por tantas mulheres.

Eurídice finalmente parou. Depois do projeto de costura ela parou em seu posto no sofá, de frente para a estante de livros. E ali ficou – meio songa, meio monga, meio morta. O silêncio que seguiu foi terrível [...] (BATALHA, 2016, p. 83).

Obviamente há nessa questão uma ponderação a ser feita, feminilidades e masculinidades não são produzidas e socialmente operadas de maneira isolada, elas ocorrem em relação com outros marcadores sociais, desse modo, a representação do homem provedor e da mulher dedicada ao espaço doméstico poderia ser mais ou menos rígida de acordo com a classe social. Pinsky (2016) ensina que:

O fato é que o relacionamento dos casais nas classes baixas era determinado em grande parte pelas condições

concretas de existência e seguiam regras próprias, mais flexíveis e igualitárias que as definidas nos matrimônios das elites (PINSKY, 2016, p. 778).

O que nos leva a uma questão, não se pode reduzir a diversidade de identidades femininas produzidas em diferentes circunstâncias, bem como, as opressões vinculadas a patriarcados distintos e as resistências costuradas no tecido cotidiano, a um conjunto homogêneo. Os Estudos de Gênero, assim como os imaginários feministas, devem estar sempre atentos às condições variadas de vida das mulheres que visam representar, defender e reconhecer. Desse modo, as interseccionalidades de eixos de subordinação e opressão operantes devem ser consideradas. Assim, mesmo essa rigidez para os papéis de gênero, ocorreu de forma distinta, em função, por exemplo, das necessidades de subsistência.

Ainda, buscando aprofundar nessa questão, no livro há uma personagem sobre a qual pouco se fala, mas que é fundamental para uma inferência dessa discussão sobre classe. Seu nome bastante significativo é “Maria das Dores” e ela trabalha como empregada doméstica na casa de Eurídice. Maria das Dores precisa trabalhar para criar os três filhos. Sua história nos relembra a importância das epistemologias e lutas feministas que buscam demonstrar como os patriarcados, os machismos, incidem de modos distintos em mulheres que vivem em tempos, lugares, condições sociais e étnicas diferentes. As angústias cotidianas ou as fantasias sobre o amor, teriam tido correspondência para mulheres diferentes em classe e raça, na época de rigidez relacionada às performances de gênero?

Maria das Dores, coitada, ganhou ainda mais dores. Para Eurídice sempre havia franzidos na cama já feita, risquinhos no piso encerrado, pentelhos no box lavado. Ela não se importava de começar a trabalhar às sete da manhã e de ir embora depois das oito da noite, não se importava em fazer todos os dias a mesma refeição

de arroz, feijão e músculo, não se importava em passar as blusas de linho e os ternos de casimira no quartinho dos fundos, que no verão atingia temperaturas de meios-dias equatoriais, desde que pudesse chegar em casa todos os dias para ver seus três amores. Maria das Dores era mãe de três filhos que se criavam sozinhos, que se alimentavam dos pratos que ela guardava no forno [...], Mas essa história não é sobre Maria das Dores. Maria das Dores inclusive só aparece por aqui de vez em quando, na hora de lavar a louça ou fazer uma cama. Essa é a história de Eurídice, a mulher que podia ter sido (BATALLA, 2016, p. 38).

Essa constatação não tem a pretensão de classificar ou hierarquizar opressões e sentimentos de mulheres, mas de reconhecer as opressões de gênero sempre operam condicionadas a outros marcadores sociais e identitários. Eurídice e Maria das Dores poderiam ter angústias em comum, no entanto, a condição econômica que as separava, também impactava em suas emoções e possibilidades de ser ou ter sido.

A atuação feminina no mercado de trabalho não foi uma invenção do século XX. As mulheres sempre trabalharam e muito, tanto no campo quanto na cidade, tanto em ambientes públicos quanto privados. Para as mulheres de classes mais baixas, o trabalho era uma realidade, inclusive tendo importantes papéis na Revolução Industrial. Não que o mundo do trabalho em sua dimensão pública fosse correspondesse à idealização das sociedades ocidentais sobre a vocação feminina, o que fica evidente na crítica de Jules Michelet “operária palavra ímpia” (PERROT, 2016, p. 119). A cultura burguesa, entretanto, consagrou um ideal de mulher reclusa que impregnou imaginários sociais e práticas no interior de organizações familiares.

Nas famílias nas quais a rigidez podia ser operada em toda sua força de enquadramento de sujeitos, os deveres de homem e mulher casados eram claros e serviam para nortear ações e até mesmo cobranças. É claro que sobre essas últimas, não havia exatamente

um equilíbrio, já que em tese, a mulher deveria ser submissa. Antenor relembra à esposa as regras do casamento que incluem a dedicação da esposa ao marido e aos filhos, para que ele, o provedor, tivesse tranquilidade para trabalhar. Dessa forma, uma organização social é mantida, tal organização fez parte de processos ideológicos tão socialmente arraigados que pareceram por muito tempo, naturais.

“Uma boa esposa não arranja projetos paralelos. Uma boa esposa só tem olhos para o marido e para os filhos. Eu tenho que ter tranquilidade para trabalhar, você tem que cuidar das crianças” (BATALHA, 2016, p. 53).

Essas regras eram conhecidas e deveriam ser seguidas. Eram mesmo entendidas como algo que vem de um “antes”, até mesmo, a-históricas. Supostamente nelas se baseava a existência da família como se compreendia. Homens e mulheres foram educados a partir de definições de gênero que estavam presentes em discursos familiares, escolares, religiosos e midiáticos. Essa performatividade garantiria a ordem e a harmonia. As regras eram muitas, mas em última instância, às mulheres cabia a submissão resignada e afetuosa. Já na década de 60 esses pressupostos ainda encontram força como se pode perceber no trecho transcrito abaixo, no qual uma esposa ideal é descrita como a que se transforma em função do homem com quem se casou, ela deve se moldar partir dos gostos do marido:

A esposa ideal, e feliz o mortal que a encontra, tem a capacidade de transformar-se, segundo o homem com o qual se casou [...] há caprichos que eles detestam; qualidades que apreciam quase unanimemente (Claudia, 1962 *Apud* PINSKY, 2014, p. 238).

Outro aspecto da composição da masculinidade fica evidente no que Batalha (2016) denomina como *noites de gelo e uísque*, Antenor bebia e se indignava por acreditar que Eurídice não havia se casado

virgem. Durante a lua de mel, o lençol não ficou sujo e Eurídice foi julgada como vagabunda. Após a crise de indignação e fúria na noite em que o lençol não ficou manchado, a questão fica silenciada, suspenso, ressurgindo nas noites de bebedeira do marido. São noites em que há uma interrupção do cotidiano, por motivos já conhecidos pelos dois e que demonstram a permanência de uma frustração masculina para com o ideal da mulher pura, virgem, intocada. Para Pinsky (2014), as razões para a importância da virgindade das mulheres, apresentadas em publicações dos anos 60, voltadas para o público feminino, seriam o respeito aos pais; lealdade ao marido; submissão à exigência masculina e empenho em não constranger o noivo.

Sozinha na cama, corpo escondido sob o cobertor, Eurídice chorava baixinho pelos *vagabunda* que ouviu, pelos *vagabunda* que a rua inteira ouviu. E, porque tinha doído, primeiro entre as pernas, depois no coração (BATALLA, 2016, p. 11).

Eurídice também buscou limitar a dominação do marido com suas estratégias de resistência ligadas à vida sexual. Depois dos dois filhos, começou a se mostrar indisposta, não tendo conseguido sucesso em dissuadir os desejos do marido, decidiu que seria a hora de engordar quilos e mais quilos. “Manter a linha” através de exercícios para afinar a cintura, por exemplo, eram recomendações comuns nas revistas femininas (SANT’ANNA, 2016, p. 110). Engordar significava nesse contexto, subverter obrigações com padrões de beleza estabelecidos para em alguma medida descumprir obrigações impostas às mulheres dentro do casamento, como ensinou o *Jornal das Moças*: “A mulher tem a obrigação de embelezar-se para o marido, que é o homem mais importante de sua vida” (*Jornal das Moças*, 29 out. 1959). A mudança corporal, para um perfil não valorizado pela cultura que exigia das mulheres, medidas rígidas para agradar seus maridos, infere a perda de desejo sexual e a necessidade de fazer-se indesejável, já que a demonstração de indisposição não foi suficiente.

Corpo, sexualidade, demonstração de afeto, as mulheres deveriam seguir sobre todos esses assuntos procedimentos que agradassem aos maridos e demonstrassem à sociedade sua honestidade. Nas condutas desejadas há imensa preocupação com o bem estar e a autoestima masculina, segundo PINSKY (2016) no *Jornal das Moças*, por exemplo, a possibilidade de descontentamento das mulheres com essa relação, só aparecia em tom de brincadeira. Mas no que se refere ao cuidado com a satisfação masculina, a publicação dedicava sérios e detalhados conselhos, como evidencia o trecho publicado em 1955:

Não se precipite para abraçá-lo no momento em que ele começa a ler o jornal; não lhe peça para levá-la ao cinema quando ele estiver muito cansado; não use sem bolero o vestido que ele acha muito decotado; não o interrompa quando ele começa a contar uma história; não o acaricie muito em público (*Jornal das Moças*, 3 mar. 1955).

Transformações no que se refere à industrialização e urbanização marcam as décadas de 50 e 60 no Brasil. Essas mudanças também acontecem nos comportamentos, costumes e modismos que deixam de ser dominantes ou passam a circular pelas cidades brasileiras. Na década de 60 chegaram ao país as influências dos movimentos feministas e de libertação sexual. A sexualidade passou por um deslocamento de sentidos e começou a ser tratada principalmente como fenômeno social. As reações de setores conservadores não tardaram e críticas foram feitas por cidadãos comuns, agentes religiosos e governamentais, buscando resgatar a moralidade da sociedade brasileira. Essas e outras mudanças culturais tiveram impacto na compreensão das relações entre homens e mulheres e também nas organizações familiares. As mulheres cada vez mais observavam e questionavam essas estruturas, como argumenta Judith Butler sobre a visão de Sartre:

Para esse sujeito masculino do desejo, o problema tornou-se escândalo com a intrusão repentina, a intervenção não antecipada, de um “objeto” feminino que devolvia inexplicavelmente o olhar, revertia a mirada, e contestava o lugar e a autoridade da posição masculina. A dependência radical do sujeito masculino diante do “Outro” feminino expôs repentinamente o caráter ilusório de sua autonomia (BUTLER, 2017, p. 8).

Décadas mais tarde, outras sensibilidades, expectativas, configurações identitárias, fantasias, emoções e desejos sexuais, demandaram que entendêssemos que os olhares dos feminismos deviam ir além da oposição homem e mulher, como categorias estáveis. O percurso, contudo, ainda está sendo aberto por sujeitos que atuam de diferentes maneiras e com diferentes olhares sobre o tema.

Em meio ao contexto de transformações sociais e agitação política dos anos 60, Eurídice começa seu último projeto, o ensino superior. Ele é precedido de um enorme interesse por livros e escritas. A personagem chega à universidade e entra no curso de História. Ela nessa época já era uma mulher casada há muitos anos e com filhos já na juventude. Sente-se distante da família, sabe pouco sobre os filhos e volta-se para si. Como tantas mulheres, começa a gastar tempo consigo quando os filhos não dependem mais de seus cuidados diários.

Era a aluna mais vibrante do primeiro ano, a aluna ligeiramente vibrante dos segundos, a interessada do terceiro, e a cética no quarto. Continuava escrevendo muito, e foi com Chico em algumas passeatas estudantis que aconteceram depois de 64 (BATALHA, 2016, p. 184).

O olhar vago, perdido, que conota sentimentos de angústia e depressão que muitas vezes ao longo do livro, Eurídice lança à estante de livros, se transforma. Já no final de sua jornada, as estantes de livros são ressignificadas, o vazio existencial é preenchido com

mais um projeto, mais uma tentativa de sentir a emoção de realizar, ter uma identidade que não seja em função de alguém, como mãe e esposa. A personagem volta para si, mas também busca relacionar-se com o mundo, sua personalidade se transforma, mantendo as contradições que são partes da formação dos sujeitos.

Depois do golpe de 64, Eurídice passou a escrever com mais raiva, o que se pode deduzir pela intensidade dos *tectecs* na máquina. Mandou alguns textos para o Jornal do Brasil, que nunca foram publicados. Alguns anos depois, quando um novo jornal chamado O Pasquim foi lançado, ela também tentou contribuir, mas nunca obteve retorno. [...] Com uma filha que se mostrava cada dia mais diferente, um filho que só era dela porque saiu dentre suas pernas e um marido que só se achegava para beijos na testa, Eurídice voltou-se ainda mais para dentro de si, e para dentro do escritório com estantes de livros até o teto, onde passava a maior parte do dia. Nunca tirou a medalhinha de Nossa Senhora do peito, mesmo quando deixou de acreditar em Deus (BATALHA, 2016, p. 185).

OUTRO LADO DA OPRESSÃO: AS DORES COTIDIANAS DAS MULHERES PERDIDAS

Além da solteirona como figura de destino triste e indesejável, já discutida neste texto, outras figuras de mulheres fora do casamento também despertaram a ira da sociedade que espreitava o comportamento de mulheres para assim classificá-las. No romance que é fonte desta escrita, o sofrimento que tem motivos opostos ao de Eurídice, é o vivido por Guida, que representa as mulheres que de algum modo não seguiram todas as regras. A harmonia doméstica ostentada por tantas famílias adeptas de valores tradicionais equilibrava-se em um tenso reconhecimento das relações de dominação e subordinação no espaço privado. Situações como a flauta de Eurídice, por mais que gerassem

conflitos e descontentamentos, costumavam ter como solução final a decisão do pai. Tempos depois, com as meninas já crescidas, essa harmonia construída pela subordinação cotidiana, foi rompida, com o desaparecimento da irmã mais velha.

A fuga de uma jovem, assim como uma gravidez indesejada, especialmente na primeira metade do século XX, faziam parte do conjunto de ações compreendidas no termo “mau passo”, que poderiam levar uma “moça direita” à “perdição”, termos de um vocabulário repetido em cotidianos e que faziam parte dos controles e classificações das mulheres na sociedade brasileira, classificações sempre pautadas no controle da sexualidade. Um evento como esse, considerado um infortúnio abalava psicologicamente e socialmente, instaurava-se no lar o peso do julgamento social. Ela fugiu com um rapaz, negando à sua família a possibilidade da celebração do grande dia. Realizar um casamento ia além de uma comemoração, significava cumprir um compromisso social, vencer uma etapa da vida honesta. Apaixonada, Guida se casou e foi viver um grande amor. Passados os tempos de lua de mel e chegadas as dificuldades financeiras, foi abandonada pelo marido quando estava grávida.

Manter as aparências e a aliança no dedo, anunciar aos vizinhos que era viúva e que buscava um emprego. Precisava conseguir trabalho antes que a barriga ficasse aparente. Quando o empregador descobrisse a gravidez seria tarde demais, e não teria coragem de demiti-la. Depois do parto ela encontraria alguém para ajudar com o bebê e voltaria a trabalhar (BATALHA, 2016, p. 105).

Há nesse ponto a ruptura da fantasia de um amor que supera qualquer dificuldade, como tantas moças, Guida teria que lidar com o peso de suas trajetórias fora dos padrões. A partir de então, ela passa a enfrentar discriminações que uma mulher com um filho e sem marido estava sujeita na primeira década do século XX. Apesar do Código Civil de 1916 já permitir o desquite, os processos para sua

realização, bem como as representações sociais para os sujeitos que dele tomavam parte, especialmente se fossem mulheres, eram complexos. A opressão, o desprezo social vivido por essas mulheres acabavam impondo a elas desafios e dificuldades, bem como fomentando em outras, um sentimento de medo de viver essa mesma situação.

O Código Civil de 1916 introduziu no Brasil o desquite, um artifício encontrado pelos divorcistas para aplacar um pouco os ânimos dos antidivorcistas. O desquite permite a separação de corpos e põe fim ao regime matrimonial de bens, entretanto, a pessoa desquitada não pode casar novamente, pois o vínculo conjugal continua a existir (CORTÊS, 2016, p. 268).

Para evitar situações como essa, as famílias produziam e reproduziam regras e códigos que faziam parte da manutenção dos ideais femininos para conservação das estruturas sociais. Incentivava-se o recato e a discrição, tudo isso para que as jovens chegassem dignas ao momento de triunfo feminino, o casamento. Devia-se tomar cuidado com os comportamentos e atitudes que pudessem trazer prejuízo à moral feminina, pois, as moças mal faladas teriam dificuldades de encontrar bons maridos. Era prerrogativa masculina a escolha das mulheres e de acordo com essas regras, selecionariam as mais honestas e em alguma medida que se adequassem aos padrões de beleza impostos.

As moças de boa moral e boa família tinham que seguir regras de conduta e sabiam que estavam sempre sob a vigilância da família e da sociedade. A vida da boa moça deveria voltar-se para sensibilidades e projetos que não escapassem aos moldes pré-estabelecidos. Como já discutido, sonhar com o casamento e preparar-se para ele, desenvolvendo habilidades consideradas femininas faziam parte das sensibilidades incentivadas para as moças.

Guida já sendo uma mulher *perdida*, conhece Filomena, uma ex-prostituta que ao perder os dentes e a beleza começou a trabalhar

cuidando de crianças para que as mães pudessem trabalhar. As duas tornaram-se amigas e sócias. Prosperaram financeiramente. Formaram de alguma maneira um arranjo familiar diferente dos considerados como “boas famílias”, um arranjo de *perdição*: duas mulheres sem marido, um filho e um grupo de crianças deixadas por suas mães que se dividiam entre os trabalhos no lar e no espaço público. A amizade das duas infere a solidariedade entre mulheres que por diferentes caminhos e vivendo distintas identidades, viviam uma condição de subalternização dentro da sociedade entre as. Essa subalternização encontra-se fundamentada na desconfiança e ou reprovação que suas condutas sexuais ainda despertavam nos anos 50 e 60, ainda seria longo o percurso por abertura que teria como símbolos pílulas e minissaias.

Guida resiste e por meio de um feminismo prático, sem vinculações a leituras teóricas ou atividade militante, ela busca subverter no dia a dia o impedimento social de viver uma vida com o filho, sem um marido. Mulheres que viveram a maternidade fora de um casamento visível eram alvos da sociedade vigilante, sua maternidade era observada, julgada e transformada em exemplo a ser evitado.

Quem disse que não podia criar aquele filho sozinha? Pois estava criando, ninguém podia negar. A moça voltou a andar com costas eretas e cabeça alta, usando as estreitas calçadas da Estácio para destilar orgulho. Tanta segurança deixava os homens atordoados. Guida passava e eles não conseguiam fechar a boca. Aproveitavam os lábios abertos para emendar um convite para sair, que só servia para Guida virar o rosto, fechar os olhos e desconversar (BATALHA, 2016, p. 113).

No decorrer do romance, a história de Guida nos permite abrir caminhos de reflexão acerca da presença feminina em espaços públicos, nos mundos do trabalho e sendo ela mesma provedora do sustento familiar. Ela vive violências físicas, psicológicas e simbólicas,

por ter sua moral questionada, em função de não vive um casamento e ter um filho. Sua presença levanta desconfiança e ela precisa encontrar desculpas para sua maternidade. A partir da estrutura de pensamento existente, a qual a honestidade de uma mulher era medida por sua conduta afetiva e sexual, conseqüentemente, as violências e discriminações eram socialmente justificadas em discursos diversos que circularam por vários espaços da sociedade. Sendo o casamento indissolúvel, devia-se evitar contato com divorciadas e separadas, consideradas maus exemplos. Reforçava-se o medo das “perdidas” (PRIORE, 2014, p. 53).

Se os filhos eram desejados e coroavam o sucesso de um casamento, fora dele a situação era oposta. O futuro de uma mulher que engravidasse sem estar casada era obscuro. A função biológica reprodutiva, no matrimônio, era revestida de sacralidade e respeito social, fora dele, era motivo de desonra para as famílias das mulheres. As dificuldades enfrentadas por Guida encontram correspondentes históricos que se fazem presentes inclusive na memória individual, que nos faz recordar de relatos sobre mulheres que foram expulsas de casa ou tiveram que esconder de algum modo uma maternidade socialmente condenável. Apesar da possibilidade social do casamento como reparação existir, o impacto de uma gravidez indesejada era muito maior sobre as mulheres.

Quando Filomena adoecer, as coisas se complicam. Guida chega a trocar favores sexuais por remédios. Depois de um tempo de importunação, ela ameaça chamar a polícia, o homem responde com deboche, dizendo que o delegado riria da moça. Ele tem certeza de que sua denúncia não seria levada a sério. O percurso feminino em busca de leis que considerassem as mulheres em condições de igualdade social e também reconhecesse as especificidades das violências sofridas foi cheio de percalços. A conquista de direitos civis, políticos e sociais foi lenta e marcada por avanços e retrocessos. Sem entrarmos na discussão da submissão total imposta pelo Código Filipino, conjunto de leis que representava valores da época em que foi escrito e adotado,

o Brasil teve oito constituições desde 1824 e na maioria delas é possível que se perceba os desequilíbrios de direitos e deveres entre homens e mulheres.

Se nos textos de lei, como o Código Civil, Constituição, as mulheres estavam em condições desfavoráveis, nos discursos jurídicos e midiáticos sobre as violências praticadas contra as mesmas a situação não era muito diferente. A violência contra as mulheres não era reconhecida como uma questão a ser socialmente debatida e combatida. Não foi incomum que muitas vítimas de casos mais graves e que acabaram em tribunais e veículos de comunicação, acabassem tornando-se *rés* nos discursos da sociedade, que examinava criteriosamente suas condutas sexuais e morais. Desse modo, as ações de violência proliferavam contra mulheres de diversas classes e em distintos espaços, sendo legitimadas como parte da ordem *natural* estabelecida.

Legitimada pela ideologia patriarcal, institucionalizada e garantida por leis, a dominação masculina fez do espaço do lar um *locus* privilegiado para a violência contra a mulher, tida como necessária para a manutenção da família e do bom funcionamento da sociedade. Uma moral sexual dupla – permissiva para com os homens e repressiva com as mulheres – atrelava a honestidade da mulher à sua conduta sexual (LAGE; NADER, 2016, p. 287).

As mulheres estiveram sujeitas às classificações e discriminações em função de seus afetos, de sua sexualidade e maternidade. Vivendo o âmbito doméstico ou participando da vida pública, elas foram expostas a julgamentos que em alguns casos, desencadearam solidão, exclusão social. A sociedade vigilante estava atenta aos sinais que indicassem que uma mulher não era honesta e elas sabiam disso, seus sentimentos e ações eram constantemente interpelados pela ideologia que definia caminhos corretos. Tais classificações também afetavam as possibilidades de trabalho e sustento dessas mulheres e seus filhos quando houvesse. A pobreza material e a discriminação

social acarretavam sentimentos de dor, desespero e revolta nelas e em seus filhos e filhas. A frustração sentida também é medida em dias de trabalho nos quais a personagem vivia sentimentos de descontentamento por ter que cuidar da vaidade de outras mulheres.

O vidro com o elixir espatifou-se, formando no chão uma poça vermelho-escura. Por dois segundos Guida pensou em chamar o filho para lamber o remédio que salvaria a vida dele, e a dela. Ali estavam oito dias de trabalho no salão. Oito dias penteando o cabelo de outras mulheres e pintando unhas que não eram suas. Oito dias mentindo para as clientes – “você está linda com este penteado”, “que mãos tão longas a senhora tem” [...] Ela poderia ter ficado sentada no vaso do banheiro por meia hora ou hora e meia, lamentando pelo elixir derramado, se não tivesse assuntos mais importantes com que se preocupar (BATALHA, 2016, p. 126).

Na rotina repetitiva de muitas mulheres, entre os serviços domésticos, cuidados com filhos e trabalho fora de casa, não cabia o tempo do lamento. Diferentemente de Eurídice, que passava horas olhando para a estante de livros sem ver nada, Guida precisava tomar providências e garantir as necessidades básicas do filho que crescia e começava a entender o peso de viver fora das normas e padrões estabelecidos. A linguagem que despertou o desconforto do menino expressa como eram tratadas mulheres que viveram à margem das normas de gênero, que dentre outras definições, estabelecia que a maternidade deveria se constituir dentro do casamento tradicional:

Apesar dos pirulitos e carinhos e mingaus, Chico foi crescendo meio revoltado por ter uma vida boa, mas não era a certa. Por ter duas mães tão doces quanto renegadas. Por que aquela mulher tinha soltado um cuspe junto com uma marafona ao ver Filomena na rua? Por que naquele dia na feira, chamaram sua mamãe

Guida de mulher da vida, e por que sua mamãe ficou tão brava quando ele perguntou qual era o problema de ser da vida em ser uma mulher da vida, já que todas as mulheres eram de vida, e não de morte? (BATALHA, 2016, p. 117).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Várias instituições sociais ao longo da História atuaram na produção e na reprodução das representações e práticas de gênero. O gênero é composto por normas sociais com relações que são definidas e compreendidas historicamente. No período discutido neste texto, felicidade conjugal, a essas normas de conduta, maternidade e dedicação à família eram atravessadas pelos gêneros. Em contraposição aos ideais de sucesso feminino projetados nas imagens da boa esposa e boa mãe, havia a inadequação social representada de diferentes maneiras por mulheres como as *solteironas* e pelas *perdidas*.

Emoções opostas em discursos públicos ou em conversas de portas fechadas no ambiente doméstico foram criadas e reproduzidas sobre a adequação e a inadequação ao projeto do casamento seguido pela maternidade como auge e dever femininos. A felicidade seria garantida em um casamento no qual a mulher entendesse as diferenças entre os sexos e seu papel de submissão afetiva. Um mundo fantasioso em que toda mulher se sentiria plena ao ter essas vivências, era construído durante anos de aperfeiçoamento de prendas domésticas recato e docilidade. Por outro lado, medo, fracasso, ridicularização, estigmatização, e solidão eram utilizados na construção das imagens das dissidentes, com objetivos implícitos de exemplaridade.

A adequação a esse modelo ganhou contornos quase cívicos, como se a constituição de uma cidadania plena, dependesse do compromisso assumido com esse pacto social. Com pesos diferentes, em função das interseccionalidades de classe, raça e idade, essa imposição do casamento como destino manifesto da vida das mulheres teve sua hegemonia rompida em um tempo recente, por isso, ainda

circulam atualmente, as cobranças às mulheres que não se interessam pelo casamento e pela maternidade. Inseridas no casamento pré-estabelecido fonte de felicidade e realização, ou fora do mesmo, classificadas a partir dessa condição, gerações de mulheres durante boa parte do século passado, sentiram o peso das normas de gênero socialmente impostas.

Nas últimas décadas os movimentos feministas, tão importantes nas conquistas femininas das mulheres brasileiras ao longo do século XX, têm ampliado debates e agendas. Tornou-se necessário discutir além da existência das mais diversas formas de tornar-se mulher, a produção discursiva e identitária desses sujeitos sociais, bem como questões de representatividade e reconhecimento político. Como argumenta Butler (2017), o sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis e permanentes. Cada vez mais, a variedade de mulheres é acrescida por demandas sociais e lutas por autodefinição e reconhecimento. No campo da História, os Estudos de Gênero que mantêm vínculos com debates contemporâneos da sociedade e busca historicizar os processos de generificação dos corpos e comportamentos, pesquisas lançam olhares para a complexidade e diversidade de identidades que os feminismos hoje devem representar. As mulheres cis; trans; heterossexuais; homossexuais; trabalhadoras remuneradas formais e informais; donas de casa; instruídas; cultas; de todas as classes; periféricas; brancas, negras, indígenas, todas essas identidades se ainda não foram, devem ser incluídas nas narrativas da História.

Antes de chegarmos a essa configuração dos feminismos, contudo, mulheres comuns, criaram meios de (re)existir em meio a violências, à condenação de seus comportamentos em função do gênero, ou à invisibilidade social quando seguiam a todas as normas recomendadas pelo discurso tradicional, costuraram insubmissões em tecidos cotidianos. Nossos desafios atuais ainda guardam relações com as trajetórias dessas mulheres enquanto coletividade, portanto, reconhecer os muitos meios de opressão e os sentimentos e resistências

por eles desencadeados, nos permite perceber as camadas de passado existentes nas identidades e conquistas do presente vivido. Alguns dos nossos desafios de hoje, nos demonstram a insistência presente na cultura histórica de justificar as desigualdades de gênero por meio da naturalização de formações culturais e históricas e da manipulação discursiva de emoções e exemplos estereotipados. Por isso, precisamos levantar em pesquisas, ensino e mesmo em nossas relações de pessoais o questionamento de Scott (2020), *se existe grande consternação sobre o gênero, que ideias e instituições políticas estão buscando legitimação na “verdade” duradoura da diferença de sexo?*

REFERÊNCIAS

AMATO, R. C. **Revista HISTEDBR** [Online], n. 27, p. 210-220, Campinas: set. 2007. ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/27/art17_27.pdf. Acesso em: fev. 2019.

BATALHA, M. **A vida invisível de Eurídice Gusmão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GRANDESSO, M. A. Família e narrativas: histórias, histórias e mais histórias. In: CERVENY, C. M. (org.). **Família E**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

LAGE, L.; NADER, M. B. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (orgs.) **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2016.

MACEDO, R. M.; KUBLIKOWSKI, I. Família e Gênero. In: CERVENY, C. M. (org.). **Família E**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

NORA, P. **Entre memória e história**: o problema dos lugares. São Paulo: Prof. História, 10 dez. 1993.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2016.

PRIORE, M. D. **Histórias e conversas de mulher**: amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história: São Paulo: Planeta, 2014.

ROSEMBERG, F. Mulheres educadas e educação de mulheres. *In*: **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

SCOTT, J. W. Gênero e as políticas da história: trinta anos depois. *In*: SOARES, A. C.; ZARBATO, J. A. **História das Mulheres no Centro Oeste**: Trajetórias e Desafios. Campo Grande, MS: Life Editora, 2020.

TAVARES, A. M. **Evolução do design das máquinas de costura Oliva no contexto da sociedade feminina portuguesa entre 1948 e 1972**. Prof^a. Dr^a. Isabel Maria Dâmaso Rodrigues (orientadora). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes 2011.

Internet

Correio Brasiliense: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/09/24/interna-brasil,789307/bispo-edir-macedo-diz-que-mulher-nao-pode-ter-mais-estudo-que-o-marido.shtml>
Acesso em: jun. 2021.

Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional Digital Brasil: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031>
Acesso em: jun. 2021.

*Gênero, política e utopia na
literatura fantástica: a escrita
de três autoras brasileiras,
entre o final do século XIX
e metade do século XX*

Danielle Silva Moreira dos Santos⁴⁶

AS RELAÇÕES DE GÊNERO: ENTRE OS CÂNONES
HISTORIOGRÁFICO E LITERÁRIO.

As inquietações que me conduziram a elaboração desse capítulo surgiram por volta de 2017, quando ainda estava escrevendo minha dissertação de mestrado. Naquele momento identifiquei que a ausência

46 GEPEG/Universidade Federal de Goiás

das escritoras goianas na historiografia não condizia com a intensa participação política e cultural delas no interior do Brasil no século XX, como pude constatar através dos jornais que consultei. Um desses jornais intitulado jornal *O Lar* foi escrito por mulheres em Goiás entre 1927 e 1932. Nele colaboraram várias escritoras goianas. O periódico defendeu a educação feminina e estimulou a produção intelectual com o propósito de incentivar desempenho adequado das mulheres dentro e fora do lar.

Apurei que esse apagamento que recaiu sobre as escritoras ocorria com intensidade com aquelas localizadas fora do eixo Rio-São Paulo, considerado o epicentro letrado do país. Identifiquei ainda um perverso silêncio imposto às mulheres que escreveram obras “não realistas” que, convencionalmente são chamadas de literatura fantástica, uma vez que a poesia sempre foi consagrada como o gênero literário mais adequado para as mulheres. Passei a me questionar onde estariam as mulheres que escreveram literatura fantástica. Em Goiás encontrei uma primeira autora que se dedicou a essa modalidade e seguindo esse rastro fui me deparando, felizmente, com mais nomes, como Adalzira Bittencourt e Emília de Freitas.

A despeito dos avanços nas discussões, que se intensificaram a partir da década de 1990 impulsionadas, especialmente pelas mobilizações feministas⁴⁷, ainda existe uma forte tendência por parte das historiadoras e historiadores a apagar as mulheres da História ou ainda em escrever a história de uma maneira, supostamente, “assexuada”, ou seja, desconsiderando a importância das sexualidades e das relações de gênero na pesquisa e na produção histórica. Contudo, as teóricas do

47 Os movimentos feminista e *gay* da segunda metade do século XX foram fundamentais para chamar atenção e iniciar uma mudança profunda no conhecimento humano. Mesmo que eles não tenham alcançado todos os seus objetivos, ainda assim causaram um impacto cultural e funcionaram como um “trampolim histórico” que possibilitou as atuais pesquisas sobre gênero (CONNEL; PEARSE, 2015).

gênero como Joan Scott e Judith Butler e outros pensadores e pensadoras têm sido bem-sucedidas em apontar que nenhuma história é escrita de forma assexuada, e que a linguagem e as instituições são atravessadas por relações de gênero.

Sabemos quanto o feminismo, o movimento de mulheres e o de *gays* e lésbicas têm contribuído para que as reflexões sobre gênero sejam implementadas de forma interdisciplinar. O campo historiográfico, entretanto, tem sido um dos mais resistentes. A acusação de ser uma “história militante”, portanto, não “científica”, continua a assombrar, mesmo quando há muito já se abandonou a certeza da neutralidade. É ainda interessante refletir como, da mesma forma, outras categorias como “classe”, “raça/etnia”, “geração” também são tributárias de movimentos sociais e, obviamente, ligadas a contextos específicos; no entanto, não parecem sofrer a mesma “desconfiança” e desqualificação (PEDRO, 2011, p. 270).

Apesar de toda a resistência, as relações de gênero são componentes fundamentais das estruturas sociais e, portanto, não podem ser negligenciadas. O gênero não é apenas reflexo de conjunturas corporais e reprodutivas. Porém, é partindo de diferenças biológicas naturalizadas, que o gênero foi se tornando um dispositivo demarcador das relações de poder, interferindo nas noções de desigualdades, instituindo representações, estruturando discursos e norteando práticas. Por outro lado, longe de simplesmente sofrer passivamente os efeitos dessas relações de poder em seus corpos, os sujeitos, às vezes até de maneira paradoxal, também participam dessas construções, atribuindo sentido às suas experiências.

Nesse contexto, toda uma epistemologia heterossexual transformou as diferenças de gênero em desigualdades, tudo aquilo que é atribuído e associado às mulheres sofreu e, ainda sofre, um processo de inferiorização e silenciamento. “A construção histórica desses silêncios foi amplamente alimentada pelo modo como a própria

História e a Literatura, por exemplo, foram constituídas como campos de conhecimento” (CARGNELUTTI; REIS, 2017, p. 47). Partindo das considerações da professora Rita Terezinha Schmidt (2019) podemos perceber que história da literatura no Brasil, um dos campos com o qual eu dialogo, é um exemplo significativo do quanto masculinizada e excludente, podem vir a ser as narrativas sobre o passado⁴⁸. “As figuras do pensador, do crítico e do escritor definiam o lugar do sujeito que fala em nome da cultura e da cidadania a partir de uma lógica conjuntiva [...] de cunho universalista, em sintonia com a racionalidade progressista da coesão social” (SCHMIDT, 2008, p. 65).

A partir do século XIX as mulheres tiveram maior acesso à leitura e a escrita, especialmente as mais abastadas. Contudo, pairava uma desconfiança e um desconforto perante esse contato cada vez mais íntimo entre mulheres e livros. A sociedade temia que a leitura pudesse estimular o que existia de pior na “natureza feminina”, além de afastá-las das funções que eram consideradas, verdadeiramente, suas. “Imaginava-se que elas eram governadas pela imaginação e inclinadas ao prazer e, como não tinham ocupações sólidas, nada as afastaria das desordens do coração – e das desordens do corpo, que são as piores” (ABREU, 2006, p. 102). A própria literatura, em muitos

48 A escritora cearense Raquel de Queiroz (1910-2013) foi a primeira mulher a conseguir ingressar na Academia Brasileira Letras. Antes dela houve outras tentativas frustradas, como explica Talita Michelle de Souza, “a Academia Brasileira de Letras recusou a participação das escritoras por muito tempo, há muitos documentos que reforçam a exclusão de mulheres como membras a participantes ativas da Academia Brasileira de Letras. Citando Amélia de Freitas Beviláqua (1860- 1946), escritora, jornalista, ativista nos direitos das mulheres no Brasil, passou por uma situação desanimadora, em 1930 entrou com o pedido formal para participar de modo eficaz e teve o seu pedido indeferido sob a justificativa que a entidade preferia membros do sexo masculino. Apesar das portas fechadas, Amélia produziu inúmeros contos, novelas, romances, poesias, artigos, publicados em várias partes do Brasil como, por exemplo, Rio de Janeiro, Bahia, Piauí e Pernambuco” (2017, p. 60).

aspectos, buscou reforçar um suposto vínculo natural e sagrado entre mulheres, casamento e família. Elas eram coagidas a acreditar que aquela que contrariasse essas normas, e rompessem com esse elo, seria culpada pela instauração do caos e da desordem na sociedade e estaria condenada à infelicidade (SOARES, 2009).

No Brasil, o discurso médico do século XIX é transposto para a literatura. Muitas vezes se recorre à astúcia e maldade do demônio como causa da melancolia feminina e causadora da histeria. As personagens histéricas são enfermas, órfãs, sugere-se que a causa da enfermidade seja ausência ou quebra do lar. A cura está no casamento na procriação na aceitação das normas estabelecidas. [...] Machado de Assis, o maior dos nossos escritores, retrata esta mulher especialmente encontrados como *A missa do galo*, *A cartomante*, *Causa secreta* e no seu clássico *Dom casmurro* (COLLING, 2021, p. 59)⁴⁹.

Esses discursos que misturaram religião, moral e medicina dificultaram, mas não impediram que algumas mulheres vislumbrassem a escrita como uma atividade a qual elas poderiam se dedicar. Contrariando as falas que ameaçavam que isso acarretaria um prejuízo para a “feminilidade”, elas, que até então eram representadas na literatura como personagens, passaram a assumir um lugar como autoras. Ocupando espaços e se impondo como criadoras, não apenas como criaturas.

Porém, havia alguns obstáculos. Alcançar legitimidade e reconhecimento público era um percurso sinuoso, se considerarmos que “os critérios de valor estético não estão isentos de juízos religiosos, políticos ou até mesmo do jogo de disputa ou solidariedade” (FERREIRA, 2009, p. 70). Isso nos ajuda a compreender o fato de várias escritoras, especialmente ao longo do século XIX, usarem

49 Grifos da autora.

pseudônimos como tática de resistência na intenção de diminuir os julgamentos⁵⁰. Era muito comum que a crítica se dirigisse de forma mais severa e ácida contra obras escritas por autoras. Não foram raras as situações em que essas obras foram condenadas ao esquecimento, apenas em razão de terem sido produzidas por mulheres. Apenas recentemente essas obras têm se tornado objeto de pesquisa na história, e devemos nos perguntar, por que houve esse atraso em reconhecer a importância histórica e literária dessas obras?

Márcia Abreu explica que “a qualidade literária do texto não é critério absoluto [...], mais do que o texto, são os conhecimentos prévios que temos sobre seu autor, seu lugar na tradição literária, seu prestígio, etc., que dirigem nossa leitura” (2004, p. 49). Uma série de exemplos que a autora apresenta em *Cultura Letrada: Literatura e leitura*, nos permite perceber que alguns livros se tornam sucesso em um determinado contexto histórico apenas em razão de terem sido produzidos por autores já consagrados e reconhecidos pelo cânone. Isso denota que a “régua” que mensura o “valor” literário de uma obra não é neutra. Dessa forma começamos a compreender o porquê de tantas mulheres e outros sujeitos marginalizados e invisibilizados pela história, não serem facilmente encontrados dentro do cânone literário. É porque eles foram colocados de fora.

A POLÍTICA DAS EMOÇÕES E OS CORPOS POLÍTICOS

Ana Maria Colling e Maria Izilda Matos exploram brilhantemente a maneira como o corpo feminino foi objeto de análise de uma tradição científica Ocidental que considerado que as mulheres são

50 Cito o exemplo de Nísia Floresta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), professora brasileira defensora dos direitos educacionais das mulheres que publicou em 1832 a obra *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, inspirada em Mary Wollstonecraft (1759-1797) autora da obra *Uma reivindicação pelos direitos da mulher* (1792).

anatomicamente, fisiologicamente e mentalmente inferiores aos homens, e isso foi usado como justificativa para impor a sua submissão.

Para este discurso médico, o útero é o órgão que dá identidade à mulher, e explica as características de uma fisiologia e de uma psicologia vulnerável. A “sufocação da matriz” ou “fúror uterino”, movimentos extraordinários do útero, que tal como um animal se agita por todo lado tem convulsões violentas, é origem da histeria. A causa do ataque histérico é sempre a mesma: um vapor venenoso produzido pela matriz e que, ao passar pelas artérias e pelos poros do corpo, lesa o organismo até o cérebro. Esta sujeição da mulher ao seu sexo transforma-se em submissão necessária ao homem. [...] Conforme [Françoise] Héritier não se trata de um pensamento individual falocrática influenciado pelos estereótipos da época, mas a expressão construída sobre forma erudita, de um discurso médico herdeiro de Aristóteles [...]. O pensamento médico, em nome de um determinismo natural, confina a feminilidade a uma esfera que a ordem social lhe destina: a mulher feliz das virtudes e dos valores eternos (COLLING, 2021, p. 57).

O conhecimento médico parte do princípio de que “corpos femininos” não são considerados aptos a exercer atividades que demandam criatividade e raciocínio. Esse mesmo discurso descrever o corpo como um inimigo das mulheres, com o qual elas devem passar a vida buscando domar e controlar, se manter longe dos livros e dos trabalhos intelectuais e próximas aos afazeres domésticos e deveres familiares é prescrito como o mais recomendado.

O cérebro e os ovários não poderiam desenvolver-se simultaneamente, de modo que as atividades intelectuais femininas poderiam produzir um ser débil, nervoso, estéril – e talvez, pior ainda, poderiam gerar crianças doentes ou malformadas. Nesse sentido, as jovens não deveriam abusar das atividades intelectuais,

canalizando suas energias para o perfeito desenvolvimento de suas faculdades reprodutoras (MATOS, 2005, p. 53).

O conhecimento médico parte do princípio de que “corpos femininos” não são considerados aptos a exercer atividades que demandam criatividade e raciocínio. Em contrapartida, esses corpos para se manterem longe de qualquer distúrbio, deveriam estar sempre à disposição de atividades que não lhes exigissem nada muito além de serem belos, pacientes, graciosos, dedicados, zelosos e agradáveis.

Passando por cima dessas prerrogativas que, historicamente, tentam tornar os corpos das mulheres um empecilho ao desenvolvimento de determinadas atividades exercidas no âmbito do público e do político, as mulheres passaram a ocupar espaços nos cursos superiores, mais intensamente, partir do final do século XX. Se fazendo presente no debate político e intelectual, como estudantes, pesquisadoras e professoras e cooperando diretamente com questionamentos sobre a origem da imposição dessa invisibilidade. A presença cada vez maior delas e de outros sujeitos invisibilizados nos espaços acadêmicos, foi imprescindível para que saberes e poderes passassem a ser problematizados, fazendo surgir importantes questionamentos sobre a história, a política, as emoções e os corpos.

Apenas recentemente novas tendências historiográficas dentro da História política e da História cultural têm indicado que as emoções podem e devem ser historicizadas. É necessário reconhecer que “os afetos fazem parte do horizonte analítico dos historiadores da política” (PROCHASSON, 2005, p. 311), e que a história política não deve se preocupar apenas em discutir as leis, normas, decretos, partidos, ideologias e instituições.

Nesse sentido Sara Ahmed (2014) defende que as emoções também estão envolvidas nas relações de poder e que também atuam na modelagem, constituição e na maneira de agir dos corpos. A autora se propõe a pensar não sobre o que são as emoções, mas sim, sobre o que as emoções fazem e qual a relação delas com os corpos.

Inclusive, ser emocional é uma característica que, segundo Ahmed, é legitimamente associada a alguns corpos, e não a outros, sendo que a subordinação das emoções a uma racionalidade universal sempre serviu para a subordinação das mulheres aos seus corpos. “As emoções são associadas às mulheres, pois, são vistas como mais próximas da natureza do que os homens, assim elas são governadas pelo apetite, e menos capaz de transcender o corpo por meio pensamento, vontade e julgamento” (AHMED, 2014, p. 3)⁵¹. Essa concepção foi bastante alimentada pelos estudos evolucionistas de Darwin, que colocaram razão e emoção em lado opostos, como categorias antagônicas, diminuindo a importância das emoções e consagrando a razão como a faculdade mental superior. Se deixar conduzir pelas emoções é algo “primitivo” e deve ser evitado por aquelas sociedades interessadas em atingir um o suposto estágio avançado de civilização

LITERATURA, UTOPIA E POLÍTICA

O cânone literário, além de privilegiar as produções de autores homens heterossexuais, também privilegiou as formas “realistas” da escrita literária. O que serviu para desvalorizar narrativas “não realistas”. Esse tipo de literatura, contemporaneamente, ainda tem sua importância esvaziada, frequentemente, associada à literatura infanto-juvenil. O surgimento da filosofia clássica na antiguidade relegou mitos e lendas a um patamar inferior. A epistemologia ocidental moderna e a teoria crítica seguiram essa tendência de desvalorização de tudo aqui que, eventualmente, dissimulasse a realidade objetiva (JEHA, 2001).

Outra explicação possível para esse desmerecimento reside no fato de que essa literatura conhecida como literária fantástica é

51 “*Emotions are associated with women, who are represented as ‘closer’ to nature, ruled by appetite, and less able to transcend the body through thought, will and judgement*” (AHMED, 2014, p. 3. Tradução nossa).

indócil, considerando a dificuldade de enquadrá-la em uma rígida definição, alguns pesquisadores e pesquisadoras nem mesmo a consideram como um gênero literário. Se por um lado, essa instabilidade tende a ser vista de forma pejorativa, símbolo demérito, por outro lado, a imprecisão é recebida como espaço de possibilidades para reflexões e interessantes debates.

Tzvetan Todorov é um dos autores que defende que a literatura fantástica é sim um gênero literário. A sua definição é bem específica e restritiva. Segundo ele, a presença do que ele chama de *hesitação*⁵², do personagem ou do leitor é o que caracteriza o gênero. Essa noção de hesitação repercutiu em análises de autores posteriormente e se manteve, por muito tempo como fundamental para a definição desse tipo de literatura. Mas na contramão do linguista búlgaro temos as considerações de outras pesquisadoras e pesquisadores que definem o fantástico como uma modalidade literária e não como gênero literário. É o que defende Gama Khali, (2013) e outros que até investem na criação de outras denominações como literatura do insólito ou literatura especulativa.

Como explica Bruno Matangrano, o termo “insólito” apresenta-se, como macrocategoria, abrangendo diferentes nuances entre as diversas vertentes do chamado “Fantástico” (2019, p. 20). O termo tem sido defendido pelo grupo de pesquisa *Nós do insólito* da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), também pelo grupo

52 “É necessário que o texto obrigue o leitor a considerar o mundo dos personagens como um mundo de pessoas reais, e a vacilar entre uma explicação natural e uma explicação sobrenatural dos acontecimentos evocados. Logo, esta vacilação pode ser também sentida por um personagem de tal modo, o papel do leitor está, por assim dizê-lo, crédulo a um personagem e, ao mesmo tempo a vacilação está representada, converte-se em um dos temas da obra; no caso de uma leitura ingênua, o leitor real se identifica com o personagem. Finalmente, é importante que o leitor adote uma determinada atitude frente ao texto: deverá rechaçar tanto a interpretação alegórica como a interpretação ‘poética’” (TODOROV, 2003, p. 19).

de trabalho da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística), intitulado *Vertentes do Insólito Ficcional*, que anualmente organiza congressos, publicações e diversas atividades de pesquisa em torno dessa questão (MATANGRANO, 2019, p. 20).

Já o termo literatura especulativa, como propõe Roberto Causo, entende a ficção especulativa “como uma tradição, que bebe de fontes míticas, satíricas, utópicas, romanescas e mesmo científicas, para realizar-se como um corpo multifacetado de possibilidades ficcionais, existindo em interação com o ministram literário” (2003, p. 45).

Buscando agregar essas várias versões e definições de forma a contemplar minhas fontes eu parto da noção de que “a ficção fantástica – poder-se-ia dizer, ajustando o vocábulo, “fantasia” – engloba “diferentes gêneros (entre os quais o maravilhoso, o estranho e o fantástico), assim como certas zonas-limites do misterioso” (FURTADO *apud* MATANGRANO, 2019, p. 15).

Além da definição, a data de surgimento e consolidação dessa modalidade também gera debates e divergências, mas grande parte dos pesquisadores elege o século XIX como o século da consolidação dessa modalidade literária (MATANGRANO, 2019). Diferentemente de outras regiões da Europa ou da própria América Latina, onde narrativas especulativas e o chamado realismo fantástico se tornaram parte importante da cultura literária, consagrado por meio de nomes como Jorge Luís Borges e Gabriel Garcia Márquez, o Brasil oitocentista deu pouca atenção para essa modalidade de escrita. A literatura fantástica posta de lado diante da exaltação de romances de folhetim de cunho moralizantes e outros textos literários que colaboravam profundamente para a construção de uma identidade nacional e que também serviam para reforçar determinados papéis de gênero.

Os literatos produziam sentido sobre as ações e comportamentos das mulheres e homens – suando a justificativa de estarem agindo em prol do progresso e da civilização da nação brasileira –, nos quais o domínio da palavra escrita, e encenada, funcionava como

um dispositivo de poder que delimitava os lugares a serem ocupados por mulheres e homens (SOARES, 2019, p. 158).

O “insólito” ou o fantástico, bem como outras categorias e subcategorias, como literatura especulativa, maravilhoso, ficção científica, terror são percebidas como um modo de narrar do que, necessariamente, um gênero literário. Dessa forma, a noção de utopia me ajuda a agrupar e organizar essas narrativas. É preciso historicizá-las, averiguando como essas realidades utópicas intimamente ligadas a esperança um futuro melhor, foram construídas através de narrativas literárias fantásticas escritas por mulheres no contexto brasileiro de final do século XIX e meados do XX.

EMÍLIA DE FREITAS, ADALZIRA BITTENCOURT E ADA CURADO: MULHERES ENGENDRANDO MUNDO (IM) POSSÍVEIS

A investigação dessas utopias, como parte de uma estratégia de atuação política, parte da análise de três livros: *A Rainha do ignoto*, escrito por Emília de Freitas (1855-1908) em 1899 no Amazonas; *Vossa Excelência, a presidente da república no ano de 2500*, escrito em 1929 por Adalzira Bittencourt no Rio de Janeiro (1904-1976); e *O sonho do pracinha*, produzido em 1954 por Ada Curado (1916-1999), em Goiás. Essas mulheres, de Norte a Sul do Brasil em um período de aproximadamente 50 anos, teceram, a partir de suas experiências e subjetividades, textos que falam sobre realidades consideradas inimagináveis ou impossíveis ao mesmo tempo em que refletiam, dialogavam e criticavam determinados valores e acontecimentos contemporâneos a elas. Além dessas obras literárias, utilizamos também periódicos como os jornais *O Paiz* e *Correio Paulistano* e revista *Fonfon* disponíveis na Hemeroteca Brasileira Digital⁵³ que permite a consulta online.

53 <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Além de escritoras, Emília, Adalzira e Ada, também tiveram um grande destaque e atuaram politicamente em suas respectivas épocas. Emília de Freitas ficou conhecida como poetisa dos escravos, por publicar vários textos contra a escravidão em jornais do Ceará, participou de grupos abolicionistas como a *Sociedade Libertadora*, foi influenciada pelas tendências políticas liberais de sua família. Emília foi professora e trabalhou como secretária em alguns jornais no Ceará e no Amazonas. Emília fez parte do clube *Ordem e Progresso*, era espírita e foi influenciada pelas ideias positivistas.

Adalzira Bittencourt formou-se em 1927 na Faculdade de Direito de São Paulo. Fundou o jornal *Miosótis* em Piracicaba, além de colaborar com outros periódicos como o *Jornal do Brasil* (1950-1959) e a *Revista Feminina* (1915-1936). Atuou como professora em Buenos Aires e organizou a Biblioteca Femininas de Letras no Rio de Janeiro. Era comprometida com os princípios e valores da modernidade esboçada pelo governo Vargas, em razão disso, esteve diretamente envolvida com projetos voltados para o cuidado com a infância e órfãos, criando, inclusive, uma instituição chamada *Lar das Crianças* (1930). Foi integrante extraoficial de comissões governamentais durante a ditadura Vargas. Adalzira também escreveu outros livros como *Mulheres e Livros* (1948), *A mulher paulista na história* (1954), *Dicionário bio-bibliográfico de mulheres ilustres, notáveis e intelectuais do Brasil* (1969-1970).

Ada Curado compôs a *União Brasileira de Escritores de Goiás* e da *Associação Goiana de Imprensa*. Em 1954, participou do Primeiro Congresso Nacional de Intelectuais em Goiânia e foi convidada para a Conferência latino-americana de mulheres. Foi membra fundadora da Academia Feminina de Artes e Leras de Goiás (AFLAG) criada em 1969, também foi homenageada pela antiga Associação Brasileira de Escritores de Goiás. Como podemos notar todas elas publicaram em jornais, participaram de instituições políticas e literárias, algumas, inclusive, como Adalzira se reconheciam publicamente como feministas.

A primeira fonte selecionada foi escrita no último ano do século XIX por Emília Freitas, quando ela morava em Manaus. O texto destaca a existência de uma sociedade composta por mulheres que vivem secretamente no Ceará, terra natal da autora. Mulheres de diversas regiões e grupos sociais. Médicas, advogadas, engenheiras e cientistas compunham essa comunidade liderada por uma rainha séria e misteriosa, cujo nome se quer é revelado ao longo do enredo. O objetivo delas é defender valores como a liberdade e amparar outras mulheres, viajando pelo país para socorrer e acolher mulheres em situação de pobreza, violência e abusos. O texto é cheio de referências ao espiritismo e a psicologia e revelam que Emília foi uma mulher bastante culta, como geralmente, eram as mulheres escritoras do século XIX que pertenciam a famílias abastadas e tinham acesso à educação.

O doutor Edmundo ficou pensativo. Muitas vezes tinha zombado da credulidade do povo, e não podia tomar a sério aquelas histórias incoerentes, mais procurava um fio da realidade perdido naquele labirinto de ideias extravagantes e fantásticas.

Averiguar o fato seria uma distração para a monotonia de seus dias, para o aborrecimento de sua vida cansada das brilhantes misérias das grandes cidades, por isso fingiu acreditar nas ingênuas palavras do camponês e disse-lhe:

– Pois bem, Valentim, se ficar aqui mais uns dias irei contigo à Gruta para ver a moça encantada. Se for bonita, caso me com ela!

– Não gracieje, senhor doutor... Ela tem pacto com Satanás! Dizem que, onde aparece, é desgraça certa. Chamam-na de “funesta”. Deus me livre de encontrá-la. Boa noite, já é tarde e a vovó zanga-se quando me demoro. Sair sempre de madrugada?

A que horas quero os cavalos?

– Às quatro, não falte.

O Jaguaribe corria em frente da janela, onde doutora Edmundo ficou ainda a cismar; mas sua vista errante parou sobre a lua, erguendo-se no firmamento azul, como uma hóstia de ouro. A

solidão era completa, o silêncio era profundo! Nem o vento movia os ramos das árvores. Elas se levantavam do meio da sombra projetada pela copa como aspectos cismadores.

De repente doce triste entoando uma canção francesa, e era tão saudosa tão cheia de melancolia que as próprias pedras da margem pareciam como ouvir se escutando [...].

A voz era de mulher e vinha se aproximando. Já se distingue o som de uma harpa com que ela se acompanhava. Deslizando mansamente pelo Rio vinha de longe um pequeno bote; era dele que partiu o som melancólico da harpa e as estrofes saudosas da canção. [...]. Quando a pequena embarcação passou por defronte da janela Edmundo pôde contemplar à vontade à formosa bateleira. Ela vestia branco, tinha cabelos soltos e a cabeça cingida por uma grinalda de rosas (FREITAS, 2019, p. 24).

A história dessa sociedade é perturbada por um jovem rico, Dr. Edmundo, e curioso que durante uma viagem conhece e se apaixona pela rainha e se dedica a descobrir quem é ela e quem são essas mulheres que ela lidera. Com a ajuda de outros personagens ele se disfarça e se infiltra nessa sociedade. Outros enredos se cruzam com essa história, que termina de maneira feliz para o jovem que se casa com a jovem Carlotinha, admirado que Edmundo conhece antes de entrar em contato com as mulheres da ilha. O fim da rainha é trágico, incapaz de lidar com traumas do seu passado acaba comentando suicídio.

Essa obra, repleta de magia e mistério se contrapõe aos discursos e leis que afastavam as mulheres de posições de autoridade e revela um contexto de intensificação da participação das mulheres na vida pública. Essa obra também refletiu traços autobiográficos (OLIVEIRA, 2007), há a prevalência de um tom melancólico, supostamente resultado das mortes consecutivas de vários parentes da autora. Sua trajetória pessoal marcada foi por lutas, mudanças e perdas como o falecimento do pai, avô e vários irmãos. Emília casou-se e mudou-se de cidade várias vezes, chegando a morar no Ceará,

Amazonas e Pará. Ela dedicou parte de sua vida a questões política, como a abolição, e religiosas, dentro da doutrina espírita.

A segunda obra selecionada foi lançada em 1929, por Adalzira Bittencourt que na época vivia em São Paulo. Nesse texto, Adalzira delineou um Brasil futurista, país onde pela primeira a presidência era exercida por uma mulher. Mariângela de Albuquerque, médica e advogada. A maior parte da obra é dedicada a descrever o que seria esse Brasil do futuro, mais precisamente no ano de 2500.

O feminismo vencera em toda linha.

A presidência da República dos Estados Unidos do Brasil estava confiada a uma mulher. O exército brasileiro era o assombro do mundo. O Brasil – o país mais forte, mais belo e rico. Para aqui convergiam povos de todos os recantos da terra, porém, pouca gente tinha a ventura de poder desembarcar nas centenas de portos da imensa costa brasileira (BITTENCOURT, 1929, p. 13).

A primeira diferença com o Brasil de 1929 era a capital, que deixou de ser o Rio de Janeiro para se tornar São Paulo. O Brasil era uma referência mundial, país economicamente e politicamente desenvolvido, uma potência. A estética futurista é cuidadosamente descrita com caros voadores, instrumentos tecnológicos e sofisticados de comunicação que aproximam esse texto de uma definição de ficção-científica.

Além da parte descritiva em que a autora explicita seus posicionamentos políticos, tecendo elogios eloquentes ao que ela considera uma nação “civilizada”, com fenótipos arianos e disciplina exemplar, dentro das perspectivas de modernizantes preconizadas ao longo dos anos de 30 e 40. O problema central do romance é o fato da presidente da nação reencontrar um amor do passado que havia regresado do exterior. Um homem que apesar de ser um artista de renome internacional, vivia de forma bastante discreta e misteriosa, já que não se enquadrava nos padrões nacionais. O célebre pintor havia sido

acometido por condição física incompatível com os princípios dessa sociedade brasileira eugênica. Mariângela, enquanto presidente se vê em dúvida entre seguir o seu coração ou cumprir seu dever.

Acompanhado de um guarda, Jorge se apresentou. Aquele rosto suave, belo, viril, sorriu para ela que ele estendeu as duas mãos trêmulas... Brancas... Frias.

– Quero cumprimentar o maior artista do Brasil e do mundo. Disse ela ao estender-lhes as duas mãos, Jorge beijou respeitosamente. Uma lágrima dos olhos dele ficou a tremer nas mãos dela.

Agradeço Senhora, a felicidade que me empolga de ter tido a alegria e o prazer de apertar e beijar as suas lindas e generosas mãos. Mariângela sorriu-lhe, e ele pode vir que aquele sorriso ele jamais passará para a tela. Nem ele nem outros artistas o fariam. Ela era aos seus olhos um deslumbramento. Muito mais bela do que ele imaginara. Muito mais linda que todos os retratos que ele vira. De fato, ela estava lindíssima. Um halo de dor mal disfarçada a tornava de uma beleza divina. Olhava Jorge com bondade, com amor, e com grande mágoa...

Sentia o coração estrangular-se.

Jorge era lindo, muito lindo de rosto, porém não tinha mais que 90 cm de altura e trazia nas costas uma enorme corcunda.

Quando ele se despediu, mal transpusera os umbrais da porta, o chefe de polícia apresentava a Senhora presidente dois novos decretos com sentenças de morte. O artista e sua mãe, uma pobre velhinha que vivia 30 anos segregada com o filho, o teu grande pintor... Mariângela olhou o chefe de polícia com altivez. Recebeu dele os dois decretos. Assinou os com as mãos firmes. Era a Presidente. O chefe de polícia retirou-se. Mariângela apertou o botão elétrico que fechava automaticamente seu gabinete. Ficou só. Abriu a pasta onde guardava o retrato de Jorge. Olhou demoradamente e apaixonadamente senti um nó na garganta, beijou o retrato.

– Jorge, meu amor, meu amor! (BITTENCOURT, 1996, p. 211).

Em meio ao que parece ser um dramático dilema entre razão e emoção, ela opta por cumprir com o seu dever de líder da nação mais rica e poderosa do mundo, entregando o seu amado para ser executado, mas faz isso completamente contrariada.

Aproximadamente duas décadas depois, já na metade do século XX, é lançado em Goiás a última obra que compõem as fontes principais dessa pesquisa. *O sonho do pracinha* era o primeiro conto dos 16 contos publicados no livro *O sonho do pracinha e outros contos* da escritora Ada Curado. A história tem como personagem principal o soldado João, um desertor que durante sua fuga, cansado e faminto, encontra socorro em uma cidade misteriosa. Ele é acolhido pelos habitantes e se surpreende com a dinâmica da cidade, onde as pessoas vivem de forma, aparentemente, feliz e harmoniosa. Serviços básicos como transporte e saúde são oferecidos com excelência, não existe pobreza, a cidade é limpa, arborizada e a população disciplinada. Nesse cenário idílico ele se apaixona por uma moça chamada Clícia. Ao se questionar que cidade seria aquela, o soldado descobre que apesar de ainda estar em território brasileiro, ele não está mais no século XX e sim no século XL.

- Querida, creio que estou mesmo morto. Ele fala que estas coisas são do passado e eu as tenho bem vivas na memória! Como se explica?! Aqui cheguei fugindo de uma guerra, como já lhe disse.
- Eu sei meu bem, mas você não está morto, não. Há uma confusão que ainda não conseguimos saber qual seja. Vejamos, como se chama sua pátria?
- Brasil. E a sua?
- Brasil. Qual o seu governo?
- Democrático. E o seu?
- Democrático... Engraçado... Mas, espere. Em que século vivem vocês?
- O século vinte.
- Século vinte?!!

Clícia de uma gostosa gargalhada e respondeu:

– Ai está. Nós vivemos o século quarenta. Você vive no Brasil antigo.

– Século quarenta!... Brasil antigo!... Estou um tanto confuso, não compreendo bem...

– Com vagar acabrá compreendendo. Venha, quero lhe mostrar outra coisa. João a acompanhou a moça que o levou a um salão enorme dando para outro pátio. Aí brincavam grande número de crianças, vigiadas por preceptoras.

Clícia explicou:

– As mães estão no trabalho. Aqui elas têm toda espécie de brinquedos, como você vê. Cada qual brinca com o que gosta. Há também educação apropriada para cada idade. Aqui começa a igualdade dos homens.

– João, durante muito tempo, calado, olhando as crianças. Clícia tocou lhe delicadamente no braço dizendo:

– Esqueceu-se de que estou aqui?

– Desculpe-me, meu bem. Estou atônito por haver enfim encontrado um mundo em que eu sempre desejei viver (CURADO, 1954, p. 30).

Essa narrativa tem um desfecho diferente das demais. Confuso e assustado, João tentar entender a razão que o colocou no Brasil do futuro, é nesse momento que o personagem acorda mutilado em uma cama de hospital, levando o leitor a concluir que toda sua estadia nessa cidade perfeita se tratou apenas de um sonho, delírio de um soldado perturbado pelos traumas da guerra.

Ao localizar essas obras de caráter fantástico e utópico em meia a esse cenário literário brasileiro, realço a importância da autoria de mulheres, na maioria das vezes, ofuscadas por nomes masculinos. Parto da hipótese de que, mesmo em um contexto de exclusão, em que a cidadania plena das mulheres não era reconhecida pelas instituições ou pela opinião pública, a utopia e a fantasia, se tornaram uma prática de resistência e intervenção política, levadas à diante por Emília, Adalzira e Ada. Elas se engajaram na construção de realidades

insólitas literárias, colocaram personagens do gênero feminino em situação de comando, o que era incompatível com a realidade civil e política das mulheres na época e, ao mesmo tempo, teceram suas críticas a outros problemas políticos e às desigualdades sociais.

No Brasil a Constituição de 1934 assegurou o direito de voto das mulheres, após constantes pressões de grupos sufragistas e ação de feministas como Bertha Lutz e Leolinda Daltro, desde o final do século XX. Porém, a cidadania das mulheres foi erigida sobre um paradoxo. No aspecto civil as mulheres, especialmente as casadas, se mantiveram submetidas aos maridos conforme determinava o *Código Civil* de 1917, que colocava o homem como chefe da família e a mulher como simples colaboradora, reforçando que o ambiente doméstico, apesar de ser instituído pelos discursos médico e religioso como o recinto “natural” das mulheres, era exatamente, o mesmo local onde elas usufruíam de poucos direitos. Era necessário que a mulher tivesse autorização do marido para poder trabalhar fora de casa, receber heranças ou mover processos judiciais. Essa condição jurídica ambígua, conforme explica Ana Maria Colling (2021) só foi resolvida com a elaboração do *Estatuto da Mulher casada* em 1962.

EXPERIÊNCIAS E UTOPIAS POLÍTICAS

Após compreender as razões que colocam essas obras analisadas no silêncio, meu objetivo tem sido esmiuçar essas narrativas analisando a maneira subjetiva que essas mulheres dialogaram com o contexto em que viviam, engendrando realidades que poderia ou não ser consideradas impossíveis para aquele contexto. Historicizando as utopias e avaliando até que ponto elas romperam, ou não, com os discursos políticos dominantes ou as representações de gênero hegemônicas, e ao mesmo tempo, buscando compreender os processos discursivos complexos e mutáveis pelos quais as identidades são afirmadas, aceitas ou negadas.

Dessa forma essa aproximação entre História e Literatura pode resultar em ganhos epistemológicos muito valiosos, especialmente

para a História. Como sugere Joan Scott, “os historiadores podem fazer mais do que construir sujeitos ao descrever suas experiências em termos de uma identidade essencializada” (1998, p. 318), e para isso a literatura pode ser uma grande aliada, como explica Spivak “A literatura relativiza as categorias que a história designa e expõe os processos que constroem e posicionam os sujeitos” (SCOTT, 1998, p. 317).

A literatura já é amplamente utilizada como fonte histórica para a elaboração de uma história política concentrada nas instituições, bem como nas “grandes figuras”, geralmente homens, que ocupam esses espaços de poder, ditam as regras e criam as leis. Mas é preciso ir além. A literatura e a história são fenômenos narrativos que refletem de alguma forma a imaginação científica. Ambas dão vida a um passado “morto”, porém infinito (BENTIVOGLIO, 2019). Minhas considerações contemplam a noção de que história, literatura, emoções e imaginação não devem ser categorias rivais.

A imaginação humana (impulsionada pelo menos em parte pelo desejo inconsciente) brinca com os limites que os cientistas sociais estabelecem: o campo da economia nunca se refere apenas a satisfazer as necessidades básicas, o da política nunca se refere apenas às lutas entre atores com interesses próprios racionalmente motivados. Esses domínios também recebem interferências de projeções fantasmagóricas que mobilizam desejos individuais em identificações coletivas. [...] A fantasia, então, tem manifestações tangíveis, resultados materiais (SCOTT, 2019, p. 16).

Nesse sentido me aproximo das considerações do filósofo Ernst Bloch (1885-1977)⁵⁴ que em sua obra *O princípio esperança* (1954) tece

54 Ernst Bloch nasceu em Ludwigshafen em 1885 e faleceu em Tubingen, onde era professor de filosofia aos 92 anos de idade. Escreveu *O princípio esperança* entre 1938 e 1947 quando estava exilado nos EUA. Foi aluno de Georg Simmel, Georg Lukács e Siegfried Kracauer.

uma análise sobre a questão da esperança e da utopia, apresentando a maneira como elas foram abordadas dentro de várias concessões filosóficas. Segundo ele, as expectativas não devem ser ignoradas mesmo que não cheguem a se materializar.

Com o intuito de se distanciar da psicanálise, apesar de também dialogar bastante com ela, Bloch denomina esses sonhos de “sonhos diurno”. Para ele, sonhar não se limita apenas a um traço comum da consciência humana, e o sonhar acordado, o sonho diurno deve ser compreendido como uma determinação fundamental em meio à realidade objetiva. Essas utopias literárias, por mim consideradas como parte significativa desse “sonhar acordado” ou sonho consciente, se fundamentam na possibilidade futura de tornar real aquilo que ainda não é, experimentar algo novo.

Ou seja, trata-se de uma forma de pensar e agir voltada para o futuro. Para Joan Scott Nesse existe uma relação íntima entre desejos e direitos. “Os direitos, articulam um desejo que nunca poderá ser completamente satisfeito, mas que sua articulação envolve a afirmação de humanidade sobre a qual a igualdade deve permanecer. Não é a posse, mas a aspiração que proporciona consenso” (SCOTT, 2019, p. 30). O que nos coloca novamente no centro das discussões sobre os direitos políticos das mulheres.

A contribuição de Bloch também nos auxilia a ponderar sobre a importância social e política das utopias que tomam forma de expressões artísticas, como a própria literatura. Suas reflexões também se concentram na relação entre realidade e não realidade. Para ele o que se instituiu como realidade, propriamente dita, é fruto de um processo que articula passado, presente e futuro. Assim, a realidade nunca é um produto estável, constituídos de fatos fixos e consumados. Essa é uma prerrogativa que também é explorada pelos teóricos e teóricas da literatura fantástica.

O fantástico é visto por Bessière como intimamente ligado ao real e ao racional: não deve ser equiparado à irracionalidade. [...].

Ele revela que a razão e a realidade são construções arbitrárias e mutantes e, assim, examina a categoria do “real”. As contradições vêm à tona e são mantidas antinomicamente no texto fantástico, à medida que a razão é feita para confrontar tudo o que tradicionalmente se recusa a encontrar. A estrutura da narrativa fantástica é baseada em contradições (JACKSON, 2009, p. 12)⁵⁵.

Os sonhos e as expectativas utópicas, que são os meus objetos de pesquisa, só são possíveis, exatamente porque são criados e elaborados a partir dessa realidade que não é absoluta, nem encerrada em si, assim a ação de “sonhar” cultiva uma profunda relação com a imaginação. “Os sonhos diurnos nos aparecem nas utopias feministas como uma forma de buscar um outro lugar ainda não existente para as mulheres nas sociedades patriarcais” (DEPLAGNE, 2019, p. 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A IMAGINAÇÃO, AS EMOÇÕES E AS FANTASIAS PEDEM PASSAGEM

Conforme Maria Izilda Matos, as renovações historiográficas, metodológicas e conceituais que resultaram no questionamento da universalidade e neutralidades do conhecimento histórico conduziram a “redefinição do político no âmbito do cotidiano, que contribuiu para o resgate das experiências [políticas] das mulheres” (2013, p. 6). A possibilidade de se considerar gênero como categoria transversal e fundamental para a análise história, ainda incomoda e encontra resistência em vários espaços acadêmicos do Brasil. Aqueles e aquelas que

55 *“The fantastic is seen by Bessière as intimately linked to the real and rational: it is not to be equated with irrationality [...]. It reveals reason and reality to be arbitrary, shifting constructs, and thereby scrutinizes the category of the ‘real’. Contradictions surface and are held antinomically in the fantastic text, as reason is made to confront all that it traditionally refuses to encounter. The structure of fantastic narrative is one founded upon contradictions”* (JACKSON, 2009, p. 12. Tradução nossa).

se dedicam à ciência histórica identificam em seus objetos de pesquisa esclarecimentos e apontamentos para questões do tempo presente. Assim sendo, como historiadora, sigo refletindo a respeito da importância da utopia, da arte, especialmente da literatura fantástica para a discussão de problemas sociais e políticos pelo olhar de uma leitura feminista e de gênero.

O cânone, que pode ser considerado um espaço de poder, sempre foi um ambiente pouco amistoso com o “frágil e belo sexo”. Mulheres intelectuais e escritoras sempre foram exceções nas narrativas da história da literatura, da ciência e das artes. A compreensão a respeito dessa ausência está muito mais relacionada à maneira como e por quem a história foi escrita, do que, necessariamente, uma real inexistência ou indisposição das mulheres para o universo da palavra. Inúmeras foram as mulheres brasileiras, de diversas camadas sociais, raças/etnias, identidades de gênero e sexualidades, que desde o século XIX, já faziam da escrita um ofício (SANTOS; SOARES, 2020, p. 297).

Emília de Freitas, Adalzira Bittencourt e Ada Curado não foram as únicas mulheres que construíram narrativas insólitas que fletam com utopias, fantasias, terror e ficção científica. Ainda no século XIX temos Maria Firmina dos Reis, apontada primeira romancista negra, com seu romance *Úrsula* (1859), sua obra também é considerada a primeira de terror escrita por uma mulher no Brasil. No mesmo ano também tivemos a publicação de *D. Narcisa de Villar* de Ana Luísa de Azevedo e Castro (1823-1869). No século XX, outros exemplos foram Ercília Nogueira Cobra (1891-?) que escreveu *Virgindade Inútil* (1927) e Dinah Silveira de Queiroz (1911-1982) que publicou *Margarida de La Roque* (1949) e outras autoras, como Albertina Bertha (1880-1953), Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) produziram textos de cunho psicológico e de terror. Ao final do século XX destacamos Raquel de Queiroz (1910-2003), além de possivelmente tantas outras que eu ainda

não consegui resgatar. Na América Latina alguns nomes que merecem menção é o da escritora argentina Silvina Ocampo (1903-1993), a mexicana Elena Garro (1916-1998) e a porto-riquenha Rosário Ferré (1938-2016). Fora do Brasil, o livro *O sonho de Sultana* (1905) de autoria de escritora indiana Roquia Sakhawat Hussain (1880-1932) e *Terra das mulheres* (1915) da estadunidense Charlotte Perkins (1860-1935), são grandes exemplos de narrativas utópicas fantásticas e científicas que são ricas oportunidades de pesquisa, mas que apenas recentemente têm sido reeditadas se tornado objeto de pesquisa.

A experiência política, pessoal e literária dessas mulheres foi fundamental para a formação de uma subjetividade, que pode ser compreendida como o resultado da forma como os indivíduos – homens e mulheres – se relacionam com o mundo. Essa subjetividade, conforme explica Foucault, é fruto de um processo de subjetivação, envolve modos de vida e formas historicamente particulares de constituição dos sujeitos, estabelecendo uma relação direta com os corpos.

Entende-se que a política se faz com um conjunto de signos que conclamam os reflexos identitários, não passando somente pelo reconhecimento das opiniões demandadas, ou só pelo teor ideológico do discurso. A adesão mobiliza todo um conjunto de processos complexos, que jamais se esgotam na cognição, mesmo em se tratando dos mais racionais dos interesses. É esta parte emocional, que preside a constituição do vínculo político, que convém abordar numa perspectiva histórica (PROCHASSON, 2005 p. 309).

A experiência de ser mulher e ser escritora também é uma experiência política que precisa ser devidamente recolocada na história, mas, evidentemente, não se trata apenas de incluir as mulheres nas narrativas da História. Pontuar, simplesmente, que essas escritoras existiram e que foram apagadas não é mais suficiente, ainda que seja uma parte importante do processo. Trata-se de refletir porque a História com “H” tem resistência em contemplar o gênero e as

sexualidades, buscar compreender esses apagamentos e escrever uma história desses indivíduos silenciados e suas produções, contextualizando suas narrativas dentro de um panorama teórico que privilegie e articule as práticas política e emoções.

Essas perspectivas dos estudos de gênero ainda precisam vencer obstáculos para se impor como paradigma legítimo dentro das ciências humanas. Ao mesmo tempo, o trabalho incansável de pesquisadoras e professores tem colaborado com a superação de preconceitos epistemológicos e tornado viáveis discussões como esta. O estímulo para trilhar esse longo e árduo caminho vem das múltiplas e valiosas possibilidades de se promover uma história menos fundamentalista, aproximando categorias como história e literatura, política e fantasia.

REFERÊNCIAS

Fontes

BITTENCOURT, A. Vossa excelência, a presidente da república no ano de 2500. In: QUINLAN, S. C; SHARPE; P. **Visões do Passado, Previsões do Futuro: Duas Modernistas Esquecidas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Goiânia, UFG, 1996.

CURADO, A. **O sonho do pracinha e outros contos**. 1. ed. São Paulo: Gráfica Revista dos Tribunais, 1954.

FREITAS, E. **Rainha do Ignoto**. Editora 106, 2019.

O LAR, n. 1-110, Cidade de Goiás, GO: ago. 1926/mar. 1932.

Bibliografia

AHMED, S. **The cultural politics of emotion**. 2. ed. Edinburgh University, 2014.

ABREU, M. **Cultura letrada**: literatura e leitura. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BENTIVOGLIO, J. C. História e distopia: a imaginação histórica no alvorecer do século 21. 2. ed. **Revista Vitória**. Vitória, ES: Milfontes, 2019.

BLOCH, E. **O princípio esperança**. SCHNEIDER, N. (trad.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARGNELUTTI, C. M.; REIS, M. O gênero como categoria de subversão do patriarcado: diálogos e interseções entre Literatura e História. **Gláuks**: Revista de Letras e Artes, v. 17, n. 2, jul./dez. 2017.

CAUSO, R. S. **Ficção científica, fantasia e horror no Brasil (1875-1950)**. v. 13. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

COLLING, A. M. **A cidadania da mulher brasileira**: uma genealogia. São Leopoldo, RS: Oikos, 2021.

CONNEL, R.; PEARSE, R. **Gênero**: uma perspectiva global. 3. ed.

MOSCHKOVICH, M. (trad.). São Paulo: Versos, 2015.

DEPLAGNE, L.; CAVALCANTI, I. **Utopias sonhadas/distopias anunciadas**: feminismos, gênero e cultura na literatura. João Pessoa: UFPB, 2019.

FERREIRA, A. C. A fonte fecunda. *In*: LUCA, T. R.; PINSKY, C. B. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GAMA-KHALIL, M. M. A literatura fantástica: gênero ou modo? **Revista Terra Roxa e Outras Terras. Revista de Estudos Literários**, v. 26, dez/2013.

JACKSON, R. **Fantasy**: the literature of subversion. Taylor & Francis e-Library, 2009.

JEHA, J. A semiose da fantasia literária. **Signótica**, v. 13, n. 1, p. 117-136. Goiânia: UFG, 2001.

MATANGRANO, B. A.; TAVARES, E. **Fantástico brasileiro**: o insólito literário do romantismo ao fantasismo. Curitiba: Arte & Letras, 2019.

MATOS, M. I. História das mulheres e das relações de gênero: Campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, v. 19, n. 19, p. 5-15, 2013.

MATOS, M. I. *Âncora de emoções*: corpos, subjetividades e sensibilidades. Bauru: EDUSC, 2005.

OLIVEIRA, A. C. **Uma escritora na periferia do Império**: vida e obra de Emília Freitas (1855-1908). Tese de doutorado em Literatura Brasileira apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, 2007.

PEDRO, J. M. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011.

PROCHASSON, C. Emoções e política: primeiras aproximações. **Varia História**, v. 21, n. 34, p. 305-324. Belo Horizonte: jul. 2005.

SANTOS, D. S.; SOARES, A. C. A intelectualidade telúrica de Ada Curado: uma grande escritora em Goiás no século XX. **Dimensões**, v. 45, p. 284-314, jul./dez. 2020.

SANTOS, D. S.; SOARES, A. C. **Construindo o lar e conquistando a rua**: discursos e práticas “femininas” no jornal “O Lar” escrito por mulheres em Goiás (1926-1932), p. 165. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da UFG, 2018.

SCHMIDT, R. T. Quem reivindica a identidade? **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 4, n. 1, p. 49-60, jan./jun. 2008.

SCHMIDT, R. T. Na literatura, mulheres que reescrevem a nação. *In*: HOLLANDA, H. B. (orgs.). **Pensamento Feminista Brasileiro**: Formação e Contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

SCOTT, J. W. Outras reflexões sobre gênero e política. **Crítica Histórica**. Ano X, p. 10-38, 19 jun. 2019.

SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. HADDAD, L. (trad.). **Projeto História**, v. 16, São Paulo: fev. 1998.

SOARES, A. C. **Receitas de felicidade e espectros da infelicidade**: o código civil de 1916 e as lições de comportamento na revista feminina no início do século XX. 2009. 151 f. Tese (Doutorado em História) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de filosofia e ciências humanas, 2009.

SOUZA, T. M. *et al.* **A história de mulheres escritoras em Goiás:** atravessando trajetórias e produções literárias. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da UFG, 2017.

TODOROV, T. Introdução à literatura fantástica. **Coleção Debates 98**, 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

Memórias, amores e fantasias: Simone de Beauvoir a contrapelo

*Rodolfo Rodrigues de Souza*⁵⁶

INTRODUÇÃO

E o casamento. Talvez um dia eu me case. Mesmo que isso não seja provável, é ao menos possível. De todo modo, é a maior felicidade que eu poderia ter nessa vida. É a maior felicidade, eu penso que qualquer mulher, qualquer homem, poderia esperar da vida, se casar com a pessoa que ama (BEAUVOIR, 2006 [online])⁵⁷.

56 Centro Universitário Celso Lisboa

57 Tradução livre de: “*And marriage. Maybe one day I will get married. If it is not probable, it is at least possible. In any case, it is the greatest happiness that I could*”

Esses eram os pensamentos de uma jovem parisiense de dezoito anos. Nascida Simone Lucie Ernestine Marie Bertrand de Beauvoir, na cidade de Paris no ano de 1908, mais tarde abandonaria o duplo “n” de seu nome. Foi criada para ser uma “moça casadoira”. Seu pai, Georges de Beauvoir, descendente da nobre – porém falida – família dos Bertrand de Beauvoir, esperava que Simone e Hélène⁵⁸, suas duas filhas, pudessem realizar bons casamentos que ajudassem a recuperar a gloriosa tradição de seu sobrenome. Ele próprio o tentara ao escolher se casar com a jovem Françoise Brasseur, cujo pai era um banqueiro bem sucedido no interior da França. Georges, sempre muito apaixonado por Françoise, esperava que o casamento também lhe desse bons rendimentos futuros, mas o sogro perde toda sua fortuna pouco tempo após o casamento dos dois (KIRKPATRICK, 2020).

É assim que as esperanças de Georges recaem sobre as filhas, Simone e Hélène. Ao mesmo tempo, ele tinha consciência de que não poderia oferecer um bom dote aos prováveis futuros genros, o que dificultava as chances de ambas as moças. Assim, enquanto Beauvoir receberá uma formação rígida, centrada na ideia de que ela teria que se tornar uma mulher capaz de prover o próprio sustento, tornando-se independente, ao mesmo tempo seria educada para ser uma boa esposa. Conta, por exemplo, do quanto resistia às aulas de bordado com objetivo de melhorar sua técnica, contra o quê ouvia de suas preceptoras histórias de rapazes que esperavam que suas esposas soubessem coser bem (BEAUVOIR, 2018).

Transitando entre diários, memórias e registros ainda não publicados, o que a biógrafa Kate Kirkpatrick (2020) nos permite conhecer é justamente essa jovem Beauvoir perdida entre uma formação para o casamento e um entendimento mais amplo do que é o amor. Por exemplo, se, por um lado tinha interesse legítimo pela possibilidade

encounter in this life. It is the greatest happiness, I think, that any Woman, any man, could expect in life, to marry the person he loves”.

58 Dois anos mais nova que sua irmã, Hélène nasce em 1910.

de se casar com Jacques Champignuelle, seu noivo de juventude, por outro se irritava com a pressão materna para que o relacionamento chegasse a um bom termo – o único aceitável por Françoise –, o casamento.

Enquanto sua mãe a empurrava no caminho do decoro, Beauvoir escrevia em seus diários que todas as posições na vida eram aceitáveis – mas, para ter valor, tinham que ser *valorizadas* pela pessoa que as adotavam. Estava dolorosamente claro que ela não via o amor, a vida e a felicidade como seus pais. Ela não queria andar pela vida impensadamente, fazendo o que era apropriado [...] (KIRKPATRICK, 2020, p. 63).

O curioso é pensar que essa jovem que deseja se casar com Jacques e que, ao mesmo tempo, se irrita com a pressão materna para tanto, é a mesma que escreve sobre a felicidade do casamento, já que todos esses registros datam do ano de 1926. Apenas três anos depois, em 1929, Beauvoir conhece o jovem Jean-Paul Sartre, com quem logo estabelece uma relação de grande proximidade. Tinha, então, 21 anos de idade e foi nessa época que Sartre lhe propôs um acordo de relacionamento e liberdade.

A seu ver [de Sartre], o escritor, o contador de histórias [...] não devia parar definitivamente em nenhum lugar. Nem junto de ninguém. Sartre não tinha a vocação da monogamia; comprazia-se na companhia das mulheres que achava menos cômicas do que os homens; não desejava, com vinte e três anos, renunciar para sempre à sedutora diversidade delas. ‘Entre nós’, explicava-me utilizando o vocabulário que lhe era caro, ‘trata-se de um amor necessário: convém que conheçamos também amores contingentes’. [...] Aquiesci (BEAUVOIR, 2018a, p. 24-25).

Tal aquiescência não é vivida sem incômodos, retomando aquela mesma ambiguidade entre o casamento e a vida independente já apresentada nos diários de 1926. Em suas memórias, Beauvoir nos faz crer que foi impelida a aceitar a proposta de Sartre. Empolgada com a relação ainda incipiente com ele, pensava que não poderia lhe impor a monogamia, devendo dobrar-se à proposta (BEAUVOIR, 2018a). Mas esta Beauvoir das memórias não coincide plenamente com aquela dos registros não publicados. Kirkpatrick (2020) evidencia, por exemplo, o quanto a relação amorosa não fundada entre a jovem filósofa e René Maheu, de quem era amante, permite afirmar que o acordo também lhe era favorável. Afinal, acatando a proposta de Sartre, seria possível a Castor – apelido que recebera de Maheu⁵⁹ – continuar vivendo aquele romance que, em termos sexuais, lhe era muito mais interessante.

Aliás, considero o grande triunfo dessa nova biografia sobre Beauvoir justamente o fato de que lança luz sobre o esforço de construção de uma narrativa de vida que concede a Sartre o papel principal diante de tudo – inclusive do fazer filosófico –, enquanto ela parece, muitas vezes, se colocar em segundo plano. Kirkpatrick (2020) desvela o quanto esse esforço não condiz com posicionamentos da própria filósofa, mas que é sabiamente – e, por vezes, inclusive, perversamente – sustentado por ela, de forma a separar uma persona pública Beauvoir de uma Beauvoir de carne e osso.

À luz dessa nova biografia, coloco em questão o modo como, em minhas pesquisas sobre a recepção do pensamento existencialista francês no Brasil por meio de alguns periódicos nacionais (SOUZA, 2015, 2021)⁶⁰, Castor foi comentada no país. Sua presença foi sempre

59 Beauvoir lembra a palavra inglesa *beaver*, que em português, é castor. É essa a brincadeira estabelecida por Maheu. O apelido é adotado por Sartre que, em suas obras, sempre se refere à Beauvoir como Castor.

60 Pesquisas realizadas sobre orientação da professora Ariane Patrícia Ewald e Ronald João Jacques Arendt, respectivamente. Aquelas foram empreendidas com apoio CAPES.

mais tímida do que a de seu companheiro intelectual e de vida, Sartre. Será um efeito dessa busca ou consentimento em se deixar em segundo plano? Contudo, além dessa diferença de ênfase no interesse da imprensa, o modo como ela era apresentada era, no mínimo, peculiar. Por exemplo, em um pequeno trecho da coluna “O Globo no Planalto”, que registrou que “Durante cerca de meia hora, o Presidente [Juscelino Kubitschek] conversou com o escritor Jean-Paul Sartre e sua esposa, a escritora Simone de Beauvoir” (O GLOBO NO PLANALTO, 1960, p. 14. Grifos do autor). Essa apresentação de Beauvoir como “esposa de Sartre” é um elemento que salta aos olhos e que não esteve presente no modo com Castor endereçava sua persona pública. A relação entre ambos pode ser definida como uma parceria (ROWLEY, 2006; COHEN-SOLAL, 2008; KIRKPATRICK, 2020), mas não exatamente como um casamento. Seria essa uma transmutação necessária ao olhar brasileiro da época? Seria necessário colocar uma mulher renomada dentro da categoria de *casada* para que pudesse ser minimamente respeitada? E que tipo de respeito é esse, se a relega a um segundo plano? Beauvoir transitava, aos olhos da imprensa, ao lado de Sartre como uma esposa-troféu, mas não teria nada de própria a acrescentar?

Afinal, não é apenas nesse sentido que se pode perceber como o conservadorismo brasileiro aparece nas menções a Beauvoir e seu papel como filósofa independente que, dentre outras coisas, foi companheira de vida de Sartre. Opinando sobre os textos de Beauvoir, Elsie Lessa (1964, p. 1), importante jornalista e cronista brasileira, afirma, a seu turno, que um dos valores de lê-los é poder conhecer Sartre e a margem esquerda parisiense⁶¹, evidenciando, também no

61 A Rive Gauche de Paris ficou assim conhecida por se referir à região situada na margem esquerda do rio Sena e se tornou notória como espaço de intensa vida cultural, intelectual e política na capital francesa entre as décadas de 1930 e 1950. Ao leitor interessado no tema, sugere-se a leitura da obra de Herbert Lottman (2009), “A Rive Gauche: escritores, artistas e políticos em Paris (1934-1953)”.

mundo literário, uma apropriação problemática do papel de Beauvoir. As obras da filósofa foram diversas vezes lidas como mero desdobramento das reflexões daquele e, portanto, como produção sem originalidade e valendo, principalmente, por aquilo que revelava da intensa vida de ambos.

De todo modo, este artigo não pretende ser uma discussão sobre o lugar dado por Beauvoir a sua relação com Sartre, tampouco uma reflexão crítica sobre como seu pensamento foi recebido no Brasil. Coloco-me diante de tais registros equivocados sobre Beauvoir não no sentido de desdizê-los com contraprovas ao longo do texto, mas para começar a traçar um caminho que, ao evidenciar as próprias tensões experimentadas por Beauvoir em sua vida em torno das possibilidades do amor e do afeto, possa evidenciar como essas duas categorias se fazem presentes em sua obra. Afinal, é possível algo como o amor e o afeto na relação entre humanos? Se sim, o que seriam? Aquela relação monogâmica defendida por Georges e Françoise de Beauvoir? Um amor livre, como o experimentado na relação com Sartre e tantos outros? E o amor maternal? E as amizades? A solidariedade entre as pessoas? Enfim, quais tensões são experimentadas na experiência do amor?

Esse caminho é conduzido por duas obras de Castor: o conto “A idade da discrição” (BEAUVOIR, 2010) e “Pirro e Cineias” (BEAUVOIR, 2005), um ensaio filosófico da chamada fase moral do pensamento de Beauvoir⁶². Buscarei compreendê-las não apenas a partir delas próprias, mas também me valendo daquilo que Beauvoir escreveu sobre elas em suas memórias (BEAUVOIR, 1982, 2018a, 2018b, e dos achados

62 Embora Kirkpatrick (2020) situe a produção filosófica entre 1943 e 1948 como uma “fase moral” e, ainda, Beauvoir intitule a última obra dessa fase como “Por uma moral existencialista”, encaro tais obras efetivamente como questionamentos éticos, entendendo este campo como aquele que abre a possibilidade de sustentação da dúvida sobre os valores do existir, mais do que definir valores-guias, comuns à moral.

das pesquisas recentes realizadas por Kate Kirkpatrick (2020)). O que empreendo é uma visada fenomenológica para a obra de Beauvoir. Esse olhar considera a indissociabilidade entre pessoa e mundo – o que, neste caso, aponta para a inexorável conexão entre autora e obra, levando em conta aquilo que aparece na própria trama do pensamento de Beauvoir.

Aqui, tal empreendimento é colocado em diálogo com uma provocação de Walter Benjamin (2013) em suas teses conhecidas como “Sobre o conceito da História”. O pensador alemão lembra que a história dos historicistas, sobretudo centrada na narrativa cronológica dos grandes feitos humanos, se preocupa com a narrativa dos vencedores, adotando um tom de maior empatia no registro da perspectiva defendida por aqueles que detêm o poder. Lembra-nos Benjamin, contudo, que a tradição de vencedores

[...] deve sua existência não apenas ao esforço dos grandes gênios que a criaram, mas também à escravidão anônima dos seus contemporâneos. Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie. [...] Por isso o materialista histórico se afasta quanto pode desse processo de transmissão da tradição, atribuindo-se uma missão de escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 2013, p. 13).

Considerando o que nos escreveu a própria Beauvoir (2019, p. 199), que “A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos”, varrer a história dessa pensadora a contrapelo é tomá-la não pela perspectiva de “esposa de Sartre”, tampouco pelo olhar contundente dos críticos contemporâneos a ela ou estabelecer paralelos entre seu pensar e o de Sartre. É necessário considerar sua obra em seu aparecer mais próprio, levando em conta os aspectos de sua produção a partir da lógica que ela própria estabelece. Assim, vejamos como Beauvoir debate o amor e os afetos, primeiramente a partir do ensaio filosófico “Pirro e Cineias”.

PIRRO E CINEIAS: “[...] AS AÇÕES – E OS RELACIONAMENTOS – PODEM SER ÉTICOS?”

Para Kirkpatrick (2020, p. 180), essa é a pergunta que pendula por todo o ensaio “Pirro e Cineias”. Esse texto filosófico sobre o sentido da ação humana foi escrito no ano de 1943 e publicado em 1944, ainda durante a Segunda Grande Guerra. Nele, Beauvoir opta por dialogar com o pensamento de Sartre, que havia acabado de ter sua primeira grande obra filosófica publicada, *O ser e o nada*. Nessa, propunha uma nova chave de compreensão do humano: pura abertura para a construção de si no mundo, cada singularidade humana desdobra, a partir de seus atos, um projeto existencial. Esse projeto não é algo como um planejamento, mas aquilo que se vive desde que nascemos, na tentativa de conferir algum sentido absoluto à existência que, enquanto abertura, é sempre relativa. Sendo o projeto justamente a marca desse jogo dialético entre absoluto e relativo na realidade humana, o modo como cada pessoa desdobra sua existência não é fundamentalmente pré-determinado por nenhum valor. Escolher, por exemplo, adequar a vida aos valores cristãos não pode, a partir das propostas do existencialismo⁶³, ser considerado como uma determinação, um destino, mas uma livre escolha daquele que abraça a crença de seus familiares (SARTRE, 2007).

Assim, a compreensão do humano como projeto deixava em aberto uma questão ética: “dá no mesmo embriagar-se solitariamente ou conduzir os povos [?]” (SARTRE, 2007, p. 764). É assim que termina *O ser e o nada*: colocando esse problema, que diz respeito à reflexão sobre o valor da e na ação humana, mas sem respondê-lo, Sartre prometia um próximo livro, que versaria sobre uma moral

63 Tal qual João da Penha (2014), considero que existencialismo é um termo que se refere, especificamente, ao pensamento de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir. Os demais pensamentos existenciais podem ser compreendidos como filosofias da existência.

existencialista. Entretanto, como muitas de suas promessas em relação ao que viria a produzir, Sartre abandona esse projeto, cujos elementos principais se tornaram conhecidos por meio de uma publicação póstuma (SARTRE, 1983)⁶⁴.

Beauvoir decide enfrentar essa questão ética. Nesse esforço, retoma muitos pontos presentes em “O ser e o nada” (SARTRE, 2007), mas também acena para desvios, cujo principal se coloca em torno da noção de liberdade. Embora em seu livro Sartre aponte para os limites da liberdade diante do mundo, essa dimensão situada da existência não é a tônica de sua discussão ali. O que ele enfatiza é, sobretudo, a liberdade como condição fundamental do humano e, ao mesmo tempo, os descaminhos dessa – a má-fé. Para Beauvoir, ao dar tais ênfases em seu ensaio filosófico, Sartre faz de “*O Ser e o Nada* em grande parte uma descrição do homem sério e de seu universo” (BEAUVOIR, 2005, p. 43).

O espírito de seriedade é a atitude da pessoa que tenta se separar de seu projeto singular, desresponsabilizando-se. Uma tal pessoa se move no mundo em função de um valor “sério” já previamente dado, como se a ela não coubessem escolhas pelas quais tenha que se responsabilizar e com as quais precise se comprometer, mas apenas viver de acordo com aqueles valores (BEAUVOIR, 2005). A pessoa engajada em um projeto de seriedade submete livremente sua liberdade a uma visão da tradição, evitando, a todo custo, dar-se conta, justamente, de que o faz por uma livre escolha⁶⁵. Assim, a seriedade é uma das atitudes daquilo que Sartre e Beauvoir chamam, desde 1933, de má-fé, noção criada por ambos em parceria (KIRKPATRICK, 2020).

64 Para citar alguns, a biografia sobre Gustave Flaubert, que teria cinco volumes, dos quais apenas três foram escritos, e a série “Os caminhos da liberdade”, que teria pelo menos um quarto volume.

65 A repetição dos termos *liberdade* e *livremente* aqui é intencional. Busca evidenciar o caráter de abertura daquele que escolhe fingir para si que não escolhe, ou seja, aquele que abraça uma atitude de má-fé.

Em oposição a essa seriedade, Sartre evidencia a liberdade como condição fundamental, demarcando a inexorabilidade das escolhas para a realidade humana: “[...] o homem está condenado a ser livre”, lê-se em uma de suas célebres máximas (SARTRE, 1987, p. 9). Beauvoir, contudo, demarca uma distância crítica em relação ao modo como Sartre compreendia a liberdade. Se hoje os estudiosos do filósofo compreendem essa noção de partida, como liberdade situada, ou seja, sempre em diálogo com os arredores de cada singularidade, Kirkpatrick (2020) nos lembra que foi Beauvoir quem apontou a necessidade de reforçar o impacto dos arredores como algo que pesa sobre a liberdade e, portanto, sobre as possibilidades. Castor afirma que uma de suas intenções com “Pirro e Cineias” era justamente “evidenciar a verdade e importância da noção de ‘situação’” (BEAUVOIR, 2018a, p. 447). Não indica que Sartre não a menciona, mas, ao mesmo tempo, aponta para o quanto ele não dá a devida importância ao tema em seu extenso ensaio filosófico. Em suas memórias, Beauvoir (2018a, p. 357-358. Grifos meus) registra:

Eu sustentava que, do ponto de vista da liberdade tal qual Sartre a definia – não resignação estoica, e sim superação ativa do dado –, as situações não são equivalentes: *qual a superação possível para uma mulher encerrada no harém?* Mesmo essa clausura, há diferentes maneiras de vivê-la, dizia-me Sartre. Obstinei-me durante muito tempo e só cedi superficialmente. No fundo, eu tinha razão.

Essa liberdade sempre presente, sempre recolocando possibilidades para o humano, seria uma mera abstração diante de situações-limite, como a da mulher e do escravizado (BEAUVOIR, 2005). Desse modo, ciente da distância entre o modo de compreensão do humano existente entre ambos, Beauvoir se debruça sobre o empreendimento de “Pirro e Cineias”. Além da busca por “extrair uma moral do existencialismo”, como afirmou em entrevista em 1945 (AURY, 1945 *apud* SIMONS, 2004, p. 3), interessa-se pela brecha pouco explorada por

Sartre em “O ser e o nada” sobre a “relação entre a experiência individual e a realidade universal” (BEAUVOIR, 2018a, p. 447).

Compreendendo a realidade universal justamente como esse mundo, essa situação que contorna, limita e interage com a liberdade singular, é em outro ensaio filosófico – *Por uma moral da ambiguidade*, de 1947 – que Beauvoir trata essa realidade sob a perspectiva da História e das instituições, como o Partido Comunista. Em *Pirro e Cineias* essa dimensão universal é principalmente demarcada pela relação intersubjetiva, ou seja, entre humanos. Isso se evidencia, de início, pela informação que Beauvoir nos dá em suas memórias sobre a história que lhe serve de inspiração para a escrita desse ensaio: uma narrativa literária que chegou a esboçar, mas nunca concluir.

Imaginava que uma cidade exigia de um de seus membros mais eminentes um sacrifício vital: o de um ente amado sem dúvida. O herói começava recusando, depois a preocupação do bem público era mais forte; ele consentia [,] mas caía, então, numa apatia que o tornava indiferente a todos, e a cada um. Ameaçada por um perigo mortal, em vão a comunidade implorava seu socorro; alguém, uma mulher provavelmente, conseguia reanimar nele paixões egoístas; somente, então, ele reencontrava a vontade de salvar seus concidadãos (BEAUVOIR, 2018a, p. 447).

O que podem os afetos? São suficientes para possibilitar que uma pessoa reencontre ou dê sentido para seus atos? Para que saia da indiferença? “Pirro e Cineias” começa com uma breve narrativa que, inclusive, aponta para a questão do sentido que anima a ação de um homem. Pirro, um conquistador, conversa com seu conselheiro, Cineias. Fala sobre seus planos de conquista. A cada anúncio de suas intenções futuras, Cineias lhe pergunta “e depois?”. Pirro tem sempre a resposta pronta: e depois, a próxima conquista. O breve diálogo prossegue, até que, diante de outro “e depois?”, Pirro responde: “eu descansarei”. Diante dessa fala, Cineias o interpela: “Por que [...]

não descansar imediatamente?” (BEAUVOIR, 2005, p. 133). Assim, podemos dizer que a obra começa pelo questionamento do sentido da ação na realidade humana. Para que agimos? Agimos para a obtenção de uma finalidade. Mas essa finalidade sempre se tornará o ponto de partida para outra finalidade, e outra, e mais outra. Assim, o humano caminha sempre em busca da realização de seus fins, a partir do que constitui, desde sempre, seu projeto existencial.

O projeto não é definido por outrem. Tampouco é um planejamento que pode ser estabelecido de partida, como querem algumas práticas contemporâneas – os *coaches*, por exemplo, avatares do “propósito”. Nem é algo que uma testemunha possa alcançar por intermédio da razão e devolver àquele que o vivencia, como propõem algumas leituras psicológicas para uma clínica inspirada no Existencialismo⁶⁶. “Aos olhos da reflexão [...] todo projeto humano parece absurdo, pois ele só existe se atribui limites a si mesmo [...]” (BEAUVOIR, 2005, p. 134). O projeto se dá sempre no mundo a partir do desdobramento da vida em atos. Mais especificamente, é aquilo que se dá na situação vivenciada por aquela liberdade específica no mundo que é o dela.

Ao mesmo tempo, como escreveu Carlos Drummond de Andrade (2011) em seu *Poema de sete faces*, “Mundo, mundo, vasto mundo / Se eu me chamasse Raimundo / Seria uma rima, não seria uma solução”. Essa imensidão não marcada, não é capaz de mobilizar uma pessoa. As noções de humanidade, solidariedade, bem comum, são por demais indistintas para impelir à ação. Não é todo o mundo

66 É nesse sentido que se pode pensar que uma psicologia inspirada na noção de projeto não pode nunca ter por objetivo devolver ao cliente o projeto existencial dele. Afinal, a análise existencial “permitiria extrair o sentido global das diferentes escolhas de um homem, de compreender seu desenvolvimento e sua unidade; mas ela deveria se retrair diante do fato irreduzível desta opinião singular por meio da qual cada homem se lança livremente no mundo” (BEAUVOIR, 2005, p. 168). Ou seja, nenhuma perspectiva exterior, nem a da própria pessoa que se vivencia enquanto projeto, pode totalizar sua existência em um sentido que poderia lhe ser devolvida por outrem, um analista.

que me convoca, mas aquele mundo apropriado singularmente por mim. Para exemplificar essa situação, Beauvoir retoma o exemplo da parábola bíblica do bom samaritano e a moral dela derivada de que é preciso amar ao próximo. A filósofa defende que os homens que não pararam para o homem caído na estrada não necessariamente são pessoas ruins, mas simplesmente não consideram aquele homem o seu próximo. A ideia de um próximo não marcado, genérico e universal, não constitui sentido para a ação humana. O bom samaritano considerava aquele homem seu próximo e, por isso, para e o auxilia (BEAUVOIR, 2005).

É preciso que a presença do outro me afete⁶⁷ e que eu, a meu turno, também afete sua presença, que possamos nos interpelar, para que um ato humano seja possível. “Não fosse o fato de que compartilho a existência, todo projeto seria vão” (BEAUVOIR, 2005, p. 168-169). Só outrem me toma como objeto pleno, assim, o olhar do outro é que pode me conferir alguma determinação e alguma eternidade. Ele é necessário à realização de meu projeto que, sem esse olhar, é mera ação sem possibilidade de efeitos contínuos no mundo. A questão que Castor passa a enfrentar, então, é se o amor ou as relações afetivas podem, então, significar a plena realização dos projetos humanos, no sentido de que “teremos” outro que nos acompanha e confere sentido a nossos atos.

Assim, Beauvoir passa à consideração da relação entre humanos a partir da noção hegeliana da dialética do senhor e do escravo.

Suponhamos que outrem precise de mim; suponhamos que sua existência possua um valor absoluto: eis-me justificado de ser uma vez que sou para um ser cuja existência é justificada. Fico livre do risco, da angústia; ao pôr diante de mim um fim absoluto, abdiquei de minha liberdade; nenhuma outra questão se

67 Sempre que me refiro ao afetar e à afetação, o faço em referência ao campo dos afetos. Os afetos são aquilo que me afeta e produzidos no embate com o mundo.

coloca; não quero ser mais nada além de uma resposta a este apelo que me exige. O senhor tem fome e sede; o escravo dedicado quer ser apenas o prato que prepara, o copo d'água que traz para aplacar a fome e a sede; ele faz de si mesmo um instrumento dócil. [...] Para atingir seu ser, o escravo se quer coisa diante daquele que [supostamente] detém o ser. Muitos homens, mais ainda mulheres, desejam um tal repouso: dediquemo-nos (BEAUVOIR, 2005, p. 173).

A lógica da dedicação emerge, então, como uma das formas deturpadas de experiência do amor. Ao fazer do outro um senhor capaz de justificar minha existência, posto que supostamente esse outro é pleno, dedico-me a essa pessoa na esperança de receber, em algum momento, a justificativa de meus atos. “[...] a dedicação se apresenta inicialmente como uma total demissão em favor de outrem. [...] Dedico-nos porque queremos; queremos porque é dessa maneira que esperamos recuperar nosso ser [...]” (BEAUVOIR, 2005, p. 174). Nesse jogo, há uma máscara de má-fé – finjo alienar minha liberdade em outrem sem que isso seja minha livre escolha. No fundo, o que é preciso perceber é que, quando me dedico ao outro como se esse me pedisse essa dedicação absoluta e me promettesse me entregar essa plenitude de ser, eu efetivamente não me dedico, mas escolho. “Se me proponho uma meta que outrem não se propunha, que é *minha* meta, não me dedico: faço” (BEAUVOIR, 2005, p. 175. Grifos no original).

Disso se deriva que a dedicação é sempre um projeto que encontra a ingratidão. É tirânica, porque pressupõe alcançar o desejo real do outro para realizá-lo, mas quem leu e colocou esse desejo como aquilo que o outro realmente espera é o sujeito que se dedica e não o outro a quem ele se dedica. Na intenção de não ser tirânica, poderíamos pensar em um projeto de dedicação que interpela o outro e busca corresponder ao que ele deseja. Mas para que tal dedicação pudesse se completar, seria fundamental considerar, primeiramente, que o

outro é absolutamente imutável e que seu desejo não se transforma enquanto busco realizá-lo e, em segundo lugar, que o outro é capaz de me comunicar plenamente a medida de seu desejo. O conflito entre humanos se coloca nesse desejo de que o outro reconheça em minha dedicação o fundamento de seu ser ao mesmo tempo em que é ele que funda o ser de quem se dedica ao pretensamente lhe exigir a dedicação. Ao decidir pelo outro, considero o outro que eu desejo forjar, mas esse outro não existe fora de próprio exercício existencial, em ato (BEAUVOIR, 2005).

Disso se deriva que o único exercício possível de efetivo amor é um exercício ético, no sentido de que é uma constante sustentação da tensão entre duas liberdades:

No reconhecimento [da dedicação do outro] esclarecido, consentido, é preciso ser capaz de manter face a face estas duas liberdades que parecer excluir-se: a do outro e a minha; é preciso que eu me apreenda a um só tempo como objeto e como liberdade, que eu reconheça minha situação como fundada pelo outro ao mesmo tempo em que afirmo meu ser para além da situação (BEAUVOIR, 2005, p. 181).

É claro, esse mesmo reconhecimento, devo ser capaz de dirigir ao outro, reconhecendo-o como vivendo uma situação – um mundo – que eu também fundo para ele, ao mesmo tempo em que ele experimenta e se escolhe livremente nesse mundo. Eis a constante dialética da relação. Podemos aqui retomar as reflexões da jovem Beauvoir, perdida entre o casamento como projeto necessário, ao qual é preciso se dedicar para se realizar-se plenamente como moça, e a proposta de uma relação aberta que, se por um lado é necessária àquele que ama, será capaz de dar conta daquilo que ela deseja? Vejamos como ela coloca essa temática em cena no conto “A idade da discricção”. Mas, primeiramente, é preciso situar a produção da obra.

A IDADE DA DISCRIÇÃO: SITUAÇÃO

O terceiro volume das memórias de Simone de Beauvoir, “A força das coisas”, veio a público em 1963. Tinha 55 anos e, nas três páginas finais do livro, fez uma contundente reflexão sobre o seu envelhecimento.

As pessoas que comem bem e que têm saúde esquecem o estômago; assim também eu esquecia meu rosto enquanto podia olhar para ele sem desprazer: não me preocupava. Agora me preocupa. Detesto a minha imagem: papos em cima e embaixo dos olhos, rosto muito cheio, e esse ar de tristeza provocado pelas rugas em torno da boca. Talvez as pessoas que me encontram vejam simplesmente uma quinquagenária que não está nem bem nem mal: tem a idade que tem. Mas eu vejo minha cara velha, onde se instalou uma varíola da qual jamais me curarei (BEAUVOIR, 2018b, p. 635).

O escândalo causado pelo tom dessas páginas abriu caminho para reflexões que Castor iria empreender nos anos que se seguiram. Tais reflexões culminaram, em 1970, com a publicação de uma extensa pesquisa fenomenológica sobre a velhice (BEAUVOIR, 2018c). Entre 1963 e 1970, olhar para o envelhecimento em conjunto com outro elemento fundamental de seu pensamento, a reflexão sobre a condição da mulher contemporânea, se torna um anseio da filósofa e da escritora. Esse tema já lhe ocupava desde seu primeiro romance, *A convidada*, e é o cerne de sua obra mais conhecida, “O Segundo Sexo”. Já o envelhecimento, era o assunto da ocasião, convocado pela compreensão de sua própria idade e das transformações de seu corpo e reforçado como tema importante a ser discutido pela contundente reação da opinião pública ao que ela disse sobre isso em suas memórias. É da junção desses interesses que nasce a coletânea de contos reunidos sob o título “A mulher desiludida”, em 1967.

Esses contos são produzidos a convite da revista de moda *Elle*, que gostaria de publicar alguns textos de Beauvoir em suas páginas. A

oportunidade lhe agrada duplamente: por um lado, poderia ensaiar, sob a forma de contos breves, a retomada do tema da velhice em termos literários. Já havia tentado fazê-lo, sem sucesso, imediatamente após a publicação de “A força das coisas”. Por outro, seria também a primeira oportunidade para trabalhar em parceria com sua irmã, Héléne de Beauvoir, por quem tinha profundo apreço. Héléne criou dezesseis gravuras para ilustrarem as estórias, a maior parte delas devotada à última e maior das narrativas, “A mulher desiludida”. Mais tarde, ainda no ano de 1967, a editora Gallimard produziria uma edição de colecionador – com uma tiragem de apenas 107 cópias em tamanho especial – com os três contos e as gravuras de Héléne. É nessa ocasião que a coletânea passa a ter um nome, o mesmo do já referido último conto.

Os textos, de modo geral, foram mal recebidos. Beauvoir não compreendia como o livro gerara tanto ódio, sendo chamado de “livro de velha” pelos críticos literários e de obra em que “falta militância”, pelas leitoras feministas. O jornal *Le Figaro* registrou, segundo ela, que se tratava de um “romance para costureirinhas, um romance água-com-açúcar” (BEAUVOIR, 1982, p. 140). As críticas *ad feminam*⁶⁸ diziam ser um escrito de mulher preocupada com seu homem, uma vez que a tradução mais literal do título original seria “A mulher rompida”⁶⁹, um forte indício para os críticos de que ela havia sido abandonada por Sartre e escrito aquelas histórias em um clima de rancor (BEAUVOIR, 1982).

Mas quais eram as intenções de Beauvoir com essas narrativas?

Quanto a mim, eu busquei, em *A mulher desiludida*, representar momentos críticos de três existências femininas: o encontro com a velhice [tema central de “A idade da discricão”], a exasperação da solidão [foco do segundo conto, “Monólogo”] e o fim brutal de uma história de amor [enredo do último, homônimo

68 Chama-se de *ad feminam* todas as críticas e comentários que se embasam no simples fato de se tratar de algo produzido por uma mulher.

69 *La femme rompue*.

da coletânea]. O que me interessava essencialmente nessas histórias era a má-fé a que se agarravam de forma mais ou menos teimosa cada uma de minhas heroínas em suas batalhas. Eu fiquei agradavelmente surpresa [...] ao descobrir que minhas narrativas podiam ser vistas de uma forma completamente diferente (BEAUVOIR, 2015, p. 254. Grifos no original)⁷⁰.

Sobretudo olhando para o último conto, aquele que intitula a coletânea, o que a crítica aponta, ao longo dos anos, é que a estratégia narrativa utilizada por Beauvoir produz mais identificação do que a possibilidade de uma reflexão crítica por parte das leitoras (DOW, 2005). Ao invés de perceberem, por meio das histórias, os subterfúgios utilizados por si mesmas para não assumirem a responsabilidade diante de suas escolhas – a má-fé –, muitas leitoras encontraram ali formas de reafirmação de suas existências aprisionadas pelos valores patriarcais. Como veremos adiante, é justamente em torno da categoria do amor dedicado que tal forma de reafirmação aparece no segundo conto, as leitoras compreendendo que a vida da heroína era a prova de que não havia saída. Talvez seja, inclusive, pela decepção ao perceber o quanto não conseguiu atingir o objetivo de promover uma reflexão por meio dos contos, que essa tenha sido a última experiência literária da escritora. Nenhum outro conto ou narrativa ficcional foi produzido por Beauvoir até o fim de sua vida.

“A idade da discricção”, em si, não recebe muita atenção. É em torno de “A mulher desiludida” que a maior parte das análises críticas se constroem. Primeiro a coletânea é considerada pela própria

70 Tradução livre de: “As for me, I attempted, in *La femme rompue* [*The Woman Destroyed*], to depict the critical moments of three female existences: the encounter with old age, the exasperation of solitude, and the brutal end of a love affair. What interested me essentially in these stories was the bad faith to which my heroines clung more or less stubbornly throughout their struggles. I was pleasantly surprised, in reading Anne Ophir’s essay, to see that my narratives could be viewed in a completely different way”.

Beauvoir a narrativa menos interessante. Para ela, dada a brevidade da história, conseguiu ficar apenas na superfície da temática que buscava abordar. Castor assume que a solidão e o fracasso dos projetos existenciais é o tema que percorre toda a coletânea, mas que, especificamente em relação a esse conto introdutório, o que deseja discutir é a crise diante do envelhecimento. “Uma frase de Bachelard, denunciando a esterilidade dos velhos sábios, me impressionara: como pode um indivíduo ativo sobreviver quando se sente reduzido à impotência?” (BEAUVOIR, 1982, p. 139).

Discordo da autocrítica de Beauvoir. Não penso que ela fique na superfície do tema do envelhecimento, mas que se aprofunda até os limites possibilitados por aquela existência narrada. Afinal, não se pode ir além do que uma vida pode oferecer, o que faria da narrativa um tanto artificial, uma espécie de texto criado para exemplificar um ponto. Ao mesmo tempo, considero que a obra ganha profundidade ao não se furtar a discutir outros assuntos, apontando para muitos caminhos. Esses caminhos, entretanto, se tornam mais evidentes justamente quando se considera o conto em conjunto com os aspectos já destacados das reflexões empreendidas em “Pirro e Cineias”. Nesse sentido, penso que, tal qual afirma Mészáros (2012) sobre a produção intelectual de Sartre, a obra dessa filósofa precisa ser lida em sua totalidade orgânica. Cada romance, ensaio ou memória lido isoladamente se torna mais fraco, pois seu pensamento se requer inteiro para a realização plena de seu projeto intelectual.

Antes de passarmos à análise da narrativa de *A idade da discricção*, compreendamos um pouco melhor alguns elementos mais gerais do conto. Primeiramente, salta aos olhos uma aproximação empreendida entre o título dessa estória e aquele do primeiro romance da trilogia, *Os Caminhos da Liberdade*, de Jean-Paul Sartre, publicado em 1945 (SARTRE, 1963). Enquanto esse se intitula *A idade da razão* (*L'âge de raison*, no original, em francês), o conto de Beauvoir se chama *A idade da discricção* (*L'âge de discrétion*) (BEAUVOIR, 2010). Não encontrei registros que debatam essa semelhança, nem entre

comentadores nem nas memórias de Beauvoir. Entretanto, esse me parece um paralelo evidente.

O romance de Sartre conta a história de um jovem rapaz, Mathieu Delarue, às voltas com a compreensão de que era necessário engajar sua liberdade, vivida ao sabor das circunstâncias – sem compromissos –, para que realmente pudesse ser livre. O conto de Beauvoir funciona como seu reverso. O que vemos é uma mulher que se percebe engajada em seus planos de vida como que por força das circunstâncias: a escrita e publicação de um estudo teórico sobre Montesquieu, a tese de doutorado e a carreira do filho, a trajetória do marido como cientista de sucesso. Tudo isso lhe aparece como necessidades inescapáveis a uma senhora de respeito, coerente com suas convicções e capaz de manter uma família e uma carreira respeitáveis. Conforme cada um desses planos fracassa, ao invés de compreender que não se engajara em sua existência, mas em valores externos a si, passa a se tomar como alguém ultrapassada, diante de uma velhice que não lhe apresenta saídas. Assim, enquanto em Sartre vemos a passagem da juventude descompromissada ao engajamento, em Beauvoir vemos o engessamento de uma vida em torno de compromissos se dando conta da incontornável transitoriedade da existência.

Outro elemento fundamental de contraponto entre essas obras, que situam o escrito de Beauvoir em um patamar crítico em relação à narrativa de Sartre, é o fato de que, enquanto Mathieu tem nome e sobrenome, a heroína de Beauvoir é a única personagem em todo o conto que é anônima. Com isso, a escritora demarca o lugar social da mulher, o outro do homem (BEAUVOIR, 2019), secundária. Passemos, por fim, às reflexões abertas pelo conto em conjunto com o ensaio filosófico “Pirro e Cineias”. Contudo, é preciso antes demarcar que a análise aqui empreendida parte dos temas presentes em determinados momentos da narrativa. Não me valho de uma metodologia do campo literário para esta análise, realizando uma análise mais próxima do campo fenomenológico, partindo daquilo que emerge do enredo narrado por Beauvoir.

A IDADE DA DISCRIÇÃO E O AMOR COMO ÉTICA

“Meu relógio parou? Não. Mas os ponteiros parecem não se mover. Não olhar para eles” (BEAUVOIR, 2010, p. 9). É com essa questão que a personagem anônima abre o conto. A heroína está entediada diante de um dia sem novidades. Despede-se de André, seu marido, que vai para o trabalho. Recebe-o em casa mais tarde, pensa sobre como se ressentir que ele não se esforce para ter o mesmo vigor de outrora e o recrimina por isso. Gostaria que, como ela, ele encastrasse a passagem do tempo – não o do relógio, que ela já nos disse que prefere ignorar, mas da vida – com positividade. Sua inspiração é marcada por uma frase que ela diz ser de Paul Valéry, “Cada átomo de silêncio é oportuno ao fruto maduro” (BEAUVOIR, 2010, p. 14). Entrega-se à certeza de que, se ela e o esposo estão vivendo um tempo de intervalo, em que menos possibilidades e vigor parecem presentes, é só porque isso é necessário a um novo e melhor florescer. Engaja-se, assim, é um valor externo, uma moral, tomando uma frase de efeito como definição acalentadora de sua existência. Como vimos, o problema dessa adoção não se dá no fato de que ela ocorra, mas sim no fato de que ela se dê sem se considerar como ato livremente escolhido. A personagem não se dá conta que é ela quem abraça a frase de Valéry como uma verdade sobre o existir humano. É uma verdade. Ponto. Precisa valer para todas as vidas. Se André, por exemplo, lhe parecia entregue a uma velhice que não aguarda florações, é só porque ele ainda não se deu conta dessa verdade. Ira se dedicar ao marido na expectativa de que ele desabroche.

Prova de que essa floração é verdadeira – e portanto, de que esse valor universal – é o novo livro que havia escrito. Recém-publicada, sua pesquisa sobre Montesquieu traria não apenas uma nova luz sobre o pensamento desse, mas, sobretudo, um inovador método de análise que “permitiria penetrar na obra de um autor com uma

exatidão que nunca se conseguiu” (BEAUVOIR, 2010, p. 19)⁷¹. No dia seguinte, encontra-se com Martine, uma antiga aluna, agora amiga e colega de profissão, a quem entrega sua publicação e lhe pede um retorno sobre o livro. Conta para Martine que André foi o único leitor da obra até então, mas que ele não dá muita atenção às questões da literatura. O que sabemos até aqui é que a personagem não conversa com o esposo sobre isso: sabe o que ele pensa e sente.

Em seguida, descobrimos a heroína em sua casa, ansiosa pela visita de seu filho, Philippe, e sua nora, Irene. Há certa animosidade em relação à nora, um tipo de mulher esnobe e elegante que a heroína acreditava não combinar com o tipo de seu filho, um intelectual. Quando ele lhe contou de sua paixão por Irene, “houve aquela pancada de gongo em meu peito, o sangue subiu em minhas faces, todos os meus nervos ficaram tensos para reprimir o tremor de meus lábios” (BEAUVOIR, 2010, p. 23). Era possível amar uma pessoa tão diferente?

Conheço esse gênero de mulheres ‘na moda’. Têm uma profissão vaga, pretendem cultivar-se, fazer um pouco de esporte, vestir-se bem, cuidar impecavelmente da casa, educar perfeitamente os filhos, levar uma vida mundana, em resumo: ter sucesso em todos os planos. E na verdade, não se prendem a nada. Elas me revoltam (BEAUVOIR, 2010, p. 23-24).

Contra a fluidez da juventude, a heroína opõe o valor das coisas que duram. Mais do que isso, o valor das coisas que devem ser feitas duradouras, mas não é assim que ela percebe, já que isso seria

71 É curioso o paralelo possível entre a proposta da heroína e o projeto desenvolvido por Sartre nesta época: estabelecer uma grande biografia sobre Gustave Flaubert. Não há indícios que apontem para uma crítica de Beauvoir a esse empreendimento, que ocupa os últimos anos de produtividade de Sartre, até que o adoecimento e a perda da visão lhe impeçam de escrever.

admitir que é ela quem lhes garante duração. Sua profissão foi um longo projeto em que se engajou, desenvolveu por anos e que, agora, rendia seu melhor resultado, o livro recém-publicado. Seu marido era também um projeto a que se dedicava com afinco. Infelizmente, André se perdera na velhice, mas tinha esperanças que de esse fosse um breve “átomo de silêncio”. Philippe, a seu turno, um grande projeto de sua vida, vinha dando bons frutos, apesar do casamento: estava trabalhando em sua tese de doutorado, era professor assistente, seguia a carreira que ela planejara para ele e investira seu tempo em construir, como uma boa mãe deve fazer. A heroína assume que sabe quais são os desejos do marido e do filho e dedica-se à criação de situações favoráveis para que eles se realizem. Como vimos, porém, o projeto de dedicação nesses moldes encontra a sensação de ingratidão, já que se sente que é necessário que o outro reconheça o esforço daquele que se dedica.

É deste ponto em diante que a narrativa passa a nos mostrar os diversos golpes do mundo contra as certezas da heroína. Philippe lhe anuncia que irá abandonar a pesquisa e a carreira docente: seu sogro, um homem rico e influente, iria lhe conseguir uma posição melhor. Após uma intensa discussão entre os quatro, em que a heroína não se sente apoiada pelo marido, Philippe e a esposa deixam a casa. Decide, então, proibir que André se comunique com o rapaz. Era necessário que ambos demonstrassem profunda recusa em acolher o novo movimento dele.

Alguns dias depois, descobre que o marido vinha escondendo dela pequenos encontros com o filho, o que inicia uma briga do casal. Dá-se conta que André, de fato, envelhecera, não era apenas um intervalo de silêncio, e teme ter que viver o resto de seus dias ao lado de um velho e sem a presença do filho que, apesar de ter sido criado a sua imagem, a havia abandonado por uma mulher sem valor. Onde haveria ela errado? Seus atos em direção ao marido e ao filho não produziram aquilo que esperara. Eles não correspondiam adequadamente.

Noutra ocasião, André anunciando novo encontro com o filho, a heroína descobre que o trabalho de Philippe é no Ministério da Cultura do governo de Charles de Gaulle. Além de ter se tornado um “carreirista” – assim ela o define –, abandonou as convicções de esquerda, tão cozidas ao longo de todos os anos de formação daquele filho. Decide subitamente ligar para ele. Pretende mostrar o absurdo das escolhas que ele fizera, preferindo a ambição aos bons valores. Philippe, a seu turno, lhe responde que “não somos uns salafrários só porque recusamos compartilhar suas obstinações senis!” (BEAUVOIR, 2010, p. 36). A ligação termina sem qualquer sinal de que bons termos poderiam ser retomados entre mãe e filho.

Mas Philippe envia, por intermédio de André, uma carta para a mãe. Quer retomar boas relações, mas ela se recusa a lê-lo. Diante da ausência de respostas, Irene decide visitar a sogra e lhe falar do sofrimento do esposo, mas a encontra irredutível. Após essa breve reunião, uma nova discussão com o marido: sentia que, ao manter diálogos com o filho e a nora, ele a traía: “Acreditava que fôssemos transparentes um para o outro, unidos, soldados como irmãos siameses. E ele me abandonou e mentiu para mim: eu me encontrava sozinha [...]. Nós não íamos nos separar. Solitários, continuaríamos vivendo lado a lado” (BEAUVOIR, 2010, p. 43). Para a heroína, não há possibilidade de existência conjunta em que a tensão entre absoluto e liberdade possa ser sustentada. Ou o outro se submete aos anseios que ela estabelece para ele, ao que ela se dedica com afinco, ou estão fadados a uma solidão em conjunto.

No dia seguinte, preocupada com o casamento com André e com acalantar sua raiva em relação ao filho, recebe um novo golpe. A primeira crítica a seu livro é negativa: acusam-na de se repetir em relação a pesquisas anteriores. Entretanto, é possível crer na opinião de um crítico que ela mal conhece? Prefere a opinião daqueles que escolhe. Decide que irá aguardar um retorno de Martine.

À noite, um alívio: ela e André fazem as pazes, mas fica com a sensação de que não se disseram tudo. Especialmente, faltou dizer

ao marido como lhe irritava que ele tivesse se abandonado à velhice. De todo modo, aceita o convite para fazerem uma viagem juntos e ele, de surpresa, a leva à cidade em que ela passara a infância, Milly. Ela o havia pedido para revisitarem o local dias antes. Entretanto, ao chegar lá, constata:

– [...] Não é mais minha Milly.

Decididamente, nada mais era igual: nem Milly, nem Philippe, nem André. E eu?

– Vinte minutos para vir a Milly é um milagre – disse quando entrávamos no carro. – Apenas não é mais Milly.

– Pois é. Ver o mundo transformar-se é, ao mesmo tempo, milagroso e desolador.

– Mas para mim também. O desolador, quando se envelhece, não está nas coisas, mas em nós mesmos (BEAUVOIR, p. 50).

André se abre para uma relação mais fluida com o tempo, ao passo que sua esposa se apega ao passado, a ponto de dizer que “tem” um passado, como algo que ela possui e carrega consigo. Tal qual não é possível, ao amar os outros, acolhê-los enquanto movimento, a heroína deseja que seu passado permaneça imutável, que os objetos estejam arrumados, como quem coloca ordem nas coisas da casa. Ela e André discutem brevemente o modo de falar sobre o tempo: “tem-se” o tempo? Por fim, calam-se e prosseguem a viagem. Entretanto, ela lê no marido um incômodo: sentia-o solitário, tal qual ela. Percebe que todos os lugares visitados lhe pareciam, a ela, um mero amontado de pedras sem sentido. A viagem já não era “seu” ato. Só os atos livremente abraçados em nosso projeto existencial podem constituir sentido. Fora disso, um turista indiferente à viagem só observa amontoados de objetos desprovidos de qualquer valor.

De volta a Paris, impele o marido a antecipar a ida dele para o interior, onde visitaria a mãe, e anuncia que já não pretende acompanhá-lo. Não lhe expõe os motivos, não dialogam sobre. Sente que era

isso que precisava, ficar só de fato por um tempo para compreender que caminhos gostaria de seguir: “Na solidão, os projetos se formulam [...]” (BEAUVOIR, 2010, p. 55). Ao mesmo tempo, tendo lido o marido, objeto que conhece completamente, sabe que é isso que ele deseja, já que André está cansado dela.

Três dias após a partida do esposo, recebe a visita de Philippe. Deseja que o filho se desculpe, faz charme, quer que ele seja mais enfático em seu arrependimento e não recebe o que esperava. Exasperado com o jogo da mãe, o filho sai novamente de casa, dizendo-lhe: “Você é por demais tirânica. No fundo, você não tem coração, só tem vontade de poder” (BEAUVOIR, 2010, p. 58). Arrepende-se quando percebe que o filho não voltaria para continuar a conversa, mas decide não o procurar. Ao invés de perceber seus atos como os de uma Senhora que almeja escravizar as ações de outrem, enxerga-se como uma mãe dedicada e ciosa de sua prole. É Philippe o verdadeiro tirano, se tornara “um pequeno senhor” (BEAUVOIR, 2010, p. 57).

As críticas a seu livro continuam. Todas concordam com o ponto já evidenciando pelo primeiro analista: repetia-se. Entretanto, a heroína não confia na crítica. Ainda prefere ouvir de sua amiga Martine, que certamente teria mais sensibilidade para perceber as possibilidades abertas pela nova pesquisa. Encontram-se e Martine lhe indica que reconhece no texto uma excelente análise que não se propõe a ser nova. “Eu pergunto-me se a partir dos sessenta anos não estamos condenados a nos repetir” (BEAUVOIR, 2010, p. 63). A opinião de Martine lhe cai como um novo golpe.

Decide ir ao encontro do marido no interior. Anuncia-lhe que desistiu do segundo livro, aquele que daria continuidade à pesquisa sobre Montesquieu. Ele lhe sugere que aguarde, que essa sensação de vazio pode ser temporária e que uma nova ideia pode surgir. Diante dessa fala, ela compreende como é fácil criar expectativas para o outro: havia feito isso o tempo todo em relação a André e Philippe e, agora, era o alvo das expectativas daquele. Ao que parece, a heroína começa a se desengessar diante do mundo, abrindo-se para a reflexão sobre

o lugar possível para si e para os outros e, principalmente, para a relação entre eles.

Tinha dito a André: “Não vejo o que se perde envelhecendo.” Pois bem! Agora eu via. Tinha recusado sempre encarar a vida à maneira de Fitzgerald, como “um processo de degradação”. Acreditava que minhas relações com André nunca se alterariam, que minha obra não pararia de se enriquecer, que Philippe pareceria cada vez mais com o homem que eu quisera fazer dele. Não me preocupava com meu corpo. E acreditava que mesmo o silêncio produzia frutos. Que ilusão! A palavra de Sainte-Beuve é mais verdadeira que a de Valéry: “Endurecemos em alguns lugares, apodrecemos em outros, não amadurecemos nunca.” Meu corpo me abandonava (BEAUVOIR, 2010, p. 73-74).

Por outro lado, ao encontrar na frase de Sainte-Beuve outro valor exterior a si, será mesmo que efetivamente se coloca em movimento, assumindo suas escolhas? Ou apenas se coloca novamente como passividade que acolhe as imposições do mundo, no caso, do envelhecimento, da crítica, das escolhas do filho...?

O casal retoma os diálogos. Ela se sente confortável para dizer que entendeu que ele não a queria por perto. “Estava farto de mim, tudo o que mais desejava era me ver pelas costas.”, ao que ele responde, “Está louca! Eu queria evidentemente, dizer: tenho vontade de irmos os dois juntos [na viagem para a casa da mãe de André]” (BEAUVOIR, 2010, p. 84). Ela então admite que o sentia mudado, pois ele vinha “dando uma de velho”, ao que ele lhe reafirma o envelhecimento de ambos. Ela reflete, silenciosamente, que será preciso mudar de atitude diante da vida e que, talvez, essa mudança possa apontar para novos rumos na relação com o filho, com a nora, com o marido e, quiçá, consigo própria. Diante dos fatos da vida, como a passagem do tempo, conclui que “Não temos escolhas”, frase derradeira do conto (BEAUVOIR, 2010, p. 87).

Uma visada de sobrevoos para esse enredo permite afirmar, inequivocamente, o quanto a narrativa dá conta das preocupações enunciadas por Beauvoir no já mencionado final de seu terceiro livro de memórias (BEAUVOIR, 2018b). É esse sentido que ela própria privilegia, como vimos, quando anuncia, em seu último livro de memórias, que “A idade da discricção” é uma história sobre uma mulher tendo de lidar com a constatação de que o avançar da idade traz consigo a impotência diante da vida, uma espécie de caminho sem saída em que “não temos escolhas”.

Entretanto, penso que, ultrapassando esse primeiro nível de análise sugerido pela própria filósofa, podemos considerar a força das relações entre as personagens como fio condutor de todo o processo. É nos afetos gerados pelo encontro entre a heroína, Philippe, André e Martine, que estão dispostos a se relacionarem entre si, que tudo se passa. Mais especificamente, defende Beauvoir no conto e no ensaio, é a partir dos atos daqueles que elegemos como nossos próximos, aqueles que amamos e com quem estabelecemos relações de afeto, que nos movemos. Afinal, não são os críticos ou Irene aqueles que expulsam os afetos da heroína, mas apenas os que ela elege como alvo de seu devotado amor. Não fosse a imposição de uma relação com a opinião dos críticos trazida pela visão de Martine ou do amor do filho pela Nora, é provável que a heroína fosse simplesmente indiferente a essas personagens.

O que Beauvoir consegue, por meio do conto, é alcançar outra complexidade em relação ao ensaio. Por um lado, podemos ter a sensação de que a má-fé da heroína está em não se perceber sempre como liberdade. Entretanto, não é em relação a tudo que ela é livre. A passagem do tempo, o envelhecimento, as escolhas do filho, a interpretação da crítica, tudo isso são dimensões que se impõem a ela, afetando-a. Ainda assim, outros modos de lidar com essas imposições podem se abrir. É essa a defesa que Sartre fazia nos diálogos com Beauvoir sobre a noção de liberdade, o que poderia nos fazer crer que ela revisou sua compreensão sobre o tema, assumindo uma

dimensão sempre de abertura⁷². Entretanto, é por meio do conto que ela evidencia uma condição mais ampla, sobre a qual ainda resta alguma possibilidade de escolha, mas que exige uma transformação mais profunda, não apenas a partir do ato singular da heroína.

Afinal, o que Beauvoir evidencia é a condição social de mulheres criadas em uma lógica patriarcal, formadas para tomarem a casa e os homens como aquilo a que elas precisam se dedicar. A carreira da heroína aparece quase que como um elemento extra, adicionado pelas conquistas das lutas feministas ao longo dos tempos, mas não plenamente reconhecido. É nesse sentido que ela se ressentente, por exemplo, da geração seguinte, representada por Irene, que já consegue estabelecer outra forma de relação com sua vida profissional, não se dedicando plenamente a Philippe como deveria fazer uma boa esposa. Nesse sentido, só ela, a heroína, sabe o que o filho realmente precisa. André, a seu turno, sequer se interessa pelo trabalho da esposa, lê seu livro com indiferença e não lhe antecipa que havia achado a obra uma espécie de repetição dos livros anterior. Já ela se vê na posição de motivá-lo para que realize novas conquistas científicas em seu campo de pesquisa.

Essa condição da mulher, somada ao peso da passagem do tempo, constitui uma situação complexa que a forma ensaística não dá conta de evidenciar. É diante da vida singular dessa mulher mais velha que podemos compreender as complexidades presentes nas relações humanas, a partir das categorias do amor e do afeto – principalmente endereçadas por meio da noção de dedicação –, e refletir sobre as possibilidades de constituição de algo como uma relação amorosa quando não há simetria entre homens e mulheres. Esse é um exercício que, como vimos, Beauvoir conheceu na pele: sempre reconhecida como esposa de Sartre, escritora para “mulherzinhas”, por mais que pudesse tentar se colocar em um lugar diverso desse, era retomada pelo olhar

72 No fundo, desde os embates entre ambos após a publicação de “O ser e o nada”, é Sartre quem se move em direção à perspectiva defendida por Beauvoir.

dos outros a partir dessas noções cristalizadas. Seus atos singulares participam, certamente, na desconstrução do mundo em que colocar a mulher nesse lugar de escravizada pelo homem, senhor absoluto, é possível. Mas, para que seu ato se sustente e produza efeitos duradouros, deve ser sempre retomado por outras liberdades. Nossos atos sempre requerem a liberdade do outro (BEAUVOIR, 2005).

Portanto, não é por acaso que “A mulher desiludida” é construída como obra que tem por objetivo possibilitar uma reflexão crítica das leitoras. Ao mesmo tempo, também não é por acaso que gere profunda decepção na escritora, ao ver que seu projeto, ao invés de angariar aliadas na luta pela transformação do mundo, produziu leitoras que se reafirmavam em seus lugares engessados de existência. Por fim, é preciso ainda outros olhares para a obra de Beauvoir no sentido de compreender como essas categorias do amor e do afeto aparecem em outros momentos de sua trajetória. Certamente, como vimos, é uma questão central em seu pensamento e que é profundamente atravessada por sua própria trajetória.

REFERÊNCIAS

DRUMMOND-ANDRADE, C. **Poema de sete faces**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BEAUVOIR, S. de. **Balanço final**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

BEAUVOIR, S. de. **Por uma moral da ambiguidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BEAUVOIR, S. de. **Diary of a Philosophy Student**. [online] v. 1. Champaign: University of Illinois Press, 2006.

BEAUVOIR, S. de. **A mulher desiludida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BEAUVOIR, S. de. **Feminist Writings**. Champaign: University of Illinois Press, 2015.

BEAUVOIR, S. de. **A força da idade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018a.

BEAUVOIR, S. de. **A força das coisas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018b.

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018c.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, W. **O Anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

COHEN-SOLAL, A. **Sartre: uma biografia**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

DOW, S. Simone de Beauvoir's "la femme rompue": reception and deception. **The Modern Language Review**, v. 100, n. 3, p. 632-644. Cambridge: 2005.

EWALD, A. P.; GONÇALVES, T. L. Narrativa literária na proposta sartriana de compreensão da existência. **Cadernos Sartre**, Revista do Grupo de Estudos Sartre (G.E.S.), n. 2, p. 141-159. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará - UECE, 2009.

KIRKPATRICK, K. **Simone de Beauvoir: uma vida**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2020.

LESSA, E. G. **O Globo**, Caderno Geral, p. 1. Rio de Janeiro: 28 dez. 1964. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019641228C&edicao=Vespertina>

LOTTMAN, H. R. **A Rive Gauche**: escritores, artistas e políticos em Paris (1934-1953). Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MOUTINHO, L. D. **Sartre**: existencialismo e liberdade. São Paulo: Moderna, 1995.

O GLOBO no planalto. **O Globo**, Caderno Geral, p. 14. Rio de Janeiro, 29 set. 1960. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019600929>

SARTRE, J. P. **A idade da razão**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

SARTRE, J. P. **Cahiers pour une morale**. Paris: Gallimard, 1983.

SARTRE, J. P. O existencialismo é um humanismo. *In*: **Sartre**: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SARTRE, J. P. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SIMONS, M. A. (ed.). **Philosophical Writings**. Champaign: University of Illinois Press, 2004.

SOUZA, R. R. O assassino existencialista e outras narrativas: o existencialismo de Sartre em cena no Rio de Janeiro (1945-1955). 220 f. Dissertação (mestrado em Psicologia Social) Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro: 2015.

SOUZA, R. R. “Sartre é intragável”: narrativas de uma antropofagia filosófico-literário-política brasileira (1955-1969). 286 f. Tese (doutorado em Psicologia Social) Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro: 2021.

MÉSZÁROS, I. **A obra de Sartre**: busca da liberdade e desafio da história. São Paulo: Boitempo, 2012.

PENHA, J. **O que é existencialismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2014.

Forasteiras de dentro: feminismos, fantasias e (auto)exílios nos cinemas

*Sandra de Souza Machado*⁷³

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 1892, uma das pioneiras nas organizações de movimentos feministas mundiais, entre sufragistas e ativistas pelos direitos humanos, civis e políticos das mulheres, a norte-americana Elizabeth Cady Stanton (1815-1902), então presidenta da *National Woman Suffrage Association*, afirmou em histórico discurso durante audiência na Comissão do Judiciário do Congresso dos Estados Unidos que a razão mais forte para se outorgar às mulheres todas as oportunidades de educação superior, para o pleno desenvolvimento de suas

73 Universidad de Cádiz (UCA)

faculdades, suas forças de mente e corpo, seria para dar-lhes a mais ampla liberdade de pensamento e ação: “uma completa emancipação de todas as formas de escravidão, de costume, dependência, superstição; de todas as influências paralisantes do medo”⁷⁴.

Isso porque, segundo Elizabeth Stanton, tal emancipação seria a autossuficiência para a mulher encarar sua solidude (estado de isolamento voluntário e positivo) e a responsabilidade por sua própria vida individual. Portanto, em nome da associação pelo sufrágio feminino nos Estados Unidos, ela invocou o direito à mulher ter voz no governo sob o qual ela vive; na religião em que ela é chamada a acreditar; o direito à igualdade e à equidade na vida social, onde ela é o principal fator; e um lugar nos ofícios e profissões, onde ela pudesse ganhar seu pão, porque, como indivíduo, ela deve confiar em si mesma.

[...] elas devem fazer a viagem da vida sozinhas e, para segurança em uma emergência, elas devem conhecer algo das leis da navegação. Para guiar nossa própria embarcação, devemos ser capitãs, pilotas, engenheiras; com carta e bússola para ficar ao leme; para vigiar o vento e as ondas e saber quando tomar a vela, e para ler os sinais no firmamento acima de tudo. Não importa se o viajante solitário é homem ou mulher; a natureza tendo-os dotado igualmente, deixa-os à sua própria habilidade e julgamento na hora do perigo, e, se não for igual à ocasião, perecem da mesma forma. Para apreciar a importância de adequar cada alma humana à ação independente, pense por um momento na imensurável solidão do eu. Entramos no mundo sozinhos, ao contrário de todos os que nos precederam; deixamo-lo sozinho em circunstâncias peculiares

74 Stanton, E. C. **Solitude of Self**: address to the U.S. Congressional Committee of the Judiciary Hearing: Jan. 18 1892. Arquivo da Biblioteca do Congresso, Estados Unidos, disponível em: <http://hdl.loc.gov/loc.mss/ms998020.mss41210.0105> Acesso: 29 jun. 2021.

a nós mesmos. Nenhum mortal jamais foi, nenhum mortal jamais será como a alma recém-lançada ao mar da vida⁷⁵.

Tal consistente defesa do direito às liberdades individuais e da emancipação das mulheres em níveis sociais, políticos, econômicos e culturais, até como ferramentas para a mais elementar sobrevivência, permanece necessária passadas duas décadas do terceiro milênio. Ainda que, na contemporaneidade, boa parte das sociedades globais possa encampar as bandeiras das lutas contra as múltiplas violências, torturas e assassinatos contra as mulheres, por meio de campanhas institucionais, governamentais ou não, filmes, séries e programas de TV, frutos e resultados dos diversificados movimentos feministas.

Hoje, tomam fôlego as condenações internacionais contra infames práticas sociais e culturais “tradicionais”: desde o assédio sexual, moral e psicológico nos ambientes público e privado, até práticas extremas de violência, como o apedrejamento até a morte e a mutilação genital feminina; legalizar ou aceitar o casamento infantil; forçar a submissão servil e a escravidão laboral e sexual de mulheres e meninas.

É secular, ou milenar, dependendo da região ou país, a construção sociopolítica e cultural da desvalorização, da submissão e do direito à posse dos corpos “frágeis”, do feminino, tornados objetos e fetiche, sujeitos ao controle nos âmbitos público e privado. Ao longo da história das civilizações patriarcais, em todo o mundo, as mulheres foram assujeitadas a papéis secundários, do Outro (alteridade), de retaguarda nas dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas. Aquelas tantas que fogem aos modelos e regras foram e ainda são cerceadas, encarceradas, desacreditadas, silenciadas ou mortas.

75 Stanton, E. C. **Solitude of Self**: address to the U.S. Congressional Committee of the Judiciary Hearing: *Jan. 18 1892*. Arquivo da Biblioteca do Congresso, Estados Unidos, disponível em: <http://hdl.loc.gov/loc.mss/ms998020.mss41210.0105> Acesso em: 29 jun. 2021.

As permissões sociais e culturais para tais violências contra as mulheres são instaladas e reforçadas, insistentemente, por meio das más representações e estereótipos perversos paulatinamente engendrados, ao longo das formações civilizacionais, pela misoginia patriarcal que permeia as religiões, as ciências, as artes e as literaturas.

Entre as principais estereotípias do corolário sexista estão as das mulheres que seriam loucas/histéricas (mental e espiritualmente fragilizadas); as santas (limitadas à pureza e à castidade da grande mãe, guardiãs do lar); as depravadas ou prostituídas (como as gananciosas e infiéis *femmes fatales*); e, em uma espécie de resumo facilitador para as perseguições e violências contra mulheres, as hereges e pestilentas bruxas.

A figura da bruxa seria a soma e, ao mesmo tempo, a antítese dos arquétipos femininos nas literaturas ficcionais ou documentais. É a mulher de espírito livre, não conformada às convenções sociais e religiosas, socialmente isolada, portanto perturbada mentalmente, infiel ou fragilizada espiritualmente. Também seria a mulher “mal-amada”, por seguir a vida sem regras, sem família, e sem um homem-guardião.

Por outro lado, as bruxas seriam manipuladoras, enganadoras, mascaradas, e teriam poderes sobrenaturais para iludir, fazerem-se atraentes (*femmes fatales*), conquistar e destruir suas presas. Entretanto, esses mesmos poderes (conhecimentos) espirituais e naturais das bruxas serviriam a um papel santificado de cura de doenças, para evitar a morte ou para ajudar na concepção: a curandeira e parreira. Nesse sentido, seria paradoxalmente também a mulher maternal, quem cuida e contribui no “dar a luz”.

Por tudo isso, ao longo dos tempos, em diversas sociedades, as curandeiras e feiticeiras (mulher-bruxa) causaram sentimentos contraditórios nas comunidades, em relacionamentos limiares entre amor e respeito versus ódio, escárnio e medo. Pelos séculos tem sido reforçado e permeado o estereótipo entre as populações, acompanhado da necessidade de se alijar ou eliminar, da sociedade, mulheres “infiéis” à ordem.

Sobretudo na transição do feudalismo para o capitalismo, entre a Idade Média e a Era Moderna, foram intensificadas as caças às bruxas,

instigadas por cortes e ordens religiosas, por senhores feudais ou por nascentes burgueses com poderes políticos, econômicos e jurídicos. As mulheres curandeiras, autodeterminadas, independentes e que em geral possuíam terras ou bens, mesmo se em pequenas frações, foram perseguidas e acusadas de possessões malignas, feitiçaria, paganismo e heresias. Tais incorreções representacionais permanecem ainda hoje nas estereotípias disseminadas nos meios de comunicação de massa, nas manifestações das artes e literaturas.

A historiadora e ativista feminista italiana Silvia Federici (2004) afirma que as mulheres, ou qualquer pessoa que se creia feminista, têm que prestar atenção e lutar contra o atual retorno das caças às bruxas, que chegam com força e de forma assustadora na virada do século XX para o XXI. É forma clara de dominação e posse dos corpos femininos, com a eliminação massiva das “rebeldes” e/ou a alienação social das mulheres, via submissão à ordem patriarcal capitalista, mesmo que seja pela barbárie do tráfico para fins de exploração sexual e de servidão laboral.

Na contemporânea era tecnológica digital, verifica-se o fenômeno (das caças às bruxas) nos meios de comunicação de massa, em especial nos cinemas pós-industriais, nas séries de TV e/ou nos canais de *streaming* digital. Salta aos olhos, literalmente:

[...] há o cinema *blockbuster* (de grandes bilheterias) feito para reforçar e perpetuar as caças às bruxas, às mulheres “possuídas” por demônios, e os estereótipos femininos negativos ou de negação da mulher. São hordas de filmes e produções em vídeo, como as novelas brasileiras ou as séries em *streaming* nos canais digitais, distribuídos fartamente às massas, com demonstrações explícitas de clichês sobre a “maldade”, a libido desmedida ou a ganância excessiva, e/ou a fragilidade mental e espiritual das mulheres⁷⁶.

76 Machado, S. S. **Entre santas, bruxas, loucas e femmes fatales**: (más)representações e questões de gênero nos cinemas. Curitiba: Editora Appris, 2019, p. 53.

Então, para efeito de compreensão acerca do forte retorno (ou do agravamento), na aurora do terceiro milênio, do tráfico para fins de (semi)escravidão laboral e sexual de seres humanos, avassaladoramente das mulheres e meninas – que somam aproximadamente 80% das vítimas do tráfico humano em nível mundial⁷⁷, é necessário entender a gênese do capitalismo. Verificar a série de fenômenos de expropriação de bens comunitários, de cerceamento massivo de liberdades individuais e coletivas, do desenvolvimento mundial de novos movimentos de diáspora acompanhados pela perseguição de trabalhadores/as migrantes.

Algo que nos remete, uma vez mais, às Leis Sangrentas introduzidas na Europa dos séculos XVI e XVII, com o objetivo de colocar os “vagabundos” à disposição da exploração local. Ainda mais importante foi a intensificação da violência contra as mulheres, inclusive o retorno da caça às bruxas em alguns países (como, por exemplo, África do Sul e Brasil). Por que depois de 500 anos de domínio do capital, no início do terceiro milênio, os trabalhadores em massa ainda são definidos como pobres, bruxas e bandoleiros? De que maneira se relacionam a expropriação e a pauperização com o permanente ataque contra as mulheres? O que podemos aprender sobre o desdobramento capitalista, passado e presente, quando examinado de uma perspectiva feminista?⁷⁸

77 Ver artigo de Maria Ângela Rosa Soares, no periódico **A Gazeta**, intitulado “Exploração sexual e tráfico de pessoas: crimes silenciosos e invisíveis – De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho, 2,4 milhões de pessoas são vítimas dessas barbáries e cerca de 80% são mulheres e meninas”. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/artigos/exploracao-sexual-e-trafico-de-pessoas-crimes-silenciosos-e-invisiveis-0920> Acesso em: 30 mai. 2021.

78 Federici, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Coletivo Sycorax (trad. e ed.), p. 14-15. Brasil: 2004. Disponível em: <http://coletivosycorax.org/indice/>

Assim como ocorre em teorias engendradas sobre a suposta supremacia branca e consequente inferioridade da alteridade, nas diversidades etnorraciais de povos e nações, são estabelecidas as desculpas históricas para o cárcere privado, o aprisionamento em instituições penais ou em sanatórios, os assassinatos de “rebeldes”, e, sobretudo a exploração sexual e laboral dos corpos femininos. A dominação supremacista masculina branca foi e ainda é, ao longo da história das sociedades patriarcais, o motor do tráfico humano, da escravidão, do abuso e da violência contra as diversidades humanas, contra as mulheres, e seus corpos.

MULHERES, CINEMAS E DIÁSPORAS NA ERA PÓS-COLONIAL

O tema da dominação masculina e branca nos cinemas é discutido em Robert Stam e Ella Shohat (1994), onde é posto que ao longo da história das produções audiovisuais as diversidades foram e ainda são mal representadas por meio de estereótipias e falsas premissas.

Mesmo em sociedades multiétnicas, mas dominadas por brancos, casos do Brasil e dos Estados Unidos, as pessoas negras, por exemplo, apareceram em filmes desde as primeiras décadas do cinema, caso de *Hearts in Dixie* e *Hallelujah* – ambas as produções de Hollywood, em 1929, pioneiras no elenco composto somente por mulheres e homens negros – tal qual as mulheres frequentemente ainda são representadas pelo cinema (pós)industrial, ou seja, como imagens-espetáculo, das quais a confiança social é primariamente torneada por outros. “Almas negras como artefatos do homem branco”⁷⁹.

Essa “tirania cultural”, segundo a alcunha de Gloria Anzaldúa (1999), ao descrever seu lugar de “desconforto” havendo chegado a uma consciência da *New Mestiza* (nova mestiça), que vem das fronteiras entre os Estados Unidos e o México, especialmente, do Sul do Texas, é uma metonímia para o patriarcado – a maneira pela qual a cultura tradicional

79 Stam, R.; Shohat, E. (eds.). **Unthinking eurocentrism**. New York: Routledge, 1994, p. 187.

trabalha contra as mulheres. Entretanto, a rebeldia feminista que a habita é sua *Shadow-Beast* (algo como o lado besta-sombra): “[...] uma parte de mim que se recusa a acatar ordens de autoridades de fora”⁸⁰.

A *Shadow-Beast* emergiria como o âmago das mulheres que assusta os homens e provoca neles a tentativa de controlar e desvalorizar a cultura feminina. Tal qual na maioria dos filmes do cinema feito para as grandes bilheteiras, as mulheres, na *frontera*, são comumente ensinadas a temer a sexualidade e aprendem que os homens valorizam apenas os seus corpos. A autora elabora ou relê em uma *epistemologia feminista chicana*, a história da formação das populações e os espaços geográficos entre o México e a região que, hoje, é o Sudoeste dos Estados Unidos, particularmente, os estados do Texas e da Califórnia, previamente territórios mexicanos.

A *frontera* entre os dois países foi esculpida por disputas, guerras, “aquisições” territoriais, e novas demarcações geopolíticas, que marcaram profundamente os habitantes dos dois lados. Principalmente, aqueles que vivem *na* fronteira, no limiar entre os territórios, entre duas culturas, sociedades, o que seria um “terceiro país”.

Ser criada neste limiar não seria um território confortável, pois é um espaço de contradições, de ambivalência, de ódio, raiva e exploração (econômica, social, psicológica, e sexual), especialmente, para as mulheres *mestizas*, segundo Gloria Anzaldúa (1999). Nessa terra de ninguém, ou de extremos, o elemento “alienígena” torna-se familiar, apesar de não ser confortável. Na cultura de fronteira, vivem todos e tudo que é *o estranho*, o diferente, mas, mesmo assim, proibidos: os perversos, os LGBTQI+, os mulatos, os mestiços, as raças mescladas, os mortos-vivos. “Enfim, todos que cruzam a fronteira do que seria ‘normal’, numa ou noutra sociedade”⁸¹.

80 Anzaldúa, G. **Borderlands/La Frontera**. 2nd. ed. San Francisco, CA: Aunt Lute, 1999, p. 38.

81 Anzaldúa, G. **Borderlands/La Frontera**. 2nd. ed. San Francisco, CA: Aunt Lute, 1999, p. 25.

As culturas e as religiões majoritárias procuram “proteger” as mulheres do que Anzaldúa nomina o divino (o sobre-humano, o deus em nós) e o não-divino (os impulsos animais tais como a sexualidade, o inconsciente, o desconhecido, o alienígena). “De acordo com a maioria das religiões, a mulher é carnal, animal, e mais próxima do não-divino, ela deve ser protegida. Protegida dela mesma. Mulher é o estranho. O outro. Ela é a *Shadow-Beast* do homem”⁸².

E. Ann Kaplan (1995) reafirma a tese de que as mulheres foram “protegidas delas mesmas”, pelo modo como o patriarcado às construiu como silenciosas, ausentes ou marginais, devido à ameaça que, enquanto mulher, representa para o homem. Por meio do discurso psicanalítico, a autora atesta a posição da mulher como silenciosa, ausente e marginal, contra si mesma:

Como instrumento, a psicanálise permitiu-nos decodificar os filmes de Hollywood de modo a expor o abjeto lugar em que a mulher é colocada... Compreender essa colocação e esse discurso pode explicar, em primeiro lugar, as dificuldades que as mulheres têm para assumir sua subjetividade; e, em segundo lugar, as contradições em que nós, como feministas, sempre nos envolvemos⁸³.

Um exemplo emblemático dos percalços enfrentados pelas mulheres para assumir e/ou representar as próprias identidades, sejam sexuais, de gênero, sociais ou culturais, é dado por Hamid Naficy (2001), ao comentar sobre a má recepção, por alguns críticos e acadêmicos, tanto dentro como fora da Índia, de obras da cineasta independente nativa daquele país, Mira Nair. Segundo a definição de Naficy, ela é uma “importante contribuinte tanto

82 *Ibid*, p. 39.

83 Kaplan, E. A. **A Mulher e o cinema**: os dois lados da câmera. RJ: Rocco, 1995, p. 125.

para a identidade coletiva indiana em diáspora como também ao cinema indiano”⁸⁴.

Mira Nair foi criticada e chamada de *outsider*, por seu internacionalmente premiado *Salaam Bombay!* (1988), que seria apenas uma “fantasia”, ao representar de forma crua as vidas desesperadas de jovens (meninos e meninas) das castas indianas subalternas, os quais vivem nas fimbrias, em não-lugares: ruas, bordéis, ou centros de detenção de Bombaim (atual Mumbai). Os críticos enfatizaram a situação pessoal “privilegiada” de Mira Nair, tanto em sua criação na Índia, como também por haver sido educada nas melhores universidades norte-americanas, e por ser parte de uma elite em diáspora.

Assim sendo, ela teria romantizado, sentimentalizado, homogeneizado, e universalizado as vidas das castas pobres e miseráveis da Índia (imensa maioria da população), sem analisar as causas subjacentes e as relações de poder específicas que perpetuam a pobreza ou as condições de miséria humana nessas classes. Já sobre o seu documentário *India Cabaret* (1985), Mira Nair sofreu protestos dos críticos sul-asiáticos e do próprio pai, por expor as vidas de dançarinas femininas “exóticas”. O documentário teria “objetificado as mulheres e lavado a roupa suja da Índia em público”⁸⁵.

Para eles, o cinema realizado por Mira Nair seria produto a ser consumido por turistas e forasteiros, ao possuir códigos representacionais do Ocidente. Para a cineasta, ser uma “interculturalista” e “marrom” (nem negra nem branca) é viver fora dos padrões de uma ou outra cultura, o que propicia seu movimento entre mundos distintos, podendo conviver com todos, e mostrar sua visão multicultural de cada sociedade. Seria a definição evocada por Hamid Naficy (2001) do cinema étnico hifenado (no caso de Mira Nair, seria hindu-americano), de sotaque (*accented*), em exílio ou diáspora.

84 Naficy, H. **An accented cinema**: exilic and diasporic filmmaking. NJ: Princeton University Press, 2001, p.68.

85 *Ibid*, p. 69.

Gloria Anzaldúa (1999) remeteria à noção de uma terceira nação, um hibridismo cultural.

Divulgação: documentário *India Cabaret* (1985), de Mira Nair



Em ambos os filmes, o que se nota em tais críticas é a tentativa de, isso sim, *homens privilegiados* (em sociedades patriarcais fundamentalmente machistas, misóginas, formadas por castas ou classes sociais bem definidas) calarem a voz da mulher e cegarem o olhar feminino sobre realidades que lhes são ao mesmo tempo familiares e estranhas.

Tentam dissimular o próprio incômodo, ao verem-se desnudados na tela que os devolve o olhar. O que criam enquanto indivíduos e seu construto como nação, como sociedade imersa em desigualdades e discriminações. “Em um *cabaret*, a vergonha não pode existir. Se quem olha as dançarinas, quem vê a dança, não se envergonha, por que quem é olhada deveria envergonhar-se?” pergunta uma das dançarinas, em diálogo ao longo do filme.

Segundo a teoria de Sigmund Freud sobre o *estranho* (*das Unheimliche*), esse é um tipo assustador, do que suscita angústia e horror. Tania Rivera (2005) explica que, após uma longa pesquisa semântica, Freud mostra que o termo *Unheimliche* apresenta uma especificidade linguística que o torna intraduzível para qualquer outra língua, onde o *Un-* é um prefixo de valor negativo, coincide com seu oposto,

heimliche, que significa familiar, confortável. O estranho é ao mesmo tempo familiar e inquietante; ele remete ao que deveria ter ficado à sombra, mas veio à luz. “O *Unheimliche* se define, portanto, por esse paradoxo: ele é estranho sendo simultaneamente familiar – e disso tira o seu caráter inquietante”⁸⁶.

O estranho, nesse sentido, seria como equivalente ao recalçado que retorna, “familiar”, sabido desde sempre, mas tornado estranho pelo mecanismo de recalçamento. A autora acrescenta que a problemática do estranho se centra na questão do olhar em suas relações com a castração. Congruente à consciência que emerge na *New Mestiza*, de Gloria Anzaldúa (1999), onde a Virgem de Guadalupe e sua deidade “sombra” *la Llorona* comporiam a duplicidade virgem/prostituta, o divino e o não-divino, Tania Rivera (2005) recorre ao pensamento da artista plástica franco-americana Louise Bourgeois:

Talvez essa alternativa feminina esteja (nela) figurada como um colocar-se no lugar do corpo da mulher, esse corpo estranho por definição, e que não tem, portanto, um lugar definido. Ser a *Raposa Fêmea* decepada é cair, ser uma *mulher caída* – as duas ao mesmo tempo: castrada como a mãe e encarnando o próprio fetiche, mulher caída, Garotinha tornada bastão fálico⁸⁷.

Annette Kuhn (1982) analisa que se, no cinema, a evocação de certos modos de olhar é direcionados à subjetividade masculina, tomando-se por base que essa é a única subjetividade disponível, o que isso quer realmente significar para as mulheres enquanto espectadoras de filmes? E há que se considerar que as mulheres vão ao cinema e constituem larga maioria da audiência, em certos gêneros cinematográficos. Então, há que se descentralizar a questão da retórica do cinema dominante industrial em capturar as mulheres porque,

86 Rivera, T. **Arte e psicanálise**. RJ: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 51.

87 *Ibid*, p. 66.

em alguns níveis, elas se identificariam com os modos de endereçamento “masculinos”.

Talvez, o gênero sócio-biológico e a subjetividade do gênero não sejam necessariamente termos coexistentes. E, então, a especificidade do masculino torna-se de algum modo culturalmente universal? Aceita-se a hegemonia do masculino, nesse caso, e necessariamente o efeito seria o de “desfeminilizar” a espectadora.

Sobre a especificidade da relação da mulher com a linguagem, Kuhn resume que essa relação feminina com a linguagem constitui um desafio à totalidade ideológica da subjetividade construída, de acordo com o modelo Lacaniano, dentro e através da significação. Como consequência, a relação feminina com a linguagem poderia efetuar uma subversão da ordem simbólica. Kuhn confirma, nisso, a subversão da gramática do poder (do masculino)⁸⁸.

O que é feito por cineastas “diaspóricas”, que pretendem suprir os “apagões” das histórias dominantes, e preencher o vazio, ou dar uma forma ao vazio deixado, também é tentado no cinema feminista de forma geral, aquele não necessariamente étnico. As mulheres cineastas esforçam-se por usar o aparato cinematográfico para evitar a estrutura teórica da dominação do olhar masculino, no cinema clássico e também no contemporâneo.

Tanto como cineastas pós-coloniais, as cineastas feministas trabalham para que se reconheça o fato de que coisas importantes que aconteceram, ou que ocorrem, são invisíveis, ou não-visualizáveis. Tal qual ocorre com as “minorias” (diversidades), as representações das mulheres na mídia dominante fazem com que elas vivam o que parece ser permanente exílio, ou o estranhamento, independente da condição social, cultural, religiosa, orientação sexual, racial ou origem étnica.

Laura Marks (2000) afirma que um número significativo de cineastas interculturais embasa uma crítica da visualidade em suas

88 Kuhn, A. **Women's pictures: feminism and cinema**. Boston: Routledge, 1982, p. 63-64.

obras, frequentemente desenhando críticas de etnografia, ao sugerir que a fotografia e o filme etnográfico têm reificado (objetificado) as culturas não-ocidentais, e feito espetáculo delas. Outra categoria de “minoria”, a das mulheres, sofre com as mesmas reduções visuais.

As mulheres são mal construídas ou representadas, ou não-representadas, no modo de olhar masculino dominante, com o lastro do seu poder político e econômico, além de sexual. Esse olhar relega a mulher à ausência, ao silêncio, e à marginalidade, ao usar uma série de mecanismos, como papéis pouco significativos, falas e diálogos superficiais ou menores nos roteiros, ou o excesso de foco e longas tomadas aproximadas em seus corpos.

Ao comentar que as identidades políticas, para muitos artistas/autores, são um processo – mais que uma posição – Laura Marks (2000) ressalva que o processo pelo qual intelectuais do multiculturalismo, também autores/as que vivem ou vivenciaram diásporas diversas, é doloroso e leva a um sentimento de abandono cultural, ou mesmo aculturação, o que acaba por ser a temática dos filmes e séries, principalmente, da segunda metade dos anos 1980 para os anos 1990.

Tentativas frustradas de busca de identidade compeliram artistas a mudarem as “histórias”, para produzirem testemunhos “gravados” de histórias individuais e/ou comunitárias/coletivas. Os filmes traçam os efeitos do racismo colonialista, e as não-representações, ou más representações, imperialistas nas vidas das gentes recém-diaspóricas⁸⁹.

Mas, como os meios para as construções são escassos, tais cineastas fazem escavações históricas, baseadas, sobretudo, em fantasias e sonhos para construções de histórias irrecuperáveis. Na verdade, os filmes são realizados por meio da leitura dos “espaços vazios”, dos buracos na história eurocêntrica e tradicional.

Em psicanálise esses espaços vazios são ‘*a Coisa*’, o que é invisível e que não se preenche. O que foi perdido. O que nos persegue

89 Marks, L. **The skin of the film**. Durham: Duke University Press, 2000, p. 4.

vida afora. A exemplo do “vaso” que dá forma ao vazio, as cineastas em diáspora, exiladas, híbridas e/ou feministas tentam moldar o que foi perdido. Tentam dar nova forma, novo contorno às suas histórias pessoais, culturais, políticas e sociais, para fora e além do território do simbólico que, no âmbito do cinema *branco, protestante, e masculino* (o *wasp*, sigla em inglês para homens brancos, anglo-saxônicos, protestantes), só é capaz de expressar as preocupações e o modo de vida eurocêntricos, machistas, misóginos e racistas.

Os métodos de dominação das mulheres, no cinema tradicional e/ou masculino – note-se que também pode ser o caso nos cinemas experimentais, independentes, ou os que não são de grande bilheteria – são variados e incluem o fetiche, onde se tenta negar a *diferença*, incorporando as mulheres aos próprios corpos masculinos, por meio de subterfúgios. Um exemplo é o uso pelas personagens femininas, em alguns filmes, de vestimentas e adereços masculinos em cenas onde elas representam poder e força, em demonstrações de narcisismo patriarcal. O mesmo recurso, o fetiche, é recorrente nos filmes sobre ou com as diversidades étnicas e culturais.

E. Ann Kaplan (1995) afirma que no período pós 1960, quando numerosos movimentos sociais produziram mudanças culturais radicais, foram relaxados os códigos rígidos puritanos e os mecanismos – vitimização, fetichização, assassinato em nome da virtude – que nas décadas anteriores funcionaram para ocultar os medos patriarcais. Especialmente, após os movimentos de liberação feminina que encorajaram as mulheres a tomar posse de sua sexualidade. “A mulher sexual não mais pode ser taxada de ‘má’, uma vez que adquiriu o direito de ser ‘boa’ e sexual”⁹⁰.

Em consequência dessas mudanças culturais, ocorridas nos Estados Unidos e em países europeus, primariamente, houve um aumento sem precedentes de filmes com mulheres em cenas explícitas

90 Kaplan, E. A. **A mulher e o cinema**: os dois lados da câmera, 1995, p. 23.

de estupros, no início dos anos 1970⁹¹. Na análise de Kaplan (1995), a maior hostilidade patriarcal passou a ser expressa na ideia de que as mulheres anseiam “o tempo todo por sexo” e, ressurgindo o recalque, o homem é forçado a reconhecer a diferença sexual. A reação masculina é primeiro punir a mulher por tal (suposto) desejo e, segundo, garantir o controle sobre a sexualidade da mulher.

No pós 1960 e até anos recentes, o meio audiovisual, via produções realizadas, ou incentivadas, pelo patriarcado insinua que liberação feminina não passa de “resistência” à sua legítima posição de sujeição à Lei Paterna⁹². Como mencionado anteriormente, mesmo em muitos filmes realizados por mulheres após os movimentos de liberação há um esforço considerável para a emergência de uma nova subjetividade, um lugar de fala da mulher, uma nova definição do que é o feminino e a feminilidade.

Kaplan (1995) destaca o papel de algumas diretoras europeias que, por motivos diversos, conseguiram produzir filmes ficcionais de longa-metragem entre os anos de 1960 e os 1980, ao contrário das norte-americanas, que foram limitadas de forma geral às produções de curta-metragem, principalmente, documentários. Dentre as europeias, o papel importante da escritora e cineasta Marguerite Duras no movimento da *nouvelle vague*, ao lado de Jean-Luc Godard e Alain Resnais.

Seu filme *Nathalie Granger* (1972) é definido como exemplo do esforço feito para subverter à construção simbólica patriarcal da maternidade, onde a mãe tenta “salvar” a criança do “destrutivo território do simbólico contra o qual ela parece rebelar-se”⁹³. O filme também é citado como resultado da influência da *nouvelle vague* francesa sobre as cineastas pós 60, e ainda por refletir o modo “peculiar”

91 Haskell, M. **From reverence to rape: the treatment of women in the movies**. Chicago: The University of Chicago Press, Second Edition, 1987.

92 Kaplan, E. Ann. **A Mulher e o Cinema: os dois lados da câmera**, 1995, p. 24.

93 Kaplan, E. A. **A mulher e o cinema: os dois lados da câmera**, 1995, p. 25-26.

como as questões sobre as possibilidades de um discurso feminino foram articuladas na França e transformadas em posições teóricas.

ALTERIDADE NA ESTRANGEIRICE

Em seu primeiro filme de longa metragem, *Chocolat* (1988), que marca uma forma de autobiografia que resgata fantasias e *momentos* (lembranças, recordações) da infância no Camarão – à época final do período colonial e onde seu pai era administrador regional –, a aclamada cineasta francesa Claire Denis (*La Vagabonde*) inicia a longa jornada interior/ exterior que transbordará sua inter e transculturalidade, bem como temáticas recorrentes sobre a sexualidade, o cotidiano, as relações humanas em situações marcantes de alteridade e diferenças culturais e sociais.

Em ao menos uma dezena de outras produções que dirigiu e/ou roteirizou nos últimos 30 anos, Claire Denis frequentemente explora as frágeis conexões entre as pessoas, o amor e o sexo em modo cru, e as maneiras pelas quais a relação aparentemente inconsequente pode ter efeitos de mudança completa de vida. Em sua cinegrafia estão o fascínio e as dificuldades de pertencimento e alteridade, a gravidade e o dom da estrangeirice, do hibridismo e do ser que vagueia entre mundos.

Divulgação: *Chocolat* (1988), de Claire Denis



A viagem de memória e identidade de Claire Denis está principalmente em *Chocolat, Beau Travail (Bom Trabalho, 2000)* e *L'Intrus (O Intruso, 2004)*, tendo como mote o olhar intruso, que gira em torno de reações à invasão do outro, seja um estranho ou estrangeiro. As produções mergulham na necessidade vital do inusitado coexistir dentro do mundo que seria normal. O encontro com as intimidades e injustiças do colonialismo ressoa em grande parte de sua filmografia.

Mesmo que indiretamente, tais injustiças e desigualdades que ecoam na contemporaneidade pós-colonial marcam suas outras obras, como *J'ai pas sommeil (Noites sem Dormir, 1993)* e *Nnette et Boni (1996)*. Nelas, Claire Denis captura as mudanças de tom instantâneas, do agradavelmente sensual ao ameaçador, ou simplesmente irresponsável, causadas pela intrusão do estranho no tecido do cotidiano.

O sentimento é de que tudo está bem mesmo quando os mundos colidem e estilhaçam ou, inversamente, que um grande desafio está por trás dos momentos aparentemente calmos. É o caso em *J'ai pas sommeil*, onde numa madrugada a jovem Daïga parte da Lituânia em direção a Paris ao volante de seu velho carro, tendo como bagagem apenas um pouco de dinheiro, dois números de telefone e muitos cigarros. Ela faz de uma vez o caminho de Vilnius a Paris, onde vai procurar um lugar para morar e um trabalho.

Daïga é comediante e conhece Théo, um músico de jazz que ganha dinheiro em trabalho ilícito, e que perdeu toda a esperança de voltar a Martinica com seu filho. Seu irmão Camille é travesti que dança e canta em bares à noite, trabalha como garota de programa, trafica drogas, e assassina senhoras mais velhas, sem razão aparente. Todos personagens *outsiders* que vagueiam em não-lugares, com as esperanças perdidas, mas que mostram a justaposição única de artesanato cuidadoso e aparente casualidade dentro do trabalho profundo construído pela cineasta.

Para refletir sobre o cinema “diaspórico”, de diversos e diferentes exílios, o que se tenta é desconstruir as histórias dominantes para criar condições para novas e possíveis histórias. Esse cinema busca

escavar o passado, num termo usado por Laura Marks (2000) no sentido da busca arqueológica por vestígios da história pessoal e/ou sociocultural, para poder, enfim, “fabular” – mostrar ou contar outra história, como alternativa para os silêncios, as mentiras, castrações, omissões e “apagões” das histórias oficiais e dominantes.

Nas mídias audiovisuais, a absorção dos conteúdos ocorre não apenas intelectualmente, mas também por uma percepção complexa do corpo como um todo. Seria uma visão “incorporada”. O filme exala o que não poderia ser representado em termos de sentidos, em um meio audiovisual, como toques, cheiros e gostos.

Nesse sentido, o cinema proporcionaria uma experiência para além do visual, ou ótico, mas tanto o som como a imagem comporiam a “visualidade/visão háptica”. Essa *percepção* seria o que é usualmente definido por psicólogos como a combinação de funções táteis, cinéticas, olfativas: a experiência combinada da subjetividade e da fisiologia da visão. “[...] como em Bergson, a subjetividade está envolvida na percepção: a percepção requer ‘a intervenção suplementar dos processos do pensamento’⁹⁴.

Ainda de acordo com Marks, teóricos de diversas disciplinas têm feito conexões entre o privilégio cartesiano da visão, enquanto o mais “cerebral” dos sentidos, e um desejo destrutivo pelo controle social e do próprio ser.

Historiadores da visão e da visualidade notam conexões entre a estrutura das sociedades industriais e pós-industriais e a reconfiguração dos sentidos, com implicações para o militarismo e outras formas de controle social. [...] assim, muitas das críticas feministas sobre a visão e o controle são fundamentadas na teoria psicanalítica, enquanto outras tomam por base uma aproximação mais histórica, algumas vezes foucaultiana, aos usos da visualidade⁹⁵.

94 Marks, L. **The skin of the film**. Durham: Duke University Press, 2000, p. 162.

95 *Ibid.*

A visão, de fato, é capaz de quase toda a sorte de percepção. Segundo a autora, a crítica do “ocularcentrismo” tem um legado considerável entre as teóricas feministas, as quais interligam a visão ao distanciamento do corpo e à reificação, ou objetificação, e controle do próprio ser e dos outros. As críticas de feministas têm notado o caráter especialmente ocidental da visualidade como um que reifica os “outros”, isola o ser dos outros, e tenta controlar e conhecer mundos externos e internos, ao distribuir poder e posições.

MUDANÇAS NOS PAPÉIS MODELO

Nas sociedades pós-coloniais contemporâneas as relações entre os meios de comunicação de massa (*mass media*), a cultura onde atuam e as formações de identidades em sua multidimensionalidade – sendo necessária a superação das visões tradicionalistas, simplificadas e estereotipadas, das diversidades culturais –, ensejam o debate sobre a urgência de se reforçar papéis (personagens) que sejam modelos para as novas gerações. Especialmente, sobre a aprendizagem dos papéis de gênero em filmes (de ficção ou não), séries e programas de TV, e as consequências sobre as crianças/adolescentes, jovens, seus relacionamentos e mesmo suas futuras carreiras.

Com atraso, a indústria audiovisual ocidental parece ter entrado em nova fase neste século, finalmente dando maior atenção aos papéis interseccionais de gênero, raça e etnia, e ao abarcar questões sobre o empoderamento feminino, o assédio sexual e moral, os preconceitos geracionais, ou as discriminações contra as populações deslocadas (migratórias). Há que se contar outras histórias, sobre os “outros”, relatadas, fantasiadas ou fabuladas por eles e elas, sujeitos e objetos de suas narrativas.

Empenhada em (re)conquistar públicos antenados às questões das diversidades humanas, Hollywood, a meca do cinema hegemônico ocidental, lançou filmes nos últimos cinco anos, em seu mercado mundial, que privilegiam papéis principais com significativas

personagens femininas em suas diversidades étnicas, sociais e geracionais, com traços fortes, independentes, autodeterminadas e com razoável estima por seus pares. Nota-se uma sororidade – a conexão sadia de laços de amizade entre mulheres – até a pouco inexistente nas produções audiovisuais da indústria cultural eurocêntrica.

Entre crianças e adolescentes, assim como entre jovens e adultos, a longa carência por personagens representativos das diversidades pode explicar sucessos explosivos de bilheteria ou audiência nos canais de *streaming*, em nível global, tanto de fábulas míticas, fantasias, como de personagens históricos reais, com gente comum ou heróis e heroínas negros(as), Amazonas míticas, indígenas, de diferentes gerações e origens.

É o caso de filmes como *Wonder Woman* (Mulher-Maravilha, EUA, 2017), *Hidden Figures* (Estrelas Além do Tempo, EUA, 2016), *Girls Trip* (Viagem de Garotas, EUA, 2017), *Black Panther* (Pantera Negra, EUA, 2018), ou *Radioactive* (Radioativa, Reino Unido, 2019). À exceção de Pantera Negra, cujo personagem principal é um rei mítico de nação oculta na África (mas que traz uma legião de guerreiras tribais fortíssimas), são produções dirigidas e/ou roteirizadas por mulheres, com personagens principais femininas, a maioria das diversidades etnorraciais, cujos sucessos levantaram ondas de elogios da crítica especializada e o triunfo comercial nas bilheterias e nos canais de *streaming* digital, como Netflix, Amazon e Hulu.

São produções diversificadas, de gêneros tanto da ficção *live-action* (filmes de aventura e ação) dos quadrinhos *DC Comics*, no caso de *Wonder Woman*, passando pelo drama-comédia sobre a reunião de quatro amigas de colégio e os laços entre elas, enquanto mulheres negras bem-sucedidas (*Girls Trip*), e chega às histórias narradas por meio da reencenação de fatos reais sobre mulheres excepcionais.

É o caso da cientista polonesa Marie Curie, ganhadora de dois prêmios Nobel, de Física e Química, no início do século XX, pela descoberta da radioatividade e dos elementos rádio e polônio, contada em *Radioactive*, produção dirigida por Marjane Satrapi, cineasta

iraniana criadora da história em quadrinhos *Persepolis* (2000), tornada filme/animação em 2007.

Hidden Figures narra a história das três cientistas negras (Katherine Johnson, Dorothy Vaughan e Mary Jackson) as quais fizeram diferença na agência espacial NASA (*National Aeronautics and Space Administration*), durante a corrida espacial, permitindo que o astronauta John Glenn fosse o primeiro norte-americano a orbitar ao redor do planeta, em 1962.

O filme, apesar do enorme sucesso de público e crítica, não teve premiação no *Oscar 2017*, mas recebeu três indicações como melhor filme, melhor roteiro adaptado e melhor atriz coadjuvante para Octavia Spencer (interpreta a cientista Dorothy Vaughan, programadora que implementou o sistema de linguagem Fortran na NASA). Foi premiado em outros festivais, como de melhor elenco no *SAG Awards 2017*.

Apesar da premissa do filme compreender a história das três cientistas, o foco foi em Katherine Johnson (interpretada por Taraji P. Hansen), responsável por calcular a trajetória de Alan Shepard (primeiro norte-americano e segundo homem no espaço) e que revisou os cálculos realizados pelos ainda pioneiros computadores eletrônicos, a pedido pessoal de John Glenn, antes de sua viagem pela órbita terrestre, devido à expertise dela como física e matemática.

Não é preciso ressaltar o quanto essa produção, realizada no coração da indústria cinematográfica eurocêntrica, surpreende e chega a ser taxada como “inacreditável”⁹⁶ pelo imaginário colonizado de parte da crítica patriarcal ocidental. Primeiro, pela revelação da história desconhecida/omissa/silenciada sobre o sucesso do programa espacial dos EUA, desde seus primórdios, dever-se basicamente

96 Ver exemplo no artigo publicado na revista **Veja**: Estrelas além do tempo: história real é ainda mais otimista (em 25/02/2017). Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/e-tudo-historia/estrelas-alem-do-tempo-historia-real-e-ainda-mais-otimista/> Acesso em: 15 ago. 2020.

às mulheres cientistas, em áreas como física, matemática e programação dos computadores. Segundo, a maior parte dessa equipe é formada por mulheres negras, em plena época de forte reação do conservadorismo segregacionista contra os movimentos pelos direitos civis da população negra norte-americana.

Já o *live-action* de maior sucesso das bilheterias mundiais em 2017, *Mulher Maravilha* bateu recordes desde o seu lançamento e tornou-se o filme dirigido por mulher de maior bilheteria nos Estados Unidos em todos os tempos. Com US\$ 402 milhões arrecadados apenas nas primeiras dez semanas, naquele país, o longa bateu o recordista *Frozen - Uma Aventura Congelante* (2017), que arrecadou US\$ 400 milhões. Nas bilheterias globais, o filme da diretora Patty Jenkins, com faturamento batendo mais de US\$ 800 milhões (meados ago. 2017), ficou abaixo apenas do campeão *Frozen*, a animação que fabula sobre uma princesa atípica, independente e de orientação sexual indefinida. A animação tem direção de Jennifer Lee e Chris Buck e arrecadou US\$ 1,2 bilhão, mundialmente⁹⁷.

Em 2017, *Mulher Maravilha* foi o filme de herói/heroína com melhor sustentação nas bilheterias da América do Norte, em 15 anos. De acordo com a revista *The Hollywood Reporter*, o longa completou 10 semanas consecutivas ainda no topo das bilheterias, entre os 20 filmes mais vistos. Produções de heróis que duplicam ou triplicam a bilheteria do primeiro fim de semana já são considerados sucessos. O múltiplo de 3,8 conseguido por *Mulher Maravilha*, na estreia, foi o mais alto do gênero em pelo menos 15 anos.

Os sucessos de tais filmes, sejam *blockbuster* (das grandes bilheterias) ou independentes, que resgatam as histórias e/ou as mitologias das mulheres, devem-se aos papéis-modelo positivos. Aqueles que

97 Dados publicados pelo site **Women and Hollywood**, em 14/08/2017. Disponível em: <https://blog.womenandhollywood.com/wonder-woman-is-now-the-top-female-helmed-film-at-the-domestic-box-office-f38eba286f3b> Acesso em: 15 jun. 2021.

desconstroem os principais estereótipos negativos de gênero, como os das bruxas malvadas; as santas cuidadoras e procriadoras (escravas do lar); as incapazes de exercer e realizar certas profissões ou estudos; ou as desalmadas, prostitutas ou desviadas, como as *femme fatales* dos filmes *Noir*, dos anos 1940 até os 60, que se repetem à exaustão até hoje, em tantas produções audiovisuais cansativas.

Para as gerações do agora, e para as futuras, há que se preencher o vazio, as lacunas ainda resistentes e resilientes do machismo patriarcal. Aquele que discrimina e teme as diferenças e as diversidades. O que não é espelho.

Em outra produção de 2017, *Girls Trip* (Viagem de Garotas), comprova-se os pontos destacados em pesquisa do laboratório SAIL (USC, EUA)⁹⁸: quando há mulheres e/ou diversidades no “quarto de roteiristas”, os papéis modelo (interseccionais) de gênero também mudam de caráter e características. O filme escrito por um homem e uma mulher negros, Kenya Barris e Tracy Oliver, arrecadou US\$ 100 milhões nas primeiras semanas, e conquistou as audiências e a crítica mais exigente, desde seu lançamento nos EUA. Com destaque para a ótima classificação no site da *Rotten Tomatoes*⁹⁹, empresa agregadora das opiniões de espectadores/as e da crítica especializada.

Estrelada por quatro mulheres negras – Regina Hall, Tiffany Haddish, Jada Pinkett Smith e Queen Latifah –, a comédia mostra

98 Pesquisa publicada no site da *USC Viterbi School of Engineering* é uma análise automatizada, da Universidade do Sul da Califórnia, de quase mil roteiros das produções de cinema, e atesta que os estereótipos negativos sobre as mulheres, as raças/etnias, e sobre o envelhecimento são criados e/ou reforçados. A pesquisa foi capaz de quantificar com sofisticação o tom de linguagem de sete mil personagens e mais de 53 mil diálogos, nos roteiros de filmes relacionados nos sites do *Daily Script* e do *IMSDb*. Disponível em: <https://viterbischool.usc.edu/news/2017/08/central-female-characters-movie/> Acesso em: 10 ago. 2017.

99 Classificação da crítica e do público para o filme *Girls Trip* (2017), com 87% de aprovação, disponível em: https://www.rottentomatoes.com/m/girls_trip Acesso em: 14 ago. 2020.

fôlego. No fim de semana de estreia, faturou US\$ 30 milhões apenas nos Estados Unidos, e ficou em segundo lugar no ranking, atrás apenas do filme *Dunkirk*. O filme custou US\$ 19 milhões e ganhou uma rara nota A+ do público no dia da estreia, de acordo com o serviço *CinemaScore*. As mulheres representaram 79% da audiência de *Girls Trip* e o *Hollywood Reporter* confirma que a bilheteria de estreia é a melhor entre as comédias lançadas em 2017.

ESTATÍSTICAS PROMISSORAS

É certo que houve mudanças significativas nas estatísticas mais recentes, comparando as últimas duas décadas, em relação ao volume de mulheres cineastas (ou das profissionais que desempenham diferentes ofícios) nas produções audiovisuais *mainstream* (direcionadas às massas) e, em geral, transnacionais, no mundo eurocêntrico.

Segundo dados de relatórios mais recentes, dos anos de 2020 e 2021, do *Center for the Study of Women in Television & Film*, baseado na Universidade Estadual de San Diego (SDSU, EUA), os percentuais de mulheres nos bastidores, que trabalharam nos 100 e 250 filmes de maior bilheteria (nos Estados Unidos) aumentaram, atingindo recordes históricos recentes, enquanto o emprego feminino nos 500 filmes principais permaneceu estável¹⁰⁰.

No relatório de 2020, relativo às estatísticas de 2019, mulheres representaram 20% de todos os diretores, escritores, produtores, produtores executivos, editores e cinegrafistas que trabalharam nos 100

100 Os relatórios chamados **The celluloid ceiling: behind-the-scenes employment of women on the top U.S. Films** produzem estatísticas anuais sobre a atuação das mulheres, atrás e na frente das câmeras, nas produções audiovisuais norte-americanas. São organizados pelo *Center for the Study of Women in Television & Film* (Centro de Estudos das Mulheres em Televisão e Cinema), coordenado há mais de duas décadas pela pesquisadora Martha M. Lauzen, professora da Universidade Estadual de San Diego (SDSU, Califórnia, EUA). Disponível em: <https://womenintvfilm.sdsu.edu/research/> Acesso em: 30 jun. 2021.

filmes de maior bilheteria, ante 16% em 2018. As mulheres que trabalharam nesses ofícios nos 250 filmes de maior bilheteria tiveram um ligeiro aumento de 20% em 2018, para 21% em 2019. As mulheres que trabalham nos 500 filmes principais permaneceram em 23%.

Em relação à direção, as mulheres representaram 12% dos diretores que trabalharam nos 100 filmes de maior bilheteria em 2019, ante 4% em 2018 e 8% em 2017. Elas dirigiram 13% dos 250 filmes principais em 2019, contra 8% em 2018 e 2 pontos percentuais acima da alta anterior de 11% em 2017.

Em contraste, as mulheres representaram 14% dos diretores que trabalharam nos 500 filmes principais, queda de um ponto percentual em relação aos 15% em 2018. Por papel (nos 250 filmes principais), as mulheres foram 19% entre roteiristas; 21% entre produtores executivos e 27% entre produtores; 23% dos editores; 5% entre cinegrafistas; 6% dos compositores, 40% dos supervisores musicais e 9% dos editores supervisores de som; 4% entre designers de som e 23% entre designers de produção; 31% dos diretores(as) de arte; 4% dos supervisores de efeitos especiais; e 6% entre supervisores de efeitos visuais.

No que tange a atuação como protagonistas femininas houve aumento de 31% em 2018, para 40% em 2019, atingindo recorde histórico recente. De resto, 43% dos filmes apresentam protagonistas masculinos e 17% têm conjuntos ou uma combinação de protagonistas masculinos e femininos. As percentagens de mulheres que aparecem como personagens principais e personagens com falas permaneceram relativamente estáveis. Em 2019, elas representavam 37% de personagens principais, um aumento de apenas um ponto percentual de 36% em 2018, e 34% de todos os personagens falantes, uma queda de um ponto percentual de 35% em 2018.

Em relação à raça e etnia, o percentual de mulheres negras em papéis com falas diminuíram ligeiramente de 21%, em 2018, para 20%, em 2019. O percentual de latinas aumentou ligeiramente de 4%, em 2018, para 5%, em 2019. Segue muito baixa a representatividade das mulheres latinas nos cinemas, séries e demais produções audiovisuais

feitas para o grande público. Também é o caso das mulheres orientais. Apenas 7% de todas as personagens femininas são asiáticas, com a queda de 3 pontos percentuais, de 10% em 2018, e o mesmo percentual alcançado em 2017.

Note-se que continuam a existir, mesmo na contemporaneidade, os problemas de gênero em relação às questões puritanas sobre o casamento, a liberdade sexual, ou as profissões e posições de poder e liderança. Personagens femininas têm mais probabilidade do que as masculinas de ter um estado civil conhecido (46% vs. 34%). Uma proporção maior de personagens homens do que mulheres tem ocupação identificável (73% vs. 61%), e personagens masculinos são mais prováveis de ser vistos em seu ambiente profissional, realmente trabalhando (59% vs. 43%). As mulheres representam apenas 26% dos líderes ou mais propensas a serem líderes em cargos profissionais e grupos sociais.

O contraste está em filmes com pelo menos uma diretora e/ou roteirista: são mais propensos do que filmes sem mulheres nesses papéis a apresentar percentuais mais altos de mulheres como protagonistas, em papéis principais e como personagens falantes ou que dizem algo significativo.

Devido à interrupção causada pela Covid-19 em bilheteria bruta presencial nos cinemas, o estudo de 2021 monitorou o emprego das mulheres apenas nos melhores 100 e 250 filmes norte-americanos de 2020. Os anos anteriores também incluíram a análise das 500 maiores produções. Em 2020, as estatísticas de mulheres que trabalham atrás das câmeras, nos *top* 100 e 250 filmes, atingiram o histórico recente de altas. Elas constituíram 21% de todos os diretores, escritores, produtores, produtores executivos, editores, e cinegrafistas nos 100 principais filmes em termos de arrecadação, em 2020, comparado aos 20% em 2019, um ligeiro aumento de um ponto percentual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modelos múltiplos e diversos, que trazem à tona a humanidade real, cotidiana, o ser e o fazer das mulheres em suas miríades, é o tom dos debates e discursos atuais de atrizes, diretoras, produtoras e roteiristas do cinema e da TV. De formas distintas, elas tratam de temas que preocupam ou reafirmam a urgência pelas mudanças nos papéis sociais e culturais do audiovisual na indústria do entretenimento, visando desconstruir as teorias engendradas sobre a suposta supremacia masculina branca e consequente inferioridade da alteridade.

O cinema e a TV brasileiros, que sempre evidenciaram em escala assustadora os mesmos problemas com estereótipos negativos e/ou da falta de representação interseccional de gênero, raça/etnia, gerações, também tem passado por mudanças, ainda que lentamente. Em seu discurso no Festival de Cinema de Gramado (RS), a cineasta Laís Bodanzky enalteceu a ação das mulheres no cinema nacional. Seu longa-metragem *Como nossos pais* (2017) recebeu seis prêmios naquele festival, dentre eles o de Melhor Filme, Melhor Direção e o de Melhor Atriz, para Maria Ribeiro.

Essa é a grande revolução. Vamos fazer mais filmes pelo ponto de vista das mulheres. Eu tenho muito orgulho de estar aqui como cineasta, como mulher do cinema brasileiro, porque sei que eu represento e estímulo muitas outras que estão vindo aí. Na pesquisa da Ancine consta que 0% de mulheres negras estiveram no roteiro dos filmes lançados este ano. Essa é nossa nova fronteira: vamos descobrir e nos alimentar das histórias incríveis que elas vão contar. Elas estão na sociedade, estão nos curtas-metragens e estão chegando aí. Somos poucas (as mulheres na direção e no roteiro), e esse é o espaço do discurso, no qual a gente coloca nossas ideias. Essa consciência é muito nova na minha vida, mas é uma reflexão necessária. Será que nós, mulheres, não queremos dirigir nem roteirizar? Somos apenas 15% na indústria do

audiovisual. Por quê? É importante refletir, porque não é que a gente não queira contar nossas histórias, mas há um filtro. É preciso romper com isso e conquistar o espaço do discurso¹⁰¹.

Como está registrado nas pesquisas citadas, as sociedades eurocêntricas estão carentes por tais mudanças. Não apenas por parte das famílias preocupadas em como suas crianças crescerão no mundo, mas também pelas mulheres em autoexílio, aquelas que anseiam por narrar e fabular suas próprias histórias, suas formas afirmativas e positivas de construir a plurivocidade.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, G. **Borderlands/La Frontera**. 2nd ed. San Francisco, CA: Aunt Lute, 1999.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Coletivo Sycorax (trad. e Ed.) Brasil: 2004. Disponível em: <http://coletivosycorax.org/indice/>

HASKELL, M. **From reverence to rape**: the treatment of women in the movies. 2nd ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

KAPLAN, E. A. **A mulher e o cinema**: os dois lados da câmera. Rio de Janeiro: Artemídia/Rocco, 1995.

KUHN, A. **Women's pictures**: feminism and cinema. Boston, Mass: Routledge and Kegan Paul, 1982.

101 Discurso da cineasta Laís Bodanzky, ao receber o prêmio de Melhor Direção, no Festival de Cinema de Gramado. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/lais-bodanzky-sobre-as-mulheres-cinema-grande-revolucao-festival-gramado/> Acesso em: 20 jun. 2021.

MACHADO, S. S. **Entre santas, bruxas, loucas e *femmes fatales***: (más) representações e questões de gênero nos cinemas. Curitiba: Editora Appris, 2019.

MARKS, L. **The skin of the film**. Durham: Duke University Press, 2000.

NAFICY, H. **An accented cinema**: exilic and diasporic filmmaking. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.

REVISTA CLÁUDIA. **Laís Bodansky fala sobre as mulheres no cinema**: grande revolução no Festival de Gramado. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/lais-bodanzky-sobre-as-mulheres-cinema-grande-revolucao-festival-gramado/>

REVISTA VEJA. **Estrelas além do tempo**: história real é ainda mais otimista. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/e-tudo-historia/estrelas-alem-do-tempo-historia-real-e-ainda-mais-otimista/>

RIVERA, T. **Arte e psicanálise**. 2. ed. RJ: Jorge Zahar Editor, 2005.

ROTTEN TOMATOES. **Girls Trip**. Disponível em: https://www.rottentomatoes.com/m/girls_trip

SOARES, M. A. Exploração sexual e tráfico de pessoas: crimes silenciosos e invisíveis. **A Gazeta** [online], 23 set. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/artigos/exploracao-sexual-e-traffic-de-pessoas-crimes-silenciosos-e-invisiveis-0920>

STAM, R.; SHOHAT, E. (eds.) **Unthinking eurocentrism**. New York: Routledge, 1994.

STANTON, E. C. Solitude of self: address to the U.S. Congressional Committee of The Judiciary Hearing: Jan 18, 1892. **Arquivo da Biblioteca do Congresso**, Estados Unidos. Disponível em: <http://hdl.loc.gov/loc.mss/ms998020.mss41210.0105>

USC Viterbi School of Engineering. **Central female characters movies**. Disponível em: <https://viterbischool.usc.edu/news/2017/08/central-female-characters-movie/>

WOMEN AND HOLLYWOOD. **Wonder woman is now the top female helmed film at domestic box office**. Disponível em: <https://blog.womenandhollywood.com/wonder-woman-is-now-the-top-female-helmed-film-at-the-domestic-box-office-f38eba286f3b>

WOMEN IN TV AND FILM. **It's a Man's (celluloid) world**. Disponível em: <https://womenintvfilm.sdsu.edu/research/>

*Emoções, prazeres e
“Cinquenta tons de Cinza”:
notas sobre as repercussões
sociais da literatura ‘hot
lit’ sobre as tecnologias de
gênero sexuais produzidas
no século XXI¹⁰²*

Ana Carolina Eiras Coelho Soares

102 Parte deste texto foi originalmente publicado em 2016 sob o título “Liberdade de sentimentos, experimentações sexuais e as tecnologias de controle social: repercussões de “Cinquenta Tons de Cinza” nos anais eletrônicos do 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidade e do 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero. Vitória: 2016, p. 1-14.

Histórias tornam o mundo real. Somos movidos pela intensidade com que elas são narradas e nos identificamos com as alegrias e tragédias das personagens. Sejam elas histórias “vividias” ou ficcionais, o ato de narrar e/ou ler histórias compõe grande parte, pelo menos, de nossa socialização ocidental nos últimos séculos. Todas as sociedades possuem suas figuras responsáveis pela “contação” das histórias. Nesse senso mais amplo de entendimento, sem me deter nos meandros metodológicos acadêmicos, a Literatura e a História existem dar sentidos às experiências humanas na Terra.

Portanto, as conexões entre as áreas são profundas e cheias de nuances. No entanto, tanto os cânones literários quanto os históricos, compostos majoritariamente por nomes de homens cis heteros e brancos, descartaram muito rapidamente em suas análises a importância dos dispositivos emocionais que constroem as noções de quem somos, nossas relações e identidades. Espaços de amores e afetos, como por exemplo: quais histórias fazem sucesso em nossa sociedade? Quais são as emoções, fantasias e são posições de poderes que essas narrativas expressam?

O jogo das relações de gênero perpassa pelas histórias que ouvimos e entendemos como aceitáveis e legítimas para nossas emoções, nossos corpos e desejos. É na ordem do não-racional que mulheres e homens estabelecem lógicas de sentir e viver.

É da agência de sexo que devemos nos separar, se é nosso propósito – através de uma inversão tática dos vários mecanismos da sexualidade – combater o poder com as reivindicações de corpos, prazeres e conhecimentos, na sua multiplicidade e na sua possibilidade de resistência. A bandeira de união para o contra-ataque contra a implantação da sexualidade não deve ser sexo/desejo, mas corpos e prazeres (SCOTT, 2019, p. 326).

E aqui começa mais uma história sobre um romance com enorme sucesso de vendas e grande repercussão social no século XXI: a

trilogia “Cinquenta tons de cinza”. Lançando em 2012 no Brasil, o primeiro volume, foi considerado um Best-seller e um fenômeno editorial tendo alcançado uma imensa margem de vendas. O produto de consumo cultural em questão é um romance “para adultos” entre uma jovem universitária e um grande bilionário: Anastasia Steele e Christian Grey.

O fenômeno literário “Cinquenta tons de cinza”, que foi lançado oficialmente no Brasil na semana passada e já figura na lista de livros mais vendidos no país, está prestes a quebrar todos os recordes do mundo editorial. O chamado “pornô para mamães” caminha para o número de 40 milhões de cópias vendidas, sendo considerado um hit global¹⁰³.

De acordo com o jornal, a autora teria proposto um “gênero literário híbrido entre o romance açucarado e o erotismo sem tabus”. Desde então, E. L. James lançou com igual sucesso a sequência da história: “Cinquenta tons mais escuros” e “Cinquenta tons de liberdade”. Entre 2012 e 2015, quando ocorreu o lançamento do primeiro filme, baseado no primeiro romance da trilogia, houve um grande sucesso em todos os produtos que tivessem relação com o teor dos romances.

Nesse sentido, é interessante observar os mecanismos que tornam **esses** produtos culturais profundamente atrativos para o perfil das estruturas do mundo mental das leitoras, ou seja, sensibilizando, comovendo, agradando e atraindo de forma tão arrebatadora as consumidoras fazendo da obra um sucesso estrondoso de vendas. Nesse sentido, vale a pena pensar as variadas leituras possíveis que foram feitas do romance em termos de repercussão, uma vez que os livros foram vendidos, lidos e consumidos por um grande público no Brasil.

Nos jornais, inúmeras foram as críticas feitas ao livro, positivas e negativas. Da qualidade literária ao conteúdo do texto, tudo foi

103 <http://oglobo.globo.com/rss/plantaocultura.xml> Acesso em: 19 nov. 2015.

minuciosamente esquadrinhado. No entanto, dois movimentos interessantes aconteceram em função **dessa** publicação.

Em primeiro lugar, um desdobramento de uma complexa tecnologia política de discursos sexuais, principalmente em revistas voltadas para o público feminino, que buscavam a promoção de aparelhos, brinquedos, motéis, roupas, apetrechos, produtos e guias sexuais.

Na revista Marie Claire¹⁰⁴ houve, por exemplo, a promoção de um concurso cultural para a escrita de contos eróticos dos leitores, baseados nos personagens do livro, com a publicação dos cinco melhores escritos. A Revista Nova propôs um Guia Erótico com cenários modelares inspirados na trama do “Cinquenta Tons”, no qual a leitora podia aprender como ter e dar prazer. São relações simétricas e assimétricas de prazer, nas quais o movimento de desejo ultrapassa o controle social dos corpos, criando novas formas para a aprendizagem de roteiros sexuais e performances do orgasmo.

“Cenários culturais” foi nome que demos ao sistema semiótico de instruções que é o espaço intersubjetivo do sociocultural. Todas as instituições sociais incorporam instruções sobre como se portar, e essas instruções não são propriedades internas dos indivíduos, mas da coleção organizada de indivíduos que montam a instituição ou a situação. [...] O que se passava na cabeça das pessoas era de importância crucial, uma vez que incorporava o planejamento, as lembranças e a fantasia (GAGNON, 2006, p. 410-411).

Dessa maneira, percebe-se a princípio uma sensação de liberdade de sentimentos e experimentações sexuais pelo público feminino. Há uma escalada de uma certa noção de liberação sexual como prática da vida cotidiana institucionalizada, como efeito de uma representação

104 <http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI320636-17596,-00-CONTOS+EROTICOS+A+VERSAO+DE+NOSSOS+LEITORES+PARA+-CINQUENTA+TONS+DE+CINZA.html> Acesso em: 19 nov. 2015.

do real, que se coloca enquanto uma espécie de discurso acessível e um comportamento a ser seguido pelas mulheres. No entanto, é preciso questionar esse acesso das mulheres ao erotismo sexual proporcionado pela narrativa dessa literatura.

É preciso salientar que todo o romance “Cinquenta tons de cinza” é escrito dentro da ideia que de todas as ações sexuais ocorrem porque são um desejo da protagonista. É uma escolha onde aparentemente não há opressão e a protagonista – cis hetero branca, jovem e magra – aparentemente exerce seu direito de decidir sobre seus prazeres. No entanto, a narrativa do livro mostra diversas situações em que ela “cede” para agradar ou para não perder a grande chance de se relacionar com esse homem poderoso e capaz de realizar toda e qualquer fantasia sexual e de consumo. As forças dos poderes entre os gêneros estão camufladas sob o manto da ideia de “a liberdade das mulheres é se render completamente aos desejos dos homens”. Essa inclusive é a ideia central do terceiro volume da trilogia chamada de “Cinquenta tons de liberdade”: liberdade é abrir do controle da escolha e confiar tão totalmente que o parceiro será capaz de realizar todas as suas fantasias e desejos.

No lugar da igualdade dos indivíduos abstratos (historicamente codificados como masculino) agora temos a igualdade dos indivíduos sexualmente ativos (representada por uma figura feminina ou feminizada); a agência está localizada não na mente racional, mas no corpo desejante, corpos que desejam ter uma materialidade que a razão abstrata não tem. [...] A autodeterminação sexual é tanto uma fantasia como uma autodeterminação racional, mas há uma diferença: uma implica numa infinidade de decretos, a outra numa única medida de desempenho. Enquanto o sexo é sinônimo de excesso e prazer, a razão conota disciplina e controle (SCOTT, 2015, p. 550).

Há sempre uma justificativa emocional, guiada pelo amor, para toda e quaisquer ações que possam ser interpretadas de maneira

negativa nessas narrativas literárias e que acionam emoções: zelo, cuidado, amor, proteção e carinho.

Controle é visto como parte componente do “amor” e assim, a violência na trama se disfarça tanto no prazer sexual quanto no prazer de ser cuidada e amada.

A violência como um ato de empregar força física ou intimidação moral, tem como característica o falocentrismo e as discussões dos poderes constitutivos nos corpos, e coloca em questão a naturalização das experiências das relações entre os gêneros como valores significativamente fundamentais da trama. A estrutura das escritas constrói e enfatiza a superioridade masculina e implicitamente comunica através da linguagem uma visão de pensamento simbólico que defende uma lógica do patriarcado, na qual o feminino e o masculino se posicionam assimetricamente de maneira estrutural. A literatura, portanto, funciona como referente de produção das desigualdades entre os gêneros (SOARES, 2017, p. 117).

Foto 1: Reprodução Revista Nova



Guia Erótico // 50 Tons de Cinza

Baseado no sucesso do livro, a revista NOVA montou um guia erótico pra você que quer se aventurar nesse mundo de algemas, tapinhas e sadomasoquismo

Montamos um guia erótico para você viver um romance de Shakespeare... Só que com palmadas.

“Tomar banhos longos, quentes e sexy com Christian é algo que Anastasia adora. Quer copiar? Coloque um pouco de sabonete líquido nas mãos e comece a lavar o gato. Ensaboe a nuca, o pescoço e deslize suas mãos por todo o corpo dele. Quando chegar ao pênis, segure-o e faça movimentos de baixo para cima. Quando já estiver no ponto, coloque-o fundo na sua boca (até onde conseguir) e pressione os lábios com força. Lentamente, diminua a pressão, fazendo movimentos circulares com a língua por toda a extensão do pênis. Para finalizar, alterne com sucção... Ele vai explodir!”

“Um dos momentos mais hot entre o casal é a cena do iPod. Para imitar, vende seu namorado e ponha os fones de ouvido nele. Dê play na música Spem in Alium, de Thomas Tallis – a escolhida de Grey. Amarre as mãos dele com uma gravata para que ele não possa tocá-la. Devagar, deixe-o nu e passe lentamente um lenço – ou qualquer objeto que dê uma sensação gostosa – por todo o corpo dele. A graça é não contar ao gato o que pretende fazer ou usar. Como ele não sabe o que vem a seguir, qualquer toque vai deixá-lo excitado. Beije suas orelhas, barriga, coxas e termine com um caprichado sexo oral. A combinação da música com as provocações vai deixá-lo maluco!”

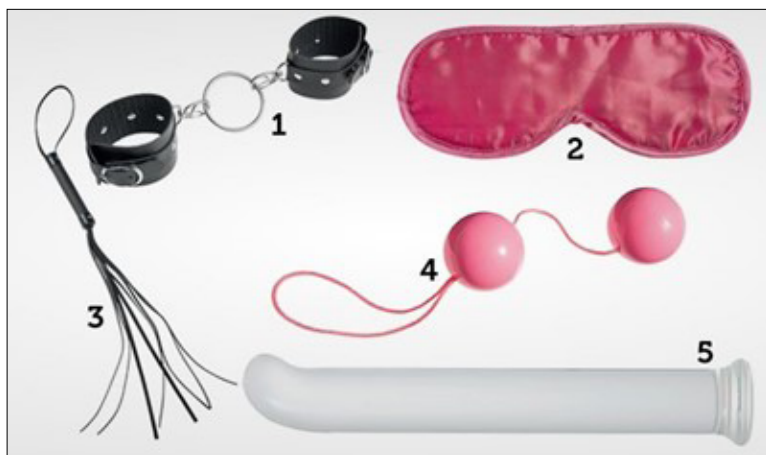
“Um dos maiores receios de Anastácia era usar o *plug* anal. Mas, depois de provar, ela acabou descobrindo uma grande fonte de prazer. Quando o clima já estiver bem hot, coloque o brinquedo na mão do gato e peça para ele introduzir o *plug* em você, fazendo movimentos de entra e sai. O legal é continuar a brincadeira mesmo durante a penetração, ok? Duas palavras para você: orgasmo duplo.”

“Grey adora tocar piano nas madrugadas. E, numa delas, Ana acabou tendo uma das suas melhores transas. Está ouvindo o namorado tocar um instrumento? Coloque uma lingerie sexy e vá ao

encontro dele – que logo o gato perderá a concentração. Tire toda a roupa do gato, sente-se em uma cadeira e, com as pernas abertas, peça para ele beijá-la (não, não na boca). Quando você estiver chegando perto do orgasmo, sente-se no colo dele e faça movimentos para cima e para baixo. Se ele não for fera em nenhum instrumento, vale colocar uma música alta e repetir a cena mesmo assim.”

“Tudo bem que Christian tem o próprio barco e pode levar Ana a um passeio romântico quando quiser. Mas dá para repetir a experiência mesmo que o gato não tenha seu iate particular. Como vocês provavelmente não estarão sozinhos, terão que ser rápidos. Deem uma fugidinha para um lugar tranquilo, como o banheiro ou alguma sala com a porta destrancada. Faça um *strip-tease* e não deixe que ele toque em você até que termine. Agora é sua vez de tirar a roupa do gato. No final, tudo o que precisam fazer é escolher uma posição que seja adequada (e gostosa) – que tal encostar na parede e deixá-lo levantar você enquanto a penetra? A adrenalina de serem pegos no ato é muito excitante!”

Foto 2: Reprodução REVISTA Nova



Para brincar de Ana e Grey, você vai precisar de alguns apetrechos. Abra o zíper do “Sexo Lacrado” aqui mesmo na página de NOVA e encontre tudo o que você precisa na nossa loja virtual!

1. Algemas, R\$ 20
2. Venda, R\$ 16
3. Chicote de couro e verniz, R\$ 22
4. Bolas de pompoarismo, R\$ 21
5. *Plug* anal, R\$ 45¹⁰⁵

Nesse sentido, o erotismo dessa literatura interagiu com a permissão/interdição/sujeição da sexualidade social dos corpos e produziu efeitos em suas relações de gênero e comportamentos, através de uma série de interações entre sujeitos femininos e masculinos que foram estimulados a consumir determinadas tecnologias sexuais. É a intervenção capitalista na intimidade do sexo com a venda de produtos e tecnologias produtoras de erotização política dos corpos na ordem dos prazeres. A cópia dos movimentos e das práticas realizadas no livro e nos roteiros sexuais indicados nas revistas seria, portanto, uma forma de alcançar, assegurar e controlar a forma como os corpos sentem o prazer nos relacionamentos pessoais.

[...] a construção do gênero ocorre hoje através das várias tecnologias do gênero (p.ex., o cinema) e discursos institucionais (p.ex., a teoria) com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e “implantar” representações de gênero (DE LAURETIS *apud* HOLANDA, 1994, p. 228).

É interessante observar que o Guia erótico não está propondo a violência dos “Cinquenta Tons”, se colocando como orientação rizomática do prazer. Na reportagem da Revista Nova há a possibilidade

105 <http://mdemulher.abril.com.br/amor-e-sexo/cosmopolitan-brasil/guia-erotico-50-tons-de-cinza#1> Acesso em: 19 nov. 2015.

para o prazer da mulher – que aparece como solteira, de acordo com o próprio perfil de consumo da revista – e as fronteiras de dominação e dominado não são claras, criando uma **ambiguidade** na qual é possível um jogo de papéis nas relações sexuais. A imagem, por exemplo, apresenta uma mulher em pé vestida com roupas íntimas segurando o homem pelos cabelos enquanto esse está sentado, amarrado e vendado. Existem, portanto, elementos simétricos para o exercício do prazer.

No entanto, é necessário considerar que esse discurso sobre o sexo e prazer se fundamenta em uma construção de um aparato tecnológico social de especificidades de gêneros que regula as sexualidades heteronormativas que, ao mesmo tempo, libera a possibilidade do estabelecimento de construções eróticas, enquanto se mantém em uma dimensão conservadora por se enquadrar em determinados padrões de uma indústria cultural que a regula e determina. Há uma tensão entre liberação e controle na repercussão da história dos “Cinquenta Tons” que em alguns momentos coloca a mulher como sujeito desejante, independente e consumidora desse discurso e dessas tecnologias do gozo. No guia erótico o homem aparece como um “gato” que se deve conquistar e manter.

É preciso, portanto, saber como excitá-lo e se fazer interessante para o relacionamento. Existe uma ênfase maior na imagem do vibrador – daquilo que liberta a mulher para o desejar e o gozar – e o chicote aparece como uma possibilidade fantasmagórica de uma violência dentro do jogo sexual que mais do que consentida, é agora esperada e ensinada pela revista através da aceitação de modelos e determinadas fantasias. Dessa maneira, se estabelece a base para o consumo da pornografia conservadora que objetiva e subjetivamente cria roteiros para a adequação social dos gêneros.

Ao mesmo tempo, a rede produtora de pornografia por mim observada privilegia os arranjos heterossexuais, revelando a manutenção de standards do socialmente aceito e menos transgressor em meio a uma profissão estigmatizada. De modo análogo, valoriza práticas sexuais que, ainda que excessivas, dissidentes e

“não-cotidianas” (sexo anal, triplas penetrações, sexo sem camisinha ou orgias), não atravessam o território das “perversões”. Ao longo da tese, tentei mostrar como as pessoas que produzem o material pornô sustentam seus próprios juízos de valor de cunho moral para, a partir destes últimos, classificar e organizar hierarquicamente os indivíduos que transitam no interior da rede. Em resumo, a pornografia é conservadora por ser uma indústria e, como tal, se vê obrigada a enquadrar seus produtos em certos padrões mercadológicos, daí a repetição reiterada de repertórios, arranjos e coreografias e a negação de experimentações que transgridam este esquema (BENITEZ, 2009, p. 280).

As redes de poder enunciadas que se estabelecem nesses discursos e nas práticas de fato são medidas heterogêneas que se organizam em torno de diversas intervenções estabelecidas e construídas nos mecanismos de controle da sociedade. No entanto, ao colocar **essa** literatura como um romance “pornô para mães” criou-se a possibilidade de um espaço permitido para o consumo erótico para a mãe de família. É o rótulo da transgressão possível dentro do controle estabelecido dos limites sociais. Os discursos inscritos na produção **dessa** leitura estão, portanto, construídos como práticas que capturam e mesclam a noção de amor romântico e pornografia.

A rede que liga essas duas noções está inserida nos rastros da materialidade literária **dessa** produção voltada para as mulheres. Para isso, é preciso compreender e identificar os sentidos e funções do romance como produtor de sensibilidades e subjetividades nas relações sociais historicamente engendradas para as mulheres.

A associação das mulheres/amor romântico/leitura de romances se faz presente no imaginário ocidental desde o século XVIII e tem conexão com a ideia de sentimentos, afetos, intimidades e privacidade. Dessa maneira, criavam-se hábitos nos quais se essencializavam um determinado mundo feminino, tido como universal de todas as mulheres, como uma realidade de “sentimentos” e “emoções” naturais das mulheres.

No entanto, o próprio amor romântico funciona como uma forma de mecanismo de poder que atravessa e desliza o não dito do desejo feminino na busca pelo prazer e das fantasias sexuais. Nesse sentido, essa literatura é algo que funciona como a possibilidade do exercício da liberação dos sentidos e do controle repressivo da sociedade. Afinal, uma das propostas do romance é oferecer a chance do sonho e do escape com a realidade e com isso a capacidade de atuar na produção das construções identitárias onde atuam diretamente a noção criada por mim chamada de “pedagogia dos sentimentos”, que em diálogo com a noção de subjetivação extrapola o sentido de atuação dialógica do ser no mundo para o conceito de que existe uma estrutura anterior mesmo ao nascimento operante na formação das pessoas em termos de suas possibilidades de expressão de emoções, reconhecimento e legitimidade de suas experiências e mesmo maneira de compreender que a socialização das pessoas no mundo acontece majoritariamente a partir de lógicas de afetos e sentimentos que não estão na ordem explicativa racional, mas nas sensibilidades e emoções individuais e coletivas.

A pedagogia dos sentimentos opera na disputa a favor da fixidez, hierarquias das categorias de existência e manutenção dos *status quo* e privilégios, como parte dos processos de felicidade que ela pode promover com a aceitação daquelas/daqueles que compactuem com as normas e suas lógicas de sentir e amar. Nesse sentido, proponho aqui uma inversão na maneira iluminista através da qual analisamos as experiências humanas na História, investigando as formas pelas quais suas ações e pensamentos são moldados pelas sensibilidades e emoções e que são, exatamente essas noções, as guias fundamentais das naturalizações racionalizadas dos discursos de poder.

Dessa maneira, os questionamentos trazidos com a categoria de gênero, e ampliados para as questões de etnias, raças e sexualidades, são profundos desestabilizadores da pedagogia dos

sentimentos. Aqueles/aquelas que combatem os discursos hegemônicos dos poderes o fazem acreditando defender e proteger o mundo, tanto na sua própria manutenção como signatários/distribuidores dos privilégios quanto para impedir as “inevitáveis infelicidades”, decorrentes dos comportamentos e ações consideradas inadequadas socialmente. A disputa desses discursos acontece em uma lógica de afetos e sentimentos, tendo as ideias de felicidade/infelicidade como componentes essenciais nesse jogo de poderes (SOARES, 2021, p. 587 [e-book]).

Por isso, talvez, a necessidade do controle dessa liberação de sentidos afetou mais forte e deliberadamente as camadas mais religiosas da sociedade. Isso pode ser observado pelas reações conservadoras do público religioso. O discurso religioso reconhece o sucesso de “Cinquenta tons” e que o controle religioso se perderia, através dessa história, de alguma maneira, pois a mulher se libertaria para vivenciar tanto fantasias sexuais quanto um exercício sobre o seu próprio corpo e gozo. O livro em si e sua história são profundamente marcados por desigualdades de gênero e por uma dominação preponderante do masculino sobre o feminino. No entanto, há algo que liberta na leitura dessa história, pois cria a possibilidade da fantasia, do desejo e do desejar pulsante que paradoxalmente criam formas variadas de apreensão da leitura e espaços para vivenciar experiências orgásmicas.

Em 10 de fevereiro de 2015, por ocasião do lançamento do filme “Cinquenta tons de cinza” havia uma mensagem no site do bispo Edir Macedo condenando as práticas do livro –, associando aos “demônios da perversão” – e convocando os fiéis a não irem ao cinema assistir ao filme:

Como pode um livro que todos consideram horrível se tornar um fenômeno financeiro? É simples: demônios da perversão. Segunda doutrina: perversão sexual é incrível. “Cinquenta tons de cinza” se tornou a nova fórmula de realização no casamento.

As pessoas acreditam que precisam experimentar formas cada vez mais excitantes e pervertidas de prazer sexual para serem felizes, e quanto mais se aprofundam nessas experiências, mais os demônios da depravação invadem suas vidas e destroem suas famílias. É uma doutrina que glorifica a excitação sexual sem amor, sem carinho, sem dar, sem Deus – o egoísmo e a dor dão mais prazer. É inacreditável, mas até mesmo os cristãos estão se deixando levar por essa doutrina¹⁰⁶.

Nesse sentido, as práticas sexuais liberadas buscam ser colocadas sob o jugo da dominação como uma forma de responder a um controle registrado numa unidade religiosa maior. É a ideia de que haveria a ameaça de um prazer sexual teoricamente livre de toda e qualquer dependência e restrição versus a necessidade de uma interpretação do desejo sexual de acordo com leis morais “divinas”. Assim, a ordem da perversão se realocaria definitivamente na intimidade sem riscos para os casais.

O erotismo apresenta-se como a impossibilidade discursiva no universo de determinadas estruturas conservadoras regulamentadas por elementos de poder socioeducativos contemporâneos. É o interdito transgressor apriorístico de sua existência. Sua presença evoca a indissociabilidade recíproca entre poder e resistência por acreditar-se que alguns elementos heterogêneos residem na “A aprovação da vida até na morte”, ou seja, a vida levada a uma intensidade tal, sempre através do gasto inútil de energia, que não se distingue mais da morte” (SCHEIBE *apud* BATAILLE, 2013, p. 16) e produzem efeitos de subjetividade e desdobramentos plenamente definíveis em práticas sociais.

O erótico descrito em “Cinquenta tons de cinza” proporcionou uma liberação social das fantasias e desejos sexuais das leitoras de maneira a exercer um atrativo sobre a leitura e gerou um profundo

106 <http://blogs.universal.org/bispomacedo/2015/02/10/as-doutrinas-de-cinquenta-tons-de-cinza/> Acesso em: 19 nov. 2015.

incomodo nas alas mais conservadoras da sociedade ocidental. Um dos inúmeros exemplos disso é o livro *A ilusão dos 50 Tons: Por que fantasias sexuais e fetiches fascinam tanto?*, que se propõe a ser uma resposta ao fenômeno dos 50 tons de cinza e um verdadeiro guia de cura espiritual que levará ao caminho de Deus para aqueles que lerem, retirando-os do mal que as fantasias e os fetiches podem proporcionar.

Ela espera que mais igrejas e ministérios discutam com o fórum sudoeste e não tenham medo de falar sobre algo que as pessoas já leram ou estão lendo.

“Mostre o caminho. Se você não fizer isso, eles serão influenciados”, ela recomenda. “É confuso e bruto e se você não quer colocá-lo em sua própria mente, nós temos que fazer isto”¹⁰⁷.

Shannon Ethridge faz uma análise das fantasias sexuais realizando uma leitura particular da psicologia e da teologia, afirmando que é possível controlar as fantasias sexuais e com isso criar mecanismos de defesa para os sentimentos impuros e lascivos que sejam contrários aos desígnios de Deus, aprendendo a colocar freios em sua própria sexualidade. A ideia é ser capaz de canalizar todos os pensamentos pornográficos e eróticos e criar um roteiro modelado conscientemente, sublimando os impulsos sexuais profanos e satisfazendo as energias sexuais de maneira saudável e obediente a Deus¹⁰⁸.

107 <http://portal50tons.com.br/2012/12/01/evangelicos-falam-sobre-cinquenta-tons-de-cinza/> Acesso em: 19 nov. 2015.

108 A autora propõe um verdadeiro “treinamento do cérebro” para alcançar esse objetivo através de uma série de recursos, tais como: controle a falta de tempo; mantenha de olhos abertos; concentre em ouvir músicas; mude de posição e mantenha o foco; respire e mantenha o foco; prolongue o orgasmo; altere a dinâmica das fantasias, a idade dos personagens ou as pessoas que atuam nela, inserindo seu cônjuge nos papéis centrais da história. Assim, afirma a autora, a energia mental investida fortalecerá a personalidade sexual do sujeito mantendo-o no caminho correto da cristandade.

Com a ajuda de Deus, nós somos capazes de capturar *todo pensamento* e torná-lo *obediente* a Cristo. Nós somos capazes de operar completamente dentro do nosso sistema de valores, reduzir o nosso risco emocional e controlar o conteúdo de nossas fantasias com um deliberado roteiro, edição e modelagem, assim como a psicologia sustenta (ETHRIDGE, 2012, p. 54).

Dentro dessa lógica, a autora sustenta que é possível controlar as fantasias sexuais a partir de exercícios conscientes de escolha de um verdadeiro “trabalho da alma” para curar o inconsciente de pensamentos indesejados, de acordo com os desígnios divinos, e definir que tipo de fantasias o sujeito quer ter, através de esforços concentrados, que sejam benéficos dentro das regras cristãs. É preciso, portanto, enxergar o seu cônjuge como uma verdadeira alma gêmea sexual e projetar nela/e todas as suas necessidades mais profundas de desejo e excitação. Assim, a pessoa será capaz de criar uma intimidade sexual segura e reforçar seu relacionamento. Além disso, é preciso modelar suas necessidades, negociando com seus corpos e escolhendo e modificando as personagens e histórias que excitam para adequar suas fantasias aos modelos corretos e adequados aos preceitos cristãos.

Lembre-se, uma fantasia é simplesmente uma história em nossa cabeça, e nós somos os narradores dessa história. Nós decidimos como elas tomarão forma, quais os personagens envolvidos, como reagiremos a eles, e por quanto tempo a cena se passará antes de ter atingido o seu propósito e a cortina descer. Nós temos o completo controle (ETHRIDGE, 2012, p. 65).

A noção de disciplina e controle mental é, portanto, ferramenta indispensável para elaborar uma resposta aos “Cinquenta tons de cinza” que é considerado um livro repleto de fetiches nocivos às noções bíblicas de prazer e intimidade sexual. A associação entre

prática sexual e dor e o BDSM¹⁰⁹ é considerada por Shannon algo não cristão. É preciso normatizar o sexo dentro dos parâmetros pensados pelo “plano de Deus”. Shannon acredita que o desenvolvimento da sexualidade saudável e higienizada se reflete em uma espiritualidade que evolui naturalmente para uma vida cristã plena sem pecados morais sexuais. Uma resposta ao mundo pós-liberação erótica dos “Cinquenta Tons”.

A repercussão do livro “Cinquenta Tons” dentro do universo religioso é, portanto, o reconhecimento de que a leitura dessa literatura cria “espaços de descontrole”, onde as mulheres vão se sentir livres para praticar suas fantasias, perversões e desejos. Nesse sentido, o controle sobre o corpo – para o mundo religioso – precisa ser retomado e esse tipo de literatura banida e abolida pelos fiéis.

Nesse sentido, a trilogia romântica trouxe para a cena pública o debate em torno da sexualidade feminina concebendo inúmeras formas modelares para a interpretação do conteúdo da obra. Destaca-se, em outra vertente de controle, a necessidade moderna de uma normatização alicerçada em pesquisas e profissionais na área da saúde e medicina para referendar suas falas como dotadas de qualidade científica e, portanto, imbuídas de verdade. A ordem se compõe desses mecanismos que se estruturam a partir de enunciados de verdade dispostos discursivamente.

Libertam a mulher para vivenciar o sexo. No entanto, normatizam seu desejo através da disciplina de seu prazer dentro de uma série de mecanismos e tecnologias de controle: os roteiros eróticos da mídia, os brinquedos eróticos e as instruções de uso, as fantasias sexuais modeladas. Além disso, a personagem central do livro “Cinquenta tons de cinza” é o modelo ideal feminino de “mulher para casar” preconizado pela sociedade patriarcal conservadora: virgem, bem-comportada, mulher de família.

109 Sigla para “Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo”.

As manifestações em torno das temáticas do livro, abordando falas que circulam entre liberação e repressão erótica, revelam a recepção da modernidade a essa obra, através **desses** discursos de controle. É preciso organizar esse processo de criação de novos espaços e novas demandas – daí a explosão de tantos discursos normatizadores das práticas dos prazeres – e para tal é necessário enfatizar certos modos de funcionamento considerados representativamente desejáveis e corretos.

Dessa maneira, entendendo a escrita como um transbordamento de sentidos múltiplos que se desloca e ultrapassa a linguagem inscrita em um jogo de rastros e significados sociais amplos, pode-se entender que esse livro alcançou e penetrou nas frestas do imaginário entre o romance idealizado e o desejo do erotismo. O processo de modelação da pedagogia dos sentimentos perpassa também pela construção de sentidos conotados aos cenários e falas delineadas e promovidos nos romances. A sucessão dessas experiências e circunstâncias e seus desdobramentos se traduzem em uma série de marcas sociais e culturais que se combinam na noção de que tais leituras são agradáveis, prazerosas e devem ser consumidas pelas mulheres, pois representam escritos “eróticos” que irão aumentar ou incrementar suas relações amorosas e/ou sexuais. Assim se constrói o processo que delimita o campo fértil de possibilidade do sucesso de vendas e fornece uma possível fórmula para um *best-seller*.

A produção de sentidos pedagógicos e sensibilidades fornece um rico material para as mulheres: as cenas de violência contidas na obra se estabelecem no imaginário como parte do jogo sexual e de sedução entre os gêneros. Estabelecem-se discursos, roteiros e práticas amorosas para os enlaces entre os casais enamorados em uma produção de sonhos amorosos e eróticos. O resultado desse processo de controle é a construção de um desejo feminino condicionado e autocondicionado, revestido de padrões que entendem o sexo e o prazer regido por uma moralidade que seguem uma série de falas e condutas previamente determinadas.

Cinquenta tons de cinza: Faça sexo inspirada nas cenas do trailer do filme

50 TONS DE CINZA

Além de ser uma delícia ler sobre as diferentes técnicas sexuais, o sadomasoquismo (ou uma versão mais leve) faz bem ao seu relacionamento! Um estudo da Universidade de **Illinois**, nos EUA concluiu que a mudança hormonal causada por palmadas e bondage aumenta a cumplicidade dos casais. “Sexo não tem graça se ficar no comum. Dá para testar seus limites, exercitar a agressividade de forma criativa e ter o prazer de controlar e ser controlado”, diz a psicóloga Jônia Lacerda, da USP. As cenas são tão hot que dá até vontade de experimentar. E foi o que fizemos! Traçamos um roteiro picante para você ir direto ao que interessa – e ter os melhores orgasmos da sua vida¹¹⁰.

Dentro dessa lógica de assujeitamento dos prazeres femininos há uma certa libertação de experiências para as mulheres com relação ao prazer sexual, mas afirma que “Sexo não tem graça se ficar no comum” é preciso inovar sempre. Ou seja, é preciso fazê-lo de acordo com um determinado roteiro articulado. É a libertação controlada dentro de determinadas normas preconizadas socialmente pela noção de novidade, inovação, cuja responsabilidade no ato sexual recai majoritariamente, nas relações cisheteronormativas, para as mulheres.

A revista “*Cosmopolitan*” chama a atenção de que o modelo sexual proposto no livro não apenas é interessante e desejável, mas como a violência é incentivada – novamente sob o espectro da anuência feminina, através da ideia do “*bondage*”, mas que submete a mulher a um jogo no qual ela é a dominada e o homem é o dominador –, pois “se não há graça ficar no comum” é lícito supor relações sexuais nas quais haja certa agressividade para ‘apimentar’ o desejo e o prazer.

110 <http://m.mdemulher.abril.com.br/amor-e-sexo/cosmopolitan-brasil/cinquenta-tons-de-cinza-faca-sexo-inspirada-nas-cenas-do-trailer-do-filme> Acesso em: 19 nov. 2015.

Tanto a estrutura dos livros “Cinquenta Tons” quanto suas repercussões – os produtos culturais e os discursos sobre os romances – possuem uma série de falas que se fundamentam como lugares de poder, pois exercem controle sobre os corpos, prazeres e desejos femininos. A luta de resistência para a libertação desse desassujeitamento ao prazer das mulheres está em um trabalho contínuo em afrontar o processo de normatização e se desvincular do controle das subjetividades. É preciso compreender o agenciamento violento de normatização dos corpos e dos prazeres subjetivos e das artimanhas que promovem essa tecnologia políticas complexa de discursos sexuais que incentivam a leitura romântica de determinados “livros adequados”, uso de brinquedos “corretos e roteiros “infalíveis” para o prazer certo que certamente envolve satisfazer primeiramente... o homem.

Dentro do discurso religioso é preciso primar pela manutenção sexual da sociedade patriarcal da “boa esposa”, agora transposta para os domínios da cama como a amante correta, higiênica e disciplinada que sabe as técnicas certas e as fantasias que agradam. Há pelo menos dois caminhos, nesse sentido: o afastamento completo da leitura dessa literatura ou a aprendizagem controladora das fantasias. Não há, portanto, uma preocupação autêntica com o prazer e o desejo feminino, mas a realização adequada de tecnologias de controle que promovam uma mulher mais eficiente para a satisfação e o gozo masculino, mantendo no exercício do jogo de poder sexual a desigualdade entre os gêneros¹¹¹.

111 Um dos exemplos possíveis para uma relação mais simétrica de prazer é a chamada “pornografia feminista” que na última década tem crescido exponencialmente. Nesse universo, há a busca por um prazer menos sexista e misógino através dos roteiros, personagens, fotografia, trilha sonora que agradem dentro de uma nova perspectiva o interesse das mulheres. Erica Lust (www.erikalust.com), Jennifer Lyon Bell (www.blueartichokefilms.com), Candida Royalle (www.candidaroyalle.com), Jacky St. James (www.missjackystjames.com) e Vex Ashley (www.afourchamberedheart.com) são produtoras desse novo tipo de filme pornográfico. Sobre o assunto ver a reportagem: Revista Nova Cosmopolitan, Edição 511, ano 44, n. 4, abril 2016, p. 105.

As revistas transitam pela ideia do consumo e de uma libertação da mulher para a vivência de suas fantasias e desejo. A leitura desses livros seria saudável – de acordo com especialistas científicos – mas deve seguir determinados roteiros e modelos propostos dentro de padrões heteronormativos e que mantêm, em alguma instância, o controle sobre os seus corpos e suas formas de gozo.

Nesse sentido, o “pornô para mamães” e suas repercussões, de forma bem conservadora, legítima e fundamenta padrões entre os gêneros. De maneira conservadora dos padrões binários, há um incentivo a uma indústria cultural de produtos e falas eróticas que intervém na intimidade dos corpos femininos de maneira reguladora e produtora de sensibilidades e subjetividades. Ao mesmo tempo em que liberta algumas mulheres – brancas, cishetero, magras e em geral de classe média, portanto, com possibilidade de consumo de objetos e “brinquedos sexuais” – para o viver do gozo, controla as maneiras como o mesmo deve ser vivido por elas e cria a fantasia que é das mulheres a única e exclusiva entre duas formas de viver diametralmente opostas: escolha de ser feliz e gozar ou escolha ser infeliz e deixar de “viver plenamente”.

É a fábrica moderna de sonhos, desejos e formas de sentir prazer na qual as relações de poderes entre os gêneros não aparecem de maneira explícita e as violências das heranças de uma sociedade sexista, racista e homofóbica agora são apenas, decisões individuais e escolhas pessoais a respeito das próprias felicidades.

REFERÊNCIAS

Fontes

JAMES, E. L. Cinquenta tons de cinza. **Revista Nova Cosmopolitan**, 511. ed., ano 44, n. 4, p. 105, abr. 2016.

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rss/plantaocultura.xml>
Acesso em: 19 nov. 2015.

Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI320636-17596,00-CONTOS+EROTICOS+A+VERSÃO+DE+NOSSOS+LEITORES+PARA+CINQUENTA+TONS+DE+CINZA.html> Acesso em: 19 nov. 2015.

Disponível em: <http://mdemulher.abril.com.br/amor-e-sexo/cosmopolitan-brasil/guia-erotico-50-tons-de-cinza#1> Acesso em: 19 nov. 2015.

Disponível em: <http://m.mdemulher.abril.com.br/amor-e-sexo/cosmopolitan-brasil/cinquenta-tons-de-cinza-faca-sexo-inspirada-nas-cenas-do-trailer-do-filme> Acesso em: 19 nov. 2015.

Disponível em: <http://blogs.universal.org/bispomacedo/2015/02/10/as-doutrinas-de-cinquenta-tons-de-cinza/> Acesso em: 19 nov. 2015.

Disponível em: <http://portal50tons.com.br/2012/12/01/evangelicos-falam-sobre-cinquenta-tons-de-cinza/> Acesso em: 19 nov. 2015.

Bibliografia

BATAILLE, G. **O erotismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BENITEZ, M. E. Nas redes do sexo: bastidores e cenários do pornô brasileiro. Tese de doutorado. PPAS, Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: <https://sertao.ufg.br/up/16/o/MariaElviraDiazBenitez.pdf> Acesso em 19.11. 2015.

DE LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. **Tendências e Impasses: O Feminismo como Crítica da Cultura**, p. 206-242. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ETHRIDGE, S. **A ilusão dos 50 tons**: por que fantasias sexuais e fetiches fascinam tanto? Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2012.

GAGNON, J. H. **Uma interpretação do desejo**: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99. Porto Alegre: jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> Acesso em: 20. set. 2020.

SCOTT, J. W. Emancipação e igualdade: uma genealogia crítica. *In*: COELHO SOARES, A. C. (trad.) **OP SIS**, v. 15, n. 2, p. 537-555, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5216/o.v15i2.36691> Acesso em: 9. nov. 2020.

SCOTT, J. Fantasias do milênio: o futuro do gênero no século XXI. **Caderno Gênero e Tecnologia**, v. 12, n. 39, p. 319-339. Curitiba: jan./jun. 2019.

SOARES, A. C. Olhares de gênero na perspectiva escolar. **OP SIS**, v. 15, n. 2, p. 344-355, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5216/o.v15i2.33782> Acesso em: 9 nov. 2020.

SOARES, A. C.; MAGALI, M. Delly e a trilogia Cinquenta Tons de Cinza: uma análise da literatura de massa para mulheres. **OP SIS**, v. 17, n. 1, p. 99-120, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5216/o.v17i1.39429> Acesso em: 1 nov. 2020.

SOARES, A. C. Pedagogia dos sentimentos, literatura e história: por um ambiente social plural. *In*: SENA, A.; CARRIS, L. (orgs.) **Relações Internacionais em um Mundo Pós-Pandemia**: Permanências e Descontinuidades, p. 386-733 [e-book] Portugal: Editora Cravo, 2021.

Amor que mata: feminicídio e relações conjugais

*Maria Beatriz Nader
Lana Lage da Gama Lima*

MATEI POR AMOR

Casos de assassinatos e graves agressões às mulheres, praticadas por homens com quem tinham relações amorosas têm ocupado, ao longo da história, a imprensa brasileira, muitas vezes de forma sensacionalista, agitando a opinião pública e provocando debates entre os especialistas. Juristas, psicólogos e psiquiatras costumam ser convidados pela mídia para refletirem sobre esses casos à luz das leis ou a partir dos estudos sobre o comportamento humano e suas motivações psíquicas. Alguns casos foram tão marcantes que ganharam epítetos e foram incluídos na história dos grandes crimes ocorridos no Brasil,

como o assassinato de Anna Levy Barreto, em 1912, que ficou conhecido como a *Tragédia de Icarai*, e o de Ângela Diniz, em 1976, denominado como o *Crime da Praia dos Ossos*.

No dia 03 de dezembro de 1912, em Icarai, bairro nobre localizado no litoral de Niterói, no Rio de Janeiro, Anna Levy Barreto, grávida, foi morta com um tiro, disparado por seu marido, o poeta João Pereira Barreto. O criminoso era cunhado do escritor Sílvio Romero, que pediu ao grande jurista e amigo Evaristo de Moraes que se encarregasse de defendê-lo. João Pereira Barreto era alcoólatra e tinha um ciúme mórbido da esposa, sentimento que o levou a assassiná-la. Durante o julgamento, a defesa teve que enfrentar a presença no tribunal de um grande número de mulheres da “melhor sociedade”, como se dizia à época, que pressionavam os jurados à condenação. E, de fato, o réu foi considerado culpado e a pena imposta foi de 21 anos de prisão. Inconformado e sentindo-se em falta com Sílvio Romero, que nesse ínterim havia falecido, Evaristo de Moraes apelou e no segundo julgamento João Pereira Barreto foi absolvido pelo Júri. E, ainda que nessa ocasião a comoção popular tivesse arrefecido, o réu foi vaiado e teve o carro apedrejado ao sair do tribunal.

Deu-se, então, nova apelação, agora por parte do promotor público, Cortes Júnior e, três anos após o crime, o réu foi levado a um terceiro julgamento. Sendo o Conselho de Sentença constituído, em sua maioria, por homens diplomados, verificou-se nova absolvição, o que provocou fortes debates na imprensa, entre os que apoiavam e desaprovavam a decisão dos jurados. No jornal *A Época* um longo artigo sobre o caso terminava afirmando que “Fraco e constitucionalmente enfermo – isto é, degenerado –, João Pereira Barreto parece ter sido antes uma vítima da literatura do que um instrumento de força irrefreável do crime”.

Outro caso marcante ocorreu no dia 30 de dezembro de 1976, quando a *socialite* mineira Ângela Diniz, chamada pela imprensa da *Pantera de Minas*, foi assassinada em Búzios, pequeno balneário do litoral do Estado do Rio de Janeiro, valorizado por ter recebido a visita

da atriz francesa Brigitte Bardot, em meados dos anos de 1960. Com 32 anos, separada do marido, o engenheiro Milton Villasboas e mãe de três filhos, Ângela foi morta com quatro tiros, três no rosto e um na nuca, disparados de uma pistola Bereta 7.65, pelo rico empresário Raul Fernandes do Amaral Street. Doca Street, como era conhecido, de 42 anos e também pai de três filhos, tinha fama de ser “playboy” e abandonara a mulher, a milionária paulista Adelita Scarpa, para ficar com Ângela Diniz. A condição de mulher separada, vivendo uma história de amor com outro homem, e o seu comportamento considerado de vanguarda para os padrões femininos da época, serviram de base para a construção da defesa do assassino, a cargo de um dos mais renomados advogados da época, Evandro Lins e Silva. Acabado o julgamento, ocorrido no fórum de Cabo Frio, o assassino, então de cabelos grisalhos, com ar severo e um impecável terno cinza-chumbo, foi festejado por uma torcida apaixonada que comemorava a sentença. Por cinco votos a dois, Doca Street foi condenado a dois anos de reclusão por homicídio culposo, sendo imediatamente beneficiado pelo *sursis*, isto é, pela suspensão condicional da pena, conforme o artigo 696 do Código de Processo Penal. A tese da defesa tinha sido de que ele teria agido em legítima defesa da honra, argumento baseado na tipificação do adultério como crime. Ângela foi descrita como promíscua e bissexual, uma verdadeira “Vênus lasciva”, termo usado no tribunal pela defesa, que a acusava de manter casos com outros homens e mulheres. É preciso lembrar que somente em 2005, seria sancionada a lei que revogaria o adultério como crime contra o casamento, alterando nosso Código Penal, vigente desde 1940.

Num artigo intitulado “Doca vai, mata e vence”, publicado na Revista Veja, em 24 de outubro de 1979, ano do julgamento, lê-se o seguinte comentário:

Mais uma vez, como num vídeo-teipe de outros julgamentos envolvendo réus do mesmo patamar social, o crime cometido na tarde do dia 30 de dezembro de 1976, na praia dos Ossos, em

Búzios, terminava com a condenação da vítima e com a virtual absolvição do assassino.

Em 1980, Eloísa Ballesteros Stancioli foi assassinada em Belo Horizonte, pelo ex-marido, o engenheiro Marcio Stancioli, que terminou condenado a apenas dois anos de prisão. Entre os argumentos da defesa, prevaleceu a acusação de que Eloísa não cumpria suas obrigações de mãe e esposa por estar mais interessada em sua vida profissional, como empresária do ramo de confecções. Em 1981, a cantora Eliana de Grammont, quando se apresentava no bar *Belle Époque*, em São Paulo, foi morta com um tiro no peito, disparado pelo ex-marido, o também cantor Lindomar Castilho. Eliana tinha uma filha com Lindomar, que era tido como agressivo e ciumento, fazendo um estilo de “macho latino” como cantor de boleros. Sua alegação para o assassinato foi ter agido em “legítima defesa da honra”, dizendo-se transtornado pelo relacionamento de seu primo com a ex-mulher e declarando também que a amava.

Mas, nos anos de 1980, os tempos eram outros, e as vozes contrárias à absolvição desses homens, que também se fizeram ouvir em outros casos, inclusive no de Anna Levy Barreto, em 1912, estavam mais fortes e organizadas. As mulheres, indignadas, protestavam contra a impunidade dos agressores. Através dos meios de comunicação e de protestos públicos, questionavam a legitimidade da aplicação do argumento de legítima defesa da honra, criticavam a desqualificação das vítimas, cujo comportamento costumava ser apontado como justificativa para esses crimes, e repudiavam a atitude tolerante da sociedade para com os assassinos. Lindomar Castilho, mesmo no auge da fama, foi condenado, em 1984, a 12 anos de prisão, apesar de ter sido beneficiado com liberdade condicional, por bom comportamento, em 1988, quando havia cumprido apenas metade da pena em regime fechado.

Em 1981, a pressão das feministas, cujo movimento vinha crescendo desde o início dos anos de 1970, já havia levado Doca Street a

novo julgamento, a partir de um pedido de revisão feito pelo promotor do caso. Da frase “Matei por amor”, proferida dramaticamente por ele após o primeiro julgamento, em que fora absolvido, nascera o slogan “Quem ama não mata”, amplamente divulgado por meio de uma campanha que teve grande adesão popular, num período de distensão política, após os Anos de Chumbo da ditadura militar. Nesse contexto, é que o assassino de Ângela Diniz foi condenado, no segundo julgamento, a 15 anos de prisão em regime fechado, dos quais cumpriu apenas três, por obter também a liberdade condicional.

O Movimento Feminista se insurgia contra uma mentalidade enraizada na sociedade brasileira desde a época colonial. O Brasil herdou de Portugal o patriarcalismo e a misoginia comuns na Europa. E ainda que a estrutura da família patriarcal não dê conta da diversidade da organização familiar de trabalhadores livres, forros e escravos, e que a figura da mulher reclusa e submissa não reflita o cotidiano de todas as mulheres da colônia, não podemos negar que o patriarcalismo constituiu um modelo ideológico de relações familiares que ainda hoje continua a orientar comportamentos sociais. Como afirmou Gilberto Freyre, esse modelo, nascido do estilo de vida das minorias dominantes, influenciou todas as outras camadas da sociedade, tendo como consequência a disseminação de um sentimento que atrelava a honra masculina ao comportamento da mulher, fosse esposa ou apenas companheira, e também das filhas moças. A esse sentimento Freyre atribui a ocorrências de numerosos crimes, como os que estamos examinando. A tutela masculina era sempre considerada uma garantia para que a mulher se mantivesse dentro dos padrões sociais impostos. Assim, cabia aos homens disciplinar e controlar as mulheres, sendo legítimo que, para isso, tivessem que recorrer ao uso da força para corrigi-la e castigá-la e, no limite, até assassinato.

A sequência de crimes dessa natureza, ocorridos nos anos de 1970 e início de 1980, havia colocado a violência como questão prioritária na pauta das discussões feministas. Mesmo em um dos períodos mais brutais da ditadura militar no Brasil, em que a conjuntura

era desfavorável a qualquer posicionamento crítico ao *establishment*, fosse ele no campo da política ou no campo da moral e dos valores, as feministas não se calaram. Grupos de mulheres de classe média, inspiradas na experiência norte-americana, passaram a organizar encontros em suas residências, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, para discutir questões que afetavam o cotidiano feminino, como as condições de trabalho, o planejamento familiar, a sexualidade, as relações matrimoniais e a violência.

Apesar de pequenos, sem um maior caráter mobilizador, esses grupos propiciaram a realização de leituras e discussões que posteriormente iriam embasar as reivindicações feministas. Tiveram também o mérito de mostrar às mulheres que seus problemas, vividos como pessoais, constituíam, na verdade, problemas coletivos, compartilhados, apesar das diferenças culturais, por muitas mulheres em todo o mundo. E mostraram, ainda, que esses problemas eram derivados da maneira como as relações entre homens e mulheres se estruturavam como relações desiguais de poder em diversas sociedades.

Essa percepção, refletida no *slogan* já cunhado pelo feminismo internacional – “O pessoal é político” – indicava, diante de um moralismo muitas vezes compartilhado pela direita e pela esquerda no Brasil, o alcance político da transformação das relações cotidianas entre homens e mulheres. Essa fase das reivindicações feministas ficou conhecida como *Feminismo da Segunda Onda*, por alargarem, com a inclusão de questões relativas à sexualidade, ao planejamento familiar, às condições de trabalho, inclusive no espaço doméstico, o campo construído pelo *Feminismo de Primeira Onda*, ocorrido no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, marcado pela campanha sufragista, em defesa do voto feminino e a ênfase nos direitos políticos das mulheres.

Nos anos de 1970, o conceito de gênero já se firmara como conceito chave para o entendimento das desigualdades sociais entre homens e mulheres, servindo de base para as lutas pela emancipação feminina que vinham sendo travadas em países como Estados Unidos

e França, de onde vieram as maiores influências para o feminismo brasileiro, canalizadas por figuras emblemáticas como Betty Friedan e Simone de Beauvoir. Definido pela teórica Joan Scott como “*um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos*”, o conceito de gênero implica na desnaturalização das relações de poder entre homens e mulheres e, uma vez percebidas como construções históricas, se tornam passíveis de crítica e de transformação. Assim, falar de relações de gênero significa perceber que as formas como se estruturam as relações sociais entre homens e mulheres decorrem de fatores sociais e não são determinadas pela natureza, sofrendo, por isso mesmo, variações no tempo e no espaço.

Embora, internamente, o ambiente, marcado pela repressão do regime militar, não fosse favorável às reivindicações feministas, internacionalmente havia um estímulo a essas reivindicações. Em resposta às exigências feministas oriundas de alguns países da Europa e dos Estados Unidos, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e os dez anos posteriores como a *Década das Nações Unidas para as Mulheres, Igualdade, Desenvolvimento e Paz*, estimulando uma série de eventos e debates em que os Direitos Humanos das Mulheres passaram a ser conceituados internacionalmente. Tal fato chamou atenção para as necessidades específicas das mulheres, que não gozavam, em diferentes sociedades e culturas, de direitos já garantidos aos homens.

No que concerne especificamente à violência, o conceito de gênero serviu de base para um novo entendimento sobre as motivações e características próprias das agressões de várias naturezas sofridas pelas mulheres no seu cotidiano. Essas agressões, em que se destacavam os atos violentos cometidos por seus maridos e companheiros, foram designadas em seu conjunto pela expressão *violência contra a mulher*, de forma a lhes conferir um caráter especial, devido à tolerância e até legitimação com que esses atos eram vistos pela sociedade, a partir da naturalização das desigualdades de gênero. Também o conceito de Direitos Humanos das Mulheres foi mobilizado

nas denúncias de casos de agressões de várias espécies, referendando o direito da mulher a uma vida sem violência.

Com o respaldo da política emanada da ONU, no mesmo ano de 1975, apesar da desconfiança da ditadura com relação a eventos desse tipo, foi realizado, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, um congresso com o tema “*O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira*”, que contou com a presença de grande número de feministas de diferentes tendências políticas. O evento conseguiu tamanha repercussão, que chegou a ser considerado por algumas historiadoras que estudam o Movimento Feminista como marco do ressurgimento do feminismo no Brasil. Desse encontro nasceu o Centro da Mulher Brasileira (CMB), que, apesar de só durar até 1979, teve um importante papel na conscientização das mulheres sobre seus direitos. Nessa época, os Direitos Humanos entravam na pauta dos debates sociais acompanhando o vazamento dos casos de tortura e a luta pela anistia. Iniciada em meados de 1970, a campanha pela anistia teve participação destacada do Movimento Feminista pela Anistia (MFPA) que, ao lado do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), sustentou um movimento popular que culminou com a promulgação da Lei 6.683/79, que, apesar de não ter o caráter amplo, geral e irrestrito, que se propunha, representou uma vitória da resistência à ditadura.

Nesse ambiente, a condenação de Doca Street, em 1981, e a divulgação de casos semelhantes na imprensa deram ainda mais fôlego ao feminismo para enfrentar a violência contra a mulher. Várias Organizações Não Governamentais (ONGs) foram constituídas basicamente por pessoas voluntárias que tinham em comum o objetivo de apoiar as mulheres no enfrentamento de todas as formas de violência, tais como, estupros, maus tratos, incesto, espancamentos, perseguição às prostitutas, entre outras. Essas ações abriram espaço para a participação de um número maior de mulheres, inclusive de outros segmentos sociais além da classe média, com o surgimento do Movimento de Mulheres Negras, que já apontava naquela época a interseccionalidade entre as discriminações de gênero, raça/etnia e classe social. Nos anos

de 1980, com a gradual abertura política, os grupos feministas foram mudando seu veículo de ação. Se antes a ditadura e a própria resistência das mulheres as haviam afastado da representação político-partidária, agora os partidos novos ou reconstruídos, foram criando seus próprios espaços de luta pelos direitos das mulheres. As feministas realizaram atos públicos; apoiaram a candidatura de mulheres na política; criaram conselhos, tal como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça e reproduzido no nível da administração estadual; e, propuseram a implantação de políticas públicas para as mulheres. Esse novo direcionamento da atuação das feministas seria fundamental durante a Assembleia Constituinte.

Diferentemente do que acontecera na década anterior, a conjuntura política dos anos de 1980 permitiu que a parceria com o poder público fosse encarada pelo Movimento Feminista como uma forma de conseguir uma resposta efetiva as suas reivindicações. A Constituinte mobilizou as feministas que encaminharam à Assembleia Legislativa a *Carta das Mulheres*, promovida pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), que continha emendas enumerando uma série de direitos que deveriam ser reconhecidos e garantidos para a mulher. O documento consistiu num dos mais abrangentes e importantes elaborados pelo feminismo brasileiro contemporâneo.

A campanha junto aos parlamentares pela aprovação de suas demandas, chamada na imprensa de *lobby* do batom, teve pleno sucesso. As feministas constituíram o setor organizado da sociedade civil que mais aprovou emendas no texto constitucional. Cerca de 80% de suas reivindicações foram incluídas na Constituição de 1988, que ficou conhecida como Constituição Cidadã.

AS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DAS MULHERES

No contexto da transição democrática em curso no país e do movimento de massas denominado *Diretas Já*, em 1985, o Movimento

Feminista enfrentou um árduo trabalho no processo de dar visibilidade à *violência contra a mulher*, termo que passou a designar todas as ações motivadas pelas desigualdades de gênero sofridas pelas mulheres. O objetivo era mostrar que esse tipo de violência existia em todas as classes sociais e que ocorria em proporções alarmantes, evidenciando que circunscrevia certo conjunto de ações e atitudes comuns nas relações entre homens e mulheres, especialmente no âmbito conjugal. A *violência contra a mulher* foi, assim, conceituada com base na compreensão dessas relações como relações de gênero, que, por sua vez, eram construções histórica e socialmente determinadas e não fruto de determinações naturais. Desse modo, a *violência contra a mulher* foi caracterizada como um problema social e não de indivíduos isoladamente.

Além de continuar a denunciar os casos, acompanhar seus desdobramentos e prestar assistência às vítimas através de suas organizações, o Movimento Feminista, nos anos de 1980, procurou articular-se às diferentes instâncias governamentais nos níveis municipal, estadual e federal, com o objetivo de incluir na pauta dos governos as suas reivindicações, dentre as quais se destacava o combate à violência contra a mulher. O resultado foi positivo. Progressivamente, foram implantadas políticas públicas e criados órgãos e serviços com a finalidade de proteger e apoiar as mulheres em situação de violência.

A criação das delegacias especializadas no atendimento às mulheres consistiu, sem dúvida, na mais importante iniciativa pública no sentido de incriminar de fato diversos tipos de agressão cometidos contra as mulheres, que, apesar de tipificados no Código Penal, não eram tratados como crime, sobretudo quando os agressores eram seus maridos ou companheiros. As delegacias, que deveriam ser a porta de entrada para a punição dos acusados, constituíam na maioria das vezes o maior obstáculo para que isso acontecesse, como aponta o deputado Eurico Neves, do Partido Trabalhista Brasileiro-PTB/RJ, ao apresentar, na edição de 8 de novembro de 1985 do jornal *A Tribuna do Advogado*, publicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, as justificativas para a criação dessa unidade na cidade do Rio de Janeiro:

A mulher carioca, com a instalação dessa delegacia especializada, poderá denunciar todo tipo de violência de que vier a ser vítima. E isto ocorrerá dentro de condições que respeitem a sua dignidade humana e os seus direitos como mulher. Atualmente, sempre que alguma mulher é violentada ou espancada, ao se dirigir à polícia ainda se vê diante de um constrangimento adicional: o medo de ser ridicularizada. Nessa Delegacia, elas serão atendidas por policiais femininas que terão uma visão mais humanitária do drama da mulher que é vítima de uma violência.

Essa realidade não era vivida exclusivamente pelas mulheres cariocas. Em todo o país, as vítimas de agressões queixavam-se do tratamento recebido nas delegacias, situação que, infelizmente, se repete até os dias de hoje.

A primeira DEAM brasileira foi implantada em São Paulo, em 1985, no Governo de Franco Montoro. A partir daí outras se seguiram em vários Estados do Brasil, enfrentando muitas resistências, inclusive dentro da própria polícia, como observa uma das delegadas que chefiou a primeira unidade criada, em 1986, no Estado do Rio de Janeiro:

O pior de tudo era o preconceito do policial contra aquele outro que trabalha na DEAM, porque a DEAM era encarada como delegacia de brinquedo, porque a DEAM não matava, a DEAM não atirava, então era delegacia de brinquedo e delegacia de brinquedo não precisava de nada. Os próprios policiais que trabalhavam nas outras delegacias tinham preconceito com aqueles que trabalhavam nas DEAMs.

As delegadas desses primeiros tempos reclamam também da falta de infraestrutura básica para o funcionamento da delegacia carioca:

[...] na DEAM nós não tínhamos uma infraestrutura de prioridade em relação ao Governo do Estado porque todos os recursos eram destinados sempre às delegacias com um vulto maior de ocorrências, homicídios, roubos e a mulher sempre eram deixados muito para um segundo plano; eu não tinha nenhum recurso material em termos de viatura, o próprio material de escritório [...].

Essa situação se repetia em outros estados onde as delegacias especializadas foram implantadas. Em Vitória, apesar de criada também em 1985, a unidade permaneceu localizada, até o ano de 2002, em uma sala da Superintendência da Polícia Civil, não dispondo de espaço no mínimo razoável para seu funcionamento administrativo.

Rosmary Correa, a primeira mulher a assumir a chefia de uma delegacia especializada no Brasil afirmava que seus colegas policiais passaram a fazer certas brincadeiras, afirmando que todas as mulheres que passavam no concurso para a Polícia Civil iam para essas unidades e que, nos cursos de formação da Academia de Polícia, as mulheres iam trabalhar na cozinha ou serem assistentes sociais.

No Rio de Janeiro, quando foi criada a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM, só havia uma delegada – Marly Preston – que chegara ao posto por progressão na carreira e assumiu a chefia da unidade. Somente no concurso realizado em 1990 foram aprovadas mulheres. Por isso, de início, muitas delegacias de mulheres foram chefiadas por homens. As primeiras delegadas também foram vítimas de preconceito por ingressaram, como chefes, numa profissão vista como intrinsecamente masculina. Sua capacidade e qualificação profissional era constantemente alvo de descrédito por seus colegas, descrédito muitas vezes expresso por meio de brincadeiras grosseiras.

O preconceito contra as delegadas se confundia com o preconceito contra as novas delegacias, consideradas unidades de segunda categoria, destinadas a exercer um trabalho muito mais de assistência

social do que propriamente policial. Afinal, nas representações sociais brasileiras, a prática policial foi sempre associada ao uso da força repressiva e não à prevenção e mediação de conflitos, imagem que permanece até hoje, apesar das recentes políticas que enfatizam esse novo papel, como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Por outro lado, os policiais também naturalizavam a violência contra a mulher e tinham dificuldade de percebê-la como crime, a não ser nos casos de lesões corporais graves ou homicídios, ainda assim reconhecendo-se certos elementos atenuantes da culpa, como o caso da legítima defesa da honra. Nesse contexto, a violência sofrida pelas mulheres no espaço doméstico e nas relações conjugais era vista como um problema de ordem privada. Fiéis ao ditado “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, os policiais, de um modo geral, consideravam que não lhes cabia intervir nesses conflitos. Aliás, ainda nos dias de hoje, os conflitos interpessoais tipificados como ameaças ou lesões corporais consideradas leves, como acontece na maioria dos casos de violência contra a mulher, são desqualificados no jargão da polícia pelo uso de termos pejorativos, como “feijoada” e “fubazada”.

Assim, a implantação das delegacias especializadas se deu em meio a grandes desafios e, talvez o maior entre eles tenha sido conseguir a adesão por parte dos policiais designados para atuar nessas unidades às novas representações sobre a violência contra a mulher, construídas pelo Movimento Feminista.

Por outro lado, entre a população, muitos consideravam a criação das delegacias especializadas uma discriminação contra os homens, sem compreender as características específicas da violência contra a mulher. E é preciso ressaltar que essa visão, ancorada no modelo patriarcal de família, nunca foi exclusiva dos homens, sendo compartilhada por muitas mulheres, que também naturalizavam – e naturalizam até hoje – a violência que sofrem, como parte constitutiva das relações conjugais. Aos obstáculos de ordem cultural, somam-se os de ordem afetiva e psíquica, e muitas vezes os de

ordem econômica, dificultando a quebra do ciclo da violência e a denúncia da agressão.

Apesar de seu número não ser suficiente para atender a todas as mulheres, sendo muitas obrigadas a recorrer às delegacias comuns para fazer as denúncias, a existência das delegacias especializadas continua conferindo maior visibilidade pública à violência contra a mulher. Obviamente, o atendimento ainda apresenta muitas falhas, decorrentes de fatores que vão desde as precárias condições materiais até a permanência, entre os policiais aí alocados, de representações sociais machistas, que desqualificam os conflitos que devem administrar. Mas, de um modo geral, as unidades especializadas ainda prestam um serviço mais adequado às mulheres, nos moldes do que foi concebido quando foram criadas, do que as delegacias distritais, em que os casos de violência contra a mulher concorrem com outros considerados efetivamente alvos da ação policial, como, dentre outros, roubos, furtos e tráfico de drogas.

A LEI MARIA DA PENHA CONTRA A VIOLÊNCIA CONJUGAL

A nova Constituição Federal, de 1988, apresentou mudanças significativas nas concepções de democracia e cidadania também no que tange aos direitos da mulher, incorporando muitas das reivindicações feministas. Durante os preparativos da Carta Constitucional, a mobilização do movimento feminista foi expressiva e muitas entidades apresentaram propostas de emendas.

Cada sugestão de emenda enviada à Assembleia Constituinte deveria ter no mínimo 30 mil assinaturas e foram enviadas 122 emendas, somando mais de 12 mil assinaturas. Dentre elas, quatro foram encaminhadas por associações de mulheres e grupos feministas, totalizando 243.068 assinaturas. Foram muitos os temas abordados: a aposentadoria das donas de casa; o tratamento dispensado a homens e mulheres no trabalho; o direito da mulher à saúde; a assistência psicológica e médica às mulheres vítimas de violência sexual; a igualdade

na sociedade conjugal; o direito feminino à posse e propriedade de terra; a defesa de interesses individuais; a legalização do aborto e o combate à violência, dentre outros.

A incorporação de muitas dessas demandas deu ensejo à implantação paulatina de políticas públicas voltadas '*para a família e para as mulheres*'. O Artigo 5º, I, da nova carta, que ficou conhecida como Constituição Cidadã, considera que '*homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações*', e o Artigo 226 § 8º evidencia a obrigação do Estado assegurar '*a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações*'. Assim, contempla uma das principais bandeiras de luta dos movimentos feministas nos anos de 1970 e 1980, isto é, o reconhecimento da violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher como um problema político, comprometendo dessa forma o Estado na implantação de políticas públicas, programas e serviços voltados para mulheres em situação de violência.

Paralelamente, multiplicaram-se as ações da sociedade civil organizada voltadas para o combate a esse tipo de violência, por meio de diferentes instituições, nacionais e internacionais, que, sozinhas ou em parceria com os governos, passaram a desenvolver projetos com esse fim.

No âmbito federal, o comprometimento do governo com a pauta feminista teve como principal instrumento a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003, o que significou um grande avanço para a implantação de políticas públicas e para articulação política visando garantir os direitos da mulher consolidados no texto constitucional. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se a elaboração dos *Planos Nacionais de Políticas para Mulheres*, em 2004 e 2008, mediante ampla mobilização por meio da organização das *Conferências de Políticas para as Mulheres* nos níveis municipal, estadual e nacional, e o *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher*, em 2007. No campo legislativo, a principal vitória do movimento feminista foi a sanção da Lei 11.340 denominada *Lei Maria da Penha*, em 07 de setembro de 2006.

A denominação *Maria da Penha* foi uma homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, farmacêutica, residente no Ceará, que no início dos anos de 1980 ficou paraplégica após sofrer, em sua própria casa, duas tentativas de homicídio por parte do marido. O processo de investigação judicial arrastou-se por 19 anos, e só chegou a seu término, com a condenação do agressor, em 2002, graças à intervenção da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Baseada nesse caso, em abril de 2001, a Comissão considerou Estado brasileiro responsável por negligência, omissão e tolerância em relação à violência contra as mulheres. Determinou, ainda, que a reparação não tivesse apenas alcance individual, mas implicasse na adoção, em todo o país, de medidas político – jurídicas e de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos das mulheres.

Como instrumento legal de combate à violência contra a mulher, que contemplasse de fato as suas especificidades, a Lei Maria da Penha foi concebida de forma alinhada aos princípios e preceitos da normativa internacional de proteção aos Direitos Humanos das Mulheres. Foi proposta por um consórcio de Organizações Não Governamentais (Advocaci, Agende, Cepia, Cfemea, Ipê/Cladem e Themis), que, com o apoio de especialistas, trabalharam na formulação de um anteprojeto de lei, encaminhado, em março de 2004, à recém-criada Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. As principais propostas do documento eram: a) a criação de uma política nacional de combate à violência contra a mulher; b) a conceituação da violência doméstica contra a mulher com base na Convenção de Belém do Pará incluindo a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral; c) a introdução de medidas de proteção às vítimas; d) criação de um juízo único com competência civil e criminal através de Varas Especializadas de Violência Doméstica; e) a garantia de assistência jurídica gratuita para as mulheres; f) a não-aplicação da Lei 9.009/95 nos casos de violência doméstica contra as mulheres.

A nova lei, discutida amplamente por meio de audiências públicas realizadas em vários estados brasileiros, com a presença

de diferentes segmentos sociais, vinha responder ao descontentamento causado pelo frequente enquadramento da violência contra a mulher no âmbito da Lei 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais. Implantados para proporcionar uma forma mais simples e célere de julgar delitos com pena máxima não superior a dois anos, os JECrims passaram a absorver os conflitos envolvendo violência contra a mulher pelo fato de serem, em sua maioria, tipificados como lesão corporal leve e a ameaça, delitos considerados de menor potencial ofensivo. De um modo geral, cerca de 80% dos conflitos administrados por esses juizados passaram a ser constituídos por delitos desse tipo. A prática da conciliação, objetivada por esses tribunais, resultou numa forma de intervenção desastrosa nesses conflitos. Os conciliadores raramente levavam em conta as especificidades das relações entre as partes, insistindo, na maioria das vezes numa conciliação cujo preço era o conformismo da mulher e a abdicação de seus direitos de cidadania em nome da preservação da família. O apelo à religião, e o uso de argumentos dramáticos em prol do perdão foram relatados por vários pesquisadores que se debruçaram sobre as práticas verificadas nesses tribunais. Por outro lado, a imposição aos agressores do pagamento de cestas básicas, frequentemente determinado pelos juízes como pena alternativa, serviu para banalizar ainda mais esses delitos, historicamente tolerados na sociedade brasileira. O conflito apresentado era na verdade reprivatizado, sendo devolvido às partes sem uma solução satisfatória para ambas.

Segundo Ferrari (2021), a criação de leis não proporcionou o fim da violência de gênero, seja conjugal ou não. As estatísticas nacionais mostraram que a violência de gênero alcançou números inimagináveis e, as políticas públicas não conseguiram refrear tal fenômeno social. Ferrari lista diversas ações que procuraram abrandar práticas de violência contra a mulher, tais como a criação de redes de atendimento às mulheres em situação de violência, a criação da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), que promoveu diversas ações em busca da garantia dos direitos humanos das mulheres e a

assinatura do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (2007), a instauração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra as Mulheres (2012), a criação da lei 13.104 (2015), que alterou o artigo 121 do Código Penal Brasileiro (CPB) de 1940, “fazendo do assassinato de mulheres, ou feminicídio, um crime hediondo, uma flagrante violação dos direitos humanos, a qual deveria ser encarada como uma qualificadora do crime de assassinato” (FERRARI, 2021, p. 20).

O termo feminicídio, de acordo com a lei, é usado para identificar o assassinato de mulheres em decorrência de sua condição de gênero, tal como o menosprezo ou discriminação de sua condição de mulher na sociedade. Muitas vezes são crimes motivados pelo ciúme e normalmente segue um ciclo de tensões violenta que se repetem durante a relação. O feminicídio se distingue dos assassinatos comuns e suas bases teóricas se apoiam nas dinâmicas das representações de papéis hierárquicos de gênero.

Assim, como a Lei Maria da Penha, que reacendeu discussões a respeito da violência contra a mulher, a Lei do Feminicídio também repercutiu na mídia situações de assassinatos de mulheres que até então não recebiam a devida atenção da sociedade. O feminicídio, que hoje se sabe extrapola os limites do assassinato “comum” de uma mulher, envolve violências que o precede e desestrutura a sociedade conjugal e familiar.

A maioria dos casos de feminicídio tem origem na perda de poder do homem sobre a mulher e, só para se ter uma ideia, no estado do Espírito Santo, nos anos de 2019 e 2020, foram assassinadas 193 mulheres e até o mês de agosto de 2021, foram registrados 28 casos de feminicídios. O Mapa de Mortes Violentas de Mulheres no ES: de A a Z, do Ministério Público do Estado (MPES), divulgou que desde o ano de 2019 a violência contra a mulher no estado sofreu um aumento considerável de registros baseados na Lei Maria da Penha e que houve um aumento real de 12% de feminicídio.

Em relação às motivações que levam um homem a assassinar uma mulher pelo fato de ela ser mulher não existe um padrão único, afirma Frank Arnau, autor da obra *Porque os homens matam* (1966). Podemos indicar hoje que dentre diferentes causas estão presentes a não aceitação do homem pela separação conjugal, a ação de violência desmedida sobre a mulher que não procura ajuda externa, a socialização da cultura sexista, a intolerância e outros fenômenos que perpassam as relações conjugais e que dão suporte à masculinidade e à hierarquia de gênero.

Assim como as delegacias especializadas, a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio continuam a encontrar inúmeros obstáculos para a sua aplicação, tanto no âmbito policial quanto no judiciário, esbarrando, sobretudo, ainda numa visão patriarcal das relações conjugais, em que o sentimento de posse sobre a mulher continua a ser interpretado como amor.

AFINAL, QUE AMOR É ESSE, QUE FERRE E MATA?

No dia 13 de outubro de 2008, Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos de idade, teve a casa invadida pelo ex-namorado, Lindemberg Fernandes Alves, de 22 anos, em Santo André, na Grande São Paulo, quando estudava em companhia de três colegas, dois rapazes e uma moça, Nayara Silva, também com 15 anos. Armado com um revólver, Lindemberg liberou os rapazes e manteve as moças como reféns. Sendo avisada, a polícia cercou o prédio e começou as negociações com o sequestrador, conseguindo a libertação de Nayara. No entanto, no dia seguinte, procurou a moça para que ela interviesse nas negociações e solicitou que ela fosse entregar a Lindemberg um celular, através do qual manteria contato com ele. No entanto, ao chegar ao apartamento, Nayara foi novamente aprisionada com Eloá, permanecendo no cativeiro até o final do sequestro, que durou mais de cem horas, até que o Grupo de Ações Especiais (GATE) e o Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo, alegando ter ouvido um tiro,

explodiu a porta do apartamento, entrando em luta corporal com o sequestrador, que, então, atirou em direção às reféns, ferindo Nayara e Eloá, que faleceu cinco dias depois. Lindemberg, sem ferimentos, foi levado ao Centro de Detenção de Pinheiros, aí permanecendo até que o juiz, em janeiro de 2009, determinasse que deveria ser levado a júri popular pelo assassinato da ex-namorada.

Esse caso, de grande repercussão, inclusive fora do Brasil, é um triste exemplo do que pode se entender por amor numa sociedade machista. A fala de Lindemberg, durante as negociações, evidencia o sentimento de posse e poder sobre a moça e a recusa a permitir que ela desmanchasse o namoro:

Tem um mês que eu estou tentando esquecer ela. Tem um mês que estou tentando sair, me divertir, me distrair, mas não dá, mano, não dá, alguma coisa está falando para mim: Cobra, mano, cobra e cobra. [...] Uma situação só de vingança, só de vingança.

No entanto, esse sentimento foi interpretado como amor, pelo Coronel Eduardo Félix, comandante da Tropa de Choque da Polícia Militar que realizou a ação, amplamente criticada, que resultou na morte de Eloá, como mostra seu depoimento:

Os policiais tiveram condição de atingir Lindemberg, sim. Nós poderíamos ter dado o tiro de comprometimento. **Mas era um garoto de 22 anos, sem antecedentes criminais e vivendo uma crise amorosa** (grifo nosso). Se tivéssemos atingido com um tiro de comprometimento, fatalmente estariam questionando por que o GATE não negociou mais, por que deram um tiro num **jovem de 22 anos de idade em uma crise amorosa**, fazendo algo em determinado momento em que se arrependeria para o resto da vida (grifo nosso).

Considerando a apontada violência costumeira das ações da polícia paulista, que atinge jovens muito mais novos do que Lindemberg, é surpreendente essa leniência diante de um homem (porque não se trata de um adolescente) armado que ameaça violentamente duas meninas de 15 anos. Essa leniência já havia sido demonstrada quando a própria polícia pede a Nayara que volte ao apartamento depois dela ter sido libertada. A desastrada intervenção policial, que resultou na morte de Eloá, mais uma vez evidencia a tolerância diante de crimes contra mulheres, cuja motivação é entendida como amor, paixão, apesar dos avanços legais que coíbem essa interpretação.

Vale notar que também as mulheres, que não estão livres da ideologia patriarcal, são levadas a considerar atitudes como ciúme excessivo; controle do seu cotidiano e das relações que estabelecem com outras pessoas, até familiares; censura à sua forma de vestir ou agir e outros comportamentos desse tipo como demonstrações de amor. É o que mostra a existência de grupos como o Mulheres que Amam Demais-MADA, cujo objetivo, registrado em seu site, é ajudar as mulheres a evitar um relacionamento destrutivo. Afinal, a aceitação dessas condutas pelos companheiros também é interpretada como demonstração de amor que sentem por eles. E a chamada fase da lua de mel, identificada no ciclo da violência, em que o agressor que se diz arrependido é perdoado para pouco tempo depois, cometer os mesmos atos, evidencia que o perdão recorrente é visto pelas mulheres como um ato de amor.

Na contramão da atitude policial, que elegeu o amor como motivo do crime, o Ministério Público do Estado de São Paulo, através da Procuradora Luiza Nagib Eluf, considerou outras causas para o assassinato:

[...] É inacreditável que, com tantos avanços conquistados pelas mulheres ao longo do último século, os crimes passionais continuem ocorrendo no País [...] passionalidade não se confunde com violenta emoção. [...] Não é um homicídio de impulso, ao contrário, é detalhadamente planejado, exatamente como fez Lindemberg. [...] Desde o começo seu intento era matar a moça [...]

Por essa razão, a negociação que se estabeleceu durante todo o período do cativo não teria a menor chance de prosperar [...] O intento do assassino não admite barganha. [...] Na conduta do criminoso passional encontra-se embutida uma causa exógena, ou seja, uma pressão social para que ele não aceite a autodeterminação da mulher. Além do fato em si de ter sido desprezado, o passional preocupa-se em mostrar aos amigos e familiares que ainda continua no comando de sua relação amorosa e castigou com rigor aquela que ousou desafiá-lo.

Julgado, o assassino foi condenado a 98 anos e 10 meses de reclusão. A juíza Milena Dias, confirma na sua sentença, a interpretação do Ministério Público, afirmando que Lindemberg “agiu com frieza, premeditadamente, em razão de orgulho e egoísmo, sob a premissa de que Eloá não poderia, por vontade própria, terminar o relacionamento amoroso”. Reconheceu, portanto, que os homens não matam por amor, matam por entenderem que têm direito à posse sobre a mulher, independente da sua vontade. Matam por ver seu orgulho ferido, ao serem rejeitados em suas pretensões. Matam por não reconhecerem os direitos de as mulheres decidirem sobre suas próprias vidas. Matam porque querem controlá-las, submetê-las às suas vontades. Matam porque se acham no direito de puni-las por desobedecerem às suas ordens. E a esses sentimentos e convicções chamam de amor. E, finalmente, os homens matam as mulheres com que têm ou tiveram algum relacionamento afetivo, porque a ideologia patriarcal, que resiste aos avanços conseguidos na luta pela igualdade de gênero, ainda considera legítimo que matem.

REFERÊNCIAS

Sites

<http://www.oabsp.org.br/institucional/grandes-causas/a-tragedia-de-icarai>

<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/os-crimes-que-abalaram-o-brasil>

http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_24101979.shtml.

<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,-GYN0-5273-250495,00.html>

<http://www.ifch.unicamp.br/ael/anistia/index.php>

<https://sistema3.planalto.gov.br//spm/atendimento/busca.php?uf=TD&cod=6>

http://www.violenciamulher.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=832&catid=19:reportagens-artigos-e-outros-textos&Itemid=6

<http://fernandavannucci.blogspot.com/.../delegada-rosmary-fala-sobre-violencia.html>

Bibliografia

ARNAU, F. Porque os homens matam. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

BOSSELI, G. C. **Instituições, gênero e violência**: um estudo da delegacia da mulher e do juizado criminal. 2003. Dissertação de Mestrado. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2003.

COSTA, A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *In: Labrys: Estudos Feministas*. jan./jul. 2005. Disponível em: www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm.

FERRARI, A. S. O patriarcado vai a júri, veredito: inocente! Violência e feminicídio em Vitória, ES (2002-2015). Tese de doutorado. PPGHIS/Universidade Federal do Espírito Santo, 2021. 260 f.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

LIMA, L. L.; NADER, M. B. Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social. *In*: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (orgs.) **Nova História Das Mulheres**, p. 286-313. São Paulo: Contexto, 2012.

LIMA, L. L. As práticas de administração de conflitos de gênero no cotidiano das delegacias de polícia. **Revista de História**, v. 22, p. 117-139. Vitória: UFES, 2009.

LIMA, L. L. Os pecados capitais e as normas de convívio urbano. *In*: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V.; NADER, M. B.; FRANCO, S. P.; FELDMAN, S. A. (orgs.). **A Cidade à Prova do Tempo: Vida Cotidiana e Relações de Poder nos Ambientes Urbanos**, p. 119-130. Vitória: GM Editora; Paris: Université Paris-Est, 2010.

NADER, M. B. Cidades, aumento demográfico e violência contra a mulher: o ilustrativo caso de Vitória, ES. *In*: **Dimensões**: Revista de História da UFES, n. 22, p. 156-171. Vitória: 2009.

NADER, M. B. Violência sutil no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno. *In*: NADER, M. B.; FRANCO, S. P.; SILVA, G. V. (orgs.). **História, Mulher e Poder**, p. 235-252. Vitória: EDUFES, 2006.

MACHADO, L. Z. Atender vítimas, criminalizar violências: dilemas das delegacias da mulher. *In*: AMORIM, M. S.; LIMA, R. K.; BURGOS, M. B. (orgs.) **Juizados Especiais Criminais, Sistema**

Judicial e Sociedade no Brasil: Ensaios Interdisciplinares. Niterói: Intertexto, 2003.

SCOTT, J. Fantasias do milênio: o futuro do gênero no século XXI. **Caderno Gênero e Tecnologia**, v.12, n. 39, p. 319-339. Curitiba: jan./jun. 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 20, p. 5-22. Porto Alegre: jul./dez. 1990.

Sobre autoras e autores

Alex Silva Ferrari

Licenciado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, mestre e doutor em História Social das Relações Políticas pela mesma instituição. Membro do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da UFES (LEG-UFES). Suas pesquisas seguem a linha de estudo da História das Relações de Gênero, com foco nas questões que envolvem a construção da masculinidade e a violência contra as mulheres.

Aline Cardoso Lima

Mestra em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), graduada em História pela mesma instituição. É professora da educação básica e pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Estudos Gênero e Violência (GPEG/CNPq). Tem interesse por pesquisas relacionadas à Gênero, História das Mulheres, feminismo negro e Questões étnicas raciais. aline.historiasf@gmail.com

Alômia Abrantes

Doutora em História (UFPE/2008), Mestre em História (UFPE/2000), tem se dedicado aos estudos sobre gênero e corpo, com pesquisas que envolvem principalmente as mulheres na imprensa do início do século XX e em meios digitais na contemporaneidade. Graduada em Comunicação Social e História. Professora Associada do Departamento de História (UEPB/Campus III). Participa dos Grupos de Pesquisa: Corpus, ProjetaH e História Cultural.

Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Prof.^a Efetiva do PPGH e Prof.^a Associada da FH da UFG. Doutora em História (UERJ), Realizou pós-doc no PPGAS/UNB (2015-2017). Atualmente realiza segundo pós-doc no PPGHIS/UFES, coordena os grupos de pesquisa GEPEG-FH/UFG-CNPq; GTMCMP-FH/UFG-CNPq e GTGênero-ANPUH/GO; é escritora das *Crônicas de Mãe*-Revista Cláudia Online e premiada com a Cátedra Estudos Brasileiros Fulbright-UMass/Amherst. Publicou “Moça Educada, Mulher Civilizada e Esposa Feliz: História e Relações de Gênero em José de Alencar” (EDUSC, 2012) e “Amar é o verbo que rima com Paz” (Metanóia, 2015). Email: acecs@ufg.com

Cláudia Maia

Pós-doutora em História pela Universidade Nova de Lisboa; doutora em História pela Universidade de Brasília com período sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris) e área de concentração em Estudos Feministas. É professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros; líder do Grupo de Pesquisa e Estudos Gênero e Violência (GPEG/CNPq); investigadora colaboradora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade

Nova de Lisboa (CICS.Nova); coordenadora Nacional do GT Estudos de Gênero da ANPUH/BRASIL (gestão 2019-2021); e membro da Câmara de Avaliação de Projetos de Ciências Sociais, Humanas e Educação da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais – CHE/FAPEMIG (2021-2023). É Bolsista de produtividade CNPq. claudia.maia@unimontes.br

Claudia Regina Nichnig

Pós-doutora em História (UFSC) e pós-doutora em Antropologia Social (CNRS, EHESS), Universidade Jean Jaures, em Toulouse, França, Doutora em Ciências Humanas (UFSC) e Mestra em História (UFSC). Tem especialização em Direito Civil e Direito do Trabalho e graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina e em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí. É professora visitante no PPGHIS da Universidade Federal da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul. Pesquisa gênero, sexualidades e feminismos no Brasil contemporâneo e conjugalidades entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, conjugalidades e homoparentalidades no Brasil e na França, violências de gênero e migrações.

Danielle Silva Moreira dos Santos

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História da UFG. Atuou como professora substituta da Faculdade de História da UFG, Campus Goiânia (2019). Atualmente é Professora de História no ensino básico. É mestra em História pela Faculdade de História da UFG (2018), graduada em História pela UFG (2015), integrante do Grupo de estudos e pesquisa em Gênero Gepeg/FH/UFG-CNPq, especializada na pós-graduação em Educação Técnica e Profissional do IFG/Goiânia.

Kaoana Sopelsa

Doutora em História (PPGH-UFMG), Mestre em Educação (PPGE-UNIOESTE), Especialista em Arqueologia, Patrimônio Cultural e História (UNIPAR) e Graduada em História (UNIPAR). Coordenadora adjunta do Grupo de Trabalho Nacional de Estudos de Gênero da Associação Nacional de História (ANPUH). Diretora executiva do *podcast* Segundas Feministas, um projeto do GT Gênero Nacional. Membro do Grupo de estudos sobre Sexualidade e Educação (GEPEX-UNIOESTE). Mulher não-binária, Feminista, a(r)tivista, pansexual em um relacionamento sáfico e vegana. kaoanasopelsa@hotmail.com

Lana Lage da gama Lima

Professora Titular de História Social. Doutora em História pela USP. Mestre em História do Brasil pela UFF. Professora aposentada da UFF e da UENF. Pesquisadora do INCT-InEAC/UFF. Membro da Comissão de Segurança da Mulher do Conselho Estadual de Direitos da Mulher - CEDIM/RJ.

Kenia Érica Gusmão Medeiros

Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), onde atua em cursos superiores, de pós-graduação e técnicos. Desenvolve pesquisas nas áreas de Ensino de História; História e Música; História das Mulheres; História das relações de gênero e Etnicidades.

Maria Beatriz Nader

Pós-doutora em Sociologia Política (UENF), Doutora em História e Mestre em História e Filosofia da Educação (USP), Especialista em História do Brasil (PUC-MG) e graduada em História

(UFES). Professora Titular do PPGHIS e do Deptº. de História da UFES e Coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência. Ocupa a Cadeira de número 34 da Academia Feminina Espírito-santense de Letras (AFESL). É autora de livros autorais e organizadora de coletâneas que tratam da História de mulheres e das relações de gênero.

Rodolfo Rodrigues de Souza

Doutor e Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS/UERJ). É psicólogo especialista na perspectiva fenomenológica-existencial, encontrando no pensamento de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir importantes interlocutores para seu fazer – tanto na clínica quanto em outras áreas de atuação. Pesquisa a recepção do pensamento existencialista no Rio de Janeiro, em especial, e no Brasil, por meio de fontes jornalísticas. É coordenador do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), supervisor de estágio e professor na graduação de Psicologia do Centro Universitário Celso Lisboa e professor nas pós-graduações lato sensu do Instituto de Psicologia Fenomenológico-Existencial do Rio de Janeiro (IFEN) e do Núcleo de Clínica Ampliada Fenomenológica Existencial (NUCAFE).

Sandra de Souza Machado

Pós-doutoranda no Departamento de Didáctica, da Universidad de Cádiz (UCA, Espanha), Doutora em História, na área de Estudos de Gênero e Feministas, Universidade de Brasília (UnB); Master of Arts in Film and TV, The American University (AU, EUA). Jornalista, blogueira e pesquisadora afiliada à Red Internacional de Periodistas con Visión de Género - RIPVG. E-mail: sandramachado14@gmail.com

Instruções aos colaboradores

Prezado(a),

Face à qualidade e à área de concentração de sua produção acadêmica, convidamos para escrever um artigo/capítulo para a próxima Coleção “História e Gênero”, intitulado “**As relações de gênero sob a perspectiva da História local**”, uma publicação do Laboratório de Estudos em Gênero, Poder e Violência, do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

A proposta do dossiê é promover um debate sobre a história local enfocando a história de pessoas comuns, sobretudo mulheres, e as diversidades identitárias e de temas relacionados a elas, como trabalho, corpo, sexualidade, maternidade, família, migração e manifestações culturais. Também serão bem-vindas pesquisas que debatam sobre a construção de masculinidades hegemônicas, as diversas formas de violência entre os gêneros e que discutam o papel de homens e mulheres e suas relações de poder nos espaços em que habitam, interagindo no processo de construção da história das relações de gênero.

Compreendemos a história local como modalidade historiográfica que faz uso recorrente da memória, a qual se constitui como fonte documental, e, ainda, que permite o uso do conceito de redução

de escala de observação, como propõe a micro-história, como ferramenta metodológica.

Essa coletânea “História e Gênero” objetiva refletir sobre o “local” como campo de vivências do cotidiano de diversos atores sociais e suas comunidades, espaços privilegiados para problematizar as tensões e os conflitos entre os gêneros e os processos históricos que envolvem a formação da sociedade trazendo à tona as experiências de sobrevivência e resistência das mulheres em diferentes cenários.

O prazo para submissão dos artigos encerrar-se-á no dia 30 de agosto de 2023, com o título e o resumo (até 1.200 caracteres com espaço) do capítulo.

Seguem as normas para publicação:

1. Os textos devem ser encaminhados em arquivo eletrônico e conter entre 20 a 25 páginas, estar digitado em Word, espaço 1.5, Times New Roman 12; não usar sublinhado.
 - a) O Título do texto deve ser também em Word, espaço 1.5, Times New Roman 12; não usar sublinhado.
 - b) Abaixo do título escrever o nome do autor e instituição a que está vinculado.
 - c) Alinhamento justificado.
2. Os textos não devem ter quebra de página ou quebra de seção.
3. Caso o texto tenha imagens, é necessária a obtenção dos direitos de utilização. As imagens devem vir em arquivo digital JPG ou TIF, em 300 DPI de resolução e encaminhadas em arquivo à parte, assinalando-se no texto os locais de sua inserção. Observe-se que as mesmas devem apresentar título e fonte.
4. Caso o texto tenha tabelas, essas devem geradas em Word. Os gráficos devem vir em preto e branco e, caso tenham muitos parâmetros, devem ter hachuras para diferenciar a leitura dos dados.

5. Para agilizar o processo de produção gráfica, deverão ser obedecidos os seguintes critérios:

- a) boa legibilidade;
- b) para qualquer destaque no corpo do texto usar itálico;
- c) ilustrações: mencionar a fonte de onde foi extraída e os dados bibliográficos (autor, obra, página) abaixo da legenda. A referência completa, relativa à fonte da ilustração, deve figurar no final do trabalho. As ilustrações devem ser numeradas sequencialmente e próximas do trecho onde são mencionadas. Os títulos dos gráficos devem vir logo abaixo do desenho e os das tabelas e quadros vem acima, centralizados;
- d) as citações (palavras, expressões, períodos) devem ter referência bibliográfica e ser cuidadosamente conferidas pelos autores e/ou tradutores, já que são de inteira responsabilidade desses quaisquer incorreções;
- e) as citações com até 3 (três) linhas devem vir no corpo do texto, sem itálico, com chamada autor-data entre parênteses. Ex.: (PASQUALI, 2006). No caso do(a) autor(a) ter seu nome citado no corpo do texto, colocar somente a data entre parênteses. Ex.: Pasquali (2006) menciona que...
- f) as citações textuais longas (mais de três linhas) devem vir em parágrafo independente, recuado da margem esquerda 4 cm, com Times New Roman 10, e com o espaçamento simples, sem aspas;
- g) toda citação (palavras, expressões, períodos) em língua estrangeira deverá ser substituída pela sua tradução em língua portuguesa, exceto epígrafes. A versão em língua original poderá vir em nota de rodapé, com referência ao tradutor;
- h) nas notas bibliográficas deve-se evitar op. cit., ibidem e idem, utilizando sempre o nome da obra por extenso. Repetir quantas vezes forem necessárias as indicações bibliográficas.

6. para que haja unificação do modo de citar os nomes das obras dentro do texto, deve-se usar itálico e só a primeira palavra com inicial maiúscula, exceção para os nomes próprios. Exemplos: · periódicos e revistas - itálico e todas as palavras com iniciais maiúsculas. Exemplos¹¹²: *Folha de S. Paulo*; *Revista Cult.* · artigos, ensaios, poemas – sem itálico, entre aspas e apenas a palavra inicial maiúscula. Exemplos: “O corvo”; “Há uma gota de sangue em cada poema”.
7. As Referências bibliográficas devem ser somente as utilizadas no corpo do texto.
8. Encaminhar em separado os dados sobre os/as autores(as), em pelo menos 5 linhas.

Enviar textos para: ufes.leg@gmail.com

Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência

112 Recomendação: aplicar as normas contidas no livro Normas para a apresentação de trabalhos acadêmicos (PASQUARELLI, Maria Luiza Rigo. Normas para a apresentação de trabalhos acadêmicos [ABNT/NBR-14724, agosto 2002, ementa 2006]. 3. ed. Osasco: EDIFIEO, 2006. 160 p).

